



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAFAELA MATEUS ANTUNES DOS SANTOS FREIBERGER

**"INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR": JUVENTUDES, PROJETO RONDON  
E DITADURA NO BRASIL (1967-1974)**

NITERÓI  
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAFAELA MATEUS ANTUNES DOS SANTOS FREIBERGER

**"INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR": JUVENTUDES, PROJETO RONDON  
E DITADURA NO BRASIL (1967-1974)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História. Área de concentração: História social.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Janaína Martins Cordeiro

NITEROI  
2021



RAFAELA MATEUS ANTUNES DOS SANTOS FREIBERGER

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História. Área de concentração: História social.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Janaína Martins Cordeiro (Orientador)  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Daniel Aarão Reis (Arguidor)  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Denise Rollemberg Cruz (Arguidor)  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta (Arguidor)  
Universidade Federal de Minas Gerais

---

Prof. Dr. Tatyana de Amaral Maia (Arguidor)  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

NITEROI  
2021

## **RESUMO:**

A tese analisa a atuação das juventudes no Projeto Rondon, criado em 1966, em um contexto marcado pela contestação em relação ao projeto político da ditadura civil-militar nas universidades e no movimento estudantil. O crescimento do programa foi exponencial, inclusive, em 1968, ano caracterizado por diversas manifestações juvenis no Brasil. Desse modo, o objetivo foi compreender as formas de atuação e as motivações que levaram muitos jovens a aderir ao programa.

Para isso, foi analisada uma série de documentos produzidos pelo Projeto Rondon, a maioria produzido por estudantes que participaram das diferentes atividades realizadas. Entre os vários ofícios, manuais, dossiês, chama atenção os relatórios de atuação, que revelam não apenas o alto grau de participação, mas o engajamento de jovens ao programa. Além de relatar as tarefas cotidianas nas operações, muitos estudantes também demonstraram seu apoio à filosofia e aos objetivos do Projeto Rondon, inclusive dando inúmeras sugestões para seu aprimoramento.

O estudo sobre a atuação desses jovens possibilita compreender que o universo juvenil é composto por uma diversidade de comportamentos e visões de mundo. Desse modo, é possível constatar a existência de juventudes plurais, o que corresponde a inúmeras subculturas juvenis. Além disso, revela que o ideal de jovem rebelde e revolucionário, muito característico das análises e estudos relacionados aos acontecimentos, principalmente, de 1968, corresponde a apenas uma das faces das juventudes brasileiras.

### **Palavras-chave:**

Juventudes – movimento estudantil – ditadura civil-militar – Projeto Rondon

## **ABSTRACT**

The thesis analyzes the cooperation of youths in the Rondon Project, created in 1966, in a context marked by the challenge in relation to the political project of the civil-military dictatorship in universities and in the student movement. The program's growth was exponential, including in 1968, a year characterized by several youth demonstrations in Brazil. Thus, the objective was to understand the ways of cooperation and the motivations that led many young people to join the program.

To this end, several of documents produced by the Rondon Project were analyzed, most of which were produced by students who participated in the different activities carried out. Among the various crafts, manuals and dossiers, the performance reports call attention, which reveal not only the high degree of participation, but the engagement of young people in the program. In addition to reporting the day-to-day tasks during the operations, many students also demonstrated their support for the Rondon Project's philosophy and objectives, giving numerous suggestions for its improvement.

The study of the cooperation of these young people makes it possible to understand that the youth universe is comprised of a diversity of behaviors and worldview. In this way, it is possible to verify the existence of plural youths, which corresponds to innumerable youth subcultures. In addition, it reveals that the ideal of a young rebel and revolutionary, very characteristic of the analyzes and studies related to the events, mainly from 1968, corresponds to only one of the faces of Brazilian youth.

Keywords:

Youths - student movement - civil-military dictatorship – Rondon Project

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a concessão da bolsa de estudo que, durante dois anos, viabilizou a elaboração da tese. Sou grata também aos funcionários do Serviço de Gestão Documental (SEDOC) da Funai, que prestaram grande auxílio no acesso à documentação do Projeto Rondon.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense e a todos os funcionários, a atenção e paciência com a qual sempre me receberam.

À professora Denise Rollemberg e ao professor Daniel Aarão, que participaram do Exame de Qualificação, e da banca de defesa, agradeço a oportunidade de estabelecer importante diálogo e as importantes sugestões que ajudaram a enriquecer a tese. Agradeço também ao professor Rodrigo Patto Sá Motta e à professora Tatyana de Amaral Maia, por também participarem da banca de defesa.

À minha orientadora Janaína Cordeiro que, desde antes do doutorado, já era uma referência para mim. Agradeço imensamente os ensinamentos, os conselhos e as observações e, acima de tudo, todo apoio que me deu nos momentos mais difíceis dessa jornada.

Aos meus pais, Neir e Moysés, que sempre me mostraram o valor da educação e que se dedicaram aos cuidados com a minha filha para que eu pudesse me concentrar na tese. Aos meus irmãos, Roberta, Rafael e Kleber, por todo apoio que sempre me deram.

Ao Nicolas, meu amor e companheiro de vida, que sempre esteve com uma palavra de ânimo e conforto nos momentos mais difíceis. Sem ele, esta tese não seria possível.

Foi graças a essa rede de apoio que pude conciliar o doutorado e a maternidade. No entanto, infelizmente, essa não é a realidade de inúmeras mulheres que, muitas vezes, precisam renunciar aos seus sonhos.

Dedico esta tese a minha filha Laura, que trouxe mais felicidade, beleza e luz ao meu mundo particular.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>Capítulo 1 – O movimento estudantil e as juventudes após 1964</b> .....	35
1.1) A reação estudantil à Lei Suplicy.....	44
1.2) As manifestações estudantis em 1966.....	49
<b>Capítulo 2 – A origem do Projeto Rondon</b> .....	<b>65</b>
2.1) Militares e professores unidos na questão estudantil.....	73
2.2) A Operação – Piloto.....	81
<b>Capítulo 3 – Os preparativos</b> .....	<b>92</b>
3.1) O processo de seleção dos candidatos.....	102
3.2) A organização do Projeto Rondon e os desafios para sua consolidação.....	115
3.3) O aperfeiçoamento do Projeto Rondon.....	125
<b>Capítulo 4– As viagens</b> .....	<b>133</b>
4.1) A recepção aos <i>viajantes</i> .....	136
4.2) As atividades realizadas nas primeiras Operações.....	139
4.3) A expansão das atividades.....	149
4.4) As Operações Especiais.....	158
<b>Capítulo 5– A extensão da viagem</b> .....	<b>166</b>
5.1) A criação dos <i>Campi</i> Avançados.....	171
5.2) Convênios e recursos.....	182
5.3) Os estágios e a fixação de mão de obra.....	185
<b>Capítulo 6 – Os desafios</b> .....	<b>190</b>
6.1) Os desafios no cotidiano das Operações.....	191
6.2) A permanência de problemas estruturais.....	199
6.3) A falta de infraestrutura nos <i>Campi</i> Avançados.....	209

<b>Capítulo 7- A imersão ao Projeto Rondon.....</b>	<b>216</b>
7.1) Denúncias de corrupção, exploração e presença estrangeira.....	218
7.2) As delações durante o Governo Médici.....	227
7.3) A presença das esquerdas no Projeto Rondon.....	235
<b>Capítulo 8 – O retorno das viagens.....</b>	<b>241</b>
8.1) As impressões.....	243
8.2) Os ganhos das viagens.....	253
8.3) O papel desempenhado pelos jovens na divulgação do Projeto Rondon.....	259
<b>Considerações finais.....</b>	<b>267</b>
<b>Fontes e bibliografia .....</b>	<b>271</b>

## Introdução

Em 1967, a Revista *Realidade* publicou o resultado de duas pesquisas de opinião com jovens brasileiros: uma, por meio da Marplan<sup>1</sup>, feita no Rio de Janeiro e em São Paulo; e outra, elaborada por meio de um questionário publicado pela revista no mês de julho. O interesse em compreender o universo juvenil era reflexo da grande preocupação que a sociedade brasileira possuía em relação a essa categoria social. Na década de 1960, no Brasil e no mundo, os jovens foram protagonistas de diversos movimentos de contestação à ordem social e política, o que foi considerado, por gerações adultas, uma ameaça ao *status quo*. Diante desse cenário, foi necessário conhecer os gostos e anseios para entender as demandas juvenis.

Na pesquisa feita pela Marplan, foram ouvidos mil jovens entre 15 e 24 anos<sup>2</sup>, homens e mulheres. Um dos critérios estabelecidos na pesquisa era a origem social dos entrevistados. Desse modo, foram escolhidas 100 pessoas da classe alta, 400 da classe média e 500 das camadas populares. Na pesquisa feita pela Revista *Realidade*, mais de 20.000 eleitores responderam ao questionário publicado dois meses antes e, por isso, foi realizada uma seleção aleatória de mil respostas. No entanto, foi utilizado o critério de proporcionalidade aplicado pela Marplan. A principal diferença foi em relação à localidade, pois foram contemplados questionários de outros estados, além de São Paulo e Rio de Janeiro.

No que diz respeito aos estudos, a maioria dos jovens se sentia razoavelmente preparada para o futuro, 67% e 63% dos entrevistados, respectivamente, pela revista *Realidade* e pela Marplan. Segundo os questionários respondidos, apenas 19 % se sentiam bem-preparados para o futuro, enquanto os dados divulgados pela Marplan apontavam para 25 %. De todo modo, a maioria dos jovens consultados era cética em relação à educação brasileira.

Para Marilena do Nascimento Viana, do Rio de Janeiro, uma das jovens que respondeu ao questionário e que trabalhava para ajudar a mãe a sustentar os três irmãos menores:

Faltou-me algo indispensável para que eu estudasse: dinheiro. Parece mentira, mas o Brasil ainda é um país onde se deixa de estudar por falta de dinheiro (...). Não se fale nos estudos superiores. As portas estão fechadas, completamente fechadas, ao estudante que não tenha dinheiro.<sup>3</sup>

Outro fator que era motivo de descontentamento era a postura de alguns professores, caracterizada pela indiferença em relação aos alunos. Havia críticas também em relação ao comportamento de alunos que “entram para as Universidades apenas para arranjar casamento ou passar o tempo”<sup>4</sup>. Contudo, a maioria dos jovens era otimista e entusiasmada com o futuro.

Com relação ao trabalho, a revista “Realidade” e a Marplan divulgaram que, respectivamente, 63 % e 47% dos jovens entrevistados consideravam o emprego ideal aquele que trouxesse realização profissional e como ser humano. Apenas uma minoria estava preocupada com salário. No entanto, nas duas pesquisas, um quarto dos jovens assinalou que o emprego ideal era o que lhes concedesse a melhor oportunidade de servir aos outros, à comunidade e ao país.

As pesquisas também contemplaram questões relacionadas às práticas e aos costumes do período, como a virgindade, o casamento, a religião, a homossexualidade e o uso de minissaia para as mulheres, roupas coloridas, e cabelos compridos, para os homens. O resultado desses questionamentos é interessante, pois revela a presença de fortes traços conservadores na mentalidade dos jovens brasileiros da década de 1960.

A maioria era a favor da manutenção da virgindade antes do casamento, principalmente entre os homens com relação às mulheres; da ideia de que a mulher casada não deveria trabalhar; e aproximadamente metade dos entrevistados acreditavam que, mesmo o casamento não dando certo, não deveria ocorrer o divórcio, pelo bem dos filhos. Além disso, a maioria esmagadora acreditava em Deus e considerava a homossexualidade uma doença ou vício.<sup>5</sup>

As ideias progressistas só apareceram nos questionamentos relacionados ao uso da minissaia, roupas coloridas e cabelos compridos, pois a maioria aprovava esses novos costumes, e em relação ao divórcio, aceito por pouco mais da metade dos jovens

---

<sup>3</sup> “A juventude brasileira, hoje”. In: Realidade, nº 8, setembro de 1967, p. 19.

<sup>4</sup> Idem, Ibid.

<sup>5</sup> Idem, Ibid.

entrevistados. Em termos políticos, mais de 50% dos entrevistados das pesquisas entendiam a democracia a partir da ideia de “governo do povo, pelo povo e para o povo”, e aproximadamente um quarto dos jovens acreditavam que este era o melhor sistema político.

As pesquisas também indagaram aos jovens qual era o sistema econômico-social que oferecia maiores possibilidades de desenvolvimento. As opções de resposta eram: socialismo, comunismo, capitalismo, não responderam ou não sabem. Mais da metade dos entrevistados escolheram o socialismo, enquanto 31% e 35% entrevistados, respectivamente, pela revista e Marplan, escolheram o capitalismo.

No entanto, no item “O que é que a juventude brasileira deve fazer para participar do desenvolvimento do país?”, a maioria dos entrevistados, 65% e 73 % das respostas dadas, respectivamente, à revista e à Marplan, assinalou a alternativa “estudar, trabalhar e se preparar para o futuro”. A segunda resposta mais escolhida pelos jovens era “procurar eleger homens que resolvam nossos problemas”. Em ambas as pesquisas o resultado foi de 17%.

A ideia de “protestar contra os abusos e erros” foi a terceira resposta mais assinalada: 10% dos jovens que responderam os questionários da revista e 3% dos entrevistados pela Marplan. A quarta resposta escolhida pelos jovens foi “participar de uma revolução”: apenas para 5% e 1% dos entrevistados, respectivamente, pela revista e pela Marplan essa seria a melhor forma de atuar em prol do desenvolvimento do Brasil. Havia outras duas opções de resposta “gozar a vida, pois não adianta tentar mexer com a ordem estabelecida” e “esperar que o passar do tempo e a vinda de novas gerações ao poder resolvam todos os problemas”. No entanto, essas opções foram escolhidas por poucos.

O resultado desses dois últimos itens revela que, embora acreditassem que o socialismo era o sistema econômico-social mais favorável para o desenvolvimento do Brasil, muitos jovens não eram adeptos da revolução. Para esses, o socialismo poderia ser implantado por outras formas, por exemplo, por meio de vias reformistas. No entanto, para a maioria, a melhor forma de atuação era por meio do estudo e trabalho, pois isso garantiria profissionais mais aptos para contribuir com a solução dos problemas.

Dois comentários publicados na matéria são importantes fontes para refletir sobre essa suposta contradição. Segundo Francisco Giordano, um paulista de 19 anos, o melhor regime político é aquele que “Se durante sua vigência prevalecer o fator humano, [...]” Desse modo “[...] qualquer um deles será o ideal”. Outro jovem com uma opinião

semelhante foi Jair da Silva, também de São Paulo. Para ele “Os regimes não são tão importantes. Prova é que vemos países com os mais diversos regimes, em pleno desenvolvimento”<sup>6</sup>.

No que diz respeito à ditadura civil-militar, as pesquisas de opinião demonstravam que 44 % dos entrevistados pela Marplan e 27 % pela revista eram favoráveis ao governo. Os que se colocaram contra a ditadura eram minoria, respectivamente 22% de entrevistados pela revista e 17% segundo a Marplan.

O número de indiferentes ou que não tinha uma opinião formada era significativo: 49% dos jovens pela revista e 39% pela Marplan. Em um primeiro momento, esse resultado pode ser explicado devido à intensa repressão que ocorreu no país, logo após golpe de 1964. Desse modo, essa conjuntura teria contribuído para que muitos dos entrevistados escolhessem essas opções de resposta pelo receio de serem identificados ao opinar sobre a ditadura.

No entanto, essa explicação deixa lacunas e indagações: se o medo de ser reconhecido era algo que de fato importava a esses jovens, por que a maioria dos entrevistados não se colocou a favor do governo? Havia também a opção de não responder e apenas 2% dos entrevistados pela revista optaram por essa resposta. Isso revela que as opções “não têm opinião” e “indiferente”, de fato, representavam o ponto de vista de uma parcela significativa de jovens brasileiros.

De acordo com o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, é necessário aprofundar os estudos sobre a opinião pública brasileira porque há forte evidências de que o posicionamento político dos cidadãos não era sólido, marcado por repentinas mudanças de opinião. Para Motta, a elevada proporção de indivíduos que optaram responder “não sei” nas pesquisas de opinião realizadas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), no contexto do golpe de 1964, era um “[...] indício da existência de muitos cidadãos com a opinião política superficial, desinformados ou desinteressados”.<sup>7</sup>

Os resultados representam apenas uma pequena amostragem da população de jovens no Brasil, afinal, além da quantidade restrita de participantes, a seleção foi feita principalmente com jovens do Sudeste. Contudo, essas informações são relevantes para a compreensão da existência de uma pluralidade de ideias, comportamentos e visões de mundo, e demonstram que, para além das juventudes engajadas com os projetos das

---

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Motta, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. Revista Tempo, vol. 20, Niterói, 2014, pp.4.

esquerdas, havia outras juventudes que defendiam ideais e posicionamentos políticos diferentes.

O *surgimento* das juventudes foi um processo resultado das profundas transformações ocasionadas pela modernidade. Durante a Idade Média, após a criança ter desenvolvido as habilidades necessárias para a sua sobrevivência, ou seja, aproximadamente com sete anos, ela era inserida imediatamente na vida em comunidade. Neste contexto, não havia um período de transição, que garantisse o processo de socialização por etapas da criança para a fase adulta. Por isso, de modo geral, a transmissão do conhecimento de uma geração a outra era garantida pelo convívio entre crianças e adultos.

Na transição entre os séculos XVII e XVIII teve início um processo de longa duração que provocou alterações neste modo de socialização das crianças. Isso ocorreu devido ao crescimento da importância da escola no processo de desenvolvimento e formação dos indivíduos. A aprendizagem passou a ser função desempenhada pela escola, o que provocou uma separação entre crianças e adultos visto que as crianças passaram a ser mantidas dentro da escola, por um tempo de suas vidas, para depois ser inserida na vida adulta.

Além disso, a vivência na escola não conseguiu garantir por completo a formação comportamental dos indivíduos, do modo que era esperado pelos adultos, pois

A peculiaridade desse período de *espera* constituído pelos anos escolares faz com que as metas previamente estabelecidas e os papéis aí desempenhados não respondam às necessidades surgidas na personalidade dos adolescentes, que tendem, então a formar grupos espontâneos de pares, nos quais possam elaborar respostas, que se tornam importantes *locus* de geração de símbolos de identificação e de laços de solidariedade.<sup>8</sup>

No entanto, é importante destacar que esse processo não atingiu a maioria das crianças, pois ir para a escola era um privilégio que, por muito tempo, manteve-se restrito à aristocracia e burguesia. Embora com a Revolução Francesa tenha ocorrido a disseminação dos ideais iluministas, que valorizavam a educação por meio da criação de escolas e da ampliação da escolarização para classes populares, a universalização do ensino encontrou diversas barreiras para se consolidar.

O advento da Revolução Industrial provocou profundas mudanças no modo de organização do trabalho e das sociedades. As classes trabalhadoras sofreram com as duras

---

<sup>8</sup> ABRAMO, Helena Wendel. *Ibid.*, p.4.

condições de vida, o que atingiu também as crianças provenientes das classes populares que não tiveram a oportunidade de vivenciar o interregno social, provocado pela vivência escolar, visto que muitas foram obrigadas a servir de mão de obra nas indústrias.<sup>9</sup>

Desse modo, a condição juvenil pode ser vivida com maior dimensão pelos indivíduos das classes mais abastadas. Entretanto, essa situação também foi vivida por indivíduos oriundos das classes populares, que desenvolveram estratégias para se distanciarem da vida adulta, criando seus próprios espaços e modos de socialização.

Mas, foi na virada do século XIX para o século XX que a condição juvenil se tornou um problema para as sociedades ocidentais industriais. A consolidação do capitalismo aprofundou às desigualdades sociais, provocando, para a maioria da população, condições de vida degradantes, marcadas pelo desemprego e pela miséria. Essa situação levou à desestruturação de inúmeras famílias, por diversos fatores, tal como a baixa expectativa de vida de pais e mães em decorrência da exploração do trabalho, e contribuiu para que muitos jovens vivessem à margem da sociedade.

Essa conjuntura contribuiu para o surgimento de comportamentos juvenis inesperados, fora dos padrões vigentes. Desse modo, esse fenômeno das sociedades modernas, contribuiu para que alguns setores juvenis fossem considerados um “problema”, devido aos comportamentos definidos, como delinquente e contestador.<sup>10</sup> A emergência desses novos comportamentos contribuiu para a percepção das juventudes como categoria social específica, repleta de valores e visões de mundo próprias.<sup>11</sup>

O surgimento das gangues juvenis, no final do século XIX, nos Estados Unidos e na Europa, como os *Hooligans*, em Londres<sup>12</sup>, e os *Apaches*, em Paris<sup>13</sup>, provocou grande desconforto social em virtude de suas ações, caracterizadas por brigas, roubos, embriaguez e confrontos com a polícia. No entanto, muitos desses jovens encontravam-se em situações degradantes e sem grandes expectativas. Nessas circunstâncias, as gangues representavam um espaço de aceitação e pertencimento.

As primeiras pesquisas e trabalhos realizados por especialistas contemporâneos ao surgimento das gangues não levaram em consideração o contexto socioeconômico. Antes, relacionaram o fenômeno à questão genética e à natureza biológica da classe

---

<sup>9</sup> ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2.ed. Rio de Janeiro, 2014.

<sup>10</sup> ABRAMO, Helena Wendel.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> SAVAGE, Jon. Op. Cit.

<sup>13</sup> Cf.: PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 7ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

operária<sup>14</sup>. Nesse mesmo período, surgiram outros grupos juvenis que contestavam os valores e costumes das sociedades tradicionais, mas, por outras razões.

Na Alemanha, jovens insatisfeitos com o rígido sistema de educação e críticos aos valores vinculados à ideia de progresso, industrialismo e militarismo, disseminados pela sociedade, buscaram construir uma nova alternativa de vida. Desse modo, surgiram grupos autônomos, cujos membros possuíam idade entre 12 e 19 anos, que promoviam caminhadas e acampamentos em áreas campestres.

A *fuga* para o campo representava o desejo pela liberdade desses jovens, que almejavam viver de acordo com seus interesses e fazer suas próprias escolhas. O objetivo era tentar escapar da imposição dos padrões comportamentais vigentes. Por isso, esse movimento foi chamado de *Wandervogel* (Pássaro errante).

O movimento criado pelos jovens alemães se disseminou para outros locais, como Áustria e Suíça, representando um projeto de autonomia da juventude. Devido ao crescimento, os participantes formaram comitês e realizavam congressos com o objetivo de determinar novos parâmetros comportamentais<sup>15</sup>.

A emergência desses grupos juvenis, que possuíam um comportamento contestador, provocou um alerta nas sociedades, que passaram a criar mecanismos para conter e canalizar a rebeldia para outros fins. Essa foi uma prática adotada por diferentes sociedades que viviam tanto regimes democráticos quanto autoritários.

Na Inglaterra, o membro do exército britânico, Robert Baden – Powell, fundou o Escotismo, caracterizado pela formação de grupos locais, compostos por adolescentes e jovens, que deveriam ser leais ao rei e ao Império, aprender técnicas de acampamento, cozinhar e marchar.<sup>16</sup> Contudo, o Escotismo não era uma organização cujo único objetivo era promover atividades físicas e lazer para os jovens, mas possuía uma ideologia que combinava “patriotismo, darwinismo social e culto à adolescência.”<sup>17</sup>

A grande participação dos jovens na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) contribuiu para reafirmá-los como uma categoria social com valores próprios,

---

<sup>14</sup> GROppo, Luís Antonio. *Juventude: ensaios sobre a sociologia e a história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000, p. 94.

<sup>15</sup> Cf.: GROppo, Luís Antonio. Op. Cit.; SAVAGE, Jon. Op. Cit.

<sup>16</sup> SAVAGE, Jon. Op. Cit., p. 103.

<sup>17</sup> PÀMPOLS, Carlos Feixa. A construção histórica da juventude. In: CACCIA- BAVA, Augusto; CANGAS, Yanko Gonzáles; PÀMPOLS, Carlos Feixa. *Jovens na América Latina*. São Paulo: Escrituras Editora, 2004, p. 298.

desprezado das tradições.<sup>18</sup> Desse modo, muitas organizações, partidos e movimentos passaram a dar destaque aos jovens por serem considerados um componente social de grande potencial de transformação. Muitas juventudes, por sua vez, se atraíram por movimentos que lutavam contra o *status quo* e possuíam ideais revolucionários.<sup>19</sup>

No entanto, cabe destacar o grau de importância que o fascismo e o nazismo deram aos jovens, colocando-os acima de todas as gerações. O grande descontentamento e o sentimento de traição que pairava sobre jovens ex-soldados foram instrumentalizados e incorporados pelo movimento nazifascista, que criaram organizações juvenis, como a *Opera Nazionale Balilla* (ONB) e a Juventude Hitlerista, que agregavam desde crianças e adolescentes a jovens.

No que diz respeito aos jovens, o fascismo e o nazismo deram notoriedade a essa categoria social, reservando um lugar de importância na estruturação da vida social. Enquanto, em muitas sociedades, a prática foi de desprezo e até de negação da existência da juventude como realidade social. Esse desprezo, manifestado por essas sociedades, era, em grande parte, devido ao receio das juventudes mobilizadas pela extrema-direita, pois

Até o final da Segunda Guerra Mundial, grande parte das ações sociopolíticas realizadas pela ‘juventude’, ou em seu nome, parecia ir à contramão dos princípios progressistas, ‘iluministas’ e modernos compartilhados por moderados e esquerdistas. Enquanto as gangues e os grupos boêmios pareciam-lhes expressões do irracionalismo e da barbárie produzida pela anomalia social, escoteiros, grupos paramilitares, e ultraconservadores, associações religiosas, juventudes nazifascistas etc. mostravam uma juventude organizada em prol de valores e movimentos que se contrapunham ao que consideravam como o ‘progresso’, o moderno ou a maturidade da ‘Revolução’<sup>20</sup>.

Embora os fascistas e nazistas tenham criado inúmeros instrumentos de controle social e, no que diz respeito aos jovens, terem criado organizações específicas para

---

<sup>18</sup> PASSERINI, Luisa. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude (orgs.). *História dos jovens: Da Antiguidade à Era Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 322.

<sup>19</sup> PAYNE, Stanley G. História del Fascismo (trad. de C. Bourne e Victor Alba). Barcelona: Planeta, 1995, p.23-24. Citado por: DICK, Hilário. Gritos silenciados, mas evidentes: jovens construindo juventude na História. São Paulo, Edições Loyola, 2003.

<sup>20</sup> GROppo, Luís Antonio. Op. Cit., p. 205-206.

controlá-los, canalizando as suas potencialidades para seus projetos ideológicos, houve resistências, como o surgimento de gangues juvenis e o movimento “Rosa Branca”<sup>21</sup>.

A contestação juvenil não foi um fenômeno exclusivo das sociedades europeias e estadunidense. A partir de 1918, teve início a luta pela reforma universitária, na Universidade de Córdoba, na Argentina, movimento que inspirou outras universidades da América Latina. Desse modo, “os movimentos latino-americanos do início do século XX lançaram temas, palavras de ordem e práticas de protesto que seriam retomadas pelas revoltas dos universitários nos anos 1960”.<sup>22</sup>

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os países capitalistas desenvolvidos viveram, segundo Eric Hobsbawm, a chamada “Era do Ouro (1945-1973)”<sup>23</sup>, período marcado pelo grande crescimento econômico e a consolidação do Estado de Bem-Estar Social. Nessa conjuntura, os Estados Unidos se destacavam, pois eram a nação mais próspera, visto que as tradicionais potências europeias, que sofreram grande destruição com a guerra, precisavam de dinheiro estadunidense para se recuperar.

O crescimento vertiginoso da economia dos Estados Unidos provocou o aumento dos salários, beneficiando vários grupos sociais, inclusive os trabalhadores das indústrias. Este cenário contribuiu para o aumento da classe média e mudou o panorama do país visto que

[...] Milhões de americanos que até então haviam convivido com as precariedades do esforço de guerra, quando não com as dificuldades inerentes de uma economia que até há pouco ainda se recuperava do severo golpe de 1929, por fim puderam compensar o período de escassez. Comodidades que haviam sido privilégio das obras de ficção científica logo foram incorporadas ao cotidiano de parte significativa da população nos primeiros cinco anos após o fim da guerra: transmissão automática em carros, secadores elétricos, LPs, câmeras Polaroid, sem falar em aspiradores de pó, geladeiras, roupas de *nylon* e toda sorte de objetos de plástico, de bibelôs a brinquedos. <sup>24</sup>

---

<sup>21</sup> Sobre este tema, cf. :GROPPO, Luís Antonio. Op. Cit.; MICHAUDE, Eric. Soldados de uma ideia: os jovens sob o Terceiro Reich. In: LEV, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude (orgs.). Op. Cit.; PASSERINI, Luisa. Op. Cit.; SAVAGE, Jon. Op. Cit.

<sup>22</sup> GROPPO, Luís Antonio. Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis de 1968. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2205, p. 21.

<sup>23</sup> HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 254.

<sup>24</sup> SOUSA, Rodrigo Farias de. *A Nova Esquerda americana: de Port Huron aos Weathermen (1960-1969)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 33.

Nesse contexto, os jovens eram uma categoria social que já possuía expressiva visibilidade na sociedade. Nos Estados Unidos, antes mesmo da geração *baby boom*<sup>25</sup>, esse fenômeno já era perceptível, em primeiro lugar, pelo seu papel como consumidores. Os jovens

[...] não eram mais apenas guiados pelos valores, gostos e atitudes dos adultos, mas haviam desenvolvido, em certa medida, os seus próprios, tornando-se um filão com características distintas. Fosse com suas mesadas ou, principalmente, com as rendas advindas do primeiro emprego e de trabalhos informais, esses jovens, tomados em conjunto tinham um potencial de consumo que justificava a considerável gama de produtos e mensagens específicas que seriam produzidas para eles.<sup>26</sup>

Na década de 1950, as subculturas juvenis já se manifestavam por meio do *rock'n'roll* e do movimento *beat*, marco inicial da contracultura, movimento que teve seu auge na década de 1960. O movimento *beat*, inicialmente composto por escritores e artistas, condenava a sociedade convencional e o materialismo propagado pelo *american way of life*, mas não possuía um projeto político visto que seu objetivo não era transformar a sociedade.

A ideia era se afastar da sociedade tradicional e ir em busca de novas experiências e descobertas, promovendo a liberdade do indivíduo. Dessa forma, seus adeptos, frequentemente, utilizavam drogas e álcool, e combinavam as “noções da religiosidade oriental e experimentações sexuais”. Devido aos seus comportamentos, eram considerados “loucos e desajustados”, pelos conservadores, e “representavam, à sua maneira, uma condenação daquilo que a sociedade americana, tão próspera e orgulhosa de si mesma, havia se tornado”.<sup>27</sup>

A explosão da contestação juvenil marcou os anos 1960. Contudo, os movimentos descritos anteriormente demonstram que é característico da condição juvenil a refutação de valores vigentes em diversas sociedades ao longo do século XX. Isso não significa afirmar que todos os jovens vão sempre adotar uma postura de contestação, mas desde o surgimento dessa categoria social, essa é uma fase da vida de um indivíduo propícia à erupção desse comportamento.

---

<sup>25</sup> A expressão surgiu nos estados Unidos em decorrência do crescimento vertiginoso da natalidade, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

<sup>26</sup> SOUSA, Rodrigo Farias de. Idem, p. 41.

<sup>27</sup> Idem, p.44.

Cabe ainda esclarecer que a contestação juvenil não necessariamente representa a defesa de ideais revolucionários, como foi o caso de inúmeros movimentos compostos por jovens que eram favoráveis à revolução de caráter socialista. A contestação pode surgir em forma de indignação a uma determinada questão política, econômica e social, que não necessariamente represente o desejo de promover um processo de transformação das estruturas de uma sociedade.

Desse modo, é fundamental analisar as atuações juvenis ao longo da História e, principalmente, na década de 1960, levando em consideração a existência de uma pluralidade de comportamentos, valores, visões de mundo e projetos de vida. Essa perspectiva contribuiu para compreender a complexidade das juventudes e constatar a existência de diversas subculturas juvenis.

Esta tese propõe compreender a atuação das juventudes no Projeto Rondon, desde sua origem, em 1967, até o final do governo Médici. O objetivo é mapear as experiências, as impressões e entender como o programa atendeu as expectativas de grandes parcelas juvenis em um período marcado por intensa repressão e autoritarismo. Nas operações nacionais e regionais realizadas de 1967 a 1974 houve a participação de 45.073 universitários.<sup>28</sup>

Esses dados revelam uma grande adesão dos universitários e se referem apenas às Operações Nacionais e Regionais, que ocorriam nas férias de janeiro e julho, respectivamente. Segundo a Coordenação Geral do Projeto Rondon, as Operações Especiais, realizadas em 1972 e 1973, tiveram a participação de 6.524 estudantes. Outra atividade foi o estabelecimento de *Campi* avançados no interior do país, que mobilizaram 6.6974 universitários de 1969 a 1974<sup>29</sup>.

A repressão às universidades e ao movimento estudantil, principalmente, em relação aos grupos ligados às esquerdas ocorreu no imediato pós-golpe. Nos primeiros anos da ditadura civil-militar, houve a criação de medidas com o intuito de enfraquecer a UNE. A discussão sobre a reforma universitária também foi alvo do interesse do regime militar, que defendia um projeto diferente dos interesses da maioria dos professores e estudantes. Desse modo, esse período foi marcado pela contestação juvenil, de variados grupos estudantis, sobre a tentativa da ditadura em controlar o movimento estudantil.

---

<sup>28</sup> Participação efetiva em operações nacionais e regionais (PRo 0/ PRo XIII). Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/d, identificador: 01029955 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1974.

<sup>29</sup> COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO RONDON. Projeto Rondon e sua dimensão atual. Brasília: Ministério do Interior, 1974, p. 60-71.

As manifestações estudantis, principalmente, em 1966, foram consideradas uma ameaça ao projeto ideológico do regime militar. Diante desse cenário, militares e professores se reuniram para buscar soluções para a *questão estudantil*. Essa iniciativa deu origem ao Projeto Rondon, um programa que tinha o objetivo de levar universitários para o interior do país durante os períodos de férias. Além de promover maior contato com a realidade socioeconômica das populações interioranas, era possível *conter* as manifestações juvenis.

O programa criado pelo regime militar possuía duas grandes finalidades: desmobilizar parcelas do movimento estudantil contra a ditadura militar e a preocupação com a política de segurança nacional. Dessa forma, o governo militar garantiria que essas juventudes estariam atreladas ao projeto de integração socioeconômica e de desenvolvimento das regiões do país. Além disso, o Projeto Rondon atenderia aos interesses geopolíticos e estratégicos do regime militar em relação às regiões mais distantes das grandes capitais.

O Projeto Rondon existiu até 1989, mas a proposta desta tese foi analisar apenas o período de 1967-1974. Esse recorte temporal foi feito porque me foi concedida a oportunidade de ter acesso a uma vasta documentação, composta por relatórios individuais e de equipes, produzidos pelos participantes, manuais, relatórios de congressos e seminários, cartas, ofícios, entre outros. São fontes riquíssimas de informações, que ajudam a compreender a atuação dos jovens no Projeto Rondon. Além disso, busquei compreender as motivações que levaram milhares de estudantes a participar de um programa, criado pela ditadura, em um contexto marcado pela intensificação da repressão.

Com a extinção do programa e do Ministério do Interior, em 1990, essa documentação foi doada à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e permaneceu *esquecida*. Foi apenas a partir de 2016 que essa documentação foi tratada e disponibilizada à consulta pública. Trata-se de um fundo enorme, repleto de variadas fontes que revelam o dia a dia dos rondonistas nas Operações, informações minuciosas sobre diversos locais do país e os desafios para a consolidação do Projeto Rondon.

No primeiro contato com o setor de documentação da FUNAI, em 2018, pude constatar que o fundo do Projeto Rondon nunca tinha sido analisado. Desse modo, tive a oportunidade de trabalhar de forma inédita com parte das fontes produzidas no período de 1967-1974.

Esse período abarca o governo Médici (1969-1974), consagrado pela memória coletiva como *anos de chumbo*<sup>30</sup> devido a intensa repressão política aos grupos considerados *inimigos do Brasil*. No entanto, 45.073<sup>31</sup> estudantes participaram do Projeto Rondon de 1967 a 1974. Quais foram as motivações para tantos jovens participarem de um programa criado pelo governo, em um período de intensa repressão?

A análise das fontes revelou um grande engajamento dos jovens para garantir o sucesso e a perenidade do Projeto Rondon. No entanto, isso não significa afirmar que participar do programa representava alinhamento automático à ditadura civil-militar. Em grande parte, o programa correspondeu aos interesses de inúmeros jovens, dentre os quais, a oportunidade de conhecer novos lugares do país, de colocar em prática os conhecimentos adquiridos nas universidades e de realizar o assistencialismo. Além disso, também houve a participação de estudantes que, inclusive, faziam parte de organizações ligadas às esquerdas.

Embora o Projeto Rondon tenha durado 22 anos e recebido a participação de milhares de jovens do país, o programa foi praticamente *apagado* da história. Além da vasta documentação oficial ter sido *esquecida*, esse tema é praticamente inexistente na historiografia.

Um estudo pioneiro foi a dissertação de mestrado na área de serviço social, produzida por Maria Ordália Magro Del Gaudio. Intitulada “O Projeto Rondon: a face ideológica do poder, frente a ordem instituída (1968-1986)”, a pesquisa buscou analisar a trajetória do Projeto Rondon em diferentes períodos, inclusive na transição democrática. Desse modo, o seu objetivo também foi refletir sobre o impacto do novo regime. Afinal,

[...] o Projeto Rondon foi criado com nítida orientação ideológica, baseada na doutrina da segurança nacional, há uma tendência de considerá-lo já explicado. Mas é patente que o órgão se encontra em uma encruzilhada. Afinal, um órgão não é um camaleão que simplesmente muda a cor para se ambientar. As cores do ambiente ainda não se apresentam nítidas, [...]. Mas, justamente esse processo de mudanças da sociedade e do Estado, ou do governo em especial, me interessa, visto através da compreensão da travessia do Projeto Rondon<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> CORDEIRO, Janaina Martins. A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 18.

<sup>31</sup> Participação efetiva em operações nacionais e regionais (Pro 0/PRO XIII). Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/d, identificador: 01029955 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1974.

<sup>32</sup> GAUDIO, Maria Ordália Magro Del. O Projeto Rondon: a face ideológica do poder, frente a ordem instituída (1968-1986). Dissertação de mestrado: Programa de Pós-graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1987, p. 2 – 3.

Para Maria Ordália era fundamental a reformulação do Projeto Rondon em face da redemocratização do país. Em sua análise, concluiu que o programa não servia mais à “causa do ensino superior, nem a causa da participação política estudantil”, além de não se consolidar como “órgão de mediação nas negociações das reivindicações populares, como pretendia no final dos anos setenta”<sup>33</sup>, mas destacou a tentativa do governo Sarney de *salvá-lo*.

Embora tenha feito críticas, Maria Ordália apresentou ideias para *revigorar* o Projeto Rondon. Isso demonstra que, mesmo tendo sido criado pela ditadura, havia uma visão positiva em relação ao programa. Essa perspectiva esteve presente na maioria dos escassos estudos realizados. Para Esther Barbosa Oriente,

O Projeto Rondon, ímpar no mundo, foi uma escola de vida, escola que não dava diploma, mas, testava conhecimentos, capacidade de planejar e executar empreendimentos, oportunizando o estudante a transformar teorias em prática e regras, oportunizando o estudante a transformar teorias em prática e regras em improviso, bem como diferenciar o bem do mal (separar o “joio do trigo”) no seu dia a dia<sup>34</sup>.

Desse modo, em seu trabalho, Esther Barbosa Oriente, apresentou brevemente a origem do Projeto Rondon e sua estrutura organizacional, com ênfase nos *campi* avançados, além de uma série de relatos, entrevistas e documentos oficiais. O livro possui um caráter descritivo, mas a análise de Esther Barbosa considerou que os estudantes que participaram tiveram a oportunidade de viver uma grande experiência de vida.

O livro foi lançado em um contexto de resgate ao Projeto Rondon, que foi relançado em 2005 pelo governo Lula. O programa foi retomado pelo Ministério da Defesa, mas a ideia de recriá-lo foi uma iniciativa da UNE. É importante destacar que na década de 1960, a entidade se posicionou contra, alegando que o programa era uma iniciativa da ditadura para cooptar os estudantes. Contudo, décadas depois, se colocou favorável ao seu retorno.

Nesse contexto, o Exército lançou uma coleção intitulada “História Oral do Projeto Rondon”, composta por quatro livros, todos lançados em 2007, que reúne entrevistas de militares e professores que atuaram no programa. Essa coleção de livros

---

<sup>33</sup> Idem, p. 113.

<sup>34</sup> ORIENTE, Esther Barbosa. Projeto Rondon: Integrar para não entregar. Goiânia: Kelps, 2004, p. 9.

foi parte de um projeto de história oral feito pelas Forças Armadas que também produziu outras coleções, com destaque para os quinze volumes sobre 1964. A iniciativa teve o objetivo de contar “o outro lado da história” da ditadura no Brasil<sup>35</sup>.

Os organizadores das coleções tiveram preocupação de destacar o uso do método científico no trabalho realizado, com o intuito de igualar ao rigor acadêmico adotado nas universidades brasileiras. No entanto, as entrevistas publicadas nos livros tiveram o objetivo de “[...] fazer com que as narrativas de seus personagens servissem de exemplo para todos os brasileiros, e, especialmente, aos futuros ‘defensores da pátria’- os militares”<sup>36</sup>.

Em 2009, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), criou o Memorial Projeto Rondon voltado para a pesquisa, preservação e valorização de sua história<sup>37</sup>. A iniciativa resultou em duas dissertações de mestrado da área de patrimônio cultural<sup>38</sup>. O objetivo era que o *lembrar* das histórias dos rondonistas servisse como “[...] referência e como um espaço de exposição, aprendizado, convívio e interação entre rondonistas atuais e a comunidade acadêmica”<sup>39</sup>.

Além dos trabalhos citados, há outros que trouxeram poucas contribuições para o campo historiográfico porque, embora tenham como objeto de estudo o Projeto Rondon, apresentaram abordagens relacionadas a outras áreas do conhecimento<sup>40</sup>. Na área de história, um importante trabalho foi a dissertação de mestrado de Gabriel Amato Bruno, intitulada “Aula prática de Brasil: ditadura estudantes universitários e imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985)”.

A proposta de Gabriel Amato foi analisar como o programa correspondeu a um imaginário nacionalista, compartilhado pelos universitários, professores e militares

---

<sup>35</sup> CHAVES, Eduardo dos Santos. “Do outro lado da colina”: a narrativa do exército sobre a ditadura civil-militar. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2011, p. 18

<sup>36</sup> Idem.

<sup>37</sup> A UFSM foi protagonista no programa que estabeleceu os *campi* avançados. Este tema será trabalho no capítulo 5.

<sup>38</sup> SPIAZZI, Daiane Tonato. Memorial Projeto Rondon: um espaço de pesquisa, preservação e valorização da História do Projeto Rondon; Dissertação (mestrado). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, 2011; RODRIGUES, Camila Poerschke. A UFSM no Projeto Rondon: acesso web ao patrimônio documental arquivístico. Dissertação (mestrado). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

<sup>39</sup> SPIAZZI, Daiane Tonato. *Ibid.*, p. 13.

<sup>40</sup> CASTRO, Cláudio Moura; ARNAUT, Adília Lício; PINTO, Ana Maria Rezende & ABREU, Sara Donner. *Como anda o projeto Rondon?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975; LOCATO, Maria de Lourdes. *O universitário de Enfermagem no Projeto Rondon*. Tese (Livre Docência), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1976; PEREIRA, Daline Vinhal. *Um olhar sobre o Projeto Rondon e a dimensão ambiental*. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento sustentável), Universidade de Brasília, Brasília.

envolvidos nas Operações e demais atividades. Nesse imaginário, o interior do país era considerado um espaço *vazio*, mas que era elemento fundamental para a brasilidade e, por isso, deveria ser *ocupado*. No que diz respeito à participação de universitários, Amato destacou que isso não representava adesão automática à ditadura, visto que se constituiu “[...] como uma iniciativa governamental que atraía críticas, adesão, acomodação ou apatia dos estudantes universitários”<sup>41</sup>.

Para Amato, a participação de diversos grupos juvenis no Projeto Rondon era resultado da *dinâmica* social as quais estavam sujeitos “[...] tanto às flutuações de temporalidades próprias do campo estudantil como as matizes político-sociais dos estudantes universitários [...]”<sup>42</sup>, no contexto da ditadura brasileira. Em sua análise, Amato destacou a existência de, pelo menos, quatro posturas dos estudantes em relação ao regime militar: identificação com os valores, críticas à ditadura, mas não alinhadas à UNE, apatia ou acomodação de grupos que não se envolviam diretamente com a militância política e as disputas internas, resultado da pluralidade de correntes políticas existentes na UNE.

Nesta tese, também busquei identificar as motivações que levaram inúmeros jovens a participar do programa. A análise das fontes, principalmente, dos relatórios de equipe e individuais, produzidos pelos universitários, demonstrou que a atuação não se resumiu a participar das Operações, mas as críticas e sugestões serviram também para a estruturação e consolidação do Projeto Rondon, que atendeu de certa maneira aos interesses e expectativas de inúmeros jovens, inclusive aqueles ligados às esquerdas. Desse modo, a relação entre os estudantes e a ditadura civil-militar não se resumiu à colaboração ou resistência.

Ao analisar o regime de Vichy e a ocupação nazista da França, Pierre Laborie chamou a atenção para a complexa relação entre sociedade e Estado que se estabeleceu, destacando a existência de uma *zona cinzenta* para compreender os comportamentos sociais entre a adesão e resistência. Segundo Laborie, intrínseco ao conceito,

[...] a ambivalência ocupa um lugar preponderante nas atitudes dos franceses sob Vichy. Ela é um dos espelhos menos deformantes para dar conta da plasticidade das situações *attentistes* e de suas aparentes contradições. As alternativas simples entre petanismo e gaullismo, resistência e vichismo ou

---

<sup>41</sup>AMATO, Gabriel. *"Aula prática de Brasil": ditadura, estudantes universitários e imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 182.

<sup>42</sup> Idem.

resistência e colaboração fornecem apenas imagens redutoras de vivências dos contemporâneos<sup>43</sup>.

Neste sentido, a ambivalência representa a possibilidade de posições e comportamentos contra ou a favor simultaneamente ou em períodos alternados, de acordo com os acontecimentos. Ainda na *zona cinzenta* estariam situadas a indiferença e ausência de posição, consideradas a única saída em “[...] uma situação de exceção, como elemento de um amplo processo de adaptação”<sup>44</sup>. Cabe o uso dessa perspectiva para compreender a atuação dos universitários no Projeto Rondon. Afinal, houve a participação de jovens de diferentes posicionamentos, comportamentos e sentimentos em relação à ditadura.

O programa foi criado em um contexto de grande insatisfação estudantil<sup>45</sup> e resultado de uma iniciativa de militares e professores. Contudo, a participação ocorreu devido aos seus variados interesses. Sem a adesão dos universitários, o programa não teria se ampliado e se consolidado por anos. Dessa maneira, por meio do Projeto Rondon, a ditadura conseguiu estabelecer um *consenso* com parcelas juvenis, principalmente, em um contexto marcado pela intensificação da repressão.

Ao analisar o regime nazista, Robert Gellately, encontrou um vasto material, publicado pela imprensa da época, sobre as ações da polícia e os campos de concentração, o que demonstra que a sociedade alemã tinha ciência do que ocorria com os grupos perseguidos. No entanto, Gellately chamou atenção para o fato de que o governo nazista não hesitou no uso em larga escala da violência, mas buscou também o consentimento e o apoio social<sup>46</sup>.

Para o autor, a relação entre sociedade e Estado, durante a vigência do nazismo (1933-1945), foi marcada pelo consentimento e pela coerção, pois, até certo ponto “[...] a maior parte da repressão e do terror foi usada contra indivíduos específicos, minorias e grupos sociais pelos quais o povo tinha pouca simpatia”<sup>47</sup>. Isso significou que a coerção e o terror não se abateram de maneira uniforme sobre a população alemã, e revela a busca pela formação de um consenso social.

---

<sup>43</sup> LABORIE, Pierre. 1940-1944. Os franceses do pensar-duplo. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. A construção social dos regimes autoritários: Europa, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 38.

<sup>44</sup> Idem, p. 40.

<sup>45</sup> Este tema será trabalhado no capítulo 1.

<sup>46</sup> GELLATELY, Robert. Apoiando Hitler: consentimento e coerção na Alemanha nazista. Rio de Janeiro: Record, 2011, p. 22.

<sup>47</sup> Idem.

No entanto, não é possível falar na existência de um único consenso, mesmo em regimes autoritários, caracterizados pela censura e repressão, visto que é preciso levar em consideração a intensidade da adesão e a diversidade de fenômenos que podem gerar acordos ou não. A solução para esse impasse é analisar os “graus de consensos existentes em uma determinada sociedade ou subunidades”<sup>48</sup>.

Em relação ao Projeto Rondon, a grande adesão demonstrou que a ditadura conseguiu estabelecer um consenso com parcelas estudantis que, não apenas participaram, mas se engajaram para garantir a consolidação do programa. Contudo, de acordo com Janaína Cordeiro, a existência do “consenso não é sinônimo de unanimidade”<sup>49</sup>. Desse modo, é importante compreender as formas como uma sociedade expressa os graus de apoio a determinados acontecimentos e a identificação a referências simbólicas existentes em um regime autoritário.

Segundo Cordeiro, se “[...] o *consenso* designa o *acordo*, o *consentimento*, por sua vez, refere-se aos comportamentos sociais, às formas – múltiplas – a partir das quais o *acordo* é conformado e se expressa socialmente”<sup>50</sup>. Essa perspectiva contribuiu para a compreensão da relação entre sociedade e regimes autoritários, pois aponta para “a complexidade do social, bem como a pluralidade das reações coletivas e a riqueza dos movimentos de opinião em uma determinada sociedade”<sup>51</sup>.

Embora milhares de jovens tenham participado por anos, há uma parca lembrança na memória social e na historiografia brasileira sobre o Projeto Rondon. Esse *esquecimento* revela muito a relação que a sociedade brasileira estabeleceu com a ditadura. Até poucos anos atrás, a identificação em relação ao período ditatorial no Brasil era pouco expressiva na sociedade. Segundo o historiador Daniel Aarão,

[...] a memória da sociedade tendeu a adquirir uma arquitetura simplificada: de um lado, a ditadura, um tempo de trevas, o predomínio da truculência, o reino da exceção, os chamados *anos de chumbo*. De outro, a *nova república*, livre, regida pela Lei, o reino da cidadania, a sociedade reencontrando-se com sua vocação democrática<sup>52</sup>.

---

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> CORDEIRO, Janaina Martins. A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 14.

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> REIS, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 7-8.

Nessa perspectiva, a sociedade esteve comprometida com a democracia e repudiou a ditadura. A ideia de resistência ao autoritarismo contribuiu para uma ampla produção historiográfica que deu ênfase sobre as formas de atuação das esquerdas. No que diz respeito ao movimento estudantil, há inúmeros trabalhos que ressaltam a atuação dos jovens contra a ditadura, em especial, no ano de 1968.

Um dos livros de maior destaque é o “Poder Jovem”, escrito por Arthur Poerner, que não só buscou analisar a atuação política dos jovens no período de 1964-1968, mas em outros períodos da história do Brasil. A análise feita por Poerner considera que os jovens são *rebeldes e revolucionários* por natureza. Em relação aos universitários, afirmou que tinham o propósito de “[...] desesperadamente, apagar todos os vestígios de sua condição de privilegiado na sociedade brasileira”<sup>53</sup>. Destacou também a existência de um grande conflito de gerações ao declarar que

O adolescente ainda não sabe o que deseja ser, mas já tem a certeza de que não pretende ser, de jeito nenhum, aquele pai “quadrado” e tacanho, que tem por Deus o Dinheiro, por Diabo o Comunismo e por Bíblia o vespertino O Globo<sup>54</sup>.

Desse modo, na concepção de Poerner, os adolescentes e jovens rechaçavam os padrões sociais e culturais vigentes. Sua leitura é impregnada da visão do jovem *revolucionário*. Isso é explicado, em grande parte, pelo fato de seu livro ter sido escrito em 1968, ano marcado por diversas manifestações juvenis no Brasil e no mundo<sup>55</sup>. Ou seja, Poerner viveu este período de grande efervescência. O livro de Arthur Poerner se tornou referência nos estudos sobre o movimento estudantil brasileiro e, embora seja um trabalho muito importante para a compreensão desse tema, sua perspectiva contribui para a ideia de uma juventude única e homogênea.

Outro importante trabalho é o livro “Movimento estudantil e ditadura militar:1964-1968”, escrito por João Roberto Martins Filho. Sua análise também privilegia a atuação dos grupos de esquerda. No entanto, o livro apresenta as disputas pelo controle da União Nacional dos Estudantes (UNE) e revela a heterogeneidade do movimento estudantil ao apresentar grupos que possuíam outros projetos políticos. Para Martins Filho, a existência de grupos de direita no movimento estudantil era explicada

---

<sup>53</sup>POERNER, Arthur. O poder jovem. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 77.

<sup>54</sup> Idem, p. 32.

<sup>55</sup> Este tema será trabalhado no capítulo 3.

pela origem social de seus membros, que eram filhos da burguesia e, por isso, reproduziam os valores e visões de mundo de seus pais.

Embora os jovens recebam grande influência familiar e de classe na sua formação, não são apenas esses elementos que definem suas ideias e comportamentos. Afinal, as gerações mais novas não reproduzem em sua totalidade os valores das demais gerações, visto que há conflitos e resistências por parte dos jovens no processo de transmissão da herança social<sup>56</sup>. Por isso, surgem as subculturas juvenis, caracterizadas por comportamentos específicos de cada grupo.

Outro fator que deve ser levado em consideração diz respeito ao perfil dos universitários. Em 1961, o total de alunos nas universidades brasileiras era de aproximadamente 100 mil<sup>57</sup>. O número demonstra a elitização do ensino superior no país e revela que muitos estudantes que participavam de grupos de esquerda eram provenientes das classes mais abastadas. Essa constatação refuta a tese de que a existência de grupos que defendiam os projetos das direitas do movimento estudantil era decorrente da presença dos filhos da burguesia nas universidades.

É inegável a contribuição dos estudos de Arthur Poerner e João Roberto Martins Filho para compreender o movimento estudantil brasileiro na década de 1960. No entanto, é necessário refletir como essas análises contribuíram para reforçar a memória da existência de uma única juventude, que defendia apenas ideias progressistas, e não levava em consideração a pluralidade de projetos políticos no movimento estudantil.

Os inúmeros trabalhos sobre a União Nacional dos Estudantes (UNE) também refletem essa visão, pois apresentam a história *única* da entidade, com pouca menção às disputas e conflitos entre os estudantes de diferentes posicionamentos políticos pelo seu controle. Além disso, concentram a atuação política dos estudantes as ações lideradas pela UNE, o que leva a reduzir o movimento estudantil exclusivamente a entidade.

O livro “A UNE em tempos de autoritarismo”, escrito por Maria de Lourdes de A. Fávero, buscou resgatar a história da entidade, principalmente, no que diz respeito à luta pela reforma universitária. Para isso, sua análise se iniciou nos seminários realizados pela UNE para debater propostas para a reformulação das universidades, no final da

---

<sup>56</sup> ABRAMO, Helena. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Editora Scritta, 1994, p. 4

<sup>57</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Ibid*, p. 69.

década de 1950. Em seu livro, Fávero também examinou as reações dos estudantes à lei Suplicy e os acordos MEC-USAID<sup>58</sup>.

Outro importante trabalho foi “Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias, escrito pela historiadora Maria Paula Araújo, que reuniu uma série de entrevistas das lideranças estudantis e de outros militantes. O livro se propôs a relacionar a história e a memória do movimento estudantil, e se tornou uma referência na historiografia sobre esse tema<sup>59</sup>. Nesse sentido, se consolidou na historiografia a ideia de uma atuação homogênea dos jovens no Brasil das décadas de 1960 e 1970.

Os estudos que abordam outros grupos e que revelam a pluralidade no meio estudantil são relativamente recentes e ainda escassos. O historiador Alberto Saldanha em “A UNE e o mito do poder jovem” destacou o *esquecimento* das divergências políticas dentro da entidade e analisou alguns episódios do movimento estudantil, que se tornaram referência para a construção de uma identidade da UNE, marcada pela ideia de *unidade* política e ideológica. De acordo com Saldanha,

A afirmação da UNE e o relato de sua trajetória ao longo das várias gerações, em particular o construído por Arthur Poerner, foi se constituindo um mito político. O relato de “O Poder Jovem” munuiu várias gerações de lideranças estudantis de argumentos materiais e simbólicos, capazes de reforçar o sentimento de identidade e “pertencimento” a uma “idade do ouro”. A “reconstrução” feita por Poerner, demonstra que o projeto histórico da UNE guarda “um modelo exemplar”: a defesa dos interesses “nacionais, populares e democráticos”<sup>60</sup>.

Em “Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964”, André Luiz Rodrigues chamou a atenção para a existência de uma pluralidade de forças políticas dentro da UNE, com destaque para os “comunistas,

---

<sup>58</sup> Este tema será trabalhado no capítulo 1.

<sup>59</sup> Há outros trabalhos que analisam o papel dos estudantes de esquerda e da UNE no movimento estudantil. Sobre este tema, cf.: Müller, Angélica. O Movimento Estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969-1979) Rio de Janeiro: Garamond; Faperj, 2016; SANFELICE, José Luís. Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1986; SANTANA, Flavia de Angelis. Movimento estudantil e ensino superior no Brasil: A reforma universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60. Doutorado em História – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

<sup>60</sup> SALDANHA, Alberto. A UNE e o mito do poder jovem. Maceió: EDUFAL, 2005, p. 106.

udenistas, socialistas, católicos e anticomunistas radicais”<sup>61</sup>. Sua análise reafirma a importância da UNE para o meio estudantil, mas salientou como a entidade

[...] que se assumiu e foi reconhecida como representante de todos os universitários brasileiros, teve de resguardar em seu repertório espaços para a coexistência tanto das múltiplas demandas que existiram entre os militantes que ocuparam as suas diretorias, quanto dos repertórios que existiram nas entidades estudantis regionais e nas forças políticas que, mesmo desalojadas das direções, mantiveram expressão no interior do movimento estudantil, assim como diferentes experiências associativas e políticas que se organizaram no interior das instituições de ensino e com as quais, como entidade representativa, a UNE teve de se solidarizar ou combater<sup>62</sup>.

Outro trabalho nessa perspectiva foi a tese de Mateus da Fonseca Capssa Lima, que buscou analisar a atuação das direitas estudantis no Rio Grande do Sul, no período de 1961 a 1968<sup>63</sup>. Sua análise apresentou grupos e organizações estudantis que defendiam ideais e posicionamentos contrários a UNE e outras entidades lideradas pelas esquerdas. Esses trabalhos são importantes contribuições para o início das análises sobre as direitas estudantis brasileiras e lançam luz a necessidade de se estudar outras perspectivas para compreender a complexidade do movimento estudantil e do universo juvenil.

Desse modo, esta tese busca compreender a complexa relação dos jovens universitários com a ditadura civil – militar. Contudo, antes de analisar as diferentes formas de participação e os graus de engajamento dos jovens no Projeto Rondon, é fundamental compreender o conturbado contexto estudantil após o golpe de 1964. Por isso, o Capítulo 1 trata das principais ações da ditadura para interferir nas universidades e no movimento estudantil.

Além disso, há inúmeras reações de diversos grupos de estudantes, contrários a essa interferência governamental. Isso possibilita compreender que os primeiros anos da ditadura no Brasil foram marcados pela atuação de parcelas juvenis de diferentes posições ideológicas, indo muito além da oposição e contestação ao regime.

---

<sup>61</sup> MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964. 2013. 402 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 2013, p. 18.

<sup>62</sup> *Idem*.

<sup>63</sup> LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. A direita estudantil no Rio Grande do Sul: entre a democracia e a ditadura (1961-1968). Tese (Doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-graduação em História, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2017.

O capítulo 2 trata do surgimento do Projeto Rondon, como uma alternativa pensada entre professores e militares para solucionar a chamada *questão* estudantil. A ideia de mobilizar e canalizar a efervescência dos jovens para um programa específico já tinha ocorrido no Brasil e em outros lugares do mundo. Desse modo, não era uma novidade. Contudo, a proposta foi colocada em prática, em 1967, na chamada Operação-piloto, reunindo um pequeno grupo de universitários que foi enviado para o Território Federal de Rondônia. A experiência foi considerada um sucesso e o crescimento do número de participantes foi exponencial em 1968, ano marcado por inúmeras manifestações estudantis contrárias à ditadura.

No capítulo 3 é analisado a *preparação* para as Operações I e II e como essas experiências contribuíram para, gradativamente, estabelecer as normas e a organização do Projeto Rondon. Esse foi um longo processo que contou sobremaneira com as opiniões e sugestões dos rondonistas, visto que houve uma grande preocupação de garantir a participação contínua dos jovens e aprofundar as ações do Projeto Rondon pelo Brasil.

O capítulo 4 foi destinado às *viagens* realizadas pelos rondonistas nas Operações. Nos relatórios produzidos pelos estudantes, foi possível constatar as variadas atividades realizadas, além do intenso trabalho diário para buscar todas essas informações e executar o cronograma de atividades previstas. Embora muitos participantes tenham definido as *viagens* como experiências positivas e enriquecedoras, eles alertaram para os limites das ações puramente assistencialistas. Para os estudantes, era necessário buscar novas formas para *estender* o Projeto Rondon.

Desse modo, o capítulo 5 trata da *extensão das viagens*, por meio da criação de novas atividades, como os *Campi* Avançados, as Operações Especiais, a criação dos estágios remunerados e o projeto de interiorização e fixação da mão de obra. Essas novas práticas contribuíram para que a realização de atividades do Projeto Rondon ocorresse durante o ano todo e corresponderam ao projeto de desenvolvimento e integração nacional defendido pela ditadura.

A realização de todas essas atividades demandava recursos e, embora existissem recursos do governo, isso não era suficiente. Por isso, houve a busca pelo recebimento de financiamento de empresas. Outra estratégia para garantir a realização do trabalho, foi o estabelecimento de convênios entre universidades e os municípios.

Mesmo com o desenvolvimento de estratégias para aprimorar o preparo dos estudantes e das Operações, os desafios no cotidiano das *viagens* eram inumeráveis. Desse modo, no capítulo 6 foram apresentados alguns exemplos de dificuldades

enfrentadas pelos rondonistas, que buscaram também registrar soluções encontradas para solucionar, ainda que em parte, as dificuldades. Nesse capítulo também são tratados os principais problemas enfrentados para o estabelecimento e o funcionamento dos *Campi Avançados*.

Além de registrar as atividades realizadas nas Operações, os estudantes foram incentivados a registrar comportamentos ou ações consideradas suspeitas nas localidades visitadas. Durante a ditadura civil-militar houve o incentivo da prática das delações pela sociedade brasileira e isso também ocorreu no Projeto Rondon. Por isso, o capítulo 7 foi destinado para a análise de delações encontradas em alguns dos relatórios produzidos pelos estudantes.

Na chamada “seção confidencial”, os rondonistas apresentaram várias denúncias de corrupção, exploração e da presença estrangeira em diversos locais do país. Além disso, nesse capítulo, foi abordada a participação de estudantes de esquerda os meios utilizados pela ditadura para monitorar esses participantes.

O último capítulo apresenta algumas impressões dos rondonistas em relação às comunidades visitadas e revela a forte presença da visão de mundo conservadora no meio juvenil. Essa é uma importante constatação para compreender a pluralidade de formas de pensamento e comportamento em relação aos jovens.

Houve também a análise de ganhos, proporcionados pelo Projeto Rondon aos jovens, e de formas de atuação de ex-rondonistas para garantir a continuidade do programa, principalmente, por meio de incentivo para que outros jovens se tornassem participantes.

Em suma, a tese demonstra que fosse por interesses políticos, pessoais ou profissionais muitos jovens participaram e se engajaram para que as atividades realizadas fossem bem-sucedidas. Desse modo, revela outras formas de atuação das juventudes, para além do movimento estudantil, durante a ditadura civil-militar no Brasil.

## Capítulo 1 – O movimento estudantil e as juventudes após 1964

*Mas eis que os estudantes brasileiros também ousam, nas justas lutas por suas próprias reivindicações, ferir as suscetibilidades marechalícias martelando naquela miséria, que é afinal de contas, o tema capital, o desafio decisivo que a História nos faz a nós todos, brasileiros de todas as classes e de todas as idades, e sobretudo a essa heroica mocidade que bordeja os vinte anos e se apresenta cada vez mais como a portadora de uma consciência nova. Este fenômeno é transcendental, pois mostra com clareza deslumbrante como a ditadura perdeu a mocidade. Um regime que pretende ser uma revolução e que em dois anos e picos de exercício assiste à mocidade levantar-se em bloco contra ele é um regime perdido, velho, anti-histórico. A mocidade universitária arrancou-lhe a máscaras: trata-se de uma contrarrevolução<sup>64</sup>.*

O surgimento do Projeto Rondon foi resultado da complexa relação que se estabeleceu entre a ditadura e os estudantes, logo após o golpe civil-militar. Desse modo, é fundamental analisar os principais dilemas e desafios enfrentados pelos estudantes, além das diferentes reações do movimento estudantil, para além da UNE e dos grupos de esquerda, à implantação da ditadura. De modo geral, as análises feitas sobre o período de 1964 a 1966 dão ênfase aos grupos juvenis de esquerda, o que contribuiu para fortalecer a ideia de uma atuação estudantil homogênea, caracterizada pela resistência.

Assim que os militares chegaram ao poder, indivíduos e grupos considerados “subversivos”, por estarem ligados aos projetos das esquerdas, sofreram grande

---

<sup>64</sup> PEDROSA, Maria. Brava, brava mocidade. *Correio da Manhã*, 18 set. 1966, p. 3.

repressão, por meio da “Operação Limpeza”.<sup>65</sup> Essa expressão foi utilizada por agentes do Estado e pelos apoiadores do novo regime para designar o afastamento do cenário político de “comunistas, socialistas, trabalhistas, nacionalistas de esquerda, entre outros”<sup>66</sup>.

A expressão também se referia à punição para os corruptos, mas, em um primeiro momento, o alvo da ditadura foi perseguir os inimigos políticos. Os primeiros a sofrerem ações repressivas foram os sindicatos e organizações de trabalhadores rurais. Ademais, as instituições universitárias, por serem locais considerados favoráveis à disseminação dos ideais das esquerdas. Nesse contexto, os estudantes<sup>67</sup> e o movimento estudantil não saíram incólume à “Operação Limpeza”.

No entanto, parcelas do movimento estudantil já eram consideradas um *problema* antes do golpe civil-militar. Desde o final da década de 1950, a atuação política das juventudes esteve muito associada ao movimento estudantil. Capitaneados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), os estudantes tiveram um importante papel nas discussões sobre o projeto de reformas de base, principalmente no que diz respeito à reforma universitária. O engajamento dos jovens no âmbito político no início da década de 1960, por meio do movimento estudantil, contribuiu para que esses grupos fossem considerados um *problema* por segmentos políticos e sociais.

Os ataques à UNE tiveram início ainda no Governo de João Goulart (1961-1964), devido à intensa atividade política realizada pelos estudantes. Nesse período, a entidade teve grande protagonismo na mobilização estudantil pela Campanha da Legalidade<sup>68</sup> e em defesa das Reformas de Base, com destaque para a reforma universitária.

Além disso, a UNE buscou promover uma transformação cultural no país por meio do Centro Popular de Cultura (CPC). Inspirado no Movimento de Cultura Popular (MCP)

---

<sup>65</sup> Embora os diversos grupos que apoiaram o golpe fossem favoráveis a esse processo, a medida de repressão que seria aplicada dividia opiniões. Sobre este tema, cf.: REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 48-51.

<sup>66</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 25

<sup>67</sup> É importante destacar que os estudantes secundaristas também foram alvo de perseguição e repressão da ditadura civil-militar. Contudo, esse é um tema pouco abordado na historiografia desse período. Sobre esse tema, cf.: DUARTE, Milton Joeri Fernandes. Representações dos movimentos político-culturais da década de 60 nos jovens de ensino médio. Dissertação (mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005 e SCHMITT, Silvana Lazzarotto. Encontros e desencontros do movimento estudantil secundarista (1964-1985). Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2011.

<sup>68</sup> Sobre este tema, Cf.: ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Memórias estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007; FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014,

de Recife, o CPC da UNE tinha o objetivo de transmitir cultura ao povo para transformar a realidade na qual se vivia. No entanto, a filosofia do CPC era baseada na cultura marxista. Esse aspecto distinguia os projetos defendidos pelos MCP e CPC. O MCP, um movimento de alfabetização de adultos, se baseava nas ideias do educador Paulo Freire - que acreditava que o povo possuía seus próprios saberes e costumes, ou seja, não era necessário que alguém lhe transmitisse cultura<sup>69</sup>.

O CPC produzia livros e discos por meio de sindicatos e diretórios acadêmicos, e apresentava peças de teatro no Brasil inteiro. Embora tenha sido alvo de críticas por inúmeros artistas e intelectuais devido ao explícito projeto revolucionário de caráter marxista, a afinidade de ideias e projetos levou a uma aproximação entre o CPC e a UNE, formando a chamada UNE-Volante, importante meio de divulgação das propostas de ambos. Esse projeto

[...] surgiu da necessidade de desenvolver um trabalho nacional de mobilização dos estudantes brasileiros em torno das grandes bandeiras que o movimento estudantil levantava. Surgiu também da constatação de que a UNE, durante muito tempo, estivera voltada principalmente para a região centro-sul. O projeto da UNE-Volante expressava o desejo da diretoria da entidade de ir ao encontro dos estudantes de várias partes do país<sup>70</sup>.

A primeira tentativa para instalar uma comissão de inquérito parlamentar (CPI) da UNE para apurar possíveis irregularidades ocorreu em 1962, porém o processo não continuou devido à proximidade com o período da campanha eleitoral daquele ano. No ano seguinte, foi instalada uma CPI para investigar recursos públicos utilizados em atividades estudantis promovidas pela entidade. De acordo com a denúncia, a UNE também era acusada de subversão pela proximidade com grupos de esquerda, o que representava, na visão dos grupos de direita e conservadores, uma ameaça à democracia no país.

A denúncia contra a UNE partiu do estudante de direito na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas e vice-presidente da União Metropolitana dos Estudantes da Guanabara no estado do Rio de Janeiro (UME-GB), José Antabe, que além de opositor à direção da UNE, era ligado à Frente da Juventude Democrática (FJD). Esse é um dos indícios da existência de uma disputa política entre os estudantes pelo controle da UNE.

---

<sup>69</sup> ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Ibid.*, p. 111.

<sup>70</sup> *Idem*, *Ibid.*, p. 113.

De acordo com José Antabe, os tesoureiros da UNE no período, Toyfica Abe e José Danta Neves, tinham uma conta conjunta e estavam desviando recursos recebidos por meio do Ministério da Educação (MEC) para serem utilizados no Seminário Internacional do Mundo Subdesenvolvido, realizado em julho na Bahia<sup>71</sup>.

A CPI teve início em agosto de 1963 e contou com 14 depoentes, dentre os quais 10 possuíam ligações com organizações estudantis contrárias à gestão da UNE. Segundo William Marcos Botelho, a escolha dos membros para a CPI e dos depoentes demonstra que o objetivo era desqualificar a liderança da UNE entre 1962-1963, apresentando-a como incapaz de gerir a entidade por considerá-la comunista e por ser composta por adultos que, por serem mais experientes, não possuíam intenções genuinamente estudantis<sup>72</sup>.

Em uma entrevista publicada em 1980, José Serra, presidente da UNE entre julho de 1963 e junho de 1964, lembrou seu depoimento à CPI

Fui interrogado durante doze horas e logo percebi que o interesse dos deputados da direita, que haviam convocado a CPI, não era esclarecer nada. Eles foram literalmente desmoralizados durante o depoimento, pois evidenciou-se a falta de qualquer base séria para essas acusações<sup>73</sup>.

Além disso, houve uma campanha difamatória realizada por parte da imprensa, com o intuito de mobilizar a opinião pública, reforçando a ideia de corrupção e subversão, pois

A cada depoimento, uma manchete na imprensa era publicada sempre de forma pejorativa e acusatória, mesmo estando o processo em andamento. O veredito [...], ao que parece, já estava de certa forma acordado entre os organizadores<sup>74</sup>.

A CPI concluiu seus trabalhos em maio de 1964 e, embora não tenha conseguido provar nenhuma das acusações, contribuiu para reforçar a ideia de ameaça comunista representada pela UNE. Esse foi, inclusive, o principal argumento para justificar à

---

<sup>71</sup> Cf.: BOTELHO, Willian Marcos. A História da Comissão Parlamentar de Inquérito da União Nacional dos Estudantes – CPI da UNE (1964). Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

<sup>72</sup> Ibid., p. 101.

<sup>73</sup> SERRA, José. A UNE e o Golpe de 1964. In: História da UNE -volume 1: depoimentos de ex-dirigentes. Editorial Livramento, São Paulo, 1980, p. 28.

<sup>74</sup> BOTELHO, Willian Marcos. Ibid, p. 102.

sociedade brasileira a repressão ao movimento estudantil logo após a chegada dos militares ao poder.

No dia 1º de abril de 1964 a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), localizada na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, foi depredada e incendiada. De acordo com a reportagem do Jornal *O Globo* a população assistiu com grande entusiasmo e euforia, cantando o Hino Nacional, agitando lenços e a bandeira do Brasil, além dos moradores de edifícios próximos atirarem rosas e papéis picados em celebração a esse episódio<sup>75</sup>.

No dia 9 de abril ocorreu a primeira invasão à Universidade de Brasília (UnB) por uma tropa de cerca de 400 homens armados da Polícia Militar (PM)<sup>76</sup>, que prendeu diversos professores e estudantes. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, dois fatores explicam a repressão à UnB: era um local considerado um “antro de comunistas” pela atração exercida pelas Reformas de Base e pelo inovador projeto acadêmico da universidade, além de congregar estudantes de diversas regiões do país, o que contribuía para disseminar “ideias e comportamentos subversivos”<sup>77</sup>.

No entanto, houve reações estudantis favoráveis ao golpe civil-militar. Em São Paulo, alunos da Universidade Mackenzie fizeram um comício pelas ruas da cidade em comemoração à deposição de João Goulart, logo no dia 02 de abril. Segundo o vice-presidente do Partido Acadêmico Realizador, da Faculdade de Direito do Mackenzie, “O Brasil volta a trajar suas vestes de país livre. Conseguimos condições para que se cumpra o dístico do nosso pavilhão: Ordem e Progresso”<sup>78</sup>.

No dia seguinte, o Centro Acadêmico João Mendes Júnior, da Faculdade de Direito do Mackenzie, além de estudantes de Direito, Farmácia e Bioquímica da Universidade de São Paulo (USP) divulgaram comunicados exaltando a ação das Forças Armadas e se comprometendo a “continuar em vigília cívica, dispostos para a ação, até o momento de comemorar a vitória final”<sup>79</sup>.

Nesse mesmo dia, alunos de Direito do Mackenzie invadiram a sede do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) para destruir papéis e livros. O ato gerou revolta nos estudantes de Filosofia da USP que resolveram

---

<sup>75</sup> “Incendiado o prédio da UNE”. Jornal *O Globo*, 2 abr. 1964, p.6.

<sup>76</sup> “Presos professores e alunos da Universidade de Brasília”. *Jornal do Brasil*, 10 abr.1964, p. 5.

<sup>77</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Ibid.*, p. 32.

<sup>78</sup> “Estudantes do Mackenzie apoiam Kruef”. *Folha de São Paulo*, 02 abr. 1964, p. 27.

<sup>79</sup> “Aplaudem Forças Armadas estudantes da Mackenzie e prometem vigília cívica”. *O Globo*, 03 abr. 1964, p. 14.

realizar uma assembleia para discutir sobre o ataque feito por alunos do Mackenzie, e a posição a ser tomada em virtude da deposição de João Goulart. A realização de uma assembleia de alunos na USP foi denunciada e o Departamento de ordem Política e Social (DOPS) enviou um pelotão de choque que prendeu alguns alunos e fechou a Faculdade de Filosofia<sup>80</sup>.

Na Faculdade de Direito da USP, um grupo de alunos elaborou um manifesto denunciando a vinculação do presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto ao “esquema comunista, totalitário e anticristão” e sua “traição à causa democrática”, além do abandono do cargo. Por isso, propunham a mudança do Centro Acadêmico para a Universidade Mackenzie, “onde se encontram reunidos todos os estudantes democratas de São Paulo” e a convocação de uma eleição para a escolha de uma nova diretoria<sup>81</sup>.

Diante da repressão, estudantes que eram favoráveis ao movimento golpista buscaram controlar a União Estadual dos Estudantes (UEE) de São Paulo. Para isso, criaram a Frente Democrática Universitária (FDU) que, em assembleia realizada logo após ao golpe civil-militar, “resolveu intervir na União Estadual dos Estudantes para não permitir que a intervenção fosse feita por pessoas alheias ao movimento estudantil”<sup>82</sup>. Desse modo, a FDU considerou vagos os cargos de todos os diretores da UEE-SP e nomeou um interventor para exercer interinamente a presidência da entidade.

No Rio Grande do Sul, também houve manifestações de apoio de estudantes ao golpe. No dia 2 de abril foi publicado um manifesto da Federação dos Estudantes Universitários Particulares do Rio Grande do Sul (FEUP) que parabenizou “os verdadeiros patriotas” que

[...] unissonamente levantados em todo o país, souberam conduzir sua justificada rebeldia, extirpando da Pátria o canero da subversão sem levar-nos à luta fratricida ou a regime de exceção. O mal está sanado e o processo democrático segue seu rumo normal<sup>83</sup>.

Nesse mesmo dia, cerca de 300 estudantes da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) também publicaram um manifesto

---

<sup>80</sup> “Fechada a Faculdade de Filosofia da USP”. *O Globo*, 3 abr. 1964, p. 9.

<sup>81</sup> “Tranquilidade e ordem na Capital”. *O Estado de São Paulo*, 04 abr. 1964, p. 12.

<sup>82</sup> “Presidente da UEE denuncia novas manobras comunistas”. *O Estado de São Paulo*, 26 abr. 1964, p. 22.

<sup>83</sup> Manifesto da Federação dos Estudantes Universitários Particulares. Disponível em: [http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/zh\\_golpe50anos/index.html](http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/zh_golpe50anos/index.html). Acesso em 28 fev. 2020.

no jornal *Correio do Povo* em apoio ao golpe, alegando que essa ação foi necessária para conter o avanço do comunismo no país e em defesa das liberdades democráticas. Nos dias seguintes, outras entidades estudantis também se posicionaram favoráveis à chegada dos militares ao poder<sup>84</sup>.

No Rio de Janeiro, a União Metropolitana dos Estudantes (UME) enviou um comunicado à imprensa, expressando sua confiança nas Forças Armadas e declarando sua confiança no papel das Forças Armadas em reconduzir “a Nação à legalidade constitucional”<sup>85</sup>. O documento também criticava os extremismos de esquerda e direita, condenava a ideia de que os estudantes formavam uma frente única e destacava que “havia preocupações mais importantes e do interesse de todos, tais como a Reforma Universitária e a melhoria das condições e técnicas de ensino”<sup>86</sup>. Houve também manifestação de apoio ao golpe do Diretório Acadêmico da Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que considerou o episódio um “magnífico desfecho da crise que vinha conturbando a alma coletiva da Nação”<sup>87</sup>.

Antes do golpe de 1964, nas eleições de várias e importantes entidades estudantis, foram escolhidas chapas de oposição à política da UNE, como nas uniões estaduais de Pernambuco, Minas, Bahia, Santa Catarina e na UME. Além de vários Centros Acadêmicos terem se desligado da UNE em “repúdio às ações da entidade, as quais entenderam terem se convertido à subversão”<sup>88</sup>. Essas entidades não sofreram repressão imediata após o golpe, pois, provavelmente, apoiaram ou silenciaram-se em relação ao acontecimento<sup>89</sup>.

Porém, em junho, a imprensa noticiou que o ministro da Educação, Flavio Suplicy Lacerda, enviara ao marechal Castelo Branco um anteprojeto de lei que propunha a extinção da UNE e de outras entidades de representação estudantil de nível superior e

---

<sup>84</sup> Cf.: LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. *A direita estudantil universitária no Rio Grande do Sul: entre a democracia e a ditadura (1961-1968)*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

<sup>85</sup> BRAGHINI, Katya Zuquim; CAMESKI, Andreza Silva. “Estudantes democráticos”: a atuação do movimento estudantil de “direita” nos anos 1960. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, n°. 133, p. 945-962, out.-dez., 2015, p. 954.

<sup>86</sup> Idem, *Ibid.*

<sup>87</sup> Nota oficial. Recortes de jornais e textos sobre as manifestações estudantis em relação às anuidades e à ditadura. Fundo Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional/ Documentos micrográficos. Código de Referência BR\_RJANRIO\_PE\_0\_0\_0091\_d0001de0001, 6 de abr. 1964, p. 54.

<sup>88</sup> Idem, *ibid.*

<sup>89</sup> SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió: EDUFAL, 2005, p. 51.

secundarista<sup>90</sup>. Além da violência policial, a ditadura, por meio do Ministério da Educação, buscou controlar o movimento estudantil, criando entidades. Em um primeiro momento, o projeto não era extinguir a UNE, mas enfraquecê-la.

A primeira reação veio por meio de uma nota oficial produzida pelo Conselho de Representantes da União Metropolitana dos Estudantes (UME) que, além da crítica ao anteprojeto, se comprometia a enviar um substitutivo ao general Castelo Branco. Nesse documento, a UME defendia o direito de reunião e de livre manifestação do movimento estudantil por meio dos seus órgãos de representação e afirmava que a extinção deles representava um ataque aos fundamentos da própria democracia.

Ainda na nota, a UME destaca a importância da atuação política dos estudantes, principalmente no caso brasileiro, devido ao seu estágio de desenvolvimento. Para a entidade “[...] a responsabilidade do estudante não se esgota com o cumprimento de suas obrigações escolares, mas prolonga-se até a discussão dos problemas nacionais e das soluções concretas a eles apresentadas.” Diante disso, declarava a intenção de propor uma solução que atendesse aos ideais do que definiam como “um movimento estudantil autêntico”, que fosse “livre de pressões governamentais e voltado para os interesses dos estudantes.”<sup>91</sup>

O objetivo era estabelecer um diálogo com o novo governo e, dessa forma, impedir o fim das entidades estudantis. Nesse período, como já mencionado, a UME era liderada por uma parcela de estudantes que não sofreu repressão imediata ao golpe civil-militar. Além disso, a busca pelo diálogo era um posicionamento compartilhado por outras entidades, pois a UME estava integrada às Uniões Estaduais de Pernambuco, Paraná e de Minas Gerais, “que apesar de progressistas, foram consideradas ‘reacionárias’ pela UNE setorial do final do Governo Goulart [...]”<sup>92</sup>

Houve ainda reações de outros grupos estudantis, como dos Diretórios Acadêmicos da Faculdade de Filosofia e da Escola Politécnica, ambos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), contra a extinção dos órgãos de representação<sup>93</sup>. Embora o grêmio universitário da PUC - RJ tivesse rompido com a UNE,

---

<sup>90</sup> SANTANA, Flavia de Angelis. Movimento estudantil e ensino superior no Brasil: A reforma universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p. 129

<sup>91</sup> UME favorável aos órgãos estudantis”. *Correio da Manhã*, 11 jun. 1964, reportagem de capa.

<sup>92</sup> Idem.

<sup>93</sup> “Diretório contra extinção da UNE”. *Correio da Manhã*, 13 jun. 1964, p. 5 e “Diretório da PUC contra fim da UNE e proibição de greve de estudantes”. *Jornal do Brasil*, 13 jun. 1964, p.10

desde 1962, se opunha “à extinção do movimento estudantil brasileiro”<sup>94</sup>. Isso demonstra que, embora existissem grupos estudantis favoráveis ao processo de expurgo da UNE e de outras entidades que possuíam lideranças de esquerda, havia parcelas significativas de estudantes que eram contra a extinção de suas entidades tradicionais de representação.

No entanto, diante da resistência da maioria dos estudantes contra a interferência no movimento estudantil, por meio de inúmeras manifestações de repúdio, a ditadura respondeu com maior furor: extinguiu a UNE e as demais entidades estudantis. A reação dos estudantes demonstrava a relativa autonomia da categoria juvenil frente à tentativa dos mais “velhos” em controlá-los. Isso pode ser constatado na oposição ao projeto do governo, inclusive dos grupos que não se identificavam como de esquerda. Embora muitos desses grupos fossem favoráveis ao fim da hegemonia das esquerdas na UNE, seu propósito não era a extinção da entidade. Por isso, buscaram defendê-la por meio da mobilização dos estudantes.

A ideia de controlar as juventudes é algo que perpassa diversas sociedades na História, que acreditam que os mais “velhos” são mais aptos a tomarem decisões acertadas devido às experiências vividas e à maturidade adquirida ao longo dos anos. Nessa perspectiva, os jovens seriam um grupo em formação, incapaz de tomar decisões corretas e que deve ser direcionado para garantir a manutenção do *status quo*.

No dia 9 de novembro de 1964 foi promulgada a Lei Suplicy, em referência ao então ministro da Educação, que determinou a criação de novas entidades: o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), de abrangência nacional, e em cada estado, o Diretório Estadual de Estudantes (DEE), com o objetivo de enfraquecer a UNE e as UEE’s<sup>95</sup>. Os Centros Acadêmicos (CAs) foram substituídos pelos Diretórios Acadêmicos (DAs), e cada universidade poderia criar o seu Diretório Central de Estudantes (DCE).

No entanto, era proibida a realização de atividades de natureza política ou partidária, bem como greves e outros tipos de manifestações. Ainda segundo a lei Suplicy, não seria permitida a candidatura de repentes, visto que muitos estudantes de esquerda eram acusados de serem “estudantes profissionais”.

Para a ditadura, uma das finalidades desses órgãos era promover debates de “caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo”<sup>96</sup>, com o

---

<sup>94</sup> Idem.

<sup>95</sup> A Lei 4.464, conhecida como Lei Suplicy, não extinguiu a UNE, mas revogou o Decreto – lei nº 4105, de 11 de fevereiro de 1942, que a considerava como órgão de representação dos estudantes.

<sup>96</sup> BRASIL. Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 11 nov. 1964. Disponível em:

objetivo de aprimorar a formação acadêmica. Além disso, era obrigatório que todos votassem na eleição de representantes dos Diretórios Acadêmicos, do contrário seriam impedidos de prestar os exames finais. O objetivo era demonstrar que a eleição de representantes de esquerda ocorria porque a chamada “maioria silenciosa” dos estudantes não participava do processo eleitoral, principalmente pelo desinteresse na atuação dos órgãos de representação estudantil.

Há ainda outros dois fatores que explicam essa obrigatoriedade: afirmar que o novo regime era uma democracia, permitindo aos estudantes escolher seus representantes, e identificar focos das esquerdas nas universidades. Afinal, caso um representante desses grupos fosse eleito, isso poderia significar uma quantidade expressiva de simpatizantes das esquerdas.

Os ataques da ditadura à UNE e às UEE's tinham o objetivo de provocar o esvaziamento político do movimento estudantil. No entanto, a Lei Suplicy não foi aceita pela maioria dos estudantes, inclusive pelos grupos que se identificavam com as direitas, que não desejavam a extinção da UNE, mas o banimento das lideranças que representavam a influência das esquerdas na entidade<sup>97</sup>.

Dessa forma, a interferência da ditadura não correspondeu aos anseios dos estudantes que almejavam manter seus espaços de atuação. Além disso, o conteúdo da lei “contrariava os princípios básicos do funcionamento de qualquer entidade de representação: direito de autonomia, de organização interna, de livre manifestação de pensamento e de associação”<sup>98</sup>.

### 1.1) A reação estudantil à Lei Suplicy

Logo após a sanção presidencial da extinção da UNE, os estudantes se mobilizaram na busca de soluções para garantir a permanência da entidade. Em São Paulo, os alunos do Grêmio Politécnico da USP propuseram convocar um plebiscito a fim

---

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 30 set.2019.

<sup>97</sup>Cf.:SANTOS, Rafaela Mateus Antunes dos Santos. *O outro lado da Rua Maria Antônia: a atuação das juventudes de direita em 1960*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015 e LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. Ibid.

<sup>98</sup> FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, p. 61.

de que os estudantes decidissem pelo reconhecimento ou não da UNE como entidade representativa<sup>99</sup>.

No Rio de Janeiro, universitários ligados à UME decidiram criar Comissões de Estudos Jurídicos sobre a validade da extinção da UNE, além da realização do plebiscito e de passeatas<sup>100</sup>. A ideia era garantir a permanência da UNE como entidade civil, sem o recebimento de auxílio financeiro do governo. Em Pernambuco, a maioria dos presidentes de Diretórios Acadêmicos lançaram um manifesto em que expressavam “sua repulsa e seu protesto ao antidemocrático projeto Suplicy”<sup>101</sup>.

Contudo, a rejeição à Lei Suplicy não foi unânime no movimento estudantil do país. No Rio Grande do Norte, o projeto de desarticulação teve pouca repercussão. Isso em parte ocorreu porque a maioria era controlada por interventores e pela existência de grupos que compartilhavam dos ideais defendidos pela ditadura. Além disso, suas lideranças se pronunciaram favoráveis para a aprovação da lei<sup>102</sup>.

Com o objetivo de continuar a mobilização dos estudantes em defesa da UNE foi realizado em janeiro de 1965 o Conselho Extraordinário Nacional de Estudantes, para eleger um presidente interino até a realização do Congresso anual, previsto para julho, que escolheria o presidente definitivo da entidade. No primeiro semestre de 1965, além da preparação para o plebiscito em relação à permanência da UNE, que já estava sendo gestada, um dos episódios de maior repercussão ocorreu em março, quando o marechal Castelo Branco recebeu vaias<sup>103</sup> em uma aula inaugural na Escola Nacional de Arquitetura, na ilha do Fundão.

Imediatamente, cinco alunos foram presos por soldados da Polícia do Exército (PE) e, embora tenham sido libertados, pouco tempo depois, foi convocado o Conselho Executivo da Universidade do Brasil (UB) para decidir que a punição seria a suspensão por trinta dias. A repressão à manifestação contrária ao governo não inibiu os estudantes. Um episódio semelhante ocorreu na aula inaugural da Faculdade Nacional de Filosofia.

---

<sup>99</sup> “Castelo sanciona extinção da UNE e veta a parte que permitia as reeleições”. *Jornal do Brasil*, 10 nov. 1964, p. 12.

<sup>100</sup> “Universitários criam comissões de estudo”. *Jornal do Brasil*, 11 nov. 1964, p. 5.

<sup>101</sup> “Estudantes contra o fechamento da UNE”. *Correio da Manhã*, 8 nov. 1964, p. 14.

<sup>102</sup> SILVA, Justina Iva de Araújo. *Estudantes e política: estudo de um movimento (RN-1960 – 1969)*. São Paulo: Cortez Editora, 1989, p. 134.

<sup>103</sup> Os relatos nos jornais divergem quanto a quantidade de alunos que participaram do ato – enquanto o *Jornal do Brasil* informa a presença de 150 alunos, o jornal *O Globo* descreve como um grupo. Cf.: “Estudantes vão a Castelo no início do ano universitário”. *Jornal do Brasil*, 10 mar. 1965, p. 3 e “Castelo defende liberdade de opinião na universidade”. *O Globo*, 10 mar. 1965, p. 13.

A maioria dos estudantes se retirou quando foi dada a palavra ao chefe da Casa Civil da Presidência da República, Luís Viana Filho<sup>104</sup>.

A aprovação da Lei Suplicy e a prisão dos estudantes contribuíram para uma mudança no posicionamento da UME, que abandonou a busca pelo diálogo e passou a fazer oposição ao governo. Por meio de um comunicado divulgado pela imprensa, a UME esclareceu que o ato não tinha sido promovido por nenhuma entidade estudantil e, sim, uma reação espontânea “dos estudantes presentes como manifestação de repúdio à política do atual governo com relação ao movimento estudantil”<sup>105</sup>. A orientação dada aos estudantes era de não comparecer às solenidades de abertura do ano letivo da Universidade do Brasil, como forma de protesto pacífico à interferência e repressão ao movimento estudantil.

Já o presidente interino da UNE, Alberto Abissamara, explicou que a vaia tinha sido “espontânea” e que “não visava diretamente ao presidente Castelo Branco, mas a toda a sua comitiva”. Além disso, condenou a punição aos estudantes e alertou que a solução para os embates entre o movimento estudantil e governo seria a correção das “falhas na orientação governamental, para que possamos ter, na realidade, uma vida tranquila e sem temores de ideologias que não representam a verdadeira índole do povo brasileiro”<sup>106</sup>.

Segundo João Roberto Martins Filho, os posicionamentos da UME e da UNE, neste período, refletiam o predomínio do que ele definiu como “posições liberais elitistas”, porque ambos defendiam a preservação da autonomia das entidades e oposição ao autoritarismo da ditadura, sem, contudo, estarem alinhados à esquerda estudantil. Ou seja, a partir de 1965, devido à forte repressão realizada pelo regime militar aos estudantes, importantes frentes do movimento estudantil no Brasil, mesmo não sendo alinhados à esquerda, passaram a fazer oposição à ditadura.

Nessa conjuntura, as aspirações dos diferentes grupos políticos e ideológicos existentes no meio estudantil convergiram contra as ações do governo, com destaque para a Lei Suplicy, por representarem uma ameaça à autonomia dos estudantes. Isso explica a razão pela qual, nos primeiros meses após o golpe de 1964, grupos estudantis ligados a União Democrática Nacional (UDN) faziam manifestações constantes em defesa da UNE. Até Carlos Lacerda, governador da Guanabara entre 1960-1965, condenou os

---

<sup>104</sup> POERNER, Arthur. *Ibid.*, p. 270.

<sup>105</sup> “UB suspende jovens que vaiaram o presidente”. *Correio da Manhã*, 11 mar. 1965, reportagem de capa.

<sup>106</sup> *Ibid.*

ataques ao movimento estudantil, defendeu a devolução da sede da UNE e a autonomia dos órgãos de representação dos estudantes.

Desse modo, João Roberto Martins Filho, concluiu que

[...] a sustentação da política autoritária de destruição da UNE e da representação estudantil contou, no meio universitário, apenas com a adesão extremamente minoritária de algumas tendências, que parecem representar os setores burgueses do estudantado (por exemplo, o “C.A. Horácio Lane” da Universidade Mackenzie e o “Partido da Representação Acadêmica” da Faculdade de Direito da USP)<sup>107</sup>.

A análise feita por João Roberto Martins Filho trouxe grande contribuição aos estudos sobre o movimento estudantil após o golpe de 1964, pois grande parte da historiografia que trata sobre o tema e período deu ênfase à atuação dos grupos de esquerda. Isso contribuiu para fortalecer o imaginário de que todo jovem universitário lutou contra a ditadura e que era a favor de uma revolução de caráter socialista no Brasil.

É preciso considerar a pluralidade de posições políticas e ideológicas que existiam no movimento estudantil para compreender a atuação de tal segmento nesse período. Além disso, é fundamental entender que os jovens, embora sejam influenciados pelo meio em que vivem, como a família e outras instituições, em seu processo de formação, possuem sua própria vontade e expectativas.

No entanto, isso não significa considerar que os grupos que defendiam o regime militar fossem oriundos necessariamente da burguesia, apesar de a maioria dos universitários brasileiros na década de 1960 ser de classe média e alta. No entanto, ser “burguês” não significativa automaticamente ser favorável à ditadura. E, de fato, essa perspectiva adotada por João Martins Roberto Filho compromete a sua análise sobre a atuação do movimento estudantil entre 1964-1968, devido ao grande enfoque à questão de classe.

Ainda em abril de 1965, teve início a realização do plebiscito que consultaria os estudantes acerca da Lei Suplicy. As cédulas para a votação continham a seguinte pergunta: “Você concorda com a Lei 4.464, Lei Suplicy, que restringirá a autonomia das entidades estudantis?”. Em São Paulo, o resultado do plebiscito foi uma grande rejeição

---

<sup>107</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968. Campinas, SP: Papyrus, 1987, p. 94.

da Lei Suplicy. Dos 20.170 votantes, 16.569 universitários votaram contra lei e 2.747 a favor. O número de abstenções foi baixo: 499 votos em branco e 349 nulos<sup>108</sup>.

No Rio de Janeiro, embora a expectativa da diretoria da UME fosse de que, pelo menos 20.000 universitários votassem, o resultado parcial, divulgado no dia 19 de maio de 1965, quase um mês depois do início da votação na Guanabara, mostrou que apenas 7.583 universitários tinham participado do plebiscito. No entanto, 6.167 foram contra à Lei Suplicy.<sup>109</sup>

O resultado nacional do plebiscito mostrou que havia uma grande rejeição em relação à Lei Suplicy, pois 92,5% dos estudantes tinham votado pelo não<sup>110</sup>. Ainda que os dados do plebiscito possam ser alvos de forte questionamento, os inúmeros episódios de manifestações relatados demonstram um grande descontentamento por parte dos universitários em relação à interferência da ditadura, inclusive dos grupos e movimentos contrários aos ideais da esquerda.

Ainda em outubro de 1965, a ditadura decretou o Ato Institucional nº2, que determinou a eleição indireta para presidente e vice-presidente pelo Congresso Nacional e a extinção dos partidos políticos. Além disso, concedia ao presidente o poder de decretar estado de sítio, suspendeu a estabilidade dos funcionários públicos e restabeleceu a suspensão dos direitos políticos aos que demonstrassem “incompatibilidade com os objetivos da Revolução”<sup>111</sup>.

A implantação do Ato Institucional nº2 gerou grande descontentamento em diversos grupos sociais e políticos que apoiaram o golpe de 1964, visto que representou o prolongamento da permanência dos militares no poder e impediu a população de escolher o presidente nas eleições de 1965. Contudo, cabe destacar que, para além dos fins políticos, o AI nº 2 estabeleceu medidas que legitimavam a repressão às Universidades e ao movimento estudantil, em um contexto marcado por grande contestação à intervenção da ditadura nesses setores.

A gestão de Flavio Suplicy de Lacerda à frente do MEC foi alvo de muitas críticas, inclusive da imprensa, e até dos americanos, que eram grandes aliados do governo de Castelo Branco, devido ao uso da repressão para tratar a questão juvenil. Segundo

---

<sup>108</sup> “Liberdade universitária”. *Correio da Manhã*, 9 abr. 1965, p.6.

<sup>109</sup> “Seis mil contra a Lei Suplicy”. *Correio da Manhã*, 19 maio 1965, p. 10

<sup>110</sup> POERNER, Arthur. *Ibid.*, p. 273.

<sup>111</sup> BRASIL. Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm). Acesso em 21 jan. 2020.

Rodrigo Patto, suas ações chocaram até “diplomatas americanos, que apoiavam a tentativa de criar líderes estudantis ‘democráticos’, que financiavam viagens de jovens brasileiros para os Estados Unidos”<sup>112</sup> para aproximá-los dos ideais estadunidenses.

No que diz respeito à Lei Suplicy, embora a tentativa de criar entidades mais “democráticas”, de acordo com o jargão do governo, não tenha sido um sucesso entre os estudantes, essa medida levou ao gradual enfraquecimento da UNE e das demais entidades tradicionais. Além disso, atingiu a atuação dos estudantes dentro das universidades, pois houve a extinção de várias DA’s e outros órgãos de representação estudantil, devido essa recusa de diversos grupos de participar das eleições.

Em novembro de 1965, Flavio Suplicy incentivou, em reunião pública com estudantes alinhados à ditadura, a se invadir sedes da UEE e centros acadêmicos controlados por grupos das esquerdas. Depois desse episódio, foi substituído por Pedro Aleixo, político experiente que iniciou sua trajetória política na Revolução de 1930. Foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN) e era filiado à recém-criada Aliança Renovadora Nacional (ARENA)<sup>113</sup>.

A ideia de nomear um político experiente para o MEC era estabelecer diálogo e, dessa forma, melhorar a relação com os estudantes, professores e as universidades. No entanto, Pedro Aleixo ficou apenas seis meses no cargo e saiu para concorrer a vice-presidente do “candidato” a presidente, general Costa e Silva. Ainda que Pedro Aleixo tenha ficado pouco tempo no MEC e que sua gestão não tenha sido profícua, nesse período ocorreram episódios importantes, que mobilizaram os estudantes contra as ações repressivas da ditadura.

## **1.2) As manifestações estudantis em 1966**

O ano de 1966 foi marcado por inúmeras manifestações estudantis. Em fevereiro, alunos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)<sup>114</sup> realizaram um boicote contra o pagamento de anuidades. Em março, foi realizado um ato público na USP contra

---

<sup>112</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Ibid.p.74.

<sup>113</sup> Idem.

<sup>114</sup> A Lei nº 4.759, de 20 ago. 1965, determinou que todas as universidades e escolas técnicas federais, vinculadas ao MEC e localizadas nas capitais dos estados seriam deveriam ser nomeadas com o título “federal”, além da denominação do respectivo estado. Desse modo, a Universidade do Brasil foi renomeada como Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sobre este tema, cf.: Cunha, Luiz Antônio. Ibid.

o aumento nas taxas escolares<sup>115</sup>. Ainda em março, ocorreram os principais episódios que mobilizaram estudantes de diversas partes do país.

Uma questão que incomodava extremamente os jovens era as poucas vagas que existiam nas universidades brasileiras. Ainda que, entre 1940-1960, tenha ocorrido uma expressiva expansão do número de vagas, esse processo não foi proporcional à demanda. Nesse período, algumas faculdades aprovavam, nos exames de seleção, um número de candidatos superior às vagas, o que levou ao surgimento da figura do “excedente”, estudante aprovado, mas que não necessariamente conseguia ingressar na universidade.

O mês de abril foi marcado pela agitação estudantil, com destaque para o Rio de Janeiro. No dia 2, mais de vinte e cinco entidades estudantis lançaram um manifesto em repúdio as comemorações aos dois anos do golpe civil-militar e reivindicavam “eleições livres e diretas, extensão do voto ao analfabeto, revogação dos Atos Institucionais, convocação de uma Constituição Popular, fim do terrorismo cultural, autonomia universitária e anistia geral”<sup>116</sup>.

Ainda que os comunicados oficiais emitidos por entidades de representação estudantil possam ser alvo de questionamento, no que diz respeito à real representatividade do meio estudantil, visto que eles eram elaborados pelas lideranças, esse tipo de ação incomodava a ditadura, principalmente, pelo fato de serem publicadas em jornais.

Nesse contexto, havia um grande desgaste na relação entre estudantes e universidades, e estudantes e o regime militar, desde o golpe de 1964. Ademais, demonstrava que grandes parcelas dos setores estudantis estavam insatisfeitas com as interferências no meio estudantil e que, sempre que seus interesses estivessem ameaçados, haveria estudantes dispostos a agir a favor de suas demandas.

Para o governo, o primeiro passo para atenuar a situação era buscar o entendimento entre alunos e reitorias, por meio de um processo de “reconciliação”. Desse modo, o ministro da Educação, Pedro Aleixo, orientou os reitores das universidades a estabelecerem um diálogo “franco” com os estudantes<sup>117</sup>, visto que a agitação juvenil era um mal a ser combatido. Dessa forma, o controle sobre o meio estudantil era uma questão prioritária, já no início de 1966. No entanto, para o governo Castelo Branco, a origem da

---

<sup>115</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *Ibid.*, p. 106.

<sup>116</sup> Entidades estudantis lançam manifesto contra a Revolução”. *Jornal do Brasil*, 2 abr. 1966, p. 14

<sup>117</sup> “Aleixo manobra para reconciliar estudantes e reitorias”. *Jornal do Brasil*, 14 abr. 1966, p. 16.

“subversão” estudantil estava na influência comunista que pairava sobre grande parte dos jovens brasileiros<sup>118</sup>.

Em um discurso proferido na Universidade Federal da Paraíba, no início de maio, o general Castelo Branco declarou a inexistência “de qualquer restrição à livre manifestação de pensamento”, afirmando a liberdade de cátedra, assim “como livres são os estudantes para todas as reivindicações pertinentes às suas atividades universitárias”. No entanto, destacou que “O importante, porém, é que libertado de qualquer influência estranha à própria vida universitária, se revista o movimento estudantil de uma nota nítida de autenticidade”<sup>119</sup>.

O discurso de Castelo Branco revelava uma percepção sobre a atuação do movimento estudantil que era compartilhada por outras autoridades políticas e militares do período. Como já mencionado, essa perspectiva buscava deslegitimar a luta dos jovens em prol de suas demandas ao definir que suas insatisfações, como a Lei Suplicy, a cobrança de anuidade nas universidades e o aumento do preço da refeição no restaurante da Cidade Universitária, eram exemplos da “subversão” existente no movimento estudantil em decorrência da “influência externa”.

Ora, as várias ações autoritárias adotadas pela ditadura, desde 1964, geraram descontentamento entre inúmeros jovens, independente da sua posição político-ideológica, porque atingiram sua autonomia e suas concepções em relação ao que acreditava-se ser o papel dos jovens dentro e fora das universidades. Isso explica a grande adesão em diversos atos realizados pelo movimento estudantil contra o autoritarismo do governo, do MEC e dos dirigentes das universidades.

Mas, nos primeiros meses de 1966, a estratégia do governo foi anunciar que estava disposto a estabelecer diálogo com os estudantes e, dessa forma, orientou Pedro Aleixo a divulgar esse posicionamento visto que, diante dos acontecimentos de março e abril, ele anunciou a intenção de “promover o entendimento entre os estudantes e reitorias, visando à reconciliação das partes e adotar medidas para evitar as manifestações estudantis como as que recentemente ocorreram”<sup>120</sup>.

Mesmo diante do aumento da repressão ao movimento estudantil, os estudantes ligados à UNE decidiram pela realização do seu congresso anual. No início de janeiro de

---

<sup>118</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *Ibid.*, p. 100.

<sup>119</sup> “O presidente reafirma aos jovens que não há restrições às suas atividades”. *O Globo*, 03 maio 1966, p.3.

<sup>120</sup> “Aleixo manobra para reconciliar estudantes e reitorias”. *Jornal do Brasil*, 19 abr. 1966, p. 16.

1966, a entidade foi suspensa por seis meses a pedido do Ministro da Justiça, Juracy Magalhães, por decreto presidencial<sup>121</sup>. Do ponto de vista dos organizadores, o congresso era legal visto que o prazo de suspensão da entidade tinha terminado, tanto que, no início de junho, as datas e o local em que ocorreriam o evento foram divulgadas na imprensa. O congresso estava programado para ocorrer nos dias 28 de julho a 1º de agosto, em Belo Horizonte<sup>122</sup>.

No entanto, o governo federal proibiu a realização do evento sob a alegação de que, embora o prazo da suspensão estivesse próximo de terminar, a Procuradoria Geral da República já tinha requerido a extinção definitiva da entidade<sup>123</sup>. O posicionamento dos estudantes foi de desafiar a ditadura, afirmando que “Se o conclave não se realizar, ou por mando militar, ou pela prisão de universitários, a resposta será uma greve estudantil de âmbito nacional”<sup>124</sup>.

No entanto, o ápice das manifestações juvenis ocorreu em setembro, o que fez com que este período ficasse conhecido como “Setembrada”. Um dos principais pontos de insatisfação dos estudantes era a cobrança de anuidade nas universidades. O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), elaborado sob a direção de Roberto Campos, Ministro do Planejamento, definiu a educação como “capital humano” e, por isso, foi motivo de ter sido incluída em um plano voltado à economia.

De acordo com o PAEG, era necessário abandonar o critério da demanda social, utilizado no processo de expansão do ensino superior, que ocorreu em anos anteriores à 1964, para ser adotado um novo critério, baseado na economia de cada região. Segundo Luiz Antônio Cunha, o plano propunha levar em conta “a demanda dos três setores da produção”, “as condições de eficácia das instituições de ensino” e as “condições mínimas do fator organização, compreendendo estruturação, sistema de funcionamento e recursos financeiros”<sup>125</sup>.

O objetivo era estabelecer restrições para a expansão do ensino superior, embora o governo reconhecesse a existência de um déficit de vagas. Para isso, o PAEG definiu que

---

<sup>121</sup> BRASIL. Decreto nº 57.634, de 14 de janeiro de 1966. Suspende as atividades da União Nacional dos Estudantes (UNE). Diário Oficial da União, Brasília, 18 jan. 1966. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-57634-14-janeiro-1966-398199-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 27 jan. .2020.

<sup>122</sup> “Extinta UNE realizará em julho Congresso com 5 mil estudantes em Minas”. *Jornal do Brasil*, 3 jun. 1966, p. 15.

<sup>123</sup> “Proibido congresso da UNE”. *O Estado de São Paulo*, 13 jul. 1966, p. 5.

<sup>124</sup> “A UNE desafia as autoridades”. *O Estado de São Paulo*, 14 jul. 1966, p. 10.

<sup>125</sup> CUNHA, Luiz Antonio. *Ibid.*, p. 71.

[...] apenas jovens de uma certa faixa etária das cidades de um certo porte poderiam ter reconhecido seu direito de uma candidatura ao ensino superior; admitiu a necessidade de um aumento de 180 mil matrículas até 1970, para atender a critérios que permitissem que a população das cidades com mais de 50 mil habitantes tivesse um aluno matriculado para cada 100 habitantes, ou uma matrícula para 11 habitantes de 20 a 24 anos. Com isso, previa a matrícula de 300 mil alunos no ensino superior, em 1970, cerca de três alunos por mil habitantes<sup>126</sup>.

O PAEG também estabeleceu que deveria ocorrer a “adequação da aprendizagem à necessidade” do mercado de trabalho e a cobrança de anuidade das universidades “em função do seu custo e do alto incremento que traz aos diferenciais de rendimento”. Desse modo, o plano previa que os alunos deveriam pagar diretamente as anuidades da universidade ou obter uma bolsa restituível, existente para a manutenção do estudante ou para a cobertura das anuidades. Com relação à obtenção das bolsas, elas “deveriam ser concedidas aos estudantes dos cursos julgados prioritários, aos que provassem um aproveitamento mínimo e que proviessem de famílias com incapacidade financeira comprovada”<sup>127</sup>.

Em agosto de 1966, os estudantes da FND começaram a se mobilizar contra o pagamento da segunda cota e ameaçaram entrar em greve, no final do mês, caso a reivindicação não fosse atendida. A resposta do Conselho Universitário foi decidir pelo cancelamento das matrículas dos estudantes que se recusassem a pagar, sem um motivo justo<sup>128</sup>.

Diante da resistência e da mobilização feita pelos integrantes do CACO, que fixaram cartazes e faixas na porta da Faculdade para conscientizar os alunos sobre a necessidade de não realizar o pagamento, o Conselho Universitário resolveu puni-los com a dissolução de sua diretoria e impediu o ingresso dos alunos punidos até a conclusão do inquérito que foi instaurado<sup>129</sup>.

A posição em defesa do não pagamento de anuidades se alastrou para outras Faculdades da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o que levou milhares de alunos da instituição a decretarem greve feral. A postura do Conselho Universitário se

---

<sup>126</sup>Ibid.

<sup>127</sup> Ibid.

<sup>128</sup> “FND ameaça greve contra o pagamento”. *Jornal do Brasil*, 25 ago. 1966, p.7

<sup>129</sup> “Conselho dissolve CACO: Inquérito”. *Correio da Manhã*, 2 set. 1966, p.8.

manteve e outras lideranças estudantis passaram a ser punidas por tentarem mobilizar os estudantes para esse fim, agravando a situação. Em São Paulo, os estudantes estavam se preparando para entrar em greve de protesto ao enquadramento na Lei de Segurança Nacional de 36 estudantes dos 176 presos por terem tentado realizar o Congresso da UEE em São Bernardo do Campo.

No dia 15 de setembro, houve uma passeata em protesto no Centro da cidade do Rio de Janeiro, que reuniu cerca de mil estudantes, respondida pela polícia com a grande truculência, que já estava se tornando comum às manifestações estudantis<sup>130</sup>. O resultado da repressão policial foi a prisão de 126 estudantes, embora a maioria deles tenha sido libertada horas depois.

O governador da Guanabara, Negrão de Lima, assumiu a responsabilidade da ação policial, buscando eximir da culpa os ministros da educação e da justiça e a justificou afirmando que “o grande erro dos garotos foi de não pedir licença para a realização da passeata, pois se assim tivessem agido, a polícia teria garantido a sua manifestação”<sup>131</sup>.

A repressão ao movimento estudantil carioca repercutiu no país e provocou manifestações em vários estados, demonstrando que o grau de insatisfação juvenil com a ditadura tinha alcançado níveis alarmantes. Embora os estudantes engajados politicamente, que estavam vinculados às entidades tradicionais, como a UNE e as UEE's, tenham tentado capitalizar a revolta juvenil, esse fator não é suficiente para explicar a adesão de diversos segmentos da juventude ao movimento estudantil, nesse período.

Para além da implantação de uma ditadura no Brasil, a interferência no meio estudantil foi motivo de grande insatisfação, inclusive dos jovens que não estavam vinculados às esquerdas. Ainda que tenham existido grupos que apoiavam a ditadura e foram favoráveis à criação de novas entidades, a análise desses dois primeiros anos após o golpe demonstrou que as políticas do regime militar para o meio estudantil foram rechaçadas por grandes parcelas dos universitários brasileiros.

O repúdio à criação de novas entidades estudantis, a questão dos excedentes, a cobrança de anuidade nas universidades e a repressão policial em diversas manifestações realizadas pelos universitários são exemplos que demonstram que a crescente insatisfação juvenil não era algo exclusivo de uma tendência política, pois tais problemas atingiam o universo estudantil de maneira mais ampla. Desse modo, a contestação às medidas

---

<sup>130</sup> “Passeata dos estudantes paralisa o tráfego e é dissolvida com choques”. *Jornal do Brasil*, 16 set. 1966, p. 4.

<sup>131</sup> “Negrão assume toda a responsabilidade pela ação policial”. *Jornal do Brasil*, 16 set. 1966, p.5

adotadas pela ditadura civil-militar não esteve restrita às esquerdas estudantis, pois este era o posicionamento generalizado entre os estudantes.

A resposta do governo veio por meio do ministro da Educação, Raymundo Moniz de Aragão, que assumiu o cargo em junho de 1966. A saída de Pedro Aleixo ocorreu para compor, como vice-presidente, a chapa do General Costa e Silva na eleição presidencial indireta, marcada para outubro daquele ano. Em pronunciamento oficial, Moniz Aragão fez “um apelo ao bom-senso” aos estudantes, pedindo-lhes serenidade e a busca de entendimento com o governo para assegurar “a normalidade da vida universitária e o bom rendimento das tarefas educacionais”<sup>132</sup>.

Na Guanabara, universitários de diversas faculdades iniciaram uma greve e afirmaram que só aceitariam dialogar com Moniz Aragão se algumas reivindicações exigidas em âmbito nacional fossem aceitas. Para os manifestantes, era fundamental a reabertura dos DA's e das entidades estudantil extintas, a revogação das punições decorrentes da luta contra o pagamento de anuidades, a libertação de todos os estudantes presos no país e a garantia que não haveria mais prisões aos estudantes. Além disso, exigiam o fim da interferência policial nas universidades e a revogação do pagamento de anuidades nas universidades<sup>133</sup>.

No entanto, o “diálogo” proposto por Moniz Aragão nada mais era do que fazer com que os estudantes aceitassem as alterações impostas pelo governo. Antes mesmo que ocorresse o encontro entre os estudantes e o ministro da educação, ele já tinha declarado que se recusava a tratar de temas políticos e que era impossível instituir o ensino superior gratuito no país, pois as universidades possuíam poucos recursos para manter os cursos de graduação.<sup>134</sup>

Em defesa de suas posições e contra as arbitrariedades cometidas pela ditadura, os estudantes determinaram que o dia 22 de setembro seria o “Dia Nacional da Luta contra a Ditadura”. Desse modo, foram programadas várias passeatas que ocorreriam “de qualquer forma” no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Brasília.<sup>135</sup> Mas foram registradas passeatas em outras cidades do país, como Salvador, Recife, Paraíba, Curitiba, Londrina e Goiás<sup>136</sup>.

---

<sup>132</sup> “Aragão explica a posição do governo em face dos estudantes”. *O Globo*, 15 set. 1966, p. 6.

<sup>133</sup> Estudantes impõem suas condições para dialogar”. *Jornal do Brasil*, 20 set. 1966, p.11.

<sup>134</sup> “Moniz não aceita pressões”. *Ibid.*

<sup>135</sup> “Estudantes farão a passeata proibida”. *O Estado de São Paulo*, 20 set. 1966, p.13.

<sup>136</sup> “Sérios incidentes em Goiás e Bahia”. *O Estado de São Paulo*, 22 set.1966, p. 6.

A reação das autoridades federais e estaduais foi reprimir os estudantes, deixando claro, por meio de comunicados que foram divulgados na imprensa, que não seriam permitidas manifestações e que eventuais participantes seriam punidos. Mesmo assim, as passeatas ocorreram nesse dia, marcadas por grande violência policial. Um dos episódios mais emblemáticos, do dia 22 de setembro, ocorreu na Faculdade de Medicina da UFRJ, que ficou conhecido na história do movimento estudantil como “O massacre da Praia Vermelha”.

A repressão policial à passeata organizada na cidade do Rio de Janeiro levou cerca de 600 estudantes a se refugiarem na Faculdade de Medicina, localizada na Praia Vermelha. A polícia cercou o local e exigiu a saída dos estudantes, que se recusaram, alegando que só deixariam o prédio após a retirada dos policiais. Horas depois de tentativas frustradas de professores e até mesmo dos pais de alguns estudantes, a polícia invadiu o local com extrema fúria e violência<sup>137</sup>.

Segundo o relato de uma mãe, cuja filha se encontrava na Faculdade de Medicina, o episódio foi caracterizado por fortes agressões

[...] Vi sair um rapaz todo ensanguentado, debaixo de cacetadas, uma moça semi despida e descalça, carregada por policiais do Exército e mais outra desmaiada, e serem carregadas para a ambulância. Vi um rapaz aleijado ser espancado na perna defeituosa; rapazes semimortos, alguns deles muito jovens, possivelmente secundaristas, serem arrastados aos trancos; outros capengando, eram postos a correr, sob uma saraivada de cacetadas e aos gritos de *corram vagabundos, covardes, filhos da ...* Não pude me conter, gritando que parassem com aquela covardia e um dos facínoras me disse: ninguém está batendo para valer, é só para assustar. Outro gritou: sai daí que não queremos bater em velhas [...] <sup>138</sup>.

A repressão também atingiu os pais que estavam presentes no local e tentaram defender seus filhos e os demais estudantes, pedindo clemência aos policiais. Os relatos desses pais demonstram que os policiais ofendiam e riam dos pedidos para que poupassem os seus filhos e aqueles que tentaram protegê-los foram espancados. As testemunhas também afirmaram, com relação às universitárias que estavam concentradas no prédio da

---

<sup>137</sup> “Tropa invade faculdade e espanca 600”. *Correio da Manhã*, 23 de setembro de 1966, p. 5

<sup>138</sup> Carta à Revista *Civilização Brasileira*, nº 8, p. 309-312. In: POERNER, Arthur José. *Ibid.*, p. 291

Faculdade, que “quando investiam contra as moças, os guardas redobravam de violência, batendo em suas partes íntimas”<sup>139</sup>.

Os pais que tiveram a oportunidade de presenciar a truculência policial com os seus filhos puderam constatar o crescente autoritarismo que existia no período e fizeram graves críticas ao governo e às forças policiais. Além disso, saíram em defesa do posicionamento de seus estudantes, legitimando suas ações em prol da defesa de seus interesses.

A mãe de um dos estudantes espancados pela polícia, inclusive, criticou a ideia de qualificar de “subversão” a atuação do movimento estudantil, sob a justificativa de que “Em outros tempos ninguém era subversivo, basta olharmos para os srs. Juarez Távora e Eduardo Gomes, e veremos que em outros tempos foram os maiores agitadores, trocando tiroteios em Copacabana, sob a alegação de “idealismo”<sup>140</sup>. A agressividade das forças policiais ao protesto juvenil também se estendeu para outros estados. Em Minas Gerais, Goiânia, Salvador e Recife houve também ataques policiais que provocaram elevado número de feridos.

A sucessão de manifestações que resultaram na revolta estudantil de 1966 foi muito bem resumida em um artigo publicado pelo *Correio da Manhã*, antes mesmo dos intensos protestos que ocorreram no dia 22 de setembro

Sem liberdade dentro de suas escolas, os estudantes ganham a rua buscando no protesto o apoio popular que lhes é dado. Realizam-se as passeatas no Rio, depois em São Paulo, novamente no Rio e, em seguida, em Belo Horizonte, Porto Alegre e, outra vez, São Paulo.

Em outros estados a revolta fermentada durante dois anos se alastra. As bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral tornando-se uma constante na vida das cidades. Complexos dispositivos policiais são adestrados para a repressão e, periodicamente expostos ostensivamente para a intimidação<sup>141</sup>.

A revolta estudantil de 1966 ganhou atenção da ditadura e da sociedade, que passou a contestar o modo como o regime militar tratava as questões educacionais. A análise feita por membros do governo, como o Ministro do Planejamento, Roberto de Oliveira, era de que a controvérsia envolvendo o pagamento de anuidade era apenas um

---

<sup>139</sup> Estudantes dizem que pais também foram agredidos. *Correio da Manhã*, 24 set. 1966, p.3.

<sup>140</sup> Ibid.

<sup>141</sup> “Por que se agitam os universitários?”. *Correio da Manhã*, 20 set. 1966, p.5.

pretexto para a “agitação” estudantil, pois alegou que os estudantes que não tinham como pagar os vinte e oito mil cruzeiros anuais podiam ter isenção da taxa.

Com o intuito de deslegitimar ainda mais a luta estudantil contra a cobrança de anuidades, informou que em uma pesquisa realizada nas universidades foi verificado “que mais de dez por cento dos estudantes chegam de automóvel aos seus locais de estudo e que apenas quatro por cento são filhos de operário”. Sua crítica ainda se estendeu à atuação dos jovens ao declarar que “Se os estudantes viessem às ruas para denunciar algumas falhas do sistema universitário como, por exemplo, a existência, ainda, das cátedras vitalícias, a classe estaria prestando melhores serviços ao país”<sup>142</sup>.

Segundo o Ministro da Educação, Moniz de Aragão, a agitação era inspirada e conduzida de fora do meio estudantil, “contrastando a paz que reina nas Universidades com a turbulência das manifestações nas ruas”. A sua proposta para acabar com a insatisfação dos estudantes era esclarecer as razões da política universitária adotada pelo governo, não permitir a influência dos “agitadores profissionais” que “manipulavam” os estudantes “generosos e ingênuos” e contar com a ajuda dos pais e professores para fazer uma reflexão sobre as atitudes dos jovens<sup>143</sup>.

O cenário político brasileiro estava bastante conturbado devido à proximidade da sucessão presidencial que estava marcada para o dia 3 de outubro. O prolongamento da permanência dos militares no poder foi contestado por inúmeros políticos, os quais, inclusive, apoiaram a deposição de João Goulart em 1964, mas que acreditaram que a presença dos militares seria momentânea, como Carlos Lacerda, ex-governador da Guanabara.

A chapa da ARENA lançou como candidato presidencial, o general Artur da Costa e Silva, e para vice-presidente, o ex-ministro da Educação, Pedro Aleixo. Com a abstenção de toda a bancada do MDB, que se retirou do plenário, Costa e Silva e Pedro Aleixo foram eleitos de forma indireta pelos membros do Congresso Nacional que permaneceram, embora alguns parlamentares da ARENA tenham optado pela abstenção.

Para o Ministro da Justiça, Carlos Medeiros Silva, a ação juvenil era resultado de uma estreita ligação entre os integrantes da Frente Ampla, movimento político que teve como principal articulador Carlos Lacerda, e que contou com o apoio de Juscelino

---

<sup>142</sup> “Campos: o Governo não tem qualquer vocação totalitária”. *O Globo*, 16 set. 1966, p. 5.

<sup>143</sup> “Movimento estudantil é inspirado do exterior, dia Aragão”. *Jornal do Brasil*, 22 set. 1966, p.11.

Kubitsch e João Goulart<sup>144</sup>. O objetivo da Frente Ampla era a restauração da democracia no Brasil, mas o movimento só foi oficialmente lançado no dia 28 de outubro de 1966, ou seja, um mês depois da “Setembrada”. Mais uma vez, a ditadura buscava atrelar a atuação das juventudes no movimento estudantil a influências externas.

No entanto, houve de fato uma tentativa da Frente Ampla de se apropriar da agitação estudantil e canalizá-la em prol de seu projeto. Ao referir-se aos conflitos entre o movimento estudantil e o regime militar, Carlos Lacerda declarou que era uma tentativa do Governo Castelo Branco de silenciar os jovens, principalmente os universitários, pois

[...] Não se deve silenciar nem se pode silenciar a juventude, principalmente a juventude das escolas, que é uma minoria, por assim dizer, privilegiada, porque consegue escola. A maioria não consegue. O Brasil precisa da voz da juventude. Isto não quer dizer que todos os jovens estejam certo. [...] O que se deve esperar dela é justamente uma participação entusiástica, desinteressada, decente na vida pública, nos problemas do seu tempo e do seu país<sup>145</sup>.

Ainda em setembro, o governo buscou divulgar ações que estava adotando para aplacar a insatisfação estudantil. No dia 26, houve uma reunião que contou com a participação do Ministro da Educação, o reitor e representantes das faculdades da UFRJ. O objetivo era mostrar à opinião pública que o governo estava buscando “dialogar” com os estudantes e disposto a ouvir suas reivindicações<sup>146</sup>.

No entanto, no dia seguinte, Castelo Branco enviou ao Congresso um anteprojeto de lei que fixava os princípios e as normas para a organização das universidades do país<sup>147</sup>, que, em pouco tempo foi oficializado. O decreto – lei nº 53, de 18 de novembro de 1966<sup>148</sup>, estabelecia, com relação à estrutura da universidade, que era vedada

a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; determinava a unidade ensino-pesquisa; concentração do ensino e da pesquisa básicos de modo a formarem um sistema em comum para toda a universidade; separação

---

<sup>144</sup> “Ministro da Justiça acha que ‘frente ampla’ influi no ânimo de estudantes”. *Jornal do Brasil*, 23 set. 1966, p. 4.

<sup>145</sup> Lacerda pede a união de todos em favor de eleições livres. *Jornal do Brasil*, 17 set. 1966, p. 3.

<sup>146</sup> “Moniz de Aragão admite novo estudo sobre a Lei Suplicy”. *O Globo*, 27 set. 1966, p.6.

<sup>147</sup> “Mensagem de Castelo ao Congresso dá início à reforma universitária”. *O Globo*, 28 set. 1966, p.6.

<sup>148</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 21 nov. 1966. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-53-18-novembro-1966-373396-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 30 jan. 2020.

do ensino visando à formação profissional e a pesquisa aplicada em unidades distintas, uma para cada área ou conjunto de áreas profissionais afins<sup>149</sup>.

O decreto-lei ainda determinou a fragmentação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, a criação de uma unidade específica para a formação de professores voltados ao 2º grau e especialistas em Educação. Essa mudança implicou em grande redistribuição dos cargos de magistério, o que significou a readaptação ou remoção de professores<sup>150</sup>.

Esse decreto-lei foi o primeiro passo para o processo de reforma universitária que foi colocado em prática pela ditadura civil-militar. Contudo, a concepção de universidade do regime militar estava em descompasso com a noção de universidade pleiteada por parcelas significativas de jovens engajados nesse projeto.

A ideia de reforma universitária era algo extremamente importante para os estudantes que, em 1957, realizaram o I Seminário Nacional de Reforma do Ensino, organizado pela UNE e com o apoio do Ministério da Educação, tendo o evento se repetido em 1958 e 1959. O objetivo era traçar um projeto que promovesse a democratização e modernização das universidades e, além disso, garantisse a participação dos estudantes na tomada de decisões<sup>151</sup>.

Porém, desde o início da ditadura, além da repressão e tentativa de controle dos estudantes, esses foram alijados das discussões relativas à reforma universitária. A primeira ação da ditadura voltada à reforma universitária foi convidar um consultor estadunidense, Rudolph Atcon, para fazer um parecer sobre as universidades brasileiras e apresentar um plano para o processo de reformulação. Entre junho e setembro de 1965, Rudolph Atcon visitou 12 universidades.

Para Atcon, o desenvolvimento econômico de um país estava estreitamente ligado ao desenvolvimento educacional. Dessa forma, recomendou que a reforma universitária deveria se basear na integração da América Latina para promover o desenvolvimento educacional do continente. Era fundamental dar atenção ao ensino superior, pois esse

---

<sup>149</sup> CUNHA, Luiz Antônio. *Ibid.*, p. 79.

<sup>150</sup> *Ibid.*

<sup>151</sup> No início da década de 1960, o movimento estudantil promoveu outros seminários, que também contaram com a participação de estudantes da América Latina, para definir o seu programa de reforma universitária. Embora nem todos os grupos estudantis concordassem com a concepção de universidade defendida pela UNE e por outras entidades lideradas pela esquerda, era consenso que era necessário a modernização do ensino superior e que este processo contasse com a participação dos estudantes. Sobre este tema, cf.: POERNER, Arthur José. *Ibid.*; FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *Ibid.* e SANTOS, Rafaela Mateus Antunes dos. *Ibid.*

seria responsável pelo progresso da América Latina. Quanto às universidades, essas deveriam consolidar sua autonomia e adquirir maior independência. Além disso, era necessário realizar uma reforma administrativa e fiscal que modernizasse e garantisse recursos às universidades<sup>152</sup>.

Em novembro de 1966, o governo anunciou a existência de um acordo entre o MEC e a *United States Agency for International Development* (Usaid) na área de educação, assinado há mais de um ano, durante a gestão de Flávio Suplicy de Lacerda. Esse acordo consistia na criação de uma equipe mista, composta por cinco membros de cada país, para analisar a situação do ensino superior do Brasil e desenvolver um plano para a reforma universitária.

A presença da Usaid na educação brasileira teve início antes do golpe civil-militar, estando sua atuação limitada às universidades que tiveram a iniciativa de estabelecer a parceria. No entanto, o regime militar ampliou essa parceria ao determinar que os convênios estabelecidos com Usaid, foram assinados sete no total, serviram de base para a reforma do ensino superior brasileiro.

A aproximação do regime militar com os Estados Unidos não ocorreu apenas no campo educacional, mas representava um alinhamento ao projeto ideológico do capitalismo no contexto da Guerra Fria (1945-1991). De acordo com Rodrigo Patto, além do apoio à política externa dos EUA, houve o alinhamento econômico aos interesses do país, como o fim da restrição da remessa de lucros, medidas que atendiam demasiadamente aos interesses das multinacionais<sup>153</sup>.

A notícia da assinatura dos acordos MEC- Usaid gerou grande repercussão e fortes críticas entre estudantes, professores, políticos e intelectuais, que consideraram essa aproximação uma ameaça a desnacionalização do ensino superior brasileiro. Segundo Motta, embora os acordos tenham trazido vantagens,

[...] os Estados Unidos não queriam apenas ajudar na modernização, eles desejavam também influenciar na política brasileira, disseminar os seus valores e dar o tom da reforma universitária. Exatamente por isso, a assinatura

---

<sup>152</sup> Os princípios e as ideias presentes no relatório elaborado por Rudolph Atcon já faziam parte de um estudo do autor, publicado pela primeira vez, em 1958, e intitulado *Outline of a proposal for US policy concentration in Latin America on university reorganization and economic integration*. Cf.: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da universidade "modernizada" à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

<sup>153</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Ibid.*, p. 119.

de acordos e a liberação de recursos eram condicionadas à participação de técnicos americanos nos projetos, o que insuflava a ira nacionalista.<sup>154</sup>

Com relação ao movimento estudantil, a crise de 1966 demonstrou o autoritarismo e a inabilidade do regime em estabelecer um diálogo com os estudantes, principalmente, aqueles que não tinham posicionamento político-ideológico à esquerda ou que não estavam engajados em grupos ou movimentos dentro das universidades. Muitos desses jovens participaram das manifestações de 1966 porque viram seus interesses e sua autonomia ameaçadas com a ditadura civil-militar.

Os episódios de 1966, que uniram juventudes de diversas posições políticas e ideológicas, foram resultado de uma série de episódios que avolumaram o antagonismo entre universitários e a ditadura, desde 1964, e que teve sua gênese na imposição da Lei Suplicy. A instituição da cobrança de anuidades e o projeto de reforma universitária, defendidos pela ditadura civil-militar, foram de encontro aos interesses de parcelas significativas das juventudes que possuíam uma outra visão acerca da educação e das universidades, sendo contrárias à privatização do ensino superior no país.

Diante do fracasso da Lei Suplicy, houve sua reformulação a partir do decreto-lei nº 228, que extinguiu o DNE e manteve apenas como órgão de representação estudantis o DA e o DCE. Desse modo, os estudantes perderam suas entidades em âmbito nacional e estadual. Para tentar amenizar o impacto dessa lei no meio estudantil, foi estabelecido que, uma vez ao ano, o ministro da Educação convocaria a Conferência Nacional do Estudante Universitário, “cuja finalidade é o exame e o debate objetivo de problemas universitários, para a elaboração de teses, sugestões e reivindicações a serem apresentadas às autoridades e órgãos competentes”<sup>155</sup>.

A conferência nunca foi convocada e somada às políticas da ditadura para as juventudes, entre 1964-1967, demonstrava que o regime militar não desejava dar voz às suas opiniões e aspirações. A perda de órgãos de representação nacional e estadual provocou gradativamente um profundo impacto no movimento estudantil e contribuiu para a radicalização política de diversas parcelas estudantis entre 1967 e 1968. A inabilidade da ditadura em dialogar com os estudantes acarretou, pela esquerda, na radicalização da esquerda. No entanto, pela direita, promoveu um certo grau de

---

<sup>154</sup> Idem, Ibid., p.120.

<sup>155</sup> BRASIL, Decreto – Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967. Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28 fev. 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0228.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0228.htm) . Acesso em 30 jan. 2020.

desmobilização. Dessa forma, a ditadura não conseguiu atrair a direita estudantil, mas sobretudo, uma “maioria silenciosa”.

A revolta de setores do movimento estudantil, que teve sua gênese com o golpe civil-militar e se ampliou até culminar nas diversas manifestações de 1966, demonstrou que a ditadura precisava criar meios para reprimir e/ou aproximar os estudantes do novo regime. Nesse contexto, foi necessário definir com clareza quem de fato eram “os estudantes reais” do país, separando-os daqueles que eram considerados “agentes comunistas”, infiltrados no meio estudantil.

Desse modo, durante o processo que culminou na Lei Suplicy, a ditadura reforçou o uso do termo “estudantes democráticos” para se referir aos grupos que apoiavam o novo regime ou que eram contra a presença de líderes das esquerdas nas entidades de representação estudantil<sup>156</sup>.

Esses estudantes eram considerados sensatos e esperava-se que eles permanecessem “nos bancos escolares, sob a ameaça de serem reconhecidos como ‘filho de papai’, pois assim eram chamados os jovens que tinham tempo para fazer passeata. O bom estudante, caso optasse por estar fora da escola, deveria se apresentar mais como discípulo e menos como tutor”<sup>157</sup>.

Para aqueles que possuíam uma posição bem definida à esquerda era necessário vigiar e punir para neutralizar suas ações contra à ditadura. Desse modo, os órgãos de informação, como o Sistema Nacional de Informação (SNI), criado em junho de 1964, tiveram a função de coletar informações dos grupos considerados *subversivos*. Além disso, a ditadura buscou nutrir o estereótipo do imaginário anticomunista em relação aos jovens das esquerdas, associando suas ações à ideia de “degradação moral e promiscuidade sexual”<sup>158</sup>.

Para os militares, a “ausência de orientação moral e cívica da juventude” era uma questão que favorecia a subversão. Por isso, principalmente, a partir de 1968, a ditadura, alinhada à imprensa conservadora, explorou esse estereótipo, por exemplo, por meio da divulgação de imagens de mulheres armadas e sexualmente provocativas, além da exposição

---

<sup>156</sup> BRAGHINI, Katya Zuquim; CAMESKI, Andreza Silva. *Ibid.*

<sup>157</sup> *Idem*, *Ibid.*

<sup>158</sup> BRITO, Antonio Mauricio Freitas. “Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida”: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. *Revista do Programa de Pós – Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Anos 90, Porto Alegre, v. 26 – e2019305 – 2019, p. 2.*

[...] de materiais subversivos apreendidos em reuniões estudantis e em um dormitório da USP. Entre os botins supostamente encontrados, estariam literatura comunista, coquetéis *molotovs* e caixas de pílulas anticoncepcionais. Isso nutriu o discurso de muitos membros das forças de segurança a respeito da promiscuidade dos ativistas estudantis [...]. Este pensamento creditou ao movimento comunista internacional a estratégia revolucionária de minar as bases das tradições sociais, culturais e religiosas da sociedade brasileira para a dominação comunista<sup>159</sup>.

Em relação aos demais grupos juvenis, desde os das direitas até os que não tinham uma posição política e ideológica definida ou não possuíam engajamento político, a ditadura buscou estabelecer o diálogo. Nesse sentido, uma das medidas que mais representou esse *acordo* com as juventudes foi o Projeto Rondon, que conseguiu corresponder a muitos anseios, visto que contou com a adesão de milhares de jovens até o final da ditadura civil-militar.

A análise sobre a atuação política dos jovens, nos primeiros anos da ditadura civil-militar, revela a existência de diferentes orientações ideológicas no meio estudantil. Além disso, demonstra também a pluralidade de comportamentos em relação à tentativa de controlar os estudantes. Diante da grande contestação, a ditadura buscou criar meios para canalizar a insatisfação estudantil.

---

<sup>159</sup>Idem, *Ibid.*, p. 4.

## Capítulo 2 – A origem do projeto Rondon

*O Projeto Rondon não tem cor política, não faz discriminações ideológicas. São atitudes democráticas, isto é liberdade com responsabilidade. [...] O Projeto não está interessado em profissionais da agitação. Não aceita organizações estudantis. Quer o estudante universitário. Respeita, no entanto, todas as organizações políticas universitárias e deseja a participação de todos.*<sup>160</sup>

A ideia de canalizar a *vivacidade* e as características próprias da condição juvenil, para fins políticos e econômicos, não foi algo inovador do Projeto Rondon, visto que outras experiências semelhantes já tinham ocorrido. Segundo Karl Mannheim, os jovens são agentes *revitalizantes* das sociedades. Contudo, advertiu que só por meio da sua integração e mobilização o uso dessa “reserva latente” será bem-sucedido.

Outro alerta feito pelo autor foi sobre “ a crença corrente de que a juventude é progressista por natureza.” Desde então isso revelou-se falacioso, pois aprendemos que movimentos reacionários ou conservadores também podem criar movimentos de juventude<sup>161</sup>.

A atuação política das juventudes, em diversos países nas décadas de 1950 e 1960, demonstrou o grande potencial de *mudança* que essa categoria social possuía. Essa situação foi um grande alerta para as gerações de adultos, que buscaram canalizar a contestação juvenil em ações ou programas de caráter assistencialista.

Nos Estados Unidos, durante a campanha presidencial de John F. Kennedy, cerca de dez mil alunos fizeram vigília, no *campus* da Universidade de Michigan, na madrugada de 14 de outubro de 1960. O objetivo era saudá-lo, ainda que rapidamente, visto que não

---

<sup>160</sup> Relatório de atividades da Coordenação em Belém do Pará. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100005058SOS, identificador: 00481628 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1969.

<sup>161</sup> MANNHEIM, Karl. Diagnóstico de nosso tempo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 51.

havia sido marcado uma recepção formal para recebê-lo. Diante do entusiasmo dos estudantes, Kennedy fez um rápido discurso e lançou uma ideia

Quantos de vocês, que serão médicos, estão dispostos a passar seus dias em Gana? Técnicos e engenheiros, quantos de vocês estão dispostos a trabalhar no serviço internacional e passar suas vidas viajando ao redor do mundo? Da sua disposição para isso, não simplesmente servir um ano ou dois, mas da sua disposição para contribuir para o país com parte de suas vidas, eu penso que dependerá a resposta em relação a se a sociedade livre pode efetivamente competir. Eu penso que sim! E eu penso que os americanos estão dispostos a contribuir. Mas o esforço terá que ser muito maior do que já foi feito no passado<sup>162</sup>.

Alguns dias depois, os alunos da Universidade de Michigan receberam a visita do assessor de política exterior da campanha, o congressista Chester Bowles. Ciente da grande receptividade dos alunos à ideia de Kennedy, Bowles propôs a criação de um órgão das Nações Unidas que tivesse a tarefa de enviar especialistas em educação, saúde e agricultura às nações carentes.

Dois estudantes, Alan e Judith Guskin, extremamente entusiasmados com a ideia, mas sem histórico de atuação política, enviaram uma carta ao jornal *Michigan Daily*, expressando sua adesão à ideia e incentivando outros alunos a fazerem o mesmo. A iniciativa rendeu frutos, pois centenas de estudantes e alguns professores responderam, o que resultou na criação de um grupo que se denominou de *Americans Committed to World Responsibility* (Americanos Comprometidos com a Responsabilidade Mundial), ou ACWR<sup>163</sup>.

O grupo elaborou uma petição que contou com quase mil assinaturas e, além de enviar para Kennedy, entregou o documento ao outro candidato da disputa presidencial, Richard Nixon. No entanto, os estudantes só obtiveram resposta de Kennedy, que anunciou, em um discurso realizado no dia 2 de novembro em São Francisco, na Califórnia, o lançamento dos Corpos da Paz.

---

<sup>162</sup> Trecho do discurso feito por John F. Kennedy que foi transmitido pela rádio local e publicado em *Ann Harbor Magazine*, set./out., 1985, p.14. In: AZEVEDO, Cecília. Em nome da América: os Corpos da Paz no Brasil. São Paulo: Alameda, 2007, p. 54.

<sup>163</sup> AZEVEDO, Cecília. *Ibid.*

A criação dos Corpos da Paz<sup>164</sup> ocorreu durante a Guerra Fria, mais especificamente em um período de turbulência na América Latina, em razão do avanço dos movimentos das esquerdas e da Revolução Cubana (1959). Diante disso, os Estados Unidos investiram em programas, como os Corpos da Paz, e adotaram outras medidas visando conter o avanço do comunismo na América Latina. A ideia era combater a pobreza, levando a assistência comunitária, especialmente nos setores da educação, saúde e extensão rural, às regiões subdesenvolvidas.

O envio de voluntários para o “combate” à pobreza era uma forma de os Estados Unidos demonstrarem “compaixão e de se esforçarem para compreender as necessidades dos outros povos”<sup>165</sup>. Essa iniciativa inaugurou um novo modelo de relações exteriores dos Estados Unidos com a América Latina, que ficou denominado de “Aliança para o Progresso”.

Os jovens teriam um importante papel nos Corpos da Paz visto que, no discurso em que Kennedy anunciou o projeto, ele propôs

[...] que os nossos esforços inadequados nessa área sejam suplementados por corpos da paz, constituídos por talentosos rapazes e moças [...] altamente qualificados por rigorosos padrões, bem treinados em idiomas, especialidades e costumes de que eles precisem ter conhecimento [...] Nós não podemos descontinuar o treinamento de nossos jovens como soldados de guerra, mas nós também queremos que eles sejam embaixadores da paz [...] Estou convencido que nossos homens e mulheres, dedicados à liberdade, são capazes de ser missionários, não somente da liberdade e da paz, mas também de se engajar na luta mundial contra a pobreza, a doença e a ignorância, doenças na América Latina e no Brasil, que têm impedido qualquer criança em duas vilas nos últimos 12 meses de completar o primeiro ano de idade<sup>166</sup>.

O Brasil ocupava um papel de destaque nos Corpos da Paz haja, visto que, logo no primeiro discurso de anúncio do projeto, o país foi citado especificamente como um local que deveria receber a atuação dos voluntários. Desse modo, entre 1961 e 1981, cerca de 6 mil estadunidenses foram enviados ao Brasil.

---

<sup>164</sup> Antes da criação dos Corpos da Paz, a ideia de um programa que canalizasse o idealismo juvenil para o esforço humanitário, já tinha aparecido nos Estados Unidos através de intelectuais, organizações privadas e universidades. Mas, foi durante o processo da eleição à presidência de John F. Kennedy que a ideia ganhou extremo vigor devido ao grande apoio popular. Sobre este tema, cf.: AZEVEDO, Cecília. Ibid.

<sup>165</sup> AZEVEDO, Cecília. Ibid. p.5.

<sup>166</sup> Trecho do discurso de Kennedy realizado no dia 02 de novembro de 1960 no Cow Palace, São Francisco. In: AZEVEDO, Cecília. Ibid., p. 57.

Entusiasmado com a vitória de Kennedy na eleição presidencial, em novembro de 1960, o ACWR conseguiu realizar conferências sobre os Corpos da Paz em diversos estados. Em março de 1961, foi realizada uma conferência, em âmbito nacional, que contou com a participação de representantes de 400 universidades,

A rápida e grande adesão aos Corpos da Paz demonstra que a proposta do projeto convergiu com as aspirações de diversos jovens que se sentiam imbuídos da missão de transformar a realidade de vida de populações carentes. Segundo Cecília Azevedo,

Para os participantes do ACWR, o movimento pelos Corpos da Paz seria uma extensão do movimento estudantil, uma vez que expressaria o mesmo desejo de participação nos assuntos nacionais, só que não na órbita da política interna e sim na externa. Os Corpos da Paz seriam uma alternativa de ação para aqueles jovens que não se sentissem dispostos aos confrontos mais radicais da luta pelos direitos civis no Sul, por exemplo<sup>167</sup>.

Como foi mencionado no capítulo anterior, a atuação política das juventudes universitárias era considerada, por diversos grupos sociais, consequência da influência comunista nas universidades. Além disso, a ideia, em geral dos adultos, é que os jovens, dada a sua condição, não eram capazes de ter sua opinião, podendo ser completamente manipulados.

Em certas ocasiões, foram “os estudantes que influenciaram as opiniões políticas dos professores”<sup>168</sup>. Algumas pesquisas de opinião, realizadas por agências estadunidenses, na década de 1960, demonstraram que os jovens compunham uma categoria social muito receptiva ao socialismo e radicalismos.

De acordo com Motta, o resultado demonstrou que

[...] o comunismo ao estilo soviético atraía apenas a minoria; não obstante, um grupo majoritário era simpático a reformas sociais e a algum tipo indefinido de socialismo. Para surpresa dos pesquisadores, os universitários mostraram-se mais insatisfeitos com os problemas sociais do Brasil que os próprios camponeses nordestinos, então considerados o grupo mais suscetível à radicalização, e que foram submetidos a estudos com métodos semelhantes<sup>169</sup>.

---

<sup>167</sup> AZEVEDO, Cecília. Op. Cit., p. 56. Sobre a atuação do movimento estudantil na luta pelos direitos civis dos negros, cf.: SOUSA, Rodrigo Farias de. *A Nova Esquerda americana: de Port Huron aos Weathermen (1960-1969)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

<sup>168</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Ibid.*, p. 62.

<sup>169</sup> *Idem*, *Ibid.*

Uma das pesquisas realizadas, com 477 universitários do Rio de Janeiro e de São Paulo, entre dezembro de 1962 e janeiro de 1963, revelou uma adesão significativa ao socialismo em contraposição ao baixo percentual em relação ao capitalismo. A pergunta aplicada que contrapôs socialismo a capitalismo, trouxe o seguinte resultado:

[...] 42% dos pesquisados escolheram a opção “ruim” ou “muito ruim”, e somente 23% responderam “bom” ou “muito bom”. O socialismo, ao contrário, foi muito bem-avaliado, já que 51% dos universitários pesquisados o apontaram como sistema “muito bom” ou “bom”, enquanto apenas 20% o qualificaram como “ruim” ou “muito ruim”<sup>170</sup>.

O resultado das pesquisas levou diplomatas estadunidenses a contratar um psicólogo, da Universidade de Princeton, para analisar jovens brasileiros. No segundo semestre de 1964, ele entrevistou oitocentos universitários do Rio de Janeiro e de São Paulo e constatou “uma tendência radical latente entre os estudantes”. Embora o socialismo soviético não fosse expressivo entre esses jovens, “eles eram muito receptivos aos ideais marxistas e radicais, sobretudo aos argumentos anti-imperialistas”<sup>171</sup>.

Essa era uma constatação que já tinha sido feita por grupos anticomunistas que, no início da década de 1960, buscaram estratégias para conter e desmobilizar as juventudes ligadas às esquerdas. Segundo René Dreifuss, nesse contexto, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), criado em 1959, e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), criado em 1961, atuaram em conjunto, formando o complexo IPES/IBAD para desestabilizar o governo de João Goulart e acabar com a ameaça comunista no Brasil<sup>172</sup>. Para isso, o IPES/IBAD investiu em várias frentes para alcançar diversos grupos sociais.

Em relação aos jovens, o IPES/IBAD se concentrou em promover uma campanha contra a atuação da UNE e de outras entidades estudantis que defendiam o projeto político das esquerdas,

---

<sup>170</sup> Idem, *Ibid.*, p. 63.

<sup>171</sup> Idem.

<sup>172</sup> Sobre este tema, Cf.: DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. No entanto, cabe aqui salientar que, embora o estudo realizado por Dreifuss tenha contribuído para compreender o *modus operandi* do complexo IPES/IBAD, sua análise não levou em consideração a atuação social que existiu contra o governo de João Goulart.

por meio de assistências financeiras, técnicas e administrativas que se estendiam desde o envolvimento nas eleições estudantis, fundos para publicações e atividades até subsídios para atividades específicas, projetos e indivíduos e o patrocínio de viagens aos Estados Unidos para estudantes<sup>173</sup>.

O complexo IPES/IBAD também apoiou estudantes e grupos que lutassem contra a disseminação dos ideais das esquerdas no meio estudantil, por meio do apoio financeiro às atividades eleitorais de suas entidades representativas. Além disso, “provia experiência política e cobertura por meio da mídia, produzia e distribuía material de propaganda adverso aos da liderança da UNE e do bloco nacional-reformista, bem como treinava ativistas estudantis”<sup>174</sup>.

O empresariado brasileiro também tinha interesse em usufruir da potencialidade dos jovens. Em março de 1964, foi fundado o Centro de Integração Empresa-Escola (CIE-E) de São Paulo por empresários cujo principal objetivo era

levar às empresas a contribuição teórica dos estudantes universitários (e dos professores, eventualmente) e às escolas superiores e de nível médio o espírito prático das empresas, assim como as mudanças que a produção estaria imprimindo no perfil desejado para os formandos<sup>175</sup>.

O estudante era contratado como estagiário e recebia uma bolsa-treinamento pela empresa na qual estagiava. A fórmula foi considerada bem-sucedida, pois, pouco tempo depois, foram fundados CIE-E's no Rio de Janeiro (1964), no Paraná (1967), no Rio Grande do Sul (1969) e em Minas Gerais (1969). A criação dos CIE-E's não visava atender apenas aos interesses econômicos, mas também possuía objetivos políticos-ideológicos. Em um panfleto distribuído pelo CIE-E's da Guanabara, a um grupo de empresários, havia um alerta e convocação

Depende de você transformar alienação, insegurança, desperdício de tempo e de energia, falta de perspectiva da juventude estudantil em entusiasmo, participação, atitude construtiva e integração profissional. Você pode canalizar a energia, a potencialidade criativa do jovem estudante, despertando vocações,

---

<sup>173</sup> DREIFUSS, René Armand. *Ibid.*, p. 301.

<sup>174</sup> *Idem*, *Ibid.*, 302.

<sup>175</sup> CUNHA, Luiz Antônio. *Ibid.*, p. 63.

com reais e relevantes benefícios para você, para o estudante, para sua Empresa, para a comunidade onde a mesma opera e para a nação<sup>176</sup>.

A partir de 1965, a Escola Paulista de Medicina (EPM), atual Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), passou a dar assistência aos povos do Parque Indígena do Xingu<sup>177</sup>. Por meio de um acordo estabelecido entre o diretor do Parque, Orlando Villas Bôas, e o professor Walter Leser, chefe do Departamento de Medicina Preventiva, equipes multidisciplinares, compostas por médicos, enfermeiras, dentistas e alunos, eram enviados ao Parque, pelo menos, quatro vezes ao ano.

Com a criação da Fundação Nacional do Índio (Funai), em 1967, foi estabelecido um convênio com a EPM para garantir o atendimento aos indígenas. As equipes realizavam vacinação, atendimentos clínicos e cadastramento médico da população. Além disso, o Hospital São Paulo, da EPM, ficou responsável por garantir o atendimento aos casos mais graves, que necessitassem de cuidados clínicos ou cirúrgicos especializados.

Docentes, médicos residentes e alunos da EPM já tinham experiência nesse tipo de atividade, pois muitos participaram das caravanas médicas, realizadas em 1965, que saíam de São Paulo para atender populações ribeirinhas, compostas por caboclos e indígenas, na ilha do Bananal, em Mato Grosso e no sul do Pará.

Embora o acordo tenha sido garantir atendimento à população do Parque Nacional do Xingu, as equipes da EPM também atuaram em outras áreas indígenas do Brasil, como Rondônia e São Paulo. E o papel desempenhado pelas equipes também trouxe grande contribuição para a formação de um acervo de informações, pois

A introdução de uma ficha médica no trabalho de campo, desde o início do programa de saúde, com dados de identificação e fotografia, possibilitava que todos os habitantes de uma aldeia fossem chamados nominalmente para serem examinados. Na ficha de cada criança era previamente anotada a vacina ou vacinas a serem aplicadas. Na mesma oportunidade, eram registradas as intercorrências clínicas, gestações, nascimentos e óbitos<sup>178</sup>.

---

<sup>176</sup> Idem.

<sup>177</sup> Criado em 1961, no Governo Jânio Quadros, o Parque Indígena do Xingu, anteriormente Parque Nacional Indígena do Xingu, foi idealizado pelos irmãos Villas Bôas. Contudo, o projeto de criação foi obra do antropólogo Darcy Ribeiro.

<sup>178</sup> BARUZZI, Roberto G. A universidade na atenção à saúde dos povos indígenas: a experiência do Projeto Xingu da Universidade Federal de São Paulo/Escola Paulista de Medicina. *Saúde e Sociedade*, v. 16, n. 2, p. 182-186, 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902007000200019&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902007000200019&lng=pt&tlng=pt). Acesso em 13 mar.2021.

Em 1966 foi organizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) pelo reitor, Onofre Lopes. A ideia surgiu após uma visita do reitor, a convite do Departamento de Estado em Washington, a algumas universidades dos Estados Unidos e foi influenciada pelos Projetos RITA<sup>179</sup> e o ideário do programa Corpos da Paz.<sup>180</sup>

Inicialmente, o objetivo do CRUTAC era propiciar, aos estudantes da área de saúde, a oportunidade de treinamento em uma região carente do estado, pois, nesse período, foi oferecido à UFRN o Hospital – Maternidade de Santa Cruz, que, devido à ausência de infraestrutura e recursos financeiros, foi fechado. Com a criação do programa, o hospital passou a ser local de estágio aos estudantes e contribuiu para atender as necessidades da população carente.

Com a ampliação do CRUTAC, o estágio se tornou obrigatório para todos os alunos que estivessem no último ano dos cursos oferecidos pela UFRN, que formavam equipes interdisciplinares compostas por profissionais e estudantes. A atuação dessas equipes se diversificou, visto que passaram também a atuar na formação de grupos comunitários, na educação de adultos, na assistência técnica às prefeituras, em assuntos de administração e engenharia.

Em 1969, a ditadura ampliou o CRUTAC, transformando-o em um programa de nível nacional<sup>181</sup>, por meio da criação da Comissão Incentivadora dos centros rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CINCRUTAC). O objetivo era propiciar condições, inclusive materiais e técnicas, para a implantação de programas semelhantes nas universidades brasileiras. Para a ditadura, programas como o CRUTAC trariam duplo benefício, pois “de um lado, suprir as populações interioranas, carentes e

---

<sup>179</sup> Os Projetos RITA (Rural Industrial Technical Administration) foram criados pelo professor da Universidade da Califórnia, Morris Asimov foram iniciados no vale do rio Cariri, no Ceará, resultado do convênio entre a Universidade Federal do Ceará e a Universidade da Califórnia, mas também contou com o apoio do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e dos fundos financeiros cearenses derivados da Companhia de Desenvolvimento do Ceará (Codec). O objetivo era promover a industrialização do interior cearense através do treinamento de gerentes e no fomento à criação de indústrias de pequeno e médio portes. Sobre este tema, cf.: GOMES, Assis Daniel. Da Chesf ao projeto americano Morris Asimow. Modificações Técnicas no Nordeste Brasileiro (1945-1972). Boletim Eletrônico da Sociedade Brasileira de História da Ciência, v. 10, p. 1-1, 2016.

<sup>180</sup> ALMEIDA, Admário Luiz de. Do humanismo ao assistencialismo: o CRUTAC no Estado Militar (1966-1985) (O caso do Rio Grande do Norte e do Maranhão). Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, 2011, p. 211.

<sup>181</sup> BRASIL. Decreto – Lei nº 916, de 7 de outubro de 1969. Cria a Comissão Incentivadora dos Centros Universitários de Treinamento e Ação Comunitária CINCRUTAC- e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 08 out. .1969. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-916-7-outubro-1969-375250-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 08 fev. 2020.

desassistidas; de outro, para os estudantes, juntar os estudos teóricos à experiência profissional concreta”.<sup>182</sup>

Além disso, o programa convergia com o projeto ideológico da ditadura visto que, de acordo com Paiva,

O que se buscava era mostrar, também, aos universitários, o quanto o governo militar se interessava pelo povo, patrocinando programas como o CRUTAC, por exemplo, e difundir entre eles as ideias que servem de base à atividade de extensão universitária. Tratava-se de difundir, entre os estudantes, a convicção de que a pobreza, o pauperismo dominante no Estado, não era consequência da estrutura da sociedade, mas da falta de conhecimentos técnicos da população rural e da apatia do homem do campo<sup>183</sup>.

O surgimento do CRUTAC foi a primeira iniciativa brasileira a levar estudantes para áreas rurais, caracterizadas pela ausência de infraestrutura para atender às necessidades da população. Essa experiência, além de proporcionar “treinamento rural universitário e, em consequência, prestação de serviços às comunidades da área de treinamento”<sup>184</sup>, possibilitou aos alunos o contato com a realidade socioeconômica brasileira.

## **2.1 – Militares e professores unidos na questão estudantil**

Ainda em 1966, foi fundado no Rio de Janeiro o Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (Mudes), com o propósito de mobilizar os estudantes para participar de projetos sociais. O Mudes foi criado a partir da iniciativa privada, não sendo resultado da ação do Estado ou de universidades, mas contou com o apoio da ditadura e atuou em programas governamentais<sup>185</sup>.

No mesmo dia da sua fundação, o Marechal Castello Branco anunciou a doação de 20 bilhões de cruzeiros em Obrigações do Tesouro à Mudes, que seria mantida pelos juros dessas operações e pela doação de 100 milhões de cruzeiros de seus fundadores<sup>186</sup>.

---

<sup>182</sup> CUNHA, Luiz Antônio. Op. Cit., p. 67.

<sup>183</sup> PAIVA, Vanilda Pereira. Extensão universitária no Brasil. *Nueva Sociedad*, San José, Costa Rica, 15 nov./dez. 1974, p. 74 apud CUNHA, Luiz Antonio. Op. Cit.

<sup>184</sup> LOPES, Onofre. CRUTAC e CINCRUTAC. 2.ed. Natal, RN: Editora Universitária, 1974, p. 10 apud ALMEIDA, Admário Luiz de. Op. Cit.

<sup>185</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Ibid.*, p. 89.

<sup>186</sup> “Castelo lamenta que jovem só contemple injustiças sociais”. In: *Jornal do Brasil*, 14 set. 1966, p.17.

Na solenidade da fundação do Mudes, o Marechal Castello Branco declarou que a criação da entidade daria a oportunidade aos jovens de “[...] transformar o protesto vazio e a vocalização de *slogans* em ação efetiva para corrigir injustiças, minorar sofrimentos e aperfeiçoar a capacidade produtiva da comunidade”<sup>187</sup>. No discurso, Castello Branco buscou legitimar a crítica de muitos estudantes em relação às desigualdades sociais, porém com ressalvas.

A nossa juventude tem sido estimulada unicamente a contemplar e condenar as injustiças que ainda subsistem em nosso sistema social. Essa condenação é necessária e, quando parte de jovens autênticos. Preocupa-me, entretanto, a desvinculação desse protesto de uma percepção construtiva e renovadora da realidade brasileira, que está continuamente sendo submetida aos jovens para ser mudada com esforço criador, e não para ser mantida com indignação e rancor<sup>188</sup>.

Nesse mesmo período, surgiram grupos dentro da universidade e do Exército que passaram a buscar soluções para a contestação juvenil. A convergência de interesse levou a uma aproximação entre um grupo de professores da UEG e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e resultou na realização do I Seminário de Educação e Segurança Nacional entre os dias 17 de outubro a 11 de novembro em 1966, na sede da ECEME. Para o diretor da ECEME, general João Bina Machado, a motivação principal para a organização do evento era a crença de que “a educação é o problema básico do país; as Forças armadas precisam fazer alguma coisa para superar o problema político número um do governo”<sup>189</sup>.

Segundo os idealizadores do evento, os problemas relacionados à Educação e à Segurança Nacional, além de estarem integrados, possuíam caráter global. Desse modo, era imprescindível desenvolver a consciência nacional da existência desses problemas e buscar soluções por meio de um intercâmbio entre as universidades e os órgãos educacionais das Forças Armadas. Ou seja, defendiam a ideia de contribuição militar na educação para a promoção da cidadania<sup>190</sup>.

---

<sup>187</sup> Idem, Ibid.

<sup>188</sup> Idem, Ibid.

<sup>189</sup> “Militares querem orientar a educação”. In: Correio da Manhã, 19 out. 1966, p. 7.

<sup>190</sup> I Seminário de Educação e Segurança Nacional. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100006232SOS, identificador: 00681537 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 17 out. a 11 nov. 1966.

O Seminário realizou encontros- às segundas, às quartas e às sextas- que reuniram professores, diretores de diversas instituições de ensino e militares para tratar da questão educacional e juvenil. Outros setores do governo, como o Conselho de Segurança Nacional, o Ministério da Educação e Cultura e o Ministério das Relações Exteriores, além de parcelas das Forças Armadas, como a Aeronáutica e a Marinha foram convidadas a participarem do evento<sup>191</sup>. Logo no primeiro encontro, foi apresentado um relatório produzido por oficiais-generais da ECEME sobre o contexto educacional brasileiro no período.

No relatório constatava que as insatisfações do movimento estudantil eram oriundas de vários problemas graves no sistema educacional do país, como a ausência de currículos atualizados, escolas com salas adequadas, organização administrativa e corpo docente.

No entanto, o documento também fazia duras críticas à incapacidade do governo em solucionar os problemas desse setor, destacando que as iniciativas colocadas em prática até aquele momento, como seminários e diagnósticos, não tinham resultado em algo concreto. No que diz respeito ao Ensino Superior,

a situação nacional foi agravada com o estrangulamento da Universidade de Brasília, experiência pioneira, e a fuga de três mil técnicos brasileiros de gabarito para o exterior. [...] Se a autonomia universitária foi ferida no seu ponto mais importante - a liberdade de cátedra e de pensamento - por outro lado nada se fez no sentido de impedir que o empreguismo e a burocracia continuassem a grassar nas escolas superiores<sup>192</sup>.

Houve críticas específicas ao MEC, considerado muito burocrático e pouco eficiente devido à ausência de quadros técnicos. Outra questão foi a falta de recursos às inúmeras escolas do país e a “destruição do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), entregue a professores medíocres e a diretores sem credenciais, ligados aos donos de colégios particulares de São Paulo [...]”<sup>193</sup>.

Além disso, o relatório criticava a interferência estrangeira, presente principalmente devido aos acordos MEC-USAID, na formação dos professores, orientação do ensino, produção de material didático, atuação nas secretarias de educação

---

<sup>191</sup> “I Seminário de Educação e Segurança Nacional”. *O Globo*, 15 out. 1966, p. 9.

<sup>192</sup> “Militares querem orientar a educação”. *Correio da Manhã*, 19 out. 1966, p. 7.

<sup>193</sup> I Seminário de Educação e Segurança Nacional. *Ibid.*

dos estados, escolas e universidades. Para os oficiais-generais, a influência estrangeira no setor educacional estava provocando uma “crescente desnacionalização do ensino e das culturas nacionais”<sup>194</sup>.

Isso reflete a existência de críticas aos acordos MEC-USAID entre os militares por ser considerado um projeto desnacionalizante. Essa questão convergiu com a crítica feita pelos estudantes. Nesse sentido, o nacionalismo foi um aspecto importante para estabelecer um diálogo com setores estudantis, que se concretizou por meio do Projeto Rondon.

O Seminário foi dividido em cinco comissões que tinham a incumbência de debater temas específicos acerca da Educação e Segurança Nacional, além de elaborar relatórios, ao final do evento, com as recomendações que seriam apresentadas ao governo. Os temas foram distribuídos por comissão e se concentraram em: análise dos “Principais setores e formas de contribuição da Universidade para a Segurança Nacional”; “Intercâmbio entre as Faculdades e as Academias Militares”; “Intercâmbio de órgãos civis e militares de ensino secundário”; “Visualização da contribuição das Forças Armadas na Educação para a cidadania” e “Exequibilidade da criação de um órgão nacional de coleta de dados e informações de natureza cultural”.

No relatório final, elaborado pelos membros das comissões, houve um grande destaque para as universidades. De acordo com o documento, além de serem responsáveis pelo levantamento dos dados relacionados à realidade socioeconômica e elaborar estudos que trouxessem soluções para os problemas, era responsabilidade das universidades aprimorar a consciência nacional, pautada nos ideais de desenvolvimento e segurança para o país.

O objetivo também foi estabelecer um intenso intercâmbio e aproximação entre professores e alunos das universidades e as academias militares por meio da realização de simpósios e cursos de férias, além de “competições esportivas, atividades artísticas, culturais e recreativas, visitas e excursões”. Essas recomendações demonstram a meta de agregar à Educação brasileira os ideais da ditadura civil-militar, com ênfase na segurança nacional, por meio de um maior convívio entre estudantes e militares.

Os estudantes do Ensino Médio também foram alvos de preocupação dos participantes. No Seminário foi apresentado o resultado de uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro e em São Paulo, entre os meses de maio e junho de 1966, por iniciativa da

---

<sup>194</sup> Idem.

ECEME, com os alunos do Ensino Médio. Segundo os dados divulgados no evento, 65% dos alunos entrevistados se consideravam menos patriotas e 81% se consideravam menos religiosos que os seus pais. A pesquisa também apontou que 52% dos alunos achavam essa situação lamentável e que 69%<sup>195</sup> aprovavam a inclusão no currículo militar de aulas de Educação Cívica<sup>196</sup>.

Para os idealizadores do evento, as forças armadas desempenhavam um notável papel na Educação e esta prática deveria se disseminar pelo país. Além de defenderem a ideia de que os militares realizavam um intenso trabalho na área da educação, eles integravam os habitantes das fronteiras, alfabetizavam recrutas, promoviam a educação sanitária e a formação profissional em diversos níveis. O argumento utilizado era que a boa formação cidadã e democrática se assemelhava e se completava à formação dos soldados. Desse modo, defendiam que

O patriotismo não é privilégio do soldado, como a dedicação ao sofredor não é exclusiva do médico. O homem bem formado tem virtude de soldados e predicados de médico. Integra-se na sociedade sem desajustes. O seu caráter é completado nas Forças Armadas. Terminado o serviço militar, surge o cidadão. A caserna é a escola do civismo e a mais perfeita escola da democracia<sup>197</sup>.

Os militares acreditavam que estavam realizando um importante trabalho no setor educacional do país e que proporcionariam importantes contribuições à formação dos jovens. Essas contribuições não seriam apenas no quesito da formação intelectual, mas sobretudo no incentivo ao desenvolvimento “dos sentimentos cívicos”, como o culto aos símbolos nacionais, promoção de festas cívicas e campanhas de ajuda à comunidade.

Segundo Luiz Antônio Cunha, as propostas das comissões tinham dois grandes objetivos: buscar o apoio dos militares para garantir que as universidades

---

<sup>195</sup> I Seminário de Educação e Segurança Nacional. Ibid.

<sup>196</sup> O decreto nº 869, de 12 de setembro de 1969, estabeleceu a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória em todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino do país. Os objetivos da lei defendiam os valores tradicionais e conservadores, como o patriotismo e o catolicismo tradicional. Cf.: BRASIL. Decreto nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 15 set.1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 07 fev.2020.

<sup>197</sup> I Seminário de Educação e Segurança Nacional. Ibid.

desempenhassem suas próprias funções e “agradar os militares”, chamando-os para participar diretamente<sup>198</sup>. Essa participação seria por meio de ações, como

[...] a introdução da Cadeira Segurança Nacional nas universidades, visando à eliminação da dependência externa para a aquisição de armamentos, entregar órgãos de informação científica e técnica à direção dos militares, pois os civis, além de “rasgarem papéis”, não teriam a necessária “tenacidade”; a colocação de militares nos conselhos do MEC, para evitar o “uso abusivo do dinheiro público”; a multiplicação das comemorações cívicas, olimpíadas universitárias e a confecção de um manual de civildade<sup>199</sup>.

No entanto, das várias sugestões realizadas, só foram colocadas em prática as que estavam voltadas para a formação de uma “consciência nacional”<sup>200</sup> nos estudantes. O relatório propôs a programação de viagens de estudos que reunissem alunos civis e militares para “locais ou instalações de grande importância para o desenvolvimento da Nação”, com o intuito de garantir a complementação dos estudos realizados por eles. Além disso, houve a proposta de

[...] criação de caravanas de estudos, constituídas de pequenos grupos de universitários, que por um determinado período de tempo, permaneceriam em regiões afastadas do território nacional, onde não só estudariam a situação dessas regiões, mas também prestariam serviços de assistência social, cultural, sanitária, técnica e científica às populações locais. Às autoridades militares e universitárias caberia a organização e as providências necessárias para tal fim.<sup>201</sup>

A proposta de levar grupos de universitários para regiões afastadas do país foi resultado de uma provocação feita pelo general Bina Machado, comandante da ECEME, após uma análise feita pelo professor Wilson Choeri<sup>202</sup> sobre o golpe de 1964. Para o

---

<sup>198</sup> Cunha, *Ibid.*, p. 93.

<sup>199</sup> *Idem.*

<sup>200</sup> *Idem.*

<sup>201</sup> I Seminário de Educação e Segurança Nacional. *Ibid.*

<sup>202</sup> Wilson Choeri teve uma longa trajetória na Educação. Além de ser um dos fundadores da UEG, o professor foi diretor do Colégio Aplicação, sub-reitor para Assuntos de Planejamento e Coordenação Executiva, vice-reitor e ocupou a direção geral do Colégio Pedro II por muitos anos. Sobre sua trajetória, cf.: CAZES, Leonardo Faria. *Tempo de reforma, tempo de repressão: a trajetória de Wilson Choeri na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

professor, os militares tinham errado ao marginalizar os estudantes no novo regime<sup>203</sup>, pois

[...] antigamente, os alunos da Universidade faziam assembleias, discutiam, elaboravam cartazes, hoje não podem se reunir, fecharam os diretórios acadêmicos, fecharam alguns organismos estudantis; as teses que eles apresentavam são válidas, tanto que a Revolução está resgatando e resolvendo muitas delas. Entretanto, podemos criticar a terapêutica que propunham, mas não podemos mais nos comunicar com os estudantes.<sup>204</sup>

Como reação à crítica feita, o general Bina Machado teria então desafiado o professor Wilson Choeri a fazer algo a respeito. Da provocação teria surgido a iniciativa de levar universitários para regiões remotas do país. Entusiasmado com a ideia, Wilson Choeri declarou ao general Bina Machado que “caso recebesse o apoio do Exército, para transporte e abrigo, poderia levar estudantes para tomar um ‘banho de Brasil’, para sentir, cheirar e degustar a realidade brasileira”<sup>205</sup>.

Naquele período, o 5º Batalhão de Engenharia de Construção estava com a incumbência de construir uma rodovia que ligaria Porto Velho a Guajará-Mirim, cidades localizadas no território federal de Rondônia, para substituir a antiga ferrovia Madeira-Mamoré. O professor Wilson Choeri foi convidado a visitar o local para se inteirar da situação e estruturar um plano de atuação universitária.

A realização do Seminário e suas recomendações foram amplamente divulgadas pela imprensa carioca, principalmente, pelos jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, que realizaram inúmeras matérias sobre este tema<sup>206</sup>. Porém, houve uma grande preocupação dos militares em negar sua participação no evento.

Poucos dias depois do jornal *Correio da Manhã* ter publicado um artigo intitulado “Militares querem orientar a educação” para divulgar o Seminário, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas afirmou que: “Nenhum oficial-general ou de postos inferiores, servindo no Estado-Maior das Forças Armadas participou ou está participando de

---

<sup>203</sup> “Projeto Rondon nasceu da crítica e tornou-se um desafio que foi vencido”. *Jornal do Brasil*, 7 e 8 dez. 1969, p. 44.

<sup>204</sup> CHOERI, Wilson. Entrevista. In: MOTTA, Aricildes de Moraes (org.). *História oral do Projeto Rondon*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2006, p. 35.

<sup>205</sup> Idem, *Ibid.*

<sup>206</sup> AMATO, Gabriel. *Ibid.*, p. 42-45.

qualquer Seminário sobre educação”<sup>207</sup>. Havia um temor de que as propostas não fossem aceitas pelos estudantes por terem se originado no meio militar<sup>208</sup>.

De acordo com Luiz Antônio Cunha, uma das diferenças principais entre o CRUTAC e o Projeto Rondon era que,

Embora esse projeto contivesse a mesma base ideológica assistencialista que justificava o Crutac, dele diferia pelo caráter explícito com que apresentava seus objetivos políticos na conjuntura de busca de sedimentação do novo regime político. A educação era definida como instrumento de consecução dos ‘Objetivos Nacionais Permanentes’ na ‘área psicossocial’, conforme a doutrina da Escola Superior de Guerra. Assim, procurava-se absorver, reinterpretando, a crítica dos nacionalistas à ocupação da Amazônia por grupos estrangeiros<sup>209</sup>.

No entanto, essa análise não leva em consideração os interesses dos jovens, pois concentra-se apenas nas intenções da ditadura em mobilizá-los e enviá-los ao interior do país. Na perspectiva de Cunha, o projeto era visto como a mera “instalação de unidades militares” em uma região “vasta e pouco habitada”, o que representava “um meio de marcar a presença nela do Estado”<sup>210</sup>.

Além disso, Cunha afirmou que a ditadura se aproveitou da atuação dos estudantes para promover a assistência às populações carentes, “para quem a ideia de pátria nem chegaria fazer sentido”. E, por último, destacou que muitos participantes “engajaram-se no Projeto Rondon para conhecer regiões distantes permanecendo impermeáveis à sua ideologia.” Por isso, o projeto tinha ficado conhecido como “Rondontour”<sup>211</sup>.

No entanto, é fundamental levar em consideração que a crescente radicalização do movimento estudantil entre 1965 e 1966 se tornou um problema, tanto para o regime militar quanto para a sociedade. Esse cenário motivou a ditadura a anunciar a reforma universitária e a criação de alguns mecanismos para canalizar a insatisfação estudantil.

Os projetos, criados nesse contexto, buscaram conciliar ação comunitária com a ideia de aprimoramento da formação profissional dos universitários, e só foram bem-sucedidos porque muitos jovens aderiram a essas ideias. É necessário refletir sobre as razões que levaram tantos jovens a se engajarem em projetos que partiram da iniciativa

---

<sup>207</sup> “Cartas à redação”. *Correio da Manhã*, 23 out. 1966, p. 14.

<sup>208</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Ibid.*, p.92.

<sup>209</sup>CUNHA, Luiz Antônio. *Ibid.*, p. 66.

<sup>210</sup> *Idem*, *Ibid.*

<sup>211</sup> *Idem*, *Ibid.*, p. 66-67.

governamental. Esses projetos conseguiram conjugar objetivos que atendiam, em geral, aos interesses dos jovens e do regime militar, servindo para criar *consensos* entre juventudes e a ditadura civil-militar.

## 2.2) A Operação – Piloto

Após o I Seminário de Educação e Segurança Nacional, Wilson Choeri iniciou a organização do primeiro grupo de universitários que seria enviado à região. Foram convidados trinta estudantes de três universidades cariocas: a UEG, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Pontifícia Universidade Católica (PUC). O grupo era composto por estudantes de medicina, engenharia, geociências, documentação e comunicação.<sup>212</sup>

A escolha dos participantes não foi feita de forma aleatória. Houve o cuidado, por parte de Wilson Choeri, em escolher estudantes de áreas consideradas essenciais para o sucesso do programa. Segundo o relato feito por Choeri, quarenta anos depois da Operação Piloto,

[...] confiei em poder recrutar os alunos; por isso, adotei uma estratégia que trouxe resultados; quando escolhi o grupo, não selecionei só gente da minha Universidade, porque precisávamos levar estudantes de Medicina, a nossa Medicina era *hors-concours* na época, excelente Medicina, mas não possuíamos Engenharia. Nossa Faculdade estava iniciando, encontrava-se na terceira série, então levamos da PUC (Pontifícia Universidade Católica), que era muito melhor. Diga-se de passagem, os dois rapazes da PUC que foram eram partidários da esquerda e tinham antecedentes no DOPS – isso eu estou explicitando para que se mostre que não havia preconceito por parte dos militares, ou que eles quisessem fazer lavagem cerebral nos estudantes; na parte de Ciências Sociais, preferi selecionar na Universidade Federal Fluminense, e contamos com um Professor, o Omir Fontoura, que lecionava lá e na UEG, como veículo de seleção da turma de Geografia<sup>213</sup>.

Choeri destacou a presença de estudantes de esquerda na Operação – Piloto com o objetivo de demonstrar que o programa não era voltado apenas aos jovens partidários

---

<sup>212</sup> MEC, Instituto Nacional do Livro. O jovem deve saber tudo sobre o Projeto Rondon. Coleção Brasil Hoje no 9, Rio de Janeiro: Bloch, 1972, p. 10.

<sup>213</sup> CHOERI, Wilson. Ibid.

da ditadura, mas para todos que quisessem conhecer a realidade do interior do país e contribuir para a superação de seus problemas. O objetivo também era mudar a imagem que muitos jovens tinham em relação aos militares, ao afirmar que eles não tinham preconceito e não queriam “fazer lavagem cerebral nos estudantes”<sup>214</sup>.

A escolha de estudantes de três universidades do Rio de Janeiro também tinha um outro objetivo: facilitar a disseminação da experiência vivida pelos participantes no meio universitário carioca. Isso demonstra o grau de planejamento adotado por Choeri. Não bastava que a operação fosse bem-sucedida. Era necessário garantir que os participantes tivessem uma boa impressão do projeto e que, no futuro, divulgassem isso para outros jovens.

Após a seleção do grupo, realizou-se uma série de encontros na reitoria da UEG, que consistia em aulas sobre as características gerais da região e conversas para trocas de informações. Foi criada uma carteira de identificação dos participantes, que possuía os dados pessoais, como tipo sanguíneo e fator Rh. Além disso, todos foram vacinados. Cada estudante recebeu 300 cruzeiros para o custeio das despesas necessárias e compra de filmes, pois houve o incentivo ao registro das atividades que seriam realizadas em Rondônia.

Houve também a preocupação de Wilson Choeri de estabelecer inicialmente as bases ideológicas do projeto, pois temia que algum político poderia “assenhorar-se dele e não gostaria de ver deturpada nossa imagem”<sup>215</sup>. Desse modo, buscou nomear o projeto e a primeira proposta era chamá-lo de “Universidade Integrada”, mas, antes do início da viagem havia mudado para “Projeto Rondon”<sup>216</sup>.

Além disso, Choeri acreditava que era necessário adotar um *slogan* que demonstrasse os ideais do projeto, ou seja, aproximar estudantes e militares. Por isso, inspirado nas ações realizadas pelos Batalhões de Selva do Exército, copiou o lema dessas unidades “A Selva não é nossa inimiga”. Anos depois, justificou essa escolha, alegando que “Essas Unidades, bem treinadas, mostram que da selva pode-se tirar muitas coisas importantes para a própria sobrevivência daqueles Batalhões”<sup>217</sup>.

A escolha pelo nome “Projeto Rondon” não se deveu apenas ao fato de a primeira operação ter ocorrido no território federal de Rondônia, mas era fruto da grande

---

<sup>214</sup> A participação de estudantes de esquerda no Projeto Rondon será trabalhada no capítulo 6.

<sup>215</sup> CHOERI, Wilson. *Ibid.*

<sup>216</sup> “Universidade Integrada”. *Correio da Manhã*, 28 jun. 1967, p. 3.

<sup>217</sup> CHOERI, Wilson. *Ibid.*, p. 38.

inspiração que o Marechal Cândido Rondon (1865-1958) exerceu na formulação dessa proposta. Em 1890, Cândido Rondon, ainda um jovem tenente, participou de sua primeira missão ao interior do Brasil, com o objetivo de construir linhas telegráficas de Cuiabá ao Araguaia. A iniciativa fazia parte de um projeto mais amplo da Primeira República (1889-1930) que pretendia integrar o país, baseado em um processo civilizador.

A formação política e filosófica, influenciada pelo positivismo e modelada pela Escola Militar, contribuiu para que Rondon se dedicasse ao projeto de integração do Estado brasileiro. Segundo estudo realizado por Fernando Rodrigues, o Marechal Rondon participou de várias missões, sendo responsável, além da

[...] construção de linhas e estações telegráficas; pela criação e direção do Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), em 1910; pela expedição científica Roosevelt- Rondon, em 1913 e 1914; pela chefia da comissão de Inspeção de Fronteiras, entre 1927 e 1930; até a função de delegado do Brasil junto à comissão mista internacional Peru – Colômbia com sede em Letícia, em 1935<sup>218</sup>.

Além de realizar inúmeras ações em prol desse projeto da integração do território nacional, Rondon também defendia o ideal de civilização das populações do sertão brasileiro, principalmente das tribos indígenas. Sua proposta de incorporá-los à sociedade brasileira colocava em segundo plano seus costumes e tradições, por considerá-los inferiores e atrasados, concepção defendida também por inúmeros grupos políticos e sociais da época.

Dessa forma, seus ideais se assemelhavam à catequese realizada pelos missionários cristãos. Contudo, seu objetivo era diferente, pois defendia a ideia de que os ensinamentos religiosos deveriam ser substituídos pelo “culto cívico à pátria e à bandeira nacional”.<sup>219</sup>

As ações de Rondon representaram o projeto do Estado brasileiro que, além de promover a integração nacional, colocou o Exército em um papel de protagonista na defesa dos interesses nacionais. De acordo com Gabriel Amato, escolher Rondon como patrono do projeto demonstrou que

---

<sup>218</sup> RODRIGUES, Fernando Silva. Marechal Rondon e a trajetória de um militar sertanista na Primeira República Brasileira: investigação sobre a intervenção do Estado e o processo civilizador da população indígena. In: Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 122-134, jan.-abr. 2017, p. 125.

<sup>219</sup> Idem.

[...] universitários, militares e professores envolvidos na operação apropriavam-se da biografia do sertanista, bem como de suas ideias de nação, concepções de integração nacional e projetos de desenvolvimento da infraestrutura do Brasil [...]. A escolha guardava relações também com o fato de Rondon ter sido, ele mesmo, um membro das Forças Armadas. Como o Projeto era uma tentativa de aproximar os estudantes dos militares, transformar um marechal em herói da juventude parecia ser uma opção acertada<sup>220</sup>.

A Operação Piloto teve início em julho de 1967 e durou trinta dias. Cada grupo, composto por estudantes da mesma área, realizou uma atividade. Os estudantes de engenharia projetaram para os militares instalados no 5º Batalhão de Engenharia de Construção uma represa de captação de água e participaram do grupo que realizou o desmatamento do trecho Porto Velho – Guajará-Mirim.

Os estudantes de geociências, além de realizarem uma análise do solo das colônias agrícolas, fizeram o levantamento econômico da região e buscaram aprender sobre o processo de extração da cassiterita e descobriram alguns tipos de topázio. Esse grupo atuou nas localidades de Jacundá e Massangana. Na região de Massangana, “passaram oito noites dormindo em redes, numa cabana, onde mais de 20 garimpeiros apresentavam malária”<sup>221</sup>. Um dos estudantes, Paulo Fernandes de Oliveira, contraiu a doença e precisou voltar mais cedo ao Rio de Janeiro para receber os cuidados necessários.

Mesmo diante das adversidades, a impressão de Paulo Oliveira em relação à Operação era positiva, pois, ainda no hospital, foi entrevistado e afirmou que “A malária afetou minha saúde, mas não o entusiasmo e a vontade de ajudar a solucionar esse grave problema nacional”. Além disso, empolgado com a experiência vivida, declarou que, se fosse preciso, voltaria à região para continuar as pesquisas iniciadas pelo grupo<sup>222</sup>.

O grupo de medicina levou uma grande quantidade de remédios para distribuir à população. A ideia inicial era realizar a medicina preventiva, mas diante do elevado número de doentes, os estudantes também realizavam atendimentos, mesmo com poucos recursos.

Durante a Operação Piloto, houve um caso dramático de uma criança, com pouco mais de um ano de vida, que caiu em cima de cacos de vidro e se feriu gravemente. O grupo, mesmo com poucos recursos, operou a criança e conseguiu salvá-la. Esse episódio

---

<sup>220</sup> AMATO, Gabriel. *Ibid.*, p. 46.

<sup>221</sup> “Universitário com malária não desiste”. *O Globo*, 08 ago. 1967, p. 10.

<sup>222</sup> *Idem*.

foi marcante na experiência do grupo de medicina. Um dos universitários, Miguel Assbu, relatou depois sobre esse acontecimento:

Não tínhamos nada. Nem luvas, nem avental, nem máscaras. Nossa preocupação foi tomar o máximo de cuidado para não contaminar mais ainda o “campo operatório” (a sala). [...] Ninguém servia de instrumentador, pois não havia instrumentos. Lutamos contra tudo, inclusive a luz, nada própria para uma operação tão melindrosa. Mas o nosso maior problema era a possibilidade de a menina contrair infecção abdominal, que poderia levá-la à morte. A operação durou exatamente uma hora. A medicação dada à menina, após a operação, não foi a ideal, mas a encontrada. Depois de longos 60 minutos, suspiramos aliviados. A menina estava salva<sup>223</sup>.

Os estudantes de documentação e comunicação ficaram responsáveis por produzir um documentário sobre a Operação Piloto. Os responsáveis optaram por produzir um pequeno documentário, com aproximadamente 17 minutos. A história é contada por um narrador-observador, que, de uma forma didática, descreve desde o surgimento da ideia que deu origem ao Projeto Rondon às atividades realizadas pelos participantes em Rondônia<sup>224</sup>.

A escolha por realizar um documentário, relativamente curto, demonstra que esses estudantes não tinham o objetivo apenas de registrar as condições da localidade e as atividades desenvolvidas, mas transformá-lo em um meio de divulgação do projeto no meio universitário. Desse modo, logo em seu início, o documentário dava destaque ao protagonismo dos jovens, declarando-os executores do Projeto Rondon.

Houve a preocupação de esclarecer que esta foi uma ideia que surgiu na UEG por meio do professor Wilson Choeri que, ciente do arcaísmo e atraso das universidades brasileiras, descoladas da realidade nacional, acreditava ser necessário levar os estudantes a outras regiões para que tivessem contato com os reais problemas do país. Para reafirmar essa ideia, o documentário mostrou cenas dos estudantes e professores em sala de aula, discutindo sobre essas questões e buscando definir como resolvê-las.

A menção ao governo só ocorreu, pois foi necessário explicar que apenas com seu apoio seria possível levar os estudantes a uma região de difícil acesso. Foi esclarecido

---

<sup>223</sup> “Garotinha de Vila Rondônia foi salva pelos acadêmicos”. *O Globo*, 08 ago. 1967, p. 10.

<sup>224</sup> Criação do Projeto Rondon. Porto Velho, Julho, 1967. 1 Filme: película (17 min.), 16 mm, p&b. Fundo/Série/Subsérie: Ministério do Interior/Fundação Projeto Rondon-FPR. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IJhdw7RqOfQ>. Acesso em 14 fev.2020.

que o Ministério do Interior garantiu auxílio no transporte e na acomodação dos participantes. Para os organizadores do projeto era fundamental esconder da opinião pública a participação militar no processo de criação do programa, porque temiam que isso afastassem os jovens da ideia.

Seguindo a ordem cronológica dos acontecimentos, o filme mostrou o embarque dos estudantes e seus primeiros contatos com os militares do 5º Batalhão de Engenharia e Construção, além do processo de desmatamento para a construção da rodovia. As cenas subsequentes apresentaram os estudantes divididos em grupos, de acordo com suas especialidades, atuando na região. O objetivo foi destacar o empenho e a dedicação dos rondonistas. As cenas demonstraram jovens extremamente engajados na busca por soluções e na realização das atividades que foram previamente definidas.

No final do documentário, há uma das únicas cenas em que aparece um dos participantes conversando com moradores de uma pequena comunidade. Em sua fala, ele buscou dar algumas orientações e esclarecer os objetivos do projeto:

É verdade que o nosso país não dá a vocês, aos habitantes e aos brasileiros, portanto, aquilo que devia ser dado. É um país ainda novo, que começa e, enfim, tem as suas dificuldades, mas a culpa e a responsabilidade da saúde de vocês, que é ponto que nos atinge mais de perto, não depende somente do governo. Mas há necessidade que vocês cooperem. Nem só remédios cura você. É necessário também um trabalho de vocês, no sentido de uma higiene maior. Eu vou aproveitar essa oportunidade, ouviu, para explicar para vocês essa aparição que vocês viram um médico, que surge aqui. Nós viemos do Rio, ouviu, e viemos para tomar conhecimento do que existia por aí, fazer um levantamento para que o governo e, enfim, as classes que possam ajudar vocês, pudessem tomar conhecimento da situação de vocês realmente. Isso pelo Brasil inteiro. Não é somente aqui. Esse é um plano que abrange a Amazônia, mas abrange também a terra de vocês tenham vindo: do Nordeste, do que gente de todas as regiões do país<sup>225</sup>.

A escolha por uma cena que mostra um universitário conversando diretamente com a população local era intencional, pois tinha o objetivo de apresentar à opinião pública que, além de realizar ações assistencialistas, os participantes seriam porta-vozes

---

<sup>225</sup> Criação do Projeto Rondon. Porto Velho, Julho, 1967. 1 Filme: película (17 min.), 16 mm, p&b. Fundo/Série/Subsérie: Ministério do Interior/Fundação Projeto Rondon-FPR. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IJhdw7RqOfQ>. Acesso em 14 fev.2020.

da mensagem do governo e das populações dos grandes centros urbanos: “vamos ajudá-los”. No entanto, colocou sobre esses indivíduos uma parcela de responsabilidade pela condição de vida em que se encontravam, alegando que era necessário ter “mais higiene” para evitar as doenças.

Não houve uma única cena que demonstrasse os participantes em um período de lazer, apenas discutindo sobre quais atividades seriam realizadas na Operação. A opção por essa sequência de cenas revela que a participação no projeto representava um trabalho árduo e que não haveria espaço para turismo ou lazer. Contudo, foi exibido que os jovens estavam entusiasmados com a experiência de vida e trabalho em Rondônia.

A revista *Manchete* enviou um repórter para acompanhar os participantes e registrar os acontecimentos. A reportagem, publicada em setembro de 1967 e intitulada “Rondônia: a luta contra a selva”, priorizou o uso da fotografia para mostrar à opinião pública como era a paisagem do território, marcada pela floresta amazônica, e o cotidiano da população. Além disso, foram publicadas fotografias que mostravam parte do processo de extração da cassiterita e de outras atividades econômicas realizadas na região, como a exploração da madeira, castanha-do-pará, pedras preciosas, óleo vegetal, couro de animais e a borracha<sup>226</sup>.

Com relação aos estudantes, a reportagem pouco abordou as atividades desenvolvidas por eles, apresentando apenas uma fotografia que demonstrava o trabalho no desmatamento para a abertura da rodovia. É interessante notar que não foi publicado, nessa reportagem, nenhum relato ou opinião dos participantes acerca da experiência vivida em Rondônia. Dessa forma, o objetivo era possibilitar aos leitores, principalmente por meio das imagens, maior conhecimento sobre uma região remota do país.

Durante o período da Operação Piloto, os jornais trouxeram esparsas informações sobre os estudantes e as atividades que estavam sendo desenvolvidas em Rondônia. Antes do final da Operação, a imprensa já tinha noticiado a mudança do lema para “Integrar para não entregar”<sup>227</sup>. A origem desse lema decorreu da fala de um capitão, Lauro Pastor Filho, que atuou no 5º Batalhão de Engenharia de Construção. Ao concluir uma palestra sobre o trabalho realizado pelo batalhão, na UEG, conclamou os ouvintes: “Olha, nós precisamos integrar essa área, para não ter de entregá-la um dia à cobiça estrangeira, é

---

<sup>226</sup> *Manchete*, n°803, 9 set. 1967, p.

<sup>227</sup> “Estudante quer integrar o país”. *Correio da Manhã*, 16 jul. 1967, p. 22.

preciso integrá-la ao contexto nacional e não deixá-la entregue ao pauperismo e à miséria”<sup>228</sup>.

Um dos relatos publicados na imprensa foi de Ronaldo Dória Dreux, um dos responsáveis por produzir o documentário. Para ele, os trinta dias de vivência na região amazônica foram extremamente importantes, pois

Lá realmente nos defrontamos com os problemas daquela área do Brasil e pudemos sentir as necessidades e os problemas de gente pobre e doente, que tem no contingente militar ali instalado seu único amigo e auxiliar. E constatamos também que nosso país é bem maior e mais rico do que parece no mapa, embora suas dificuldades sejam, ainda, igualmente grandes<sup>229</sup>.

A excelente impressão que a Operação Piloto deixou aos participantes foi fundamental para que eles divulgassem a experiência para outros universitários de outras faculdades e regiões. Além disso, possibilitou que muitos deles construíssem uma imagem extremamente positiva dos militares que eram instalados em locais inóspitos do país. Segundo Ronaldo Dreux, eram os únicos com que a população poderia contar.

Quarenta anos depois, Ronaldo Dreux foi convidado a fazer um relato de sua experiência na Operação Piloto. Seu depoimento compunha uma iniciativa mais ampla, resultado de um projeto que aproximou um grupo de cinco ex-rondonistas e que buscava reunir relatos para contar como foi a *aventura que viveram*.<sup>230</sup>

Em sua narrativa, Ronaldo Dreux deixou claro que precisou “recuperar algumas informações perdidas ao longo de quase quarenta anos que distanciam a viagem a Rondônia desse meu registro, sem as quais ficaria incompleto”<sup>231</sup>. Para isso, procurou em diversos sebos a revista *Manchete* nº 803 de 9 de setembro de 1967, pois havia uma reportagem, feita por um repórter fotográfico, Nelson Santos, que participou da empreitada.

Além disso, utilizou como referência um texto divulgado no site da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que trata sobre a origem do Projeto Rondon. Nesse aspecto, Ronaldo Dreux, ao invés de fazer uma descrição com suas próprias palavras, preferiu

---

<sup>228</sup> CHOERI, Wilson. *Ibid.*, p. 39.

<sup>229</sup> “Universitários voltam da Amazônia com Nova Visão”. *O Globo*, 07 ago. 1967, p. 12.

<sup>230</sup> Embora a coletânea tenha sido escrita por rondonistas que participaram da Operação – III, em 1969, Ronaldo Dreux, por ter participado também da Operação – piloto, registrou suas memórias e impressões das duas experiências.

<sup>231</sup> DREUX, Ronald Dória. Projeto Rondon. In: MAYR LIU, Leticia Maria (org). *Aventura na Amazônia: uma lição de vida no Projeto Rondon*. Editora e Gráfica Vida e Consciência, Porto Alegre, 2008, p. 148.

transcrever o texto em seu relato. No entanto, no que diz respeito à primeira vez que ouviu falar sobre a operação em Rondônia e como acabou participando do projeto, descreveu com grandes detalhes.

Antes de iniciar seu relato, o ex-rondonista destacou dois eventos que marcaram o ano de 1967 para ele: a medalha de ouro que os irmãos Cláudio e Orlando Villas Boas, sertanistas brasileiros, receberam dos Fundadores da Real Sociedade Geográfica Britânica pelo importante trabalho de desbravar “a região do Xingu, cuidar do bem-estar dos índios, e preparando a construção de uma estrada”. Além disso, em junho de 1967 foi lançado nos Estados Unidos o disco “Sargent Pepper’s Lonely Hearts Club Band”<sup>232</sup>, dos Beatles.

Segundo Ronaldo Dreux, sua experiência com o Projeto Rondon iniciou-se quando

Eu estava em casa jantando com os familiares reunidos meio silenciosamente em torno da mesa, ouvindo ao longe os Beatles que estava sendo tocado em algum apartamento vizinho. Era assim que as coisas aconteciam em 1967 numa típica família de classe média moradora em Copacabana.

Toca a campainha, coisa incomum, quem seria naquela hora naquela noite morna de junho de 1967. [...]

Abri a porta e me surpreendi com a presença do Luiz Fernando Graça Mello, meu amigo e parceiro de um filme amador feito no início do ano, no então distrito de Arraial do Cabo em Cabo Frio.

[...] Neste filme fui responsável pela fotografia atividade muito respeitada, quase idolatrada naquela época. [...]

Sem saber o que o Luiz Fernando fazia ali na porta de casa, àquela hora, e antes de convidá-lo para jantar fui surpreendido com um inesperado convite: “você quer passar o mês de julho comigo, em Rondônia, fazendo um novo filme?”

Claro que sim... Respondi imediatamente quase sem pensar esquecendo a fome e o jantar, sentindo o sangue ferver de emoção, reações típicas de um pós-adolescente aos 22 anos de idade.

Para mim, pior do que perder a fome ou não jantar seria deixar de participar de uma provável emocionante viagem rumo à desconhecida Amazônia privilégio quase exclusivo de sertanistas<sup>233</sup>.

---

<sup>232</sup> O disco foi lançado em maio de 1967 no Reino Unido.

<sup>233</sup> Idem, Ibid., p. 143-144.

A memória construída por Ronaldo Dreux buscou associar sua participação na Operação-Piloto aos eventos de destaque no Brasil e no mundo, que ocorreram em 1967. Seu relato se inicia com uma cena cotidiana para retratar como ocorreu sua participação na *viagem*. Para ele, o convite foi recebido com emoção e considerado um *privilegio*, tanto que acabou deixando de lado o jantar com a família. É interessante notar também que não houve menção ao contexto político nem ao movimento estudantil. Desse modo, optou por descrever o início de sua *viagem* por meio de acontecimentos comuns.

A principal função de Ronaldo Dreux foi registrar por meio de fotografias e filmagens a Operação Piloto. Desse modo, em seu relato, apresentou algumas fotografias e recortes de jornais que retrataram a viagem. As lembranças mais destacadas em seu relato se referem, principalmente, à chegada ao Território Federal de Rondônia.

Com relação às atividades realizadas no local, houve poucas menções. Apenas apontou, sem precisão, que ficaram no local por volta de três semanas e meia. Contudo, afirmou que guardava “até hoje uma forte lembrança dessa experiência que talvez tenha marcado minha vida para sempre. Por essa minha participação nessa viagem, me considero um privilegiado, eterno devedor aos que conceberam o Projeto Rondon”<sup>234</sup>.

O esforço de registrar as memórias relacionadas às experiências vividas no Projeto Rondon, quarenta anos depois, demonstra a imagem positiva que esses jovens possuíam do programa, mesmo diante de tantas dificuldades enfrentadas durante todo o período das Operações. Além disso, destacaram a importância do Projeto Rondon em suas vidas, descrevendo como um *marco* de “estudantes que abriram mão do conforto de suas casas para passar um mês em regiões que, de outra forma, talvez nunca viessem a conhecer”<sup>235</sup>.

A Operação Piloto foi considerada um sucesso e, logo após o retorno dos rondonistas, a imprensa já divulgava as informações da próxima Operação que estava programada para ocorrer entre janeiro e fevereiro de 1968. Dessa vez, era esperado a participação de trezentos estudantes, inclusive mulheres, de diversas áreas desde a médico-odontológica até a social.

Devido à grande procura dos estudantes, a Operação – I contou com 648 participantes<sup>236</sup> dos estados da Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, ou seja, mais que o dobro esperado em agosto de 1967. Essa Operação, além de

---

<sup>234</sup> Idem., p. 151.

<sup>235</sup> Idem., p. 4.

<sup>236</sup> Participação efetiva em Operações Nacionais e Regionais (Pro 0/Pro XIII). Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014867SOS identificador: 01029955 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 28 nov. 1974.

possuir um número exponencialmente maior de participantes do que a Operação-Piloto, levaria acadêmicos de diversas áreas do conhecimento. Desse modo, havia estudantes de Geografia, Economia, Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Serviço Social, Geologia, Arquitetura, Engenharia Civil, Agronomia, Engenharia Florestal, Veterinária e Teologia<sup>237</sup>.

O grande desafio era realizar uma logística, capaz de atender aos interesses dos inscritos e proporcionar essa *experiência* de vida para o máximo de estudantes possível. Por isso, os *preparativos* para as viagens se tornaram uma questão de fundamental importância para garantir o sucesso do Projeto Rondon.

---

<sup>237</sup> Operação Regional PRO I: relatório de atuação. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014201SOS, identificador: 00251463 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1968.

### Capítulo 3 – Os preparativos

*A Operação Mato Grosso, veio trazer ao Brasil não só a colaboração de meses de trabalho e mais meios de civilização para o nosso interior abandonado. Veio nos trazer principalmente o exemplo de quanto pode fazer um grupo de jovens entusiasmados, sob a orientação de líderes esclarecidos e dinâmicos, formando uma família verdadeira, um grupo de profissionais de cultivo de comunidades de vida. Eis um caminho firme para o próprio Projeto Rondon: formar grupos de trabalho, sob a orientação de Escolas Universitárias ou similares, com atuação e planejamento autônomo, dentro de uma coordenação e complementação única e centralizada, com líderes qualificados para cada caso*<sup>238</sup>.

*Este trabalho, como todos os que advirão, será um libelo àqueles que dizem ser o PROJETO RONDON uma coisa de “guris”. Deus queira que todos os guris de nossa PÁTRIA se organizem e trabalhem como os que aqui dão este exemplo*<sup>239</sup>.

A principal meta da Operação - I foi realizar ações diretamente voltadas à população, pois o período de janeiro a fevereiro era marcado por muitas chuvas, o que dificultaria o desenvolvimento de atividades externas. A programação inicial era promover a “prestação de serviços médicos, odontológicos e sociais, lecionando para crianças e jovens do Primário, Ginásial ou Básico”. A ideia era também conseguir o auxílio da Marinha para obter um navio para que os alunos pudessem navegar pelo rio Amazonas e dar assistência às populações ribeirinhas<sup>240</sup>.

Os selecionados tiveram que frequentar reuniões para receber as principais instruções, e participar de cursos e treinamento de acordo com suas especialidades. Desse modo, houve grupos que fizeram curso para capacitar pessoas de locais remotos a realizar partos, tornando-se parteiras; outros participaram de curso de atendentes de saúde, para realizar primeiros socorros e ensinar noções de higiene às populações. Isso demonstra

---

<sup>238</sup> Relatório da Operação Regional Pro II. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100006459SOS, identificador: 00675514 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1968.

<sup>239</sup> Relatório das Operações Especiais realizadas em 1972 pela Coordenação de Área Região Sul. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014286SOS, identificador: 00689804 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1972.

<sup>240</sup> Até moças na próxima ‘Operação Rondon’. *O Globo*, 12 ago. 1967, p. 4.

que, antes da operação, era exigido dos estudantes um grau significativo de dedicação, visto que era necessário participar de diversas atividades voltadas à sua capacitação<sup>241</sup>.

Outra função importante desempenhada pelos universitários foi obter medicamentos, como vacinas, vitaminas, remédios contra a verminose, repelentes e produtos de nutrição para as regiões que receberiam os rondonistas, por meio da doação de empresas farmacêuticas. Houve também a busca da doação de filmes para máquinas fotográficas, pois havia o desejo de registrar imagens dos locais visitados para incluí-las nos relatórios que seriam produzidos.

A iniciativa de buscar patrocínio para as Operações demonstra um grande engajamento dos jovens para o sucesso da Operação – I. Eram eles que ficavam responsáveis por procurar empresas privadas para obter os recursos necessários e, inclusive, fizeram um apelo: que fossem bem recebidos quando chegassem a alguma empresa, “pois a finalidade de suas missões não é outra, senão servir”<sup>242</sup>.

A Operação – I foi organizada em quatro centros de coordenação dos subprojetos. O intuito era que cada centro recebesse um determinado número de participantes que se juntariam aos universitários locais, quando existissem, para formar equipes. Isso resultou na formação de 30 equipes.

Os três objetivos principais dessa operação foram a realização de assistência médica e odontológica às populações, o ensinamento de hábitos básicos de higiene e a coleta de dados das regiões que receberiam os rondonistas. Os dados coletados serviriam de base para a preparação da próxima operação, que ocorreria em julho de 1968<sup>243</sup>.

Com relação aos ensinamentos sobre os hábitos de higiene, tornou-se uma prática comum inserir essa atividade nas demais operações. Durante o governo Médici (1969-1974), a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), órgão responsável pela propaganda da ditadura civil-militar, realizou uma grande campanha de educação sanitária, protagonizada pelo personagem Sujismundo.

Segundo Keila Auxiliadora Carvalho, inicialmente, essa campanha teve o intuito de criar uma relação entre limpeza e desenvolvimento, além de um forte apelo para que a população aderisse ao projeto de modernização do regime militar. Posteriormente, ocorreu uma mudança nessa propaganda que passou a ser associada à saúde. De todo

---

<sup>241</sup> “Projeto Rondon: mensagem de fé que universitários levarão à Amazônia”. *O Globo*, 11 dez. 1967, p. 12.

<sup>242</sup> “Projeto Rondon precisa de ajuda da empresa privada”. *O Globo*, 29 dez. 1967, p.5.

<sup>243</sup> Idem.

modo, houve a permanência da concepção de que determinados comportamentos eram imprescindíveis para a harmonia social.<sup>244</sup>

O rápido crescimento do programa levou à criação do Grupo de Trabalho Projeto Rondon pela portaria nº 393 do Ministério do interior, no dia 14 de dezembro de 1967. Foi determinado que, além da participação de representantes dos ministérios militares, o grupo seria composto por cinco membros dos Ministérios da Educação e Cultura, Transportes, Agricultura e Planejamento e Saúde. Também haveria um representante do MUDES e do corpo docente da UEG, bem como, dois professores e um estudante que participaram da Operação Piloto.<sup>245</sup>

Para a Operação – I foi produzido um guia com as orientações para a elaboração dos relatórios gerais dos grupos. O primeiro dado que deveria constar nos relatórios era a caracterização da área, desde o nome da localidade, passando pela quantidade de habitantes até as características geográficas, como clima, vegetação e tipos de solo predominantes. Era necessário também descrever os meios de comunicação, transporte e energia existentes na região.

No documento também deveria constar as condições econômicas da área, ou seja, as principais atividades realizadas, os aspectos culturais e sociais, a questão da saúde e da educação, além dos aspectos políticos e administrativos. No guia, todos esses itens possuíam a descrição específica das informações que eram esperadas pela coordenação do projeto. Dessa forma, o relatório se tornava um grande dossiê detalhado de uma área visitada pelos rondonistas.

Os estudantes também eram informados da existência de um código de ética com uma lista de ações que eram proibidas aos participantes, tais como:

- I – Porte de armas sem autorização especial; [...];
- II – Exploração política ou religiosa de fatos observados no desenvolvimento do projeto;
- III – Execução de serviços particulares que não estejam previstos nos planos de trabalho;
- IV- Recebimento de doações de qualquer espécie e a qualquer título;
- V – Defesa de interesses e pontos de vista estranho às finalidades do Projeto Rondon;
- VI – Estabelecimento de contatos com instituições, em nome do Projeto Rondon, sem prévia autorização;
- VII- Prestação ou recebimento de homenagens de

---

<sup>244</sup> CARVALHO, Keila Auxiliadora. “A propaganda é subliminar”: higiene e saúde na ditadura civil-militar brasileira. ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins. Ibid, p. 197 -198.

<sup>245</sup> Amato, Gabriel. Ibid., p. 50.

cunho particular; VIII – Publicação de relatórios dos fatos observados e dados coletados antes de haverem sido liberados pela Coordenação<sup>246</sup>.

O estabelecimento de uma série de tarefas e regras que deveriam ser cumpridas demonstra que, desde o início, houve a tentativa de enquadrar os jovens às metas e comportamentos esperados pela coordenação geral. Além disso, em um contexto marcado pelo aumento da contestação juvenil em relação à ditadura, era necessário consolidar uma imagem de idoneidade do Projeto Rondon. Nesse contexto, os inúmeros dados registrados no relatório atestariam o trabalho realizado pelos rondonistas.

Após a partida das equipes, os jornais publicavam pequenas notas sobre o andamento da operação. Além de divulgar as atividades realizadas, a iniciativa era uma forma de acalmar as famílias dos jovens que ficavam apreensivas, pois dadas as circunstâncias, não era possível obter informações diárias sobre seus filhos.

Embora tenham sido enviados estudantes novamente ao território federal de Rondônia, novos locais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste foram contemplados pelo projeto. Desse modo, foram enviados grupos para os seguintes estados: Amazonas, Acre, Amapá, Roraima, Pará, Maranhão, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Pernambuco (Fernando de Noronha) e Mato Grosso, somando, no total, 431 localidades que receberam os estudantes. No entanto, não foram desenvolvidas atividades em todas essas áreas, pois houve também viagens com o propósito de realizar visitas ou estudos<sup>247</sup>.

Após a Operação – I foi produzido um relatório que fez a análise dos custos. O objetivo era conferir se levar estudantes das mais diversas áreas do conhecimento, para atuar no interior do país, era também vantajoso economicamente para o Estado. Na análise dos custos foi utilizado, como parâmetro, o valor médio dos salários dos profissionais de cada área em comparação às atividades realizadas pelos rondonistas.

Os setores de geografia e economia, além de realizarem levantamentos de dados geográficos, sociais e econômicos, e atendimentos às inúmeras localidades das regiões Norte e Nordeste, produziram uma série de estudos, dentre os quais

---

<sup>246</sup> Idem.

<sup>247</sup> Levantamento das localidades visitadas pelas equipes do PRO I. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100006347SOS, identificador: 00553598 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1968.

[...] para a construção de uma usina hidrelétrica no rio Pacaás - Novos; estudo para a construção de uma rodovia; composição de quadro informativo das ligações e transportes entre a cidade de Guajará -Mirim e demais municípios; croquis de um poço de abastecimento d'água a Guajará – Mirim; croquis do perfil topográfico da região de Pacaás – Novos; confecção de um mapa hipsométrico de Guajará – Mirim e composição de um mapa de rede distribuidora de água em Guajará – Mirim<sup>248</sup>.

O setor de saúde, que englobava estudantes das áreas de medicina, odontologia, enfermagem e farmácia, realizou uma série de atendimentos, como consultas, vacinações, pequenas cirurgias, partos, extrações, visitas domiciliares e exames laboratoriais. O setor de geologia, composto por quinze universitários, percorreu uma área de aproximadamente 55.000 km e realizou dezessete levantamentos geológicos e vinte coletas de amostras.

O setor de engenharia, formado por um grupo de cinquenta e um estudantes, produziu vinte oito projetos, dentre os quais, a criação de laboratórios de solo, casas populares, hospitais, matadouros, açougues, escolas ruais, praças, estudos de problemas de energia elétrica, locações topográficas, soluções para problemas de erosão urbana e para a falta de água potável em algumas regiões.

O relatório apresenta dados de outros setores que foram contemplados na Operação -I. No entanto, essas informações listadas já dão uma dimensão da extensão das ações executadas pelos rondonistas, em um período curto de dias. Nesse documento, foi computado também os gastos relacionados à propaganda, visto que era fundamental noticiar, com certa frequência, o dia a dia dos rondonistas.

Para a divulgação da Operação – I foram pagas publicações em inúmeros jornais da Guanabara, do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Pará e outros estados do Nordeste, principalmente capitais. Na televisão, o tempo total, em programas de divulgação, foi de cinco horas e meia. Por isso, só em publicidade houve um custo de 1.334.745,00 cruzeiros.<sup>249</sup>

Embora a Operação – I tenha recebido verbas dos Ministérios do Interior e da Educação, além do MUDES e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), os gastos com o programa eram elevados em virtude da grande quantidade de

---

<sup>248</sup> Relatório Geral da Operação Regional PRO- I. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014201SOS, identificador: 00251463 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1968.

<sup>249</sup> Idem.

participantes. Ainda que eles não recebessem um salário - apenas recebiam antes do embarque uma ajuda de custo no valor de 100 cruzeiros -, gastava-se muito com o transporte, alojamento e alimentação.

Embora os órgãos governamentais e particulares tenham gastado na operação NCr\$ 383,016,74, o valor total dos serviços prestados pelos estudantes em todas as atividades realizadas foi de NCr\$ 768.275,50, o que possibilitou uma economia de NCr\$ 384.258,76<sup>250</sup>. Ou seja, financeiramente, valia muito a pena para a ditadura continuar investindo no Projeto Rondon. Ao mesmo tempo que a experiência, para os participantes da Operação – I, era considerada muito enriquecedora.

O retorno dos rondonistas e a produção do relatório coincidiram com um período de grande contestação estudantil. Apesar de ter ocorrido uma série de manifestações, nos anos posteriores ao golpe de 1964, foi em 1968 que a reação estudantil contra a ditadura ganhou projeção nacional. O assassinato do estudante secundarista Edson Luís, no dia 25 de março, provocou grande repercussão, gerando uma onda de protestos em vários estados.

Esse episódio contribuiu para maior mobilização estudantil contra a ditadura e ocasionou uma série de manifestações ao longo de 1968, caracterizadas pela defesa da reforma universitária e pela denúncia à violência policial contra os estudantes. Quanto maior a repressão, maior era a reação dos estudantes<sup>251</sup>. O cenário de grande insatisfação levou parcelas do movimento estudantil a criticar e incentivar o boicote ao Projeto Rondon<sup>252</sup>.

O mês de junho foi marcado por uma série de protestos estudantis. A resposta do governo foi agir com intensa repressão policial. No dia 26 de junho, ocorreu, no Rio de Janeiro, a Passeata dos 100 mil - que reuniu estudantes, professores, profissionais liberais, artistas, padres e mães -, com o objetivo de denunciar a violência cometida pela polícia e reivindicar a libertação de presos que participaram de manifestações anteriores<sup>253</sup>. A passeata ocorreu cinco dias depois da “sexta-feira sangrenta”<sup>254</sup>, episódio que ficou marcado pela intensa repressão policial. Foram nove horas de confrontos nas

---

<sup>250</sup> Idem.

<sup>251</sup> Sobre a atuação do movimento estudantil em 1968, cf.: GROPPPO, Luís Antonio. *Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis de 1968*. Piracicaba, Editora UNIMEP, 2005; MARTINS FILHO, João Roberto. Ibid; POERNER, Arthur. Ibid; REIS, Daniel Aarão; MORAES, Pedro. *1968: a paixão de uma utopia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008; ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. *1968: eles só queriam mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

<sup>252</sup> AMATO, Gabriel. Ibid, p. 59-64.

<sup>253</sup> REIS, Daniel Aarão; MORAES, Pedro. Ibid., p. 25

<sup>254</sup> Jornal *O Globo*, 21/06/1968, p.14.

ruas do Centro do Rio de Janeiro, que resultaram na morte de um soldado e quase cem feridos.

A década de 1960 foi marcada pela *explosão* da contestação juvenil em diversos locais no mundo. Nos Estados Unidos, esse período foi marcado pela emergência de vários movimentos de contestação. Os variados atores sociais lutavam por demandas específicas: os jovens contra os padrões sociais vigentes e contra a guerra do Vietnã; as mulheres pela igualdade de direitos com os homens, os negros e *chicanos* pelos direitos civis e políticos; gays em defesa da liberdade sexual etc.<sup>255</sup>.

O auge dessas manifestações ocorreu em 1968. Desse modo, 1968 ficou marcado na História como o ano das manifestações contrárias aos padrões políticos e sociais vigentes na época, com destaque para o intenso protagonismo juvenil. Nesse contexto, além de lutar por mudanças, as juventudes almejavam garantir seus espaços de atuação política e social.

Embora esses movimentos tenham ocorrido em locais diferentes no mundo e por razões específicas, devido às próprias conjunturas e demandas, é possível identificar similaridades, pois “apresentaram significativos pontos de identidade, na medida em que havia vários aspectos históricos supranacionais, isto é, comuns aos vários Estados onde houve agitação juvenil”<sup>256</sup>.

Um dos episódios de maior destaque ficou conhecido como “Maio Francês”, que, na realidade, teve seu início no final de março quando estudantes ocuparam a universidade de Nanterre contra a prisão de membros do Comitê Vietnã Nacional. Esse foi o estopim para uma série de protestos que tiveram o seu auge em maio, após a ocupação policial da Sorbonne, em Paris.

Os estudantes ocuparam as ruas da capital francesa e enfrentaram a polícia para protestar contra o ocorrido. As prisões de manifestantes provocaram novas ondas de protestos nos dias seguintes. O aumento da violência policial contra os estudantes reverberou pela França: outras faculdades foram ocupadas e novos protestos foram realizados.

Neste contexto, os operários realizaram greves e ocuparam fábricas, ações que promoveram a paralisação da França. As reivindicações dos estudantes e operários se

---

<sup>255</sup> Cf.: TARTAKOWSKY, Danielle; MARGAIRAZ, Michel. Maio – Junho de 1968 na França. Revista Eco Pós. Rio de Janeiro. V. 21. N. 1, p. 123-136, 2018.

<sup>256</sup> RIDENTI, Marcelo. 1968 cinquenta: rebeldia e integração. Revista Eco Pós. Rio de Janeiro. V. 21. N. 1, p. 10-29, 2018, p. 142.

concentraram na melhoria dos salários, na contestação à sociedade de consumo e em propostas de caráter revolucionário e anticapitalista.

Apesar da mobilização de caráter nacional, em junho, o movimento começou a esmorecer. No início do mês, a polícia, sob ordens do governo De Gaulle, recuperou fábricas, repartições públicas e universidades ocupadas pelos manifestantes. Nas eleições gerais, convocadas para o mesmo mês, houve uma vitória expressiva dos partidos de centro e da direita.

O “Maio Francês” suscitou e ainda suscita uma série de questionamentos em relação ao seu significado. Há grandes debates em relação ao conteúdo desse movimento: foi um fenômeno da juventude, caracterizado por um conflito geracional? Ou um episódio marcado pela luta de classes devido à greve geral dos trabalhadores? As divergências das interpretações e os obstáculos para superá-las apontam que ainda há muito a ser analisado sobre este tema.

Já nos Estados Unidos, o prolongamento da Guerra do Vietnã e a chamada “Ofensiva do Tet”<sup>257</sup> contribuíram para que o auge da luta dos movimentos juvenis ocorresse também em 1968. O aumento do número de soldados estadunidenses e de vietnamitas mortos, além dos altos gastos com o conflito, resultaram na explosão de protestos no país. Os rumos da guerra colocaram um fim na esperança de reeleição de Lyndon Johnson, visto que

À medida que a primavera de 1968 avançava, a situação parecia profícua para uma aliança social-democrata sem precedentes nos Estados Unidos, incorporando ativistas brancos anti guerra, negros liberais e radicalizados, e ativistas chicanos e nativos americanos em torno das questões gêmeas de acabar com a guerra e acabar com a pobreza.<sup>258</sup>

Contudo, o assassinato de Martin Luther King Jr. e Robert F. Kennedy arruinaram a formação de uma aliança política capaz de disputar as eleições presidenciais de 1968. A Convenção do Partido Democrata, realizada em Chicago, teve por objetivo escolher o candidato à presidência. O candidato escolhido foi Hubert Humphrey, considerado a continuação do projeto político do Governo Johnson. O evento foi alvo de membros do

---

<sup>257</sup> Cf.: TARTAKOWSKY, Danielle; MARGAIRAZ, Michel. Idem; RIDENTI, Marcelo. Idem.

<sup>258</sup>TARTAKOWSKY, Danielle; MARGAIRAZ, Michel. Ibid., p. 57.

Comitê Nacional de Mobilização para Acabar com a Guerra do Vietnã (MOBE) e do Partido Internacional da Juventude (“Yippies”) que pretendiam realizar um grande protesto do local.

O resultado foi uma verdadeira batalha entre os manifestantes e a polícia, pois, sem a permissão para a realização de um protesto legal, foram duramente reprimidos. Os tumultos de Chicago tiveram grande repercussão na opinião pública estadunidense que condenou a violência policial e demonstraram grande temor em relação ao comportamento dos jovens, considerados subversivos por ameaçar a ordem estabelecida. Esse cenário contribuiu para a vitória do candidato do Partido Republicano, Richard Nixon, pois “[...] ele significou para os EUA da época algo parecido com De Gaulle na França: o pulso firme capaz de manter a lei e a ordem contra as ameaças dos movimentos libertários de 1968”.<sup>259</sup>

Houve também protestos na República Federal Alemã, na Itália, na Polônia, na Tchecoslováquia, na China, no México<sup>260</sup>, evidenciando o caráter transnacional dos eventos que ocorreram em 1968, devido ao grau de compartilhamento de ideias e comportamentos dos atores sociais envolvidos.

É nesse contexto de grande insatisfação estudantil no Brasil e em diversos lugares no mundo, que em junho de 1968, antes da realização da Operação-II, o governo federal instituiu o Projeto Rondon

[...] em caráter permanente, um Grupo de Trabalho, denominado "Projeto Rondon" com sede na cidade do Rio de Janeiro, diretamente subordinado ao Ministério do Interior, com a finalidade de promover estágios de serviço para estudantes universitários, objetivando conduzir a juventude a participar do processo de integração nacional<sup>261</sup>.

De acordo com o decreto, o Grupo de Trabalho (GT) seria composto por representantes dos ministérios do Interior, da Educação e Cultura, da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, dos Transportes, da Agricultura, do Planejamento e

---

<sup>259</sup> RIDENTI, Marcelo. 1968: rebeliões e utopias. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, C. (Orgs). O século XX – vol.3. O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 141.

<sup>260</sup>Cf.: GROppo, Luís Antonio. *Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis de 1968*. Piracicaba, Editora UNIMEP, 2005; RIDENTI, Marcelo. Op. Cit., 2002.

<sup>261</sup> BRASIL, Decreto nº 62.927 de 26 jun. 1968. Institui, em caráter permanente, o Grupo de Trabalho “Projeto Rondon”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1 jul. 1968. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62927-28-junho-1968-404732-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 30/03/2019.

Coordenação Geral, da Saúde, do MUDES e do Conselho de Reitores. Ainda foi permitido um representante da UEG devido a sua participação pioneira no Projeto. Isso demonstra que envolver várias áreas do governo no programa, representava, além da união de esforços, o propósito de fomentar a realização de múltiplas atividades.

De acordo com o decreto, as Operações e demais atividades realizadas seriam custeadas com recursos do Ministério do Interior e com donativos de particulares. Haveria também contribuições provenientes de acordos e convênios com entidades públicas e privadas, além de verbas consignadas nos orçamentos da União, estados, municípios, autarquias e sociedades de economia mista <sup>262</sup>.

A violência perpetrada pela polícia aos estudantes, ao longo do ano de 1968, *agregou* nas ruas, em sinal de protesto, jovens de diferentes posições políticas e ideológicas. Diante desse cenário, a criação do Grupo de Trabalho revela a intenção de garantir a consolidação do Projeto Rondon, que ainda estava em fase inicial. É importante destacar também que a grande insatisfação estudantil não impediu o crescimento do número de interessados no Projeto Rondon, visto que a Operação – II contou com a participação de 3.065 rondonistas<sup>263</sup>.

No entanto, houve grande dificuldade de transportar um número tão elevado de participantes. A solução para esse problema foi criar atividades menores em áreas do interior do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Essa medida deu origem às Operações Regionais, também vinculadas ao Projeto Rondon. A grande procura de universitários levou a uma maior mobilização das Forças Armadas para dar suporte às Operações, como barcos da Marinha e aviões da Força Aérea Brasileira (FAB).

Na perspectiva de Arthur Poerner, “[...] o estudante brasileiro é um opositor nato”<sup>264</sup>, mas o aumento de participantes, em um contexto marcado pela insatisfação estudantil, demonstra o contrário: a ambivalência dos comportamentos juvenis. Ao mesmo tempo que protestavam contra a violência da ditadura, muitos jovens optaram por participar de um programa que, além de ter sido criado pelo governo, promoveria aproximação com os militares, que atuavam diretamente na logística da Operação.

---

<sup>262</sup> BRASIL, Idem.

<sup>263</sup> Participação efetiva em Operações Nacionais e Regionais. Ibid.

<sup>264</sup> POERNER, Arthur. Ibid, p. 26.

### 3.1) O processo de seleção dos candidatos

Durante a preparação para a Operação – II, o GT promoveu atividades de atendimento aos universitários, como o esclarecimento de dúvidas e a divulgação de informações aos selecionados, além de conferir toda a documentação exigida para participação. Coube também ao GT o deslocamento de materiais para uso nas operações e o fornecimento de notícias dos participantes aos familiares.

As experiências obtidas na Operação – II levaram o GT a traçar estratégias para maior planejamento para evitar falhas. Dessa forma, o relatório produzido alertava que

Ultimamente vem sendo desenvolvida uma opinião contra o PR- podendo progressivamente se intensificar – que deve merecer resposta. É notável ela ter origem no próprio MU. Não nos bastará negar as críticas desfavoráveis, devolvendo-a com o “trabalho”. Porque, justamente esse trabalho pode carregar aspas.

As opiniões têm referência no ponto em que o “governo estaria usando (de ser usado por alguém) os estudantes”, retirando-os de seu teatro, de seu cinema, de suas movimentações, suas lutas específicas, por fim afastando-os do MU o qual representa a própria vida estudantil (e do qual como parte fornecedora de dados e planificadora o PR se integra)<sup>265</sup>.

Foi estabelecido também que deveriam ocorrer encontros com os DAs que seriam os contatos nas universidades. Em contrapartida, a aproximação com o Projeto Rondon teria também o propósito de fortalecer os DAs como legítimas entidades estudantis. Para garantir essa aproximação, o relatório recomendava a realização de um contato direto com os dirigentes, sem restrições políticas, e o esclarecimento de que o Projeto Rondon, como programa de longo prazo, não tinha a pretensão de se vincular com a política do período.

A proposta era “dar recursos básicos iniciais, dinamizar a sociedade com proposições novas para o progresso e bem-estar de TODOS, incluída a de os próprios regionais decidirem, sem distorções, o que é melhor para suas coletividades”<sup>266</sup>. Além disso, houve a preocupação de se construir uma imagem desvinculada a uma ideologia.

Isso decorreu pelo fato de a ideia ter surgido no meio civil-militar, que buscou construir a imagem de que o Projeto Rondon era uma iniciativa dos estudantes. Essa era

---

<sup>265</sup> Relatório e análise do Grupo Tarefa Projeto Rondon: diretrizes para o PRO II. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014201SOS, identificador: 00746217 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1968.

<sup>266</sup> Idem.

uma estratégia para obter o apoio dos jovens que não possuíam vínculos com grupos dentro do movimento estudantil.

Por isso, o documento alertava para a necessidade dos jovens tomarem a iniciativa de apresentar caminhos para que a população tivesse a oportunidade de escolher “o melhor pra si e para sua coletividade”. Ademais, incentivou a busca por uma nova concepção de movimento estudantil sem, contudo, estar distante das “ideias jovens” e que fornecesse “contribuições junto às massas”.

Foram estabelecidos critérios mais bem definidos acerca das inscrições, que deveriam ser aceitas completas. O processo de seleção deveria ser mais criterioso para evitar grande número de desistências. Foi exigido que os candidatos apresentassem a carteira do DA para ligá-lo ao seu órgão de representação e para garantir o conhecimento de seus membros. Uma outra estratégia foi se aproximar de grupos interessados por meio dos “veteranos”, que além do contato direto com outros estudantes, seriam um importante meio de motivação para outros interessados.

O relatório também apresentou um plano de ação para garantir a propaganda do Projeto Rondon. Para isso, orientou que as publicações das notícias deveriam ocorrer, principalmente, em jornais estudantis, evitando utilizar o jornal *O Globo* e publicações militares. Com relação aos materiais impressos, deveriam conter desenhos e uma linguagem feita para os jovens, mas que não abordassem “linguagens existentes (Chacrinha, Ibrahin, Roda Viva, Realidade) não vamos também desenterrar Machado de Assis ou Aluísio de Azevedo.”<sup>267</sup>

Dessa forma, o conjunto de materiais impressos deveria relatar brevemente a história e a filosofia do Projeto Rondon, além de informações sobre a próxima Operação. Os selecionados também deveriam ter acesso ao código de ética, que não deveria ser alterado nas Operações seguintes, aos horários de reuniões e instruções gerais até o início da viagem, além das demais informações sobre a Operação, como atividades que seriam realizadas e as áreas abrangidas.

As diretrizes adotadas, após a análise, tinham o objetivo de padronizar os procedimentos para a organização e a divulgação do Projeto Rondon para as coordenações regionais. Havia uma grande preocupação de antecipar problemas que poderiam ocorrer nas Operações e dar preparo às equipes para que elas se tornassem ágeis

---

<sup>267</sup> Idem.

na busca de soluções. Para o GT era fundamental estabelecer estratégias eficazes de divulgação do programa para conquistar o interesse de novos universitários.

Esses dois aspectos eram fundamentais para garantir a sobrevivência do Projeto Rondon diante de um contexto marcado por intensa contestação estudantil. Era necessário evitar erros que pudessem desestimular a adesão de novos participantes e realizar uma propaganda positiva dessa experiência. Essas questões se tornaram alvo de grande preocupação do GT, visto que, logo após o fim da Operação – II, foi elaborado um novo documento com diretrizes para a Operação seguinte.

O contexto de grande insatisfação, as várias críticas em relação ao assistencialismo e de graves problemas que ocorreram na Operação – II, representaram uma ameaça à continuidade do Projeto Rondon. Diante disso, em agosto, o GT do Projeto Rondon estabeleceu as diretrizes gerais para o planejamento da Operação -III, programada para janeiro de 1969.

O objetivo central foi definir meios para garantir que as ações realizadas se tornassem permanentes nos locais visitados, mesmo após o retorno dos universitários. Para os organizadores, deveria ser dado ênfase ao processo de seleção e preparação dos participantes para assegurar o prolongamento das ações nas comunidades, pois

O PR/2 nos mostrou o perigo de uma expansão numérica de participantes muito rápida. Tivemos vários problemas sérios decorrentes da falta de um critério de seleção, da falta de um nível de profissionalização compatível com as missões a realizar e, principalmente, da falta de conhecimento do que é realmente o Projeto Rondon e a que se propõe alcançar<sup>268</sup>.

Houve grande preocupação com a qualidade dos trabalhos que seriam realizados nas comunidades para evitar a ideia de assistencialismo. Era necessário apagar esta imagem. De acordo com a avaliação feita pelo GT, a Operação – I teve como foco a questão da saúde. Uma série de atividades médicas e odontológicas foram realizadas na região amazônica para amenizar os graves problemas enfrentados pela população. O objetivo foi

[...] principalmente causar um impacto na opinião pública, mostrando a potencialidade de nossa juventude. Muito pouco sabíamos das necessidades

---

<sup>268</sup> Diretrizes gerais de planejamento para o PRO III. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014867SOS, identificador: 00448850 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1968.

das regiões de atuação. Não possuíamos nenhuma experiência. O caráter assistencial foi a forma mais fácil para se iniciar a comunicação com aquelas populações<sup>269</sup>.

Contudo, essas ações foram consideradas medidas paliativas. Com o intuito de construir uma nova imagem para o programa, a orientação foi evitar a formação de grandes efetivos e a atuação em várias frentes, o que geraria um desgaste na coordenação dos trabalhos e dos recursos. O maior objetivo era garantir que o Projeto Rondon permanecesse “na área, mesmo após o regresso dos universitários da região”.<sup>270</sup>

Para atingir este fim, era fundamental executar três pontos – chave: obter recursos locais, motivar e incentivar a integração entre universitários e a população, e a racionalização das atividades realizadas pelos participantes. De acordo com as orientações, isso contribuiria para que as populações percebessem que

[...] por mais pobres e abandonadas que sejam, se se unirem e procurarem retirar do meio o que este lhes possa oferecer, resolvendo seus próprios problemas, suas vidas melhorarão bastante. Precisam ter a consciência de que quem vai resolver suas necessidades básicas são eles próprios. Chega de esmolas, chega de superar promessas. Cada um tem que procurar fazer parte. Vamos iniciar o combate ao paternalismo, que tantos males nos tem trazido<sup>271</sup>.

Este trecho revela de forma elucidativa a mentalidade do regime militar em relação aos problemas sociais do país. A solução não estava nas mãos do Estado, mas da população que deveria superar, por seus próprios meios, suas dificuldades. Esse posicionamento demonstra que a assistência social era considerada uma caridade e não um direito social.

Durante a ditadura, houve uma certa expansão dos direitos sociais, como a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em 1966, que unificou os institutos de aposentadoria e pensões no setor privado, com exceção do funcionalismo público, civil e militar, que conservou seus próprios institutos<sup>272</sup>. Em 1971, foi criado o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), que assegurava aos trabalhadores

---

<sup>269</sup> Idem.

<sup>270</sup> Idem.

<sup>271</sup> Idem.

<sup>272</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p. 175.

rurais, aposentadoria por velhice ou invalidez, pensão, auxílio – funeral, serviços de saúde e social<sup>273</sup>. Outra ação, nesse sentido, foi a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, em 1974, que estabeleceu, como uma das primeiras medidas, o Plano de Pronta Ação com o intuito de facilitar o acesso aos serviços de saúde para os beneficiários da previdência social<sup>274</sup>.

Essas medidas visavam obter o apoio dos trabalhadores e reduzir a influência dos sindicatos, que sofreram intensa repressão no início da ditadura. No caso específico dos trabalhadores rurais, o objetivo era amenizar as tensões existentes no campo, desde a década de 1950, que aumentaram, consideravelmente, no início dos anos de 1960, com a grande mobilização em prol da reforma agrária e da implantação da assistência social, médica e previdenciária<sup>275</sup>.

Além disso, “a existência de um aparato legal que conferia direitos aos trabalhadores rurais não significava, necessariamente, que estes fossem seguidos e respeitados”<sup>276</sup>. Desse modo, essas medidas não representaram de fato o acesso aos benefícios sociais.

Por isso, para a ditadura, a atuação dos universitários no Projeto Rondon era uma forma de atenuar a ausência de políticas públicas que garantissem, de fato, os direitos sociais da população do campo. Para os estudantes, era uma oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos e, dessa forma, obter experiência na área de formação profissional.

Os rondonistas também teriam que utilizar a imaginação e a criatividade para realizar ações de baixo custo. Por isso, para o sucesso do projeto, era fundamental a

---

<sup>273</sup> BRASIL. Lei complementar nº 11, de 25 de maio de 1971. Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 maio de 1971. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp11.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp11.htm). Acesso em 15/05/2021.

<sup>274</sup> BRASIL. Lei nº 6.036, de 1º de maio de 1974. Dispõe sobre a criação, na Presidência da República, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e da Secretaria de Planejamento, sobre o desdobramento do Ministério do Trabalho e Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2 maio de 1974. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6036-1-maio-1974-357457-norma-pl.html>. Acesso em 15/05/2021.

<sup>275</sup> Cf.: MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucilia. O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização em 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 241-272; GARCIA, Nicole Regine. Prorural: uma política previdenciária para o campo no governo Médici (1969-1973). Dissertação (Mestrado em História). Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

<sup>276</sup> GRYNSZPAN, Mário. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In: Jorge Ferreira; Lucilia de Almeida Neves Delgado. (Org.). O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.4, 2003, pp.327.

mobilização da população sob o “espírito comunitário”, com ênfase nas lideranças locais, como o prefeito, o pároco, o delegado, o juiz, as professoras, os médicos e outros.

O atendimento de saúde não seria gratuito. Todos que realizassem uma consulta médica ou recebessem algum medicamento deveriam pagar em forma de trabalho, por exemplo, envolvendo-se com alguma obra que trouxesse benefício à comunidade. Os universitários, além de participar dos mutirões, seriam responsáveis por liderá-los. As atividades de prestação de serviços, realizadas paralelamente com as atividades assistenciais, contribuiriam para consolidar o Projeto Rondon nas localidades e nas universidades.

As crianças eram consideradas essenciais para a preservação desse ideal. Por isso, deveria ser dada atenção especial às mães e às professoras, consideradas responsáveis pela formação do indivíduo. Para as crianças, a educação deveria ser integral, realizada de forma prática e adaptada à realidade da comunidade, com ênfase na educação nutricional, sanitária e social, além da pedagógica.

A orientação para outras áreas, como agropecuária, engenharia, arquitetura, direito e economia, era que as atividades programadas trouxessem ensinamentos à população local. Nesse sentido, eles deveriam aprender técnicas para produção de alimentos e criação de animais, captação de água potável, reforma de casas e prédios, e reparação de motores e outros equipamentos.

No âmbito do direito, a população deveria receber cursos práticos de direitos e deveres do cidadão, legalização da posse da terra, registro civil, organização administrativa e judiciária local. Com relação à economia, era necessário dar orientação sobre cooperativismo e crédito rural, além de estudos sobre como colaborar com a administração local e racionalizar as potencialidades de região.

A ideia era atuar em problemas específicos que promovessem transformações na realidade e buscar um entrosamento com os programas de governo das localidades. Além dessas ações, os estudantes deveriam realizar tarefas destinadas à coleta de dados e informações para completar estudos já realizados ou fazer novos levantamentos de áreas que ainda não tinham sido contempladas pelo Projeto Rondon.

Para a ditadura, a obtenção de informações de diversas naturezas sobre as áreas visitadas era primordial, não apenas para ter conhecimento a respeito das potencialidades, mas para garantir maior controle sobre a região.

Dessa forma, o Projeto Rondon se integrou ao ideal de modernização defendido pela ditadura, atuando diretamente nas localidades mais carentes. Na concepção dos

militares, para romper com o *atraso*, era necessário realizar ações coordenadas. Segundo Carlos Fico, “[...] a crença no planejamento, na capacidade técnica de estabelecer metas, organizar ações, pretendendo-se prever resultados, foi uma das marcas fundamentais da ação supostamente modernizante dos governos militares”<sup>277</sup>.

A proposta da Operação – III foi ampliar a abrangência da atuação dos universitários. A organização determinou que as atividades fossem concentradas nas regiões norte, centro-oeste e nordeste. Os estudantes do Rio de Janeiro, da Guanabara, de São Paulo, de Minas Gerais, de Santa Catarina, do Paraná e do Rio Grande do Sul seriam destinados aos estados do Acre, Amazonas e Pará, além dos territórios federais de Rondônia, Roraima e Amapá.

As atividades no centro-oeste ocorreriam no Mato Grosso e em Goiás. No entanto, nesses estados, seria priorizada a participação de universitários locais. Com relação ao programa das atividades que seriam realizadas no Nordeste, não havia ainda uma definição, pois o GT contava com o engajamento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)<sup>278</sup>. Contudo, a ideia era que nessa região fosse aplicada a mesma orientação dada ao Centro – Oeste.

Para a região Norte ficou definido que a distribuição das áreas de atuação não seguiria um único padrão. Cada área de atuação poderia ser destinada a uma universidade, conjunto de universidades, coordenação regional ou grupo de escolas independentes. Cada responsável por área estava encarregado de promover a inscrição e seleção de participantes, produzir um programa específico de trabalho, fornecer cursos de preparação, manter as coordenações geral e regional informadas de suas atividades, além de seguir as normas e diretrizes determinadas.

Foi determinado que o período para as inscrições seria do dia 16 de setembro até 5 de outubro. Durante essas três semanas também deveria ocorrer a divulgação do Projeto Rondon por meio de palestras e materiais impressos que seriam distribuídos nas universidades, além de notas informativas publicadas pela imprensa.

---

<sup>277</sup> FICO, Carlos. FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 84.

<sup>278</sup> A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada, em 1959, e tinha por finalidades propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste; elaborar e executar projetos para a promoção do desenvolvimento da região e coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste. BRASIL. Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 dez. de 1959. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3692-15-dezembro-1959-354371-norma-pl.html> .Acesso em 15/05/2021

A divulgação era considerada uma medida essencial para a continuação do trabalho. Desse modo, foi estabelecido a criação de uma equipe específica, que realizaria um trabalho contínuo para atuar na área de divulgação junto com a área de relações públicas.

Com o objetivo de transformar a imagem do Projeto Rondon e garantir a perenidade das atividades, mesmo após o encerramento de uma operação, era essencial ter um maior cuidado na seleção e preparação dos participantes. Diferente das operações anteriores, as inscrições ocorreram bem antecipadamente. Ademais, o contexto marcado pelas manifestações gerou o temor de enfraquecimento do Projeto Rondon em virtude da grande contestação estudantil<sup>279</sup>. Desse modo, antecipar as inscrições seria a solução para os problemas.

Para uniformizar o processo de inscrição, ficou estabelecido que o GT elaboraria um modelo de ficha de inscrição que deveria ser adotado por todas as coordenações estaduais. Todos os universitários poderiam se inscrever, mas a seleção deveria seguir alguns critérios, dando preferência aos que estivessem cursando os últimos anos, que já tivessem participado de alguma operação regional e os recém-formados.

Para evitar desfalques nas equipes, foi estabelecido que o número de inscrições seria superior em 20% ao número de vagas, por especialidades. Os inscritos que correspondessem a essa reserva de 20% tinham sua vaga garantida na operação seguinte.

A preparação era uma questão fundamental, visto que o objetivo era promover uma seleção que levasse em consideração a qualidade dos candidatos. Por isso, durante esse processo seria avaliado o interesse, a frequência nos encontros e cursos, além da apresentação de planos de trabalho em grupo e não apenas individuais.

Para o GT, a ausência de apresentação impossibilitaria uma atuação homogênea, com base nos princípios do Projeto Rondon e fortaleceria a ideia de que as operações seriam uma forma de fazer turismo pelo país. Por isso, a preparação e o treinamento eram considerados os meios capazes de conscientizar os jovens sobre a importância do comprometimento e da seriedade do trabalho.

Durante esse processo, os participantes aprenderiam sobre os objetivos, finalidades e realizações do Projeto Rondon. Além disso, a importância do engajamento dos universitários e os ganhos individuais que essa experiência traria, os riscos que os

---

<sup>279</sup> Relatório e análise do Grupo Tarefa Projeto Rondon: diretrizes para o PRO II. Ibid.

participantes corriam caso não respeitassem as regras e recomendações, e as informações básicas sobre a área de atuação.

A confirmação da inscrição só ocorreria após o candidato ter cumprido minimamente as exigências estabelecidas na etapa de preparação. A primeira lista dos nomes selecionados só seria divulgada vinte dias antes da operação. Nesse período, caberia ao universitário confirmar o seu interesse em participar e apresentar documentos que comprovassem o cumprimento dos requisitos. A confirmação final deveria ocorrer cinco dias antes do início da operação por parte do universitário.

Para a Operação - III a ala feminina da Coordenação de Mato Grosso produziu um documento para orientar os universitários de São Paulo e de outros estados que atuariam nos municípios. O objetivo principal era estabelecer um entrosamento entre os rondonistas e a comunidade, garantindo que a população participasse em todos os trabalhos, por mais corriqueira que fosse a atividade.

A mensagem aos universitários, além de repleta de orientações, era voltada à responsabilidade:

Cada equipe de universitários tem capacidade e responsabilidade para executar seus trabalhos. Deixamos bem claro, que o trabalho não é tão simples como possa parecer à primeira vista, exigindo dos participantes uma sólida base de conhecimentos, que deverão trazer em seus currículos e experiências anteriores<sup>280</sup>.

Em cada município deveria ser instalado um escritório, se possível na Prefeitura, que deveria ser lotado de informações, como cartazes, mapas, roteiros, horários e quadros de avisos para provocar motivação. Todos os dias, a equipe deveria se reunir no escritório às 07:00 h da manhã para cantar o hino nacional e hastear a bandeira, que poderia ocorrer na praça local para contar com a participação da população local. Após a abertura, os universitários deveriam se deslocar para as suas respectivas áreas. O retorno ocorreria às 17:00 h.

Uma das primeiras ações que deveria ser realizada era a primeira assembleia geral, que reuniria as lideranças e a população locais, além dos rondonistas. Nesse evento, a filosofia e a equipe do Projeto Rondon seriam apresentadas e seriam formadas comissões,

---

<sup>280</sup> Trabalho distribuído a todos os universitários de São Paulo locais, integrantes do Projeto Rondon III. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/n, identificador: 00584368 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1969.

compostas por moradores e universitários, para debater os principais problemas da localidade, apresentar soluções e executá-las. Em todo esse processo era esperado a orientações e a atuação dos estudantes, que teriam a responsabilidade de executar bem as tarefas.

Durante a execução das tarefas, caberia aos rondonistas identificar os moradores que tinham capacidade para assumir a liderança em programas futuros. Eles teriam maior visibilidade na segunda assembleia geral, sendo responsáveis por expor o trabalho realizado e participar do planejamento de novos programas.

Caso ocorresse um grande engajamento da comunidade, haveria a eleição para um conselho no município que teria a finalidade de continuar os trabalhos iniciados pelos universitários. A ideia era que os moradores que mais se destacaram nas comissões e na execução dos trabalhos fizessem parte deste conselho.

Além de serem responsáveis por garantir a permanência a longo prazo das ações que seriam realizadas durante a operação, os universitários também tinham o dever de fazer uma profunda pesquisa na localidade. O trabalho consistia em produzir um levantamento socioeconômico que apresentasse todos os meios e recursos da região e um estudo sobre o comportamento humano, com ênfase nos elementos culturais.

Para isso, os universitários deveriam entrevistar, de forma informal, a população e coletar dados de qualquer fonte de informação disponível. Essa orientação contribuiu para que eles produzissem relatórios repletos de informações, inclusive sobre problemas relacionados à má administração, como corrupção<sup>281</sup>. Isso gerou um grande arsenal de informações e contrainformações para a ditadura sobre as ações que eram práticas em vários rincões do Brasil.

O aprimoramento do Projeto Rondon também levou a elaboração de um código de conduta aos participantes mais sofisticado. Havia uma série de recomendações:

- 1 – Respeite os costumes sociais da comunidade onde você vai atuar.
- 2 – Siga o plano de atuação que você recebeu e o amplie com trabalhos de iniciativa pessoal.
- 3 – Desenvolva apenas atividades que estejam ligadas à sua especialidade de estudo.
- 4- Seja um elemento ativo e responsável.
- 5 – Procure ajudar e compreender seus colegas em qualquer dificuldade de trabalho ou de caráter pessoal.
- 6 – Saiba aceitar a liderança do seu chefe de equipe, escolhido por você e por seus colegas.

---

<sup>281</sup> Este tema será analisado no capítulo 6.

7 – Envie qualquer problema sério que tenha surgido à sua coordenação, por intermédio de ser chefe de equipe.

8 – Procure coadunar suas atividades prescritas pelo plano de atuação, os dados, observações e apreciações que lhe são pedidos em seu relatório<sup>282</sup>.

A conduta dos universitários nas localidades era uma questão muito importante para os organizadores do Projeto Rondon. Afinal, comportamentos considerados inadequados poderiam comprometer a imagem do programa, que ainda estava em processo de consolidação.

Várias diretrizes dessa natureza estavam presentes no manual de preparação que os participantes receberam para a Operação VII. Era primordial que os rondonistas não se espantassem com as condições locais ou expressassem desagrado com o alojamento, dando a impressão de que estavam “na Idade Média”.

Outra recomendação era não gracejar da pronúncia da população local ou expressar felicidades em relação ao retorno. Era também fundamental não fazer promessas que não pudessem ser cumpridas e não aceitar pequenas lembranças, caso algum morador ofertasse. E, acima de tudo, evitar adotar a imagem de “salvador”.

A lista de exigências era extensa, mas os organizadores buscavam convencer os universitários das vantagens que obteriam ao participar do Projeto Rondon. Os principais argumentos eram que o programa seria uma grande oportunidade para os universitários, visto que possibilitaria o contato com a realidade socioeconômica brasileira, um meio de ser útil ao país, uma forma de praticar sua especialidade, e de ampliar as oportunidades do mercado de trabalho.

Além disso, seria uma experiência que contribuiria para transformar as universidades, adaptando-as à realidade do país. Outra vantagem era o contato que seria estabelecido com universitários de diversas especialidades e estados. De acordo com essa perspectiva, seriam inúmeros os ganhos para os jovens, que estariam atuando em equipe em prol do desenvolvimento de várias regiões do país.

Para incentivar ainda mais a participação estudantil foi criado o concurso “Valorização da Cultura Universitária”. Os interessados deveriam realizar uma extensa pesquisa sobre a região visitada e produzir um amplo material, composto por um texto, uma coleção de 20 a 36 fotografias e uma gravação, em mini-cassete, de duração entre 20 a 40 minutos.

---

<sup>282</sup> Manual do participante do Projeto Rondon VII. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/n, identificador: s/n (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1970.

Os interessados tinham autonomia para escolher o tema que seria pesquisado, mas a coordenação geral propunha alguns temas, por ordem de interesse: técnicas regionais usadas para a construção de casas e agricultura; levantamento dialetológico; folclore regional; cultos religiosos locais e dados históricos. Os três primeiros colocados receberiam prêmios em dinheiro: os 1º, 2º e 3º lugares receberiam, respectivamente, Cr\$ 1.000,00, Cr\$ 500,00 e Cr\$ 300,00. Caberia à coordenação geral decidir quem seriam os vencedores.

O empenho por profissionalizar o Projeto Rondon levou às coordenações regionais e estaduais a buscarem estratégias para atingir esse fim. Foi o caso da coordenação estadual de Minas Gerais que estabeleceu uma grande parceria entre o Conselho do Desenvolvimento, a Secretaria de Educação, o Projeto Rondon e o Escritório Técnico de Racionalização Administrativa (ETRA) para realizar um diagnóstico de saúde do estado de Minas Gerais.

O relatório produzido resultou na elaboração de um manual do participante e chefe de equipe para Operação VIII. O documento foi elaborado pelo ETRA que buscou na introdução destacar a afinidade de seus objetivos e métodos com o Projeto Rondon. A organização também explicou sua origem e apresentou sua filosofia, se auto definindo como uma

[...] expressão de mentalidade nova, surgida da geração tecnológica, tendente a emprestar à administração pública as vantagens da administração empresarial. Destina-se a modernizar a máquina estatal, assegurando-lhe maior rendimento. Substitui, apenas, o objetivo lucro, da empresa privada, pelo interesse público, comum à gestão estatal. Nessa linha de ideias, jamais poderia olvidar o papel decisivo a ser desempenhado pelos jovens, notadamente pelos estudantes. Tendo nascido de um convênio do estado de Minas Gerais com a Universidade Federal de Minas Gerais, orgulhando-se dessa origem e congregando o trabalho de vários professores, de técnicos de formação superior e alunos que aqui estagiam, o ETRA tem, permanentemente, a noção do valor atual dos centros pedagógicos como preparadores dos estudantes de hoje – líderes de amanhã.<sup>283</sup>

No manual, o ETRA buscou atrelar seus ideais e ações ao Projeto Rondon, definindo-os como uma iniciativa “reformista”, contrária ao “comodismo”. Nessa perspectiva, afirmou que ambos “Buscam novas frentes de trabalho, almejam abrir espaços e horizontes indevassados, integram-se essencialmente ao movimento que

---

<sup>283</sup>Diagnóstico de saúde do estado de Minas Gerais; instruções ao participante. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/n, identificador: 00678339 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1971.

conduz o BRASIL no rumo do desenvolvimento harmônico e completo”<sup>284</sup>. E, acima de tudo, os dois empreendimentos eram resultado da atuação juvenil.

Outro benefício dessa parceria seria as vantagens que seriam adquiridas pelas empresas que teriam ao seu dispor, “[...] logo após a formatura, profissionais experimentados e realistas.” Afinal, as operações eram grandes oportunidades para os jovens colocarem em prática o conhecimento adquirido nas universidades. De acordo com o ETRA, a atuação desses jovens estaria em proveito do “povo”, que por meio de grande esforço custeava a sua educação.

O objetivo do material produzido foi elaborar instruções criteriosas para os chefes das equipes, que deveriam “ir para esta missão consciente de suas responsabilidades”.<sup>285</sup> O chefe da equipe era escolhido pelos participantes e era esperado pela organização do Projeto Rondon que exercesse sua liderança de forma democrática, aceitando a colaboração do grupo e conciliando o grupo em caso de divergências ou tensões.

O manual também alertou para os perfis de rondonistas que os chefes poderiam encontrar nas equipes. Para cada um desses perfis traçados, havia uma orientação de como proceder:

1. Você encontrará elementos interessados e assíduos que não lhe causarão transtornos.
2. Mas você encontrará aquele elemento que não está com vontade nenhuma de trabalhar (Queriu embarcar no RONDOTOUR e entrou no PROJETO RONDON) este elemento lhe causará transtornos, como:
  - a. Será um desestímulo ao trabalho dos demais elementos;
  - b. Será um elemento que dará péssima impressão à comunidade. Você deverá fazê-lo trabalhar e, inclusive poderá usar dos dispositivos do código de ética para tanto.
3. Você encontrará aquele elemento que não lhe aceita como líder. Você deverá contornar este problema, sem deixar que ele chegue ao conhecimento da comunidade, pois isto desmereceria a equipe. [...]
4. Você encontrará aquele elemento que fará bebedeiras e impressionará negativamente. Este elemento poderá ser desligado e incluído no previsto no Código de Ética.
5. Você encontrará o participante tímido que, apesar de muitas vezes ter boas sugestões e ideias, não as apresentará e não terá uma atuação considerável caso não seja estimulado.
6. O participante extrovertido – é aquele que expõe facilmente suas pretensões, reações e anseios. Deve ser ouvido e atendido, porém controlado.
7. O participante negativista – este participante apresenta um comportamento prejudicial ao grupo quando, em função de suas dificuldades pessoais, descrê das possibilidades dos colegas. Precisa ser muito estimulado para que atue de forma mais construtiva.
8. O participante agressivo – [...]. Caracteriza-se por um estado de ânimo – irritação, descontentamento- e em alguns casos, mais graves, extrema

---

<sup>284</sup> Idem.

<sup>285</sup> Idem.

agressividade. É um elemento que pode ser aproveitado no trabalho de grupo, porém com condições especiais do chefe, para tal.<sup>286</sup>

Em todos esses casos, era esperado que o chefe solucionasse qualquer problema que ocorresse em relação aos membros da equipe. Na hipótese de um caso extremo, ele deveria contactar à coordenação para realizar o desligamento do indivíduo que estivesse comprometendo o trabalho da equipe.

O chefe da equipe também possuía a responsabilidade de garantir a execução do plano de ação no período que durasse a Operação. Desse modo, ele deveria determinar os horários de trabalho e garantir que os participantes cumprissem as suas tarefas diárias. Além disso, ele deveria realizar suas tarefas relacionadas à programação estabelecida para a localidade.

Com relação à comunidade, caberia ao chefe da equipe manter bom relacionamento com as autoridades e a comunidade. Ele também deveria estar à disposição para prestar esclarecimento sobre o Projeto Rondon e as atividades que seriam realizadas na Operação. Desse modo, era fundamental que ele conhecesse a história, a filosofia e a estrutura para estar alinhado aos objetivos do programa.

### **3.2) A organização do Projeto Rondon e os desafios para sua consolidação**

As orientações estabelecidas pelo GT, além de terem a proposta de profissionalizar e unificar as ações do Projeto Rondon, mostravam a existência de uma forte hierarquia. Em 1969, já existia um plano administrativo, em fase de implantação, para garantir o seu funcionamento e controle.

Foi estabelecido que o Projeto Rondon seria estruturado em: coordenação geral, coordenações regionais e estaduais, e sub-coordenações, responsáveis por uma área de um estado ou região. Essas seções, em sua maioria, foram ocupadas por militares e professores. A tomada de decisões seria realizada de forma hierarquizada, pois as coordenações regionais deveriam seguir as determinações da coordenação geral. Era esperado engajamento e eficiência para, dessa forma, garantir o sucesso do programa.

As coordenações regionais eram criadas de acordo com os objetivos e o planejamento da coordenação geral, mas poderiam ser resultado de solicitações das autoridades governamentais locais ou da direção das universidades locais. O

---

<sup>286</sup> Idem.

estabelecimento de coordenações estaduais ocorreu gradualmente, de acordo com a expansão das universidades pelo país. Inicialmente, apenas os estados com maior número de universidades e, automaticamente, estudantes possuíam essas seções.

As coordenações regionais e estaduais tinham a função de programar atividades de acordo com as diretrizes e executar os programas federais que se tornassem responsabilidade do Projeto Rondon, além de coordenar as sub-coordenações. Contudo, havia seções que não eram submetidas a essas seções, sendo subordinadas diretamente à coordenação geral. Eram os casos das seções de Mato Grosso e do Amazonas.

As sub-coordenações foram criadas com o objetivo de facilitar o exercício das atribuições das coordenações regionais e estaduais. Dessa forma, estavam vinculadas à presença de um suporte universitário, visto que era necessária a existência de uma variedade de faculdades em uma determinada área. De todo modo, para além das tarefas que deveriam executar, cada uma dessas seções eram responsáveis por garantir o engajamento contínuo dos universitários.<sup>287</sup>

Em junho de 1969, a Coordenação Estadual de São Paulo apresentou um anteprojeto de regimento interno à Coordenação Geral. De acordo com a proposta, a coordenação estadual teria um órgão de cúpula, que seria escolhido pela Coordenação Geral, responsável por estabelecer a política do Projeto Rondon no estado. Outra proposta foi criar um conselho externo, composto por civis ou militares de órgãos federais, estaduais e municipais.

A ideia era estabelecer um elo entre o Projeto Rondon e esses órgãos para garantir a colaboração entre ambos. Deveriam ser criados também uma secretaria de relações públicas e as assessorias administrativa e de planejamento. Para garantir um maior contato com os universitários, foi proposto a formação de sete sub-coordenações em São Paulo, compostas por Grupos de Trabalho em cidades que possuíssem uma ou mais universidades que fornecessem cursos relacionados aos setores sociais e econômicos de interesse do Projeto Rondon.

O anteprojeto elaborado pela coordenação estadual de São Paulo possuía como base as orientações recebidas da Coordenação Geral, mas apresentava propostas de organização de seus membros. Isso demonstra que, embora houvesse uma hierarquia nas decisões relativas ao Projeto Rondon, havia espaço para propostas e ideias que surgissem

---

<sup>287</sup> SUB-COORDENAÇÃO DE PONTA GROSSA. Relatório referente ao período de 1º de setembro a 30 de outubro de 1969. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/n, identificador: 01004276(Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1969.

das lideranças locais. Embora a coordenação de São Paulo tenha apresentado um plano de estruturação detalhado, seus membros estavam

[...] sinceramente convencidos de que somente dentro de algum tempo é que se poderá dispor dos subsídios indispensáveis à elaboração da estrutura definitiva do Projeto Rondon no Estado de São Paulo.<sup>288</sup>

Não houve um planejamento prévio para a organização do Projeto Rondon. Esse foi um processo que ocorreu ao longo dos anos, conforme os acontecimentos e as operações se sucediam. Desse modo, nos períodos iniciais, houve grande preocupação em estruturá-lo de maneira que garantisse sua consolidação do país. Nesse processo, os jovens tiveram um papel fundamental, executando as diretrizes estabelecidas pela coordenação ou opinando para o aprimoramento do programa.

Em 1969, a Coordenação Estadual de Minas Gerais produziu um relatório com críticas às fases de preparação e execução das atividades da Operação – 3 no estado, com o objetivo de contribuir para a “melhoria do nível de trabalho do Projeto Rondon”. A primeira crítica foi com relação à indefinição do número de vagas existentes para os universitários do estado e a distribuição por profissões no meio do processo de seleção.

A alteração do número de vagas implicou na exclusão de vários universitários que já tinham realizado a inscrição. Para os organizadores esta situação foi desfavorável, pois levou “à desistência de inúmeros universitários que não podiam ficar esperando sem tempo determinado, enquanto podiam optar por uma série de estágios oferecidos pelas universidades e firmas industriais.”<sup>289</sup>

Por isso, buscaram alertar que a ausência de diretrizes era prejudicial a imagem do Projeto Rondon que, no período, enfrentava grande preconceito dos universitários mineiros. De acordo com o relatório, esses estudantes classificavam-no como “‘obra do governo’, ‘propaganda do governo’, ‘militarização do ensino’, ‘serviço de informação para órgãos de informação do governo’”, entre outros adjetivos<sup>290</sup>.

Após um longo trabalho, marcado pela promoção do Projeto Rondon no meio universitário, a coordenação estadual tinha garantido 200 participantes para a Operação Nacional. Devido ao grande número de inscritos, resolveram também realizar uma

---

<sup>288</sup> Anteprojeto do regimento interno da Coordenação Estadual de São Paulo. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/n, identificador: 00459841 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1969.

<sup>289</sup> Relatório de atividades da Coordenação Estadual de Minas Gerais. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100005058SOS, identificador: 00518227 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1969.

<sup>290</sup> Idem.

operação regional no Vale do Jequitinhonha. No entanto, a redução do número de vagas, além de demonstrar a “completa desorientação da coordenação geral”, prejudicou a execução de tarefas.

Outra crítica apresentada foi em relação ao representante da coordenação geral, José Roberto Junqueira, enviado à Belo Horizonte para verificar a seleção dos candidatos e o planejamento das tarefas que seriam realizadas na operação regional. Segundo o relato

Naquela oportunidade estávamos realizando todas as noites palestras na Escola de Engenharia com a presença de 500 universitários. O Sr. José Roberto Junqueira falou aos universitários na oportunidade, porém não foi muito feliz, pois estava bastante alcoolizado, além de falar uma série de futilidades que não convinham com o objetivo da reunião.<sup>291</sup>

O documento, produzido por três universitários e um professor, também apresentou outras ações de José Junqueira que teriam contribuído para desgastar a imagem do Projeto Rondon, como a postura autoritária ao impor a participação de estudantes de outros estados na operação regional. Além disso, expressou preocupação com comentários feitos por rondonistas mineiros de que teriam percebido que ele estava alcoolizado em alguns episódios que ocorreram na Operação Nacional.

Embora tenham afirmado que tentaram atenuar esses episódios, para eles,

o desgaste e a impressão de picaretagem, desorganizações e desorientação de alguns elementos da Coordenação Geral, ficarão para sempre caracterizadas pelas atitudes do Sr. José Roberto Junqueira<sup>292</sup>.

De acordo com o relatório, sua interferência gerou sucessivas alterações em relação ao número de vagas e na seleção dos universitários de outros estados que participariam da Operação Regional, o que provocou desgastes.

Foi comunicado que poucos participantes de outros estados receberam a devida preparação. Além disso, houve queixa específica à equipe de São Paulo, a qual teria demonstrado “completo despreparo sendo que chegaram a Belo Horizonte alcoolizados e alguns, devido aos excessos de bebidas, passaram mal na hora da partida para o Vale do Jequitinhonha.”<sup>293</sup>

Outros problemas, como atrasos no início da operação, o não cumprimento de compromissos assumidos e a falta de materiais, como medicamentos e combustíveis

---

<sup>291</sup> Idem.

<sup>292</sup> Idem.

<sup>293</sup> Idem.

também foram relatados. No entanto, para os organizadores, a realização da Operação Regional foi possível graças aos universitários que souberam

[...] magnificamente superar todas as dificuldades com otimismo e vontade de trabalho. Deram um exemplo sem precedentes de altruísmo e mentalidade voltadas para os reais interesses da filosofia do Projeto Rondon. Quanto a isso merecem elogios irrestritos todos os universitários de São Paulo, Paraná, Sta. Catarina e Rio Grande do Sul<sup>294</sup>.

Embora tenham ocorrido reclamações em relação às condições da equipe de São Paulo na chegada, houve a preocupação de registrar a atuação eficiente desses universitários no Vale do Jequitinhonha. O relatório não continha apenas críticas. Houve também a preocupação de apresentar sugestões para a melhoria do Projeto Rondon. Uma recomendação era mudar a situação de “Grupo de Trabalho”, considerada indefinida e instável, para uma “Autarquia” ou “Fundação”. Dessa forma, garantindo autonomia administrativa e financeira, o que atenderia as necessidades decorrentes do seu crescimento.

Outra orientação era assegurar a escolha de indivíduos capacitados para ocupar cargos na coordenação geral, afastando todos aqueles que representassem uma ameaça ao sucesso do programa. Estabelecer um meio de comunicação mais eficiente com a Coordenações Regionais também foi um tema abordado no relatório. Uma sugestão para isso era definir oficialmente os responsáveis pela comunicação entre as coordenações.

Para os membros da Coordenação Estadual de Minas Gerais, as Coordenações Regionais “deveriam ter mais autonomia na organização, planejamento e realização das operações tanto regionais como as nacionais.”<sup>295</sup> E defendiam a ideia de que a organização das operações nacionais, desde o planejamento ao reconhecimento da área até o estabelecimento do número de vagas, as datas e o transporte, deveria contar com a participação de universitários ligados às coordenações regionais para evitar desgastes.

No documento, houve a preocupação de deixar claro que suas intenções eram as melhores. Segundo os elaboradores,

Não queremos ser pessimistas, pelo contrário, relatamos as deficiências no sentido de um aprimoramento nos futuros trabalhos a serem desenvolvidos. Estamos dispostos a continuar dando o melhor de nossos esforços a fim de implantar a ideia do Projeto Rondon em termos definitivos, dentro do quadro educacional do País.<sup>296</sup>

---

<sup>294</sup> Idem.

<sup>295</sup> Idem.

<sup>296</sup> Idem.

As informações e análises presentes nesse relatório revelam o empenho de jovens em garantir a permanência do Projeto Rondon em um contexto marcado por muitas incertezas e indefinições. Para eles, era fundamental estabelecer uma estrutura e diretrizes específicas para evitar problemas que comprometessem o programa, como os que foram mencionados no documento.

Em 1970, foi estabelecido um novo decreto que reformulou o Grupo de Trabalho Projeto Rondon. Para além da mudança do nome para “Projeto Rondon” e a garantia de autonomia administrativa e financeira, houve mudanças substanciais nas finalidades do programa. Além de promover atividades complementares de ensino e, no campo do mercado de trabalho e mão de obra, garantir a fixação de técnicos de nível superior nas áreas em que atuavam, o Projeto Rondon passou a ter um importante papel no projeto de integração nacional defendido pela ditadura civil-militar.

De acordo com o decreto, se tornou responsabilidade do Projeto Rondon:

- a) organizar, implantar e coordenar estágios de estudantes de nível universitário e técnico, principalmente no interior do País, a fim de integrar a juventude no processo de desenvolvimento sócio-econômico nacional;
- b) colaborar, mediante convênios e segundo a escala dos seus estágios na execução da política de desenvolvimento e integração de órgãos governamentais ou privados, bem como prestar assistência às municipalidades carentes de técnicos especializados;
- c) promover programas de desenvolvimento de comunidades em microrregiões do Território Nacional;
- d) promover estágios, nos grandes centros, para universitários de áreas menos desenvolvidas possibilitando a aplicação posterior dos conhecimentos adquiridos, em suas áreas de origem<sup>297</sup>.

A proposta não era apenas levar os jovens para conhecer as condições econômicas e sociais de diversas regiões do país, mas desviar o foco da ação política para a social. A partir desse momento, eles exerceriam um papel importante nessa empreitada. No campo do ensino, o Projeto Rondon foi considerado uma atividade complementar que possibilitaria o incremento e desenvolvimento do aprendizado dos universitários, levando-os a praticar seus conhecimentos e conhecer a realidade socioeconômica do Brasil. O Projeto Rondon também ficou responsável por coordenar a implantação dos *Campi* Avançados no interior do país, promover programas de especialização de mão de

---

<sup>297</sup> BRASIL, Decreto nº 67.505 de 06 nov. 1970. Reformula o Grupo de Trabalho Projeto Rondon e assegura-lhe autonomia administrativa e financeira e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 9 nov. 1970. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67505-6-novembro-1970-409061-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 11 nov. 2020.

obra e conscientizar as universidades sobre a importância de ações voltadas aos diversos problemas das localidades.<sup>298</sup>

Ainda era responsabilidade do Projeto Rondon criar possibilidades para a fixação de profissionais de nível superior nas áreas abarcadas pelas operações e garantir que as populações do interior recebessem treinamento de nível médio para o aprimoramento da mão de obra local. Dessa forma, além dos universitários realizarem ações sociais, eles também tinham a responsabilidade de contribuir com a formação profissional dos habitantes de diversas áreas do país.

Com relação aos recursos, o Fundo do Projeto Rondon (FUNRONDON) seria composto por dotações consignadas no orçamento geral da União; doações e subvenções de pessoas físicas ou jurídicas. Além disso, poderia receber contribuições provenientes de acordos com entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais; créditos que fossem atribuídos ao fundo e eventuais rendas.<sup>299</sup>

O programa seria administrado pelo Coordenador Geral, junto com o responsável pelo setor financeiro. Contudo, era necessário apresentar ao Conselho Deliberativo um plano anual de aplicação dos recursos. Após a aprovação, o documento seria avaliado pelo ministro do Interior para sua homologação. As coordenações regionais e estaduais também deveriam elaborar planos de aplicação que seriam avaliados pelo coordenador geral.

Foi estabelecido que o regime financeiro e a contabilidade do FUNRONDON deveriam seguir as normas gerais da Administração Financeira. Desse modo, era necessário realizar o registro da receita com indicações por categoria econômica, além da síntese das fontes. Deveria também ser realizado o controle e balanço financeiro, orçamentário e patrimonial, e a apuração e registro de custos e análises dos trabalhos realizados pelo Projeto Rondon.<sup>300</sup>

A prestação geral de contas dos recursos utilizados também deveria, em primeiro lugar, ser aprovada pelo Conselho Deliberativo para depois ser homologada ou não pelo Ministro do Interior. As coordenações regionais deveriam prestar conta ao coordenador geral enquanto as coordenações estaduais deveriam prestar conta às regionais. Desse modo, foi estabelecido um regulamento para garantir a idoneidade do programa.

---

<sup>298</sup> Este tema será abordado no capítulo 5.

<sup>299</sup> Regulamento do Fundo do Projeto Rondon (FUNRONDON). Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/n, identificador: 00565840 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1971.

<sup>300</sup> Idem.

No entanto, a diversidade da origem dos recursos do FUNRONDON levou ao surgimento de denúncias de corrupção. Poucos meses após ao estabelecimento do decreto de reformulação do GT do Projeto Rondon, o coordenador estadual de São Paulo, publicou uma portaria em que denunciava a existência de indivíduos e grupos que utilizavam o nome do programa para obter favores ou vantagens pessoais por meio de instituições públicas e entidades privadas, principalmente nas áreas de comércio e indústria, no interior do estado.

Para evitar esse tipo de contratempo, a coordenação de São Paulo estabeleceu um procedimento que deveria ser cumprido. Os assuntos referentes ao Projeto Rondon, como atuação de equipes e campanhas de arrecadação de doações no estado, só poderiam ocorrer via pessoas autorizadas e credenciadas por escrito, portadoras do cartão de identificação expedido pela coordenação estadual de São Paulo.

Além disso, a coordenação estadual de São Paulo determinou que

Nenhuma atividade poderá ser desenvolvida dentro do Estado, sem estar devidamente autorizada pela Coordenação Estadual, uma vez que, existe um planejamento geral a ser executado pela Coordenação Estadual e suas Sub-Coordenações, obedecendo a programas previamente estudados e cujos contatos com Prefeituras ou Entidades Particulares ou Secretarias de Estado, são feitos oficialmente, por elementos credenciados<sup>301</sup>.

Outra orientação foi encaminhar à polícia qualquer um que praticasse essas ações ilícitas para não difamar o nome do Projeto Rondon. O alto controle, estabelecido pelas coordenações geral e estaduais, não visava apenas inibir a corrupção, mas tinha também o objetivo de evitar a anarquia na execução de projetos e atividades.

As coordenações estaduais eram monitoradas para garantir o bom funcionamento, de acordo com os parâmetros adotados pela coordenação geral. Ainda em 1970, o major Vicente Leitão da Rocha, chefe da Divisão de Planejamento e Operações da coordenação geral, foi enviado à Curitiba com o objetivo de analisar a atuação da coordenação do estado e apresentar um parecer sobre perspectivas futuras.

De acordo com sua análise, o maior problema que impactava o funcionamento da coordenação estadual era a falta de tempo do coordenador que não podia se dedicar ao Projeto Rondon porque não recebia remuneração pelo cargo. Outros problemas

---

<sup>301</sup> Portaria nº51/70. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/n, identificador: 00570894 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1970.

enfrentados eram a falta de apoio do governador do estado e a ausência de definição sobre a sede da coordenação estadual.

Em seu parecer, o major aproveitou para denunciar um professor que teria tentado se aproveitar do Projeto Rondon para benefício pessoal. De acordo com a denúncia, o professor teria solicitado à coordenação geral apoio total ao Projeto Rondon para obter, dessa forma, a liderança da sub-coordenação em Ponta Grossa. No entanto, esse pedido foi realizado sem o conhecimento da coordenação estadual.

Segundo o coordenador estadual, o professor em questão não tinha “condições de ser investido na posição de representante da coordenação naquela área por não reunir as características imprescindíveis que a função exige.” Além disso, afirmou que o referido professor queria “se beneficiar do Projeto Rondon para se livrar, como Professor do estado que é, dos deslocamentos diários até a cidade de Imbituba (80 km) onde leciona”<sup>302</sup>.

A sub-coordenação de Ponta Grossa já enfrentava problemas desde 1969, principalmente devido à escolha do coordenador, o professor José Hyczy Fonseca. Segundo relatório produzido pela seção, havia uma grande preocupação em relação à preparação e realização da operação – 5, visto que

[...] os integrantes do PR/III e IV se sentiram desarvorados com a falta de orientação do coordenador e sentiram que o Projeto Rondon em Ponta Grossa estava quase extinto.

Reuniram-se e por resolução unânime resolveram intimar o sub coordenador prof. José Hyczy Fonseca a se demitir. Procuraram o Exmo. Sr. Gen. Darcy Lázaro que na época comandava a ID/5ª RM-DI, e pediram o seu auxílio para não deixar morrer o espírito rondonista na capital cívica do Paraná.

Na entrevista realizada no Quartel general da ID/5ª, apontaram por unanimidade o nome do Maj. Eng. Luiz Eduardo Barreto Cesar, como um elemento capaz de reerguer e estruturar a Sub Coordenação do Projeto Rondon local.

O Gen. Darcy Lázaro sugeriu que fossem eles mesmos fazer o convite ao Major. Assim o fizeram. Após 3 dias pedidos pelo Major Barreto Cesar para decidir, foi aceito o convite e esse passou a se integrar na filosofia do Projeto.

<sup>303</sup>

Embora as decisões fossem resultado de uma gestão hierarquizada, o relato revela o protagonismo de jovens, principalmente daqueles mais envolvidos diretamente nas atividades, para garantir a permanência do Projeto Rondon em sua localidade. Esses

---

<sup>302</sup> Relatório da viagem do major Vicente Leitão da rocha à Curitiba (PR). Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/n, identificador: 00035166 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1970.

<sup>303</sup> SUB-COORDENAÇÃO DE PONTA GROSSA. Idem.

jovens também tinham uma importante atuação nas atividades de divulgação, por meio da participação de palestras que eram realizadas em colégios e entidades públicas.<sup>304</sup>

A sub-coordenação de Campinas também foi alvo de preocupação da coordenação do Projeto Rondon. Em 1971, o coordenador regional Centro-Sul, Domingos Baggio, estava insatisfeito com a postura do líder da sub-coordenação, o engenheiro José Vicente Vaz de Lima, acusando-o de displicente em relação às funções relativas ao cargo.

Segundo o coordenador regional, a “indisciplina e falta de espírito de integração” de José Vicente Vaz de Lima

[...] vieram empanar, um pouco, o sentido de trabalho e o espírito de colaboração e desprendimento reinante entre os meus Coordenadores de Áreas do Estado de São Paulo, homens de alta responsabilidade moral e cívica, Professores Universitários, ocupantes de cargos de alto destaque na Administração Pública e Universitária, nas suas respectivas áreas e jurisdição, movidos, talvez, inconscientemente, por alguns indivíduos que pensam fazer do Projeto Rondon autopromoção ou carreirismo político.<sup>305</sup>

Por isso, Domingos Baggio, exigiu que o líder da sub-coordenação esclarecesse as denúncias feitas pelo Centro de Planejamento e Operações, uma das seções existentes na coordenação regional. A principal acusação era a recusa de fornecer universitários para a Operação Vale do Ribeira, de caráter local, programada pela coordenação regional. No entanto, antes de receber qualquer esclarecimento, Domingos Baggio já tinha informado ao reitor sobre os problemas que estavam ocorrendo.<sup>306</sup>

De acordo com o ofício, o principal motivo para os problemas que estavam comprometendo o bom funcionamento da sub-coordenação era o acúmulo de função exercido pelo líder que, além de coordenador de área, era coordenador do GTU da Universidade de Campinas. Por isso, a orientação dada ao reitor, em forma de *sugestão*, era acabar com a acumulação de cargos.

O reitor teria a liberdade para indicar os nomes para ocupar os cargos, mas foi estipulado um prazo para esta decisão ser tomada que coincidia com o final da operação nacional, marcada para janeiro de 1972. Desse modo, isso evitaria possíveis transtornos

---

<sup>304</sup> Este tema será abordado no capítulo 7.

<sup>305</sup>Ofício nº 1271/71. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/n, identificador: 01023481 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1971.

<sup>306</sup>Ofício nº 538/71. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/n, identificador: 01023484 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1971.

que poderiam ocorrer para o Projeto Rondon com a mudança da direção das coordenações.<sup>307</sup>

Este episódio demonstra a complexa relação entre as universidades e o regime militar, revelando, conforme Motta, “[...] as ambiguidades do novo poder, dividido em assumir posturas autoritárias explícitas ou respeitar certas normas institucionais.”<sup>308</sup> Houve a exigência de troca do líder da sub-coordenação e, embora a escolha fosse feita pela Coordenação do Projeto Rondon, o reitor poderia indicar uma lista de nomes.

Esta medida é um reflexo de uma prática estabelecida após o golpe civil-militar. Com a destituição de alguns reitores das universidades, os conselhos universitários elaboravam uma lista de candidatos para que o presidente escolhesse o novo reitor. Isso revela que a relação entre as universidades e os militares não foi caracterizada apenas pela violência, visto que a negociação também foi uma conduta adotada durante a ditadura civil-militar.<sup>309</sup>

A existência de problemas relacionados à hierarquia levou a coordenação geral a estabelecer uma série de novas medidas para garantir a ordem e o controle sobre as coordenações de área, ainda que o discurso oficial fosse pautado na ideia de “liberdade de atuação”. Dessa forma, pregava-se a descentralização das atividades operacionais das coordenações regionais e estaduais, porém era mantido o controle sobre as atividades realizadas.

### **3.3) O aperfeiçoamento do Projeto Rondon**

Em 1971 foi homologado o regime interno do Projeto Rondon, que teve o objetivo de regulamentar as atividades e a organização do órgão. Foi estabelecido que o programa teria três finalidades básicas: atuar no projeto de desenvolvimento e integração nacional em ligação com o Ministério do Interior; promover e coordenar a integração das Universidades com as comunidades do interior do país, bem como possibilitar o desenvolvimento do aprendizado dos universitários; e atuar no mercado de trabalho e na

---

<sup>307</sup> Ofício nº 1271/71. Idem.

<sup>308</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá, *Ibid.* p., 37.

<sup>309</sup> Idem.

qualidade da mão de obra em ligação com o Ministério do Trabalho e da Previdência Social.<sup>310</sup>

A consolidação do Projeto Rondon ocorreu em um contexto marcado pelos *Anos Dourados* da ditadura e, seu sucesso, era mais um elemento que configurava a ideia de que o Brasil tinha se tornado o *país de futuro*<sup>311</sup>. Desse modo, o programa passou a ter uma grande importância para a ditadura civil-militar, pois houve uma ampliação significativa do seu campo de atuação, o que levou à realização de novas atividades<sup>312</sup>. Isso implicava em garantir a mobilização estudantil. Afinal, sem a adesão dos universitários seria impossível conseguir atender todas as finalidades.

Era fundamental regularizar algumas das diretrizes estabelecidas pela coordenação geral junto às demais coordenações. Por isso, a importância da organização do regime interno. No entanto, esta medida não era suficiente. Diante da magnitude alcançada pelo Projeto Rondon, era necessário também promover ações para aperfeiçoá-lo, visto que eram suas atribuições

- I – atuar em todo o Território Nacional, através de suas Coordenações Geral, Regionais, Estaduais ou locais;
- II – coordenar os seus programas e projetos com os programas e atividades de órgãos públicos e privados empenhados na área de atuação do Projeto Rondon, sempre que apoiados por universitários, visando a consecução dos objetivos fixados [...].<sup>313</sup>

Nesse período, havia uma grande expectativa da coordenação geral e das demais coordenações em relação às transformações significativas nas operações do Projeto Rondon. O principal objetivo de promover mudanças nas formas de atuação, consideradas não satisfatórias, para uma nova atuação que atendessem às perspectivas da ditadura civil-militar em relação ao projeto de desenvolvimento e integração do país.

Desse modo, os preparativos para a Operação-IX, programada para janeiro de 1972, começaram em julho de 1971, visto que esta foi encarada como uma “operação experimental”. O objetivo era colocar em prática uma nova linha de atuação do Projeto Rondon e, depois, avaliar os resultados que forneceriam “[...] subsídios para se traçar

---

<sup>310</sup> Portaria nº 1.026 de 11 de fevereiro de 1971 que estabelece o Regimento Interno do Projeto Rondon. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/n, identificador: 00565840 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1971.

<sup>311</sup> Cf.: ZWEIG, Stepan. Brasil: um país do futuro. Tradução: Kristina Michahelles. Porto Alegre: L&PM, 2006; CARLOS, FICO. Ibid; CORDEIRO, Janaína Martins.

<sup>312</sup> Este tema será trabalhado no capítulo 3.

<sup>313</sup> Portaria nº 1.026 de 11 de fevereiro de 1971 que estabelece o Regimento Interno do Projeto Rondon. Ibid.

diretrizes para as futuras operações de modo a encontrar uma forma para o PR atuar, ao mesmo tempo, coerente com os seus objetivos e com as metas do desenvolvimento”<sup>314</sup>.

No entanto, não foi estabelecida uma metodologia única devido às especificidades das diferentes regiões. A ideia era que, através da Operação – IX, os estudantes tivessem contato com uma “perspectiva global de desenvolvimento comunitário” e em possíveis formas de atuação com base em duas metas: a ação integrada da equipe e o trabalho com as comunidades<sup>315</sup>.

A partir do princípio de descentralização, foi determinado que cada coordenação elaboraria seus projetos de atuação, porém com base nas diretrizes e normas da programação estabelecida pela Coordenação Geral. Outro indício que demonstrou a importância do respeito ao regimento interno foi a determinação da Coordenação Geral de que o objetivo principal do Projeto Rondon, em 1972, era a Ação Comunitária.

A definição estabelecida pelo Projeto Rondon, com base em um documento produzido pelo Departamento de Recursos Humanos da SUDENE,

A Ação Comunitária deve ser entendida então, como um processo social pelo qual uma ‘comunidade’, inter-relacionada por laços sociais, econômicos e culturais, em uma área determinada, promove conscientemente, de forma espontânea ou induzida, mudanças, a fim de facilitar e de acelerar a emergência de fatores econômicos e psico-sociais condicionantes de desenvolvimento e de assegurar sua continuidade.<sup>316</sup>

Caberia a comunidade tomar consciência de seus problemas e se organizar para buscar suas próprias soluções, por meio de seus recursos e potencialidades e com a colaboração de entidades e recursos públicos ou privados. Desse modo, a Ação Comunitária deveria ter como base as necessidades da população que, também, deveria se protagonista do processo de transformação<sup>317</sup>.

Era esperado que esta atividade envolvesse todos os participantes, independentemente de sua especialidade. Por isso, era necessário estabelecer medidas que assegurassem “uma atuação homogênea”, mas que atendesse às especificidades de cada região. Para garantir que este objetivo fosse bem-sucedido, foi determinado que os responsáveis pelos treinamentos dados aos participantes recebessem “uma

---

<sup>314</sup> Diretrizes e normas para o PPro – IX Nacional. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014963SOS, identificador: 00448857 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1971.

<sup>315</sup> Idem.

<sup>316</sup> Exposição feita ao Ministro do Interior sobre a Ação Comunitária. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/d, identificador: 00786650 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), s/d.

<sup>317</sup> Idem.

fundamentação teórica que lhes possibilite programas as atividades e preparação dos universitários de acordo com as exigências da atuação”<sup>318</sup>.

Desse modo, estabeleceu-se que seria realizado, em agosto daquele ano, o Seminário de Ação Comunitária, no Rio de Janeiro. O evento contou com a participação das lideranças da coordenação regionais e estaduais. Em cada coordenação, havia um centro de treinamento e eles seriam responsáveis pela preparação dos rondonistas de acordo com a diretriz estabelecida pela Coordenação Geral.

Este novo posicionamento contribuiu para o estabelecimento de critérios uniformes para todo o país na seleção e treinamento dos universitários<sup>319</sup>. Foi determinado que apenas universitários que estivessem nos dois últimos anos da graduação poderiam participar, além de técnicos de níveis médio e superior em exercício da profissão. Os candidatos deveriam apresentar cartão de vacinação em que constassem vacinas contra febre tifoide, tétano, febre amarela e varíola, e os comprovantes das informações presentes nos currículos.

A seleção dos candidatos seria feita em duas etapas. Na primeira, os critérios analisados eram a escolaridade, os estágios profissionais, os cursos de extensão que tivessem relação com a profissão, outros cursos realizados e experiências profissionais. As especializações também eram um critério utilizado principalmente para a formação de equipes interdisciplinares. Para cada um desses itens havia uma pontuação previamente determinada.

Uma vez aprovado, o candidato passava para segunda etapa que consistia no treinamento básico, a ser realizado por uma equipe composta por um técnico de treinamento, um técnico da coordenação e um psicólogo. Esses dois últimos tinham que participar de todo o treinamento básico com a função de “[...] avaliar o interesse participativo do candidato, detectar as lideranças e desajustamentos.”<sup>320</sup>

Na segunda etapa, os critérios de avaliação eram a participação e aproveitamento do treinamento básico, relacionamento no grupo, escolaridade, liderança, frequência no treinamento básico, participação em Operações Regionais e, por último, a necessidade da especialização para a formação de equipes interdisciplinar. Os candidatos que chegassem

---

<sup>318</sup> Ofício nº 1148/71. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/n, identificador: 00505270 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1971.

<sup>319</sup> “Coordenadores regionais unificam a atuação do Projeto Rondon no país.” In: Jornal do Brasil, 25 mar. 1972, p. 12.

<sup>320</sup> Normas de inscrição para Operações Nacionais e Regionais. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s\d, identificador: 00578515 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1972.

a esta etapa tinham que participar, com frequência mínima de 80%, do treinamento básico. Nesta etapa, os critérios também possuíam pontos. Desse modo, o resultado era baseado na pontuação obtida pelo candidato.

As novas normas para a inscrição dos candidatos demonstram a preocupação da Coordenação Geral em unificar essa importante etapa do programa e, dessa forma, garantir que as demais coordenações seguissem critérios estabelecidos. Essa preocupação reflete também o objetivo de profissionalizar o Projeto Rondon para assegurar ações mais eficazes nas operações realizadas em diversos locais do país.

Os selecionados também precisavam apresentar um plano de atuação com a descrição das propostas de atividades que seriam realizadas na localidade. O aumento das exigências também estava relacionado à elaboração de um plano de atuação mais detalhado e possível de ser executado. Para as coordenações, era fundamental programar ao máximo o trabalho para torná-lo o mais proveitoso e se precaver de problemas que poderiam ocorrer nas Operações.

Com base no princípio de Ação Comunitária, o trabalho deveria ser desenvolvido com a participação das lideranças locais, as quais deveriam ser treinadas e capacitadas para dar continuidade aos projetos. Além disso, a participação dessas lideranças, contribuiria para conscientizar a comunidade da sua “[...] potencialidade, dos seus recursos e motivá-la para a execução de novos projetos, mesmo sem a ajudado técnico.”<sup>321</sup>

Os planos de atuação feitos pelos selecionados da coordenação de área em Marília, São Paulo, que atuariam na Operação IX, demonstram a busca pelo aperfeiçoamento do Projeto Rondon. O documento apresentou uma programação detalhada das áreas de atuação dos estudantes. O plano de trabalho de agronomia estava dividido pelas semanas de duração da viagem.

Na primeira semana, foi estabelecido que seria feito o levantamento da situação agrícola do município, principalmente, através de visitas aos mercados, feiras livres, armazéns atacadistas, matadouros e serrarias. A equipe também verificaria as espécies de vegetais produzidas na região e se informaria sobre o consumo e comercialização de carne e seus derivados, além de outras atividades descritas no documento. Nos primeiros dias seriam pesquisados também outros dados, como condições geográficas, clima, população e movimentos migratórios do município.

---

<sup>321</sup> Diretrizes e normas para o PRO – IX Nacional. Ibid.

O objetivo era:

Ao término da 1ª semana, o rondonista deverá conhecer muito bem todas as condições que condicionam o município de forma a poder decidir por uma atividade que condiz com as necessidades e possibilidades do mesmo. Passará então a prestação de serviço após uma análise com o dirigente e os demais participantes da equipe do P.R. Uma vez elaborado o plano de trabalho, o participante deve ele ser analisado sob o ponto de vista das áreas a serem atingidas.<sup>322</sup>

Desse modo, nas 2ª, 3ª e 4ª semanas, além de uma atividade específica que a equipe deveria desempenhar, outras atividades estavam programadas, como se dedicar uma hora por dia à alfabetização de adultos, visitar fazendas e sítios, e diante da realidade de cada propriedade, sugerir técnicas que auxiliem a produção e realizar outros tipos de prestação de serviços.

No relatório de atuação, produzido após o retorno da Operação, a equipe deveria apresentar

O conjunto de conhecimentos adquiridos pelos participantes e todas as informações anotadas devem constar de circunstanciado relatório onde figure o quadro socioeconômico da população ligada a exploração de terra, organização da família, números de dependentes, tipo de habitação, hábitos sociais, alimentação, nível de instrução, religiosidade e relacionamento com os centros próximos. Informações sobre as matas e povoamentos naturais, faunas e condições ecológicas.<sup>323</sup>

Os estudantes também deveriam registrar no relatório as ações desenvolvidas com comentários que fossem considerados pertinentes para as futuras operações na localidade, como sugerir a continuidade de sua atividade. A orientação era de também fazer sugestões em relação à forma de atuação do Projeto Rondon e programas específicos que poderiam ser adotados.

Nas diretrizes gerais para a operação X, programada para julho de 1972, foi estabelecido que as coordenações regionais deveriam enviar um único relatório à coordenação regional, contendo os principais dados da atuação das coordenações estaduais. O objetivo era elaborar um relatório geral com a síntese das atividades realizadas na Operação – X<sup>324</sup>.

---

<sup>322</sup> Planos de atuação da coordenação de área de Marília para a Operação IX. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/d, identificador: 00794020 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1972.

<sup>323</sup> Idem.

<sup>324</sup> Relatório do II Encontro dos coordenadores regionais: Diretrizes gerais para o PRO – X. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100007152SOS, identificador: 00581270 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1972.

Outra diretriz estabelecida foi que as coordenações regionais deveriam elaborar um sistema próprio de acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos nas Operações. Essa foi uma iniciativa que teve início já com a Operação – X e deu origem ao Sistema Nacional de Avaliação, cujo objetivo foi unificar a terminologia e metodologia de ação para “permitir um fluxo contínuo e homogêneo de informações entre os diversos níveis de sua estrutura e das diversas Operações para facilitar a troca de experiências, acompanhamento e supervisão.”<sup>325</sup>

No entanto, era fundamental levar em consideração a realidade de cada coordenação regional, de modo que a avaliação não fosse desigual. Para isso, foi determinado que os indicadores para este processo seriam previamente selecionados e divulgados para as coordenações. A avaliação deveria ocorrer em um curto espaço de tempo para detectar as principais áreas de crise e possíveis desvios do programa. Dessa forma, haveria a possibilidade de reparar as falhas na operação seguinte.

A elaboração desse sistema de avaliação levou às coordenações regionais a elaborarem documentos com orientações específicas relacionadas ao processo que seria implantado. De acordo com a Coordenação Regional Sul, essas diretrizes permitiriam uma avaliação qualitativa e quantitativa das operações do Projeto Rondon, instituindo um mecanismo de correções necessárias e possibilitando ajustamentos periódicos às metas estabelecidas. Segundo o documento, esse processo possibilitaria constatar o “grau de eficiência e eficácia, bem como o nível de desenvolvimento e aceitação dos nossos programas em face da realidade local e regional.”<sup>326</sup>

A crença era que esse sistema de avaliação contribuiria para uma utilização mais racional das informações relativas ao Projeto Rondon e a correção de possíveis desvios que ocorriam na fase de execução dos planos de atuação. Isso era considerado fundamental para maximizar as atividades realizadas nas operações e minimizar os recursos utilizados. Dessa forma, além de garantir a eficiência, o sistema de avaliação contribuiria para identificar problemas que pudessem comprometer a imagem e o funcionamento do Projeto Rondon.

No entanto, essas não foram as únicas medidas tomadas para promover o aperfeiçoamento do Projeto Rondon. Em 1973, no IV Encontro de Coordenadores Regionais e Estaduais foi estabelecido os parâmetros para a estrutura e ao funcionamento

---

<sup>325</sup> Relatório de avaliação da Coordenação Regional Sul. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100005809SOS, identificador: 00531044 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1972.

<sup>326</sup> Idem.

das Coordenações e Representações de Área, novas seções que integrariam o Projeto Rondon. O objetivo era ampliar ainda mais o Projeto Rondon para áreas de “potencial universitário”, procurando a integração de todas as Escolas Superiores nas atividades do Projeto.”<sup>327</sup>

Foi determinado que a Coordenação de Área ficaria localizada em locais onde existissem expressiva quantidade de faculdades, sendo subordinada à Coordenação Regional ou Estadual. Esta seção deveria desenvolver ações durante todo o ano. Com relação à Representação de Área, embora seu objetivo principal fosse o apoio às Operações Nacionais e Regionais, poderia realizar atividade de caráter contínuo sob a orientação de sua respectiva coordenação.

Houve também a ideia de criar a Representação de Faculdade, que seria composta

de um ou mais representantes do Projeto Rondon nas Faculdades sob a jurisdição de Coordenações Regionais, Estaduais, de Área ou Representações de Área. O representante deverá ser estudante universitário, voluntariamente colaborando com o Projeto Rondon, nas relações deste com sua Faculdade, sem vínculo oficial ou encargos formais com o Projeto.<sup>328</sup>

A função principal do universitário que se tornasse representante era divulgar o Projeto Rondon em sua faculdade ou universidade, além de estar disponível para realizar as atividades desenvolvidas pela sua coordenação. Ainda que os jovens não ocupassem altos cargos, eles atuavam em algumas funções da organização principalmente naquelas relacionadas à divulgação do Projeto Rondon.

Essas informações demonstram que, mesmo com a estruturação do Projeto Rondon, houve inúmeras iniciativas para garantir o aprimoramento do programa, ao longo dos anos. Afinal, era fundamental mantê-lo organizado e *atrativo* para os jovens.

---

<sup>327</sup> Manual dos coordenadores e representações de área. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/n, identificador: 00734360 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1973.

<sup>328</sup> Idem.

## Capítulo 4 – A viagem

*Esta viagem deu-nos uma certeza:  
não basta olhar o mapa do Brasil  
aberto sobre a mesa de trabalho  
ou pregado à parede de nossa casa.*

*É preciso andar sobre ele  
para sentir de perto  
as angústias do povo,  
as suas esperanças,  
seus dramas ou suas tragédias,  
a sua história,  
a sua fé no destino da nacionalidade.*

*Só então se compreenderá  
que a responsabilidade desta geração  
é simplesmente formidável.  
Tudo indica, porém, que agora começou,  
para a alegria nossa,  
a batalha longamente esperada  
da integração dos nossos irmãos  
abandonados na comunhão nacional.<sup>329</sup>*

Nas décadas de 1960 e 1970, em diversos lugares do mundo, o termo *contracultura* ganhou notoriedade e passou a ser associado ao universo juvenil. A contracultura representou a rejeição aos padrões culturais vigentes. Dessa forma, diversos grupos juvenis buscaram criar estilos de vida alternativos, a partir de novos valores e costumes.

Nos Estados Unidos, a contracultura foi muito associada ao movimento hippie. O uso de cabelos e barbas compridas, roupas coloridas, a defesa da liberdade sexual, dentre outras características, eram formas de expressão de uma juventude que buscou se libertar

---

<sup>329</sup> Poema produzido por uma equipe de Filosofia que atuou na Operação – III em Mato Grosso, realizada em janeiro de 1969. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014201SOS, identificador: 00556903 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1973.

de padrões e imposições sociais. O movimento hippie ganhou muita visibilidade, recebendo muito destaque na mídia e por ter ganhado muitos adeptos em vários países.

No entanto, muitos jovens se identificaram com práticas e costumes característicos do movimento hippie não por, necessariamente, se considerarem hippies, mas por representarem uma posição de rejeição aos padrões sociais vigentes. Desse modo, é importante compreender a contracultura como um movimento amplo, que contou com a adesão de diferentes juventudes. Isso implica na necessidade de refletir sobre as diferentes formas de apreensão desses novos hábitos e valores, associados à contracultura, pelo universo juvenil.

No Brasil, a contracultura ganhou contornos mais nítidos no final da década de 1960, principalmente, por meio do surgimento da Tropicália, em 1967. Contudo, a decretação do AI-5 foi responsável por inibir essas formas de expressão e, por isso, muitos jovens buscaram novas alternativas. Nesse contexto, marcado pelo recrudescimento do autoritarismo, as viagens passaram a ser uma maneira de *fugir* dessa nova realidade que se impunha no país.

Viajar se tornou um costume muito associado ao universo juvenil. Além de gerar a oportunidade de conhecer lugares e pessoas novas, é uma prática que possibilita, ainda que momentaneamente, viver uma realidade diferente do cotidiano. Por isso, o ato de viajar coincide, e muito, com interesses e perspectivas de diversos grupos juvenis. É interessante notar também que esta prática “atravessa” o tempo, visto que a vontade de *escapar e cair no mundo* já era uma necessidade existente entre os jovens alemães do século XIX, o que contribuiu para o surgimento do *Wandervogel*<sup>330</sup>.

Mas, essa expressão juvenil, encontrou muitos obstáculos na primeira metade do século XX em virtude de acontecimentos, como as Guerras Mundiais e a crise de 1929, que geraram impactos profundos em diversas sociedades ocidentais. As juventudes também foram extremamente atingidas com essas transformações, que, muitas vezes, implicaram na necessidade de um rápido amadurecimento para a vida adulta e na impossibilidade de se viver plenamente essa fase da vida.

Após 1945, houve o crescimento exponencial do turismo, causado, em grande parte, pelo cenário de expansão econômica e por relativa estabilidade, comparado aos anos anteriores das crises e guerras. No Brasil, o impulso ao turismo ocorreu na década

---

<sup>330</sup> Cf.: GROppo, Luís Antonio. *Juventude: ensaios sobre a sociologia e a história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

de 1970, em um período marcado pelo “Milagre Econômico”, associado a criação de políticas públicas e de estradas.

Neste contexto, os jovens provenientes das classes mais abastadas tiveram maiores oportunidades de viajar, em busca de diversão ou lazer, para a Europa e os Estados Unidos. Mas, o desejo pela viagem, também estava presente entre os jovens de outras classes sociais, que mesmo com recursos limitados, adotaram como estratégia ir para *campings* e albergues pelo país.

De acordo com Leon Kaminski, em 1971, foi criado o Movimento Nacional de Albergues da Juventude com o intuito de incentivar e facilitar a viagem de estudantes para *descobrir o Brasil*<sup>331</sup>. As viagens, além de possibilitarem o conhecimento do país, contribuíram para a construção de um ideal de nação. No entanto, cabe destacar que esta acepção de nacionalidade foi incorporada e praticada por grupos de diferentes matizes ideológicas, visto que

A contracultura, como a própria sociedade e a juventude, não era uma massa homogênea. Ela era plural, fragmentada e podia ser também ambígua e contraditória. Aspectos estéticos, comportamentais e políticos eram incorporados de formas diversas pelos sujeitos e ressignificados. O próprio estilo contracultural de viagem, que envolvia o imaginário do “droup out”, de “cair fora” do sistema, era apropriado diferentemente por cada um. Havia aqueles que realmente abandonavam as instituições, de maneira radical, e iam viver “na estrada”, buscando formas alternativas de vida. Enquanto outros [...]utilizaram as práticas culturais de viagem para conhecer o país, sem um rompimento maior, mas que compartilhava da estética e das mudanças comportamentais.”<sup>332</sup>

Ainda que a análise de Leon Kaminski seja relacionada à contracultura, viajar se tornou uma prática comum ao universo juvenil, dada as oportunidades e vivências que essa experiência proporcionava. Em seu estudo, Kaminski, reconhece a pluralidade de acepções em relação às viagens devido à pluralidade de juventudes.

Nesse sentido, é importante destacar a existência de várias motivações e tipos de viagens realizados pelos jovens brasileiros. No caso dos jovens rondonistas, viajar pelo Projeto Rondon representava a realização de inúmeros desejos e sonhos em nível pessoal e profissional. Era uma experiência que possibilitava desbravar o país, conhecer e

---

<sup>331</sup> KAMINSKI, Leon Frederico. A Revolução das Mochilas: contracultura e viagens no Brasil ditatorial. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018, p. 30.

<sup>332</sup> Idem, p. 34.

vivenciar outras realidades, aplicar os conhecimentos obtidos nas universidades e praticar o assistencialismo.

#### **4.1) A recepção aos viajantes**

Os participantes deveriam chegar uma hora antes do embarque para pesagem e embarque da bagagem, organização dos grupos e verificação de faltas. Ao chegar ao ponto de embarque, eles deveriam procurar o chefe de sua equipe e manter-se reunido com os demais membros. Também eram avisados que seriam responsáveis por carregar suas malas.

No manual que recebiam, os participantes eram alertados dos percalços que enfrentariam na viagem. Afinal, “O Projeto Rondon utiliza normalmente meios de transporte militares e disponíveis na área de atuação e nenhum desses destaca-se pela comodidade.” A dica era aceitar “esse desconforto com espírito esportivo que caracteriza o universitário”.<sup>333</sup>

Havia ainda a questão dos deslocamentos. Muitos universitários eram direcionados para locais de difícil acesso, o que implicava em meios de transporte precários. Eles também eram avisados sobre a questão da alimentação. Durante a viagem, a alimentação mais comum era o macarrão, farinha, peixe e carne, que poderia ocasionalmente estar disponível. Por isso, era recomendado que eles levassem vitaminas.

Os participantes foram orientados a se vacinar contra febre amarela, varíola e febre tifoide, e receberam pequenas noções de primeiro-socorros, como estancar uma hemorragia e mobilizar em caso de fratura. Houve também alerta em relação à água consumida, visto que muitas localidades não possuíam estrutura para deixá-la potável. Essa série de recomendações demonstra os vários desafios que eles enfrentavam desde o início das operações.

Assim que chegavam à área de atuação, os estudantes eram levados aos seus alojamentos. Levar inúmeros universitários para regiões remotas do país representava para muitos a suspensão do controle parental por alguns dias. Muitos pais ficam preocupados com que essa experiência poderia acarretar à moral e os bons costumes, principalmente, no que diz respeito às moças. Desse modo, homens e mulheres dormiam

---

<sup>333</sup> Manual do participante do Projeto Rondon VII. Idem.

em alojamentos separados para evitar situações que pudessem desprestigiar a imagem do Projeto Rondon.

Na maioria das vezes, eram recebidos por uma autoridade local e alguns habitantes. Uma das primeiras atividades realizadas era uma espécie de solenidade de abertura ou uma missa em agradecimento à chegada dos universitários. Era comum também a realização de palestras para explicar à população os objetivos do Projeto Rondon. Em seguida, o procedimento era levá-los aos alojamentos para sua instalação. Os alojamentos variavam conforme a estrutura e os recursos da região visitada. Poderia ser em um hotel, batalhão, escola, galpão ou um casebre.

Uma vez apresentados aos habitantes e instalados, os grupos<sup>334</sup> eram destinados às áreas de atuação. Muitas vezes, esses locais eram distantes dos alojamentos. Além disso, havia equipes que se deslocavam para diversas localidades para atender seus habitantes. Desse modo, era necessário um grande apoio logístico para o funcionamento das operações.

As Forças Armadas tiveram um importante papel nos deslocamentos realizados pelos rondonistas, fornecendo carros, caminhões, aviões e, até mesmo, embarcações. No entanto, também houve apoio logístico de outros órgãos federais, estaduais e municipais. A ampliação do Projeto Rondon, nos anos seguintes, também contou com a participação da iniciativa privada.<sup>335</sup>

Era comum também ocorrer, nas operações, situações em que os rondonistas tinham a oportunidade de falar sobre o programa para outros estudantes. Na Operação – II, também denominada de “Operação Esperança”, a equipe que atuou em Ribeirão Preto, composta por universitários do Nordeste, realizou palestras em clubes e escolas com o objetivo de explicar a filosofia e os objetivos do Projeto Rondon.

Segundo o relato, nesses episódios foi possível perceber o interesse dos estudantes locais que fizeram inúmeras perguntas sobre o programa. A equipe também participou

[...] de entrevistas nos jornais e emissoras de rádio, através dos quais tentamos inculcar no estudante ribeirão pretano, as oportunidades que o Projeto Rondon nos dá de ser útil à comunidade, de nos familiarizarmos com a nossa especialidade inteirando-nos da evolução técnica e profissional, que devido à extensão geográfica desse nosso Brasil, elas nos chegam um pouco tarde aqui no norte; de permitir que entre os estudantes do Brasil, haja entrosamento que facilite a inter-relação da problemática das diferentes regiões do país, e de

---

<sup>334</sup> Inicialmente, a divisão de grupos ocorria após a chegada dos rondonistas à área de atuação. No entanto, esta prática se tornou alvo de muitas críticas dos alunos que defendiam a ideia de que os grupos fossem definidos antes do embarque.

<sup>335</sup> Este tema será analisado no capítulo 5.

Embora as primeiras operações tenham contado com a maior participação de universitários do sul e do sudeste, houve também a presença de estudantes de outras regiões, como o Nordeste. Foi o caso dos estudantes de medicina da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) que foram destinados para São Paulo, na Operação - II. Lá, eles atuaram em hospitais do estado e puderam manter um intercâmbio com outros estudantes de medicina.

O intercâmbio de estudantes de diversas especialidades se tornou uma prática comum. Era uma maneira de possibilitar aos universitários do país trocas de conhecimentos e práticas durante o período em que eram realizadas as Operações. Outra vantagem que os intercâmbios traziam para os alunos era conhecer pessoas de diferentes lugares do Brasil.

O dia dos rondonistas começava cedo, visto que o objetivo era aproveitar plenamente o período da viagem para que a população da região visitada usufruísse ao máximo das atividades realizadas. Por isso, a orientação era evitar atividades no horário noturno para não prejudicar o rendimento dos alunos.

Logo após o café da manhã, os alunos se dirigiam às áreas de atuação que, em certos casos, ficam a uma certa distância de seus alojamentos. Se a localidade visitada fosse um município, era comum ocorrer a cerimônia de hasteamento da bandeira do Brasil pelos rondonistas, como primeira atividade do dia. Na Operação II, em Aragarças, essa prática foi considerada por um grupo de rondonistas a *militarização* do Projeto Rondon.

No início, eram acordados pela manhã e chamados para participar do hasteamento da Bandeira Nacional, na praça onde ficava o prédio da coordenação. À tarde, eram novamente chamados para o arriamento. No terceiro dia, eles se rebelaram e só mesmo os que trabalhavam na administração é que continuaram a assistir à cerimônia.<sup>337</sup>

A publicação feita pelo Jornal do Brasil foi alvo de crítica por parte do setor de relações públicas da Operação em Aragarças. No relatório, a notícia de que havia ocorrido uma “rebelião contra a militarização do Projeto” foi desmentida. Contudo, não foi

---

<sup>336</sup> Relatório da Operação Esperança: Operação Regional PRO – II. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014201SOS, identificador: 00709642 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1968.

<sup>337</sup> “Pindaíba em festa recebe 1º médico de sua história.” In: Jornal do Brasil, 31 de jul. 1968, p. 14.

apresentada uma explicação para a ausência dos alunos após o terceiro dia da viagem. O argumento utilizado foi que

[...] se os acadêmicos estavam ausentes, não era expressão de revolta para o ato, e sim amor ao Brasil e ao pavilhão auriverde, a quem estavam prestigiando com o culto do dever cumprido, por amor ao irmão necessitado, a morrer e sofrer na miséria e abandono.<sup>338</sup>

No relatório, houve a preocupação de esclarecer que o ato possuía “[...] um significado puramente cívico no símbolo do pavilhão nacional e não uma arma de guerra, exclusivamente de uma classe.” No entanto, para evitar que a prática fosse banalizada e criticada pelos estudantes, houve a sugestão que “[...] se faça a homenagem e o hasteamento do Pavilhão Nacional, só em ocasião de destaque, como por exemplo, na abertura e encerramento da operação, ou num evento especial.”<sup>339</sup>

Esse rito cívico se tornou parte do cotidiano dos rondonistas em várias das viagens realizadas. Afinal, essa era uma forma de reafirmar o caráter nacionalista do programa tanto para os estudantes quanto para as populações das localidades visitadas. No entanto, segundo Gabriel Amato,

A participação desses estudantes no Rondon e mesmo a concordância com os valores do regime indicavam uma aproximação de setores dos jovens universitários com o regime. Ainda assim, ela não implicava necessariamente apoio irrestrito e automático dos estudantes ao governo militar.<sup>340</sup>

A prática de hasteamento da bandeira, embora simbolize um elemento do civismo, não representava adesão automática ao regime, mas refletia a influência ideológica do regime militar no Projeto Rondon.

#### **4.2) As atividades realizadas nas primeiras operações**

As Operações – I e II foram caracterizadas por ações humanitárias, principalmente pelo atendimento médico e odontológico. Desse modo, os desafios enfrentados pelos rondonistas foram imensos, pois na maioria dos lugares visitados não havia uma

---

<sup>338</sup> Relatório de atuação em Aragarças: Operação Regional Pro II. Ibid.

<sup>339</sup> Idem.

<sup>340</sup> AMATO, Gabriel. Ibid, p. 114.

infraestrutura médica, como hospitais e medicamentos. Além disso, a falta de saneamento básico e de hábitos de higiene contribuía para agravar doenças.

Foi esse o cenário encontrado pela equipe que atuou em Içana, no Amazonas, em janeiro de 1968. Dos 300 habitantes que receberam atendimento médico, 236 possuíam diversos tipos de verminoses, doenças causadas principalmente pela falta de saneamento básico e hábitos de higiene. Com relação às vacinas, os estudantes conseguiram aplicar para a maioria contra a varíola e, para uma minoria, contra tifo, pois grande parte dos habitantes possuíam processos infecciosos que impediam a aplicação da vacina.<sup>341</sup>

O levantamento de dados feito pela equipe contribuiu para um melhor conhecimento sobre os costumes da população e as doenças mais comuns que assolavam a região. Com o trabalho realizado pela equipe, foi constatado que ocorria o uso de métodos abortivos e anticoncepcionais de forma indiscriminada pelas mulheres, pois era costume um intervalo de dois anos entre os filhos.

Essa prática, alinhada ao trabalho esperado e às difíceis condições de vida, levavam as mulheres a um “[...] processo de envelhecimento prematuro, de tal forma que aos 25-30 anos, apresente uma idade física em tono de 50 anos.”<sup>342</sup> A partir da sondagem feita pelos universitários, foi constatado que as principais doenças que levavam à óbito eram o sarampo, a coqueluche e a tuberculose.

Os participantes das áreas de medicina, odontologia, enfermagem e farmácia realizaram uma série de procedimentos, como consultas, vacinações, cirurgias, partos, extrações de dentes, exames laboratoriais, dentre outras atividades. Os estudantes também promoveram cursos intensivos para parteiras leigas e palestras sobre hábitos de higiene, primeiros socorros e tratamento de água.<sup>343</sup>

As experiências vividas pelos rondonistas, durante a Operação – I, possibilitaram a obtenção de conhecimentos específicos sobre a questão da saúde em diversas áreas do país. Isso resultou na elaboração de um relatório detalhado a respeito dos aspectos sanitários dos locais visitados pelos universitários no Norte e no Nordeste.

No relatório consta a estrutura de saúde existente em cada uma dessas cidades, como a quantidade de hospitais, maternidades, laboratórios, médicos e outros

---

<sup>341</sup> Relatório das atividades do grupo Içana no estado do Amazonas. Levantamento de dados para o perfil de municípios- PRo -I. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100006347SOS, identificador: 00615976 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1968.

<sup>342</sup> Idem.

<sup>343</sup> “Caboclo acha que Operação Rondon traz a civilização.” Correio da Manhã, 18 fev. 1968, reportagem de capa.

profissionais de saúde, assim como a descrição da estrutura de saneamento existente em cada local. Também foram relatados as ausências e os problemas relacionados a esses aspectos, como a falta de higiene e as doenças.

O documento apresenta inúmeras críticas, inclusive à atuação do CRUTAC nas cidades do Rio Grande do Norte em que o órgão prestava atendimento. A principal crítica apresentada era o fato de o CRUTAC não realizar ações de prevenção, tendo como proposta a assistência e a manutenção medicina curativa. Desse modo, na avaliação das equipes que atuaram nesses lugares

O CRUTAC é um órgão de péssimo planejamento, tornando-se inoperante. [...] Todo atendimento que não é feito pelo CRUTAC, é pago e a população não tem dinheiro para pagar. Existe um Hospital em Santa Cruz, que pede N\$0,20 por atendimento; o que é negado por qualquer paciente que lá se trate, pois não há dinheiro. Portanto, sendo o CRUTAC um órgão mal planejado, muita gente fica sem atendimento.<sup>344</sup>

No entanto, a sondagem de informações não se restringiu à área de saúde. Foram realizados levantamentos de dados socioeconômicos e análise de diversas regiões. A atividade de pesquisa se tornou uma prática constante nas operações promovidas pelo Projeto Rondon, o que resultou em um extenso banco de dados de diversas naturezas de várias localidades do país.

Essas milhares de informações foram primordiais para a ditadura mapear no país, principalmente nas áreas distantes dos grandes centros urbanos, não só a condição de vida das populações, mas a condição política de diversas localidades. Desse modo, a atuação dos universitários contribuiu para elaborar uma rede de informações de caráter social, político e econômico que foi utilizada pela ditadura civil-militar. Esses dados também foram importantes para o planejamento das operações que estavam previstas, pois, a partir deles, seriam determinadas as áreas prioritárias e a preparação dos planos de atuação.

A operação regional Aragarças, que ocorreu em julho de 1968, contou com apoio internacional na atividade realizada na cidade de Poxoréu, em Mato Grosso. O grupo composto por vinte e sete jovens universitários e técnicos italianos vieram para fundar uma comunidade integrada, com o objetivo de manter contato com indígenas e caboclos que faziam parte da Missão Salesiana de Mato Grosso.<sup>345</sup>

---

<sup>344</sup> Levantamento sobre dados populacionais: relatório dos aspectos sanitários da região Norte e Nordeste. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100006347SOS, identificador: 00473568 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1968.

<sup>345</sup> A Missão Salesiana de Mato Grosso teve sua origem em 18 de junho de 1894 com a chegada de cinco jovens missionários liderados pelo bispo Dom Luís Lasagna. O grupo fazia parte da entidade criada por

O grupo, que veio com seus próprios recursos e trouxe seus próprios equipamentos, desenvolveu um trabalho integrado com as tarefas programadas pelo Projeto Rondon. Esses jovens faziam parte da Operação Mato Grosso II e

[...] vieram da Itália com as bênçãos do Papa Paulo VI, que os classificou de 'protagonistas de uma singular experiência que merece ser imitada por outros jovens, pois esse trabalho é um autêntico testemunho e sinal característico do cristianismo atual'.<sup>346</sup>

Essa iniciativa era um desdobramento da Operação Mato Grosso, realizada entre os meses de julho e outubro de 1967, em Poxoréu e Barra do Paraíso, também composta por jovens italianos que construíram um grupo escolar, um ambulatório médico, uma casa para uma família e atuaram junto aos núcleos indígenas de Xavantes e Bororos.

De acordo com o relatório, a atuação dos jovens italianos foi noticiada por jornais de São Paulo, que buscou reconhecer e valorizar o

[...] o notável senso de responsabilidade social dos jovens; acima, porém, de qualquer coisa, anseiam por aprofundar a própria espiritualidade, em busca da verdade. Querem descobrir-se a si mesmos e fazer o bem... Isso é maravilhoso. A busca de um valor real para o jovem é tão necessária como o pão. O desânimo e vazio dos jovens é causado pela falta de ideais e pela 'política do conforto'.<sup>347</sup>

A menção aos trechos de jornais que exaltavam os jovens italianos demonstra a intenção de associar seus ideais e ações ao trabalho dos rondonistas, visto que no relatório está expresso que o interesse de atuar junto ao Projeto Rondon foi uma iniciativa do grupo internacional. Houve também a preocupação de exaltar os valores cristãos que permeavam as ações dos jovens italianos, o que poderia se tornar uma fonte de inspiração para os jovens brasileiros.

Nessa Operação, a equipe de saúde “[...] logo de início expôs a deplorável situação e abandono administrativo e técnico-humano em que se encontrava”<sup>348</sup> a região. A equipe contou com a participação de universitários e médicos da Associação dos Médicos do Brasil, especialistas em clínica médica, cirurgia, pediatria e neurologia. Segundo o relatório, “Foram feitos 13.243 atendimentos de medicina, odontologia, farmácia, enfermagem, laboratório, pequenas cirurgias, partos, extrações, aviamento de receitas,

---

Dom Bosco, que inspirado por um sonho, em 1875, enviou o primeiro grupo de salesianos à América do Sul com o objetivo de evangelizar jovens.

<sup>346</sup> Relatório de atuação em Aragarças: Operação Regional Pro II. Ibid.

<sup>347</sup> Idem.

<sup>348</sup> Idem.

vacinações e exames de laboratório.”<sup>349</sup> Além disso, os rondonistas deram um curso intensivo de enfermagem e ética profissional para estudantes de enfermagem e praticaram a medicina preventiva.

A equipe que atuou em Araguaiana, na Operação – II, encontrou a população vivendo em péssimas condições de saúde e descreveu a situação de “má nutrição, anemia, abdômen distendido, olhar triste e suplicante” da comunidade. As principais doenças que assolavam a população eram a malária, além da verminose e sarna, e outras doenças. Segundo o relato da equipe, havia um morador que há três anos que estava acamado devido a uma caquexia em último grau.

Após cuidados médicos, como a hidratação oral, a injeção de vitaminas e o “[...] estímulo moral, no oitavo dia, começou a andar, entre lágrimas: “Muito obrigado, Doutor, foi Nosso Senhor que o mandou à minha casa.” De acordo com o estudante de Medicina, Sergio Puppín, “O que mais nos preocupou foi dar um atendimento humano, carinhoso e honesto. Um conforto, sorriso franco, bastante amor e... vontade de ajudar aqueles infelizes.” E concluiu: “Curar sempre, quando possível, consolar sempre.”<sup>350</sup>

O estudante Ênio Rodrigues, que também atuou em Araguaiana, relatou uma experiência marcante, com uma família composta por vinte filhos, sem acesso à escola e com doenças. Segundo Ênio Rodrigues,

Fiz várias visitas, ensinei a cultivar uma horta e pomar com frutas caseiras. Os garotos aprenderam com muita boa vontade e se entusiasmaram pelo trabalho, compraram algumas ferramentas e sementes e estão contando com a volta do jovem acadêmico. “Seu Moço, quanto o senhor ganha do Governo para vir trabalhar aqui no Mato Grosso?” Os mais miudinhos da família não me queriam deixar partir. Queriam desfazer-se da própria cama e “quarto” para que eu lá ficasse. E no final me acompanharam até os últimos instantes, quando já ia no caminho que me trouxe de volta; eles me esperam nas férias de fim de ano. Queira Deus que sua esperança não seja frustrada. Estou decidido a voltar um dia para colher os frutos de uma amizade que me conquistou o coração para a vida inteira.”<sup>351</sup>

Nas primeiras operações realizadas pelo Projeto Rondon o enfoque foi garantir atendimento médico e odontológico às populações que, em muitos casos, nunca tinham sido assistidas por profissionais dessas áreas. Desse modo, as impressões dos estudantes de medicina, enfermagem, odontologia e áreas afins eram extremamente importantes,

---

<sup>349</sup> Idem.

<sup>350</sup> Idem.

<sup>351</sup> Idem.

pois eram utilizadas como parâmetros para estabelecer estratégias de atuação nas operações seguintes.

No relatório produzido pela equipe de estudantes de medicina de São Paulo que atuou em algumas cidades do Acre, em julho de 1968, os principais problemas relatados, que já tinham sido observados na Operação – I, foram

1. Falta de médicos, principalmente nos municípios do interior.
2. Falta de condições de trabalho, tais como: precariedade dos Postos de Saúde, falta de material clínico e cirúrgico, não existência de local para a internação de casos mais graves em algumas cidades do interior.
3. Número excessivo de funcionários em Postos de Saúde que não se acham em funcionamento por falta de médico.
4. Medicina preventiva de moléstias infecciosas e parasitárias deficiente, pois as campanhas de vacinação e educação sanitária são isoladas e poucas, não atingindo, portanto, as finalidades desejadas. [...].<sup>352</sup>

Outro problema muito recorrente era o alto índice de verminoses na população. Para a equipe, esse cenário era resultado, em grande parte, da inexistência de saneamento básico e da precariedade das condições de higiene. Por isso, a recomendação dos universitários era que ocorresse em todas as cidades campanhas de vacinação e educação sanitária.

A equipe também constatou que o governo do estado investia grandes recursos na compra de medicamentos que eram dados aos habitantes por meio dos postos de saúde. Contudo, na concepção desses estudantes, isso contribuiu para criar uma mentalidade negativa na população que associava consulta a doação de remédios.

Segundo o relatório, um elevado número de pessoas procurava a equipe “apenas com a finalidade de obter gratuitamente o medicamento que nem sempre era usado e às vezes até vendido”.<sup>353</sup> A solução apresentada pela equipe era investir mais recursos nas campanhas de conscientização da importância das vacinas e da higiene ao invés de realizar a ampla doação de remédios à população.

Essa era uma proposta voltada a atender aos interesses do governo. Ao invés de cobrar do governo políticas públicas voltadas às populações, que enfrentavam uma série de adversidades em seu cotidiano, apresentou uma proposta de contenção de despesas.

---

<sup>352</sup> Relatório de atuação no Acre: Operação Regional Pro II. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014201SOS, identificador: 00709630 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1968.

<sup>353</sup> Idem.

Isso demonstra que, para além do assistencialismo, havia jovens que também propunham ações alinhadas aos interesses da ditadura.

A equipe que atuou em Rondônia descreveu problemas semelhantes. No relatório foi descrito os principais problemas que assolavam a população, como o elevado número de doenças e a fome. Na análise dos estudantes, a alimentação precária contribuía para o aumento de várias doenças, como a tuberculose, a lepra e as verminoses. Por isso, defendiam o auxílio imediato à região, com a distribuição de remédios, extração de dentes e orientações para prevenção de doenças.

Segundo a equipe,

Sentimos com isso a necessidade de que essa obra seja continuada permanentemente para se introduzir hábitos sadios e munir o homem nortista de energias suficientes para lutar contra as dificuldades da região e assim vencer, não sucumbindo, como é na maior parte dos casos.<sup>354</sup>

Em ambos os relatórios, a ideia de assistencialismo norteia a visão desses jovens que cobram do governo ações para melhorar as condições sanitárias das populações. No entanto, essa atuação seria limitada, pois defendiam a ideia de que a solução efetiva para uma melhor qualidade de vida era responsabilidade desses habitantes que deveriam “agir” e “lutar” para alcançar este ideal. Esse pensamento exime sobremaneira a responsabilidade do Estados em relação aos cidadãos.

No relatório produzido pela equipe que atuou em Sete Barras, houve maior cobrança do governo para de fato atuar na melhoria das condições de vida da população local. A avaliação da equipe era que

Deveria o governo cuidar mais da parte relativa de saúde, através de visitas periódicas de equipes de médicos e de cursos para alertar o perigo de determinadas doenças, bem como a profilaxia a elas. Nos pareceu fundamental um curso de preparo, profundo e adequado a região, dos prefeitos e demais autoridades de influência, visando os aspectos econômicos, sociais e todos os outros prefeitos da região, com quem tivemos a oportunidade de palestrar as deficiências de toda espécie.<sup>355</sup>

O setor educacional também ganhou destaque nas primeiras operações. Nesse primeiro momento, foram feitos levantamentos das escolas existentes nos locais visitados

---

<sup>354</sup> Idem.

<sup>355</sup> Relatório de atuação em Sete Barras: Operação Regional Pro II. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014201SOS, identificador: 00735649 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1968.

e quantidade de alunos matriculados<sup>356</sup>, além da realização de cursos visando à formação de alfabetizadores. Em algumas localidades, houve a melhoria de escolas ou construção de novas.

A equipe que atuou em Aragarças, na Operação - II, elaborou um Plano Educacional, dividido em três partes. A primeira parte consistiu na realização de um curso, ministrado pelos universitários, aos professores da região. Nas aulas foram ensinadas técnicas sobre “manejo de classes” e conhecimentos sobre “psicologia evolutiva, português, matemática, estudos sociais, puericultura, educação sanitária, alfabetização e práticas de planejamento.”<sup>357</sup>

Houve também a preocupação na realização de atividades voltadas especificamente aos diretores de ensino. Por isso, foram dadas diretrizes sobre técnicas de administração escolar, orientação educacional e pedagógica. A segunda parte do Plano Educacional consistiu em um levantamento de dados sociais e econômicos da região.

O objetivo era que, a partir dessas orientações, “[...] a população seja orientada para o aproveitamento racional dos recursos naturais existentes e seu emprego na educação.”<sup>358</sup> A terceira parte consistia na realização de palestras sobre puericultura, educação sanitária e orientação familiar para os moradores.

Em Rondônia, a equipe de pedagogia, composta por universitários de São Paulo, constatou vários problemas no setor educacional. De acordo com as informações, as determinações estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, criada em 1961, e o Plano Nacional de Educação, criado em 1962, não estavam sendo cumpridas.

No ensino primário, havia falta de escolas, materiais e professores. No ensino médio, não havia quadro de professores. Por isso, a solução adotada era contratar docentes que recebiam o mesmo valor dos contratados para o ensino primário. Somente o curso de preparação para o exame de admissão tinha sido alterado para dar conta da nova estrutura didática.

As atividades realizadas pelos universitários consistiram em promover treinamento e aperfeiçoamento para os professores da região. Foram realizados cursos para os professores contratados e foram programados novos cursos para o ano seguinte,

---

<sup>356</sup> Relatório com dados sobre o número de escolas existentes e de alunos matriculados nos municípios. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/d, identificador: 00417040 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1968.

<sup>357</sup> Relatório de atuação em Aragarças: Operação Regional Pro II. Ibid.

<sup>358</sup> Idem.

no período das férias de janeiro. Os professores concursados, foram designados para participar de cursos de aperfeiçoamento em outros locais.

Os universitários também realizaram uma espécie de assistência técnica ao reformular os programas do ensino primário e contribuir com sugestões de atividades para os professores aplicarem em sala de aula. Além de elaborar um novo regimento dos grupos escolares e promover a restauração das classes do 5 ° ano primário.<sup>359</sup>

O aspecto econômico também foi alvo do Projeto Rondon. Logo nas primeiras operações, equipes compostas por agrônomos, geólogos, economistas, sanitaristas, veterinários e outras disciplinas afins, além de ensinar novas técnicas para o cuidado dos animais, lavouras e hábitos de higiene, também faziam levantamentos de dados das regiões visitadas.

As informações obtidas nas Operações I e II possibilitaram a elaboração de um relatório detalhado sobre a economia da região Amazônica. Desse modo, foi feita a relação dos principais produtos da agricultura, como a mandioca, o arroz, o feijão, o milho, entre outros, bem como as atividades extrativistas, como o látex, a castanha do Pará e outros produtos.

No que diz respeito aos minerais, houve destaque para o grande desconhecimento em relação às riquezas da região. Segundo o relatório, ainda havia muita dificuldade de

[...] avaliar as potencialidades econômicas que os minerais representam na Amazônia. O que se conhece é muito pouco daquilo que a densa floresta amazônica esconde. É somente pouco a pouco que os geólogos vão devassando aquela imensurável região.<sup>360</sup>

Embora houvesse pouco conhecimento sobre as potencialidades econômicas, a equipe defendeu a existência de riquezas na região e que o trabalho realizado por especialistas, como os geólogos, contribuiria para desvendar este cenário. Contudo, buscaram destacar os minerais que já tinham sido encontrados, como o “[...] ouro, diamante, cristal de rocha, estanho, manganês, petróleo, calcários, xisto betuminoso, gás natural, cobre, bauxita, cromita, tantalita, chumbo, titânio e outros.”<sup>361</sup>

---

<sup>359</sup> Relatório de atuação em Rondônia: Operação Regional PPro II. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014201SOS, identificador: 00709648 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1968.

<sup>360</sup> Conclusões gerais sobre a economia da Amazônia baseadas nos relatórios dos PR/I e PR/3: Operação Regional PPro V: relatório de atuação. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014201SOS, identificador: 000251471 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1969.

<sup>361</sup> Idem.

Desse modo, o trabalho realizado pelos rondonistas na esfera econômica também contribuiu para a descoberta de riquezas em diversos locais do país. Foi o caso do ouro encontrado no Território Federal de Rondônia na Operação – I. Para o Ministro do Interior, Albuquerque de Lima, a descoberta de metais preciosos feita por meio do Projeto Rondon mostrava que, além da vontade de conhecer regiões remotas do país, esses universitários também tinham o interesse de “[...] colaborar com os esforços do Governo em favor do desenvolvimento da Amazônia.”<sup>362</sup>

Em relação à pecuária, os universitários fizeram vários levantamentos relacionados às espécies, a condição de saúde, além da quantidade de animais existentes nas regiões visitadas. Os estudantes de veterinária percorriam as fazendas e sítios para obter estes dados. Durante as visitas, os estudantes além de vacinar os animais, ensinavam cuidados para a criação de animais, além de vaciná-los.

A equipe que atuou em Sete Barras, em São Paulo, elaborou um relatório com inúmeras informações sobre a pecuária local e destacou que as atividades realizadas não foram “[...] apenas de pesquisa, mas também de assistência direta, como passaremos a enumerar: conselhos vários sobre criação racional, atendimento de casos cirúrgicos, atendimentos medicamentosos [...]”<sup>363</sup>

Os universitários também realizaram uma reunião na Câmara Municipal com os criadores da região com o objetivo de discutir variados aspectos relacionados à criação de animais. Nesse evento, a equipe constatou que os criadores apresentavam interesse em aprender mais sobre este processo, mas havia muitos desafios, como a falta de recursos.

Do encontro, surgiu por parte dos moradores locais a ideia da criação de uma Escola Agropecuária para aprimorar o conhecimento sobre essas áreas. No entanto, os universitários alertaram que, embora fosse uma ideia interessante, era fundamental resolver em primeiro lugar o alto índice de analfabetismo na região para depois investir na construção de uma escola técnica.

As equipes que atuaram nas Operações I e II também realizaram levantamentos sobre o comércio, a indústria e outras atividades econômicas dos inúmeros locais visitados. Os dados colhidos serviriam para o planejamento das atividades programadas

---

<sup>362</sup> “Albuquerque leva relatório do ouro”. Correio da Manhã, 13 jan. 1968, reportagem de capa.

<sup>363</sup> Relatório de atuação em Sete Barras: Operação Regional PPro II. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014201SOS, identificador: 00735649 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1968.

para as próximas operações. No entanto, também serviram como valiosas fontes de informações para a ditadura civil-militar.

Os documentos produzidos em decorrência das primeiras Operações não apresentam uniformidade de estrutura e conteúdo. Isso se explica pelo fato da organização do Projeto Rondon ter sido um processo relativamente lento e que ocorreu a partir das experiências vividas através das operações realizadas. Contudo, os relatos apresentados demonstram o grande engajamento dos estudantes, mesmo diante de circunstâncias difíceis que eles enfrentaram.

É interessante destacar como estas experiências, caracterizadas por uma série de desafios, contribuíram para fortalecer o Projeto Rondon. As dificuldades enfrentadas impulsionaram os universitários a um maior empenho para o sucesso do Projeto Rondon, ao invés de provocar a desistência e conseqüentemente o fracasso do programa. Isso é verificável ao se observar também a quantidade de participantes da Operação -III, que levou 4.220 universitários para diversos locais do país<sup>364</sup>.

### **4.3) A expansão das atividades do Projeto Rondon**

A crescente adesão dos universitários levou ao aumento e à diversificação de atividades do Projeto Rondon. Em pouco tempo, as Operações foram ampliadas e não se resumiram mais às ações médico-odontológicas ou de infraestrutura. Além disso, as Operações III e IV, que ocorreram em 1969, expandiram as atividades do programa para outras partes do país.<sup>365</sup>

Outro fator que contribuiu para a diversificação das atividades realizadas pelas equipes foram as inúmeras críticas dos universitários ao caráter efêmero e assistencialista das primeiras operações. Para eles, era fundamental promover ações que de fato transformassem realidade de vida das populações de regiões que apresentavam graves problemas. Essas críticas contribuíram para a criação de novas atividades.

Essa nova perspectiva já pôde ser notada na Operação – III. No Ceará, além das atividades previstas pela coordenação geral no âmbito da saúde, educação e no setor

---

<sup>364</sup> Tabela com informações sobre a participação efetiva em Operações Nacionais e Regionais (PRo 0/ PRo XIII). Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/n, identificador: 01029955 (Fundação Nacional do Índio - Brasília).

<sup>365</sup> Relatório de avaliação da Coordenação Estadual do Rio Grande do Sul. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100005058SOS, identificador: 00494418 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1969.

agropecuário, foram realizados novos trabalhos. Segundo a Coordenação Regional do Ceará,

Inicialmente, pensou-se em abolir totalmente a assistência paternalista. Entretanto, devido a contingências somente conhecidas em visitas e contatos mais íntimos a algumas regiões, isto não foi possível.<sup>366</sup>

Contudo, para a Coordenação, era necessário transformar a imagem do Projeto Rondon e, por isso, a proposta foi “deixar um MARCO FÍSICO perpetuado”, por meio da construção de escolas, publicações e projetos de ampliações de pequenas e médias empresas. A ideia era aprofundar as atividades que seriam realizadas para apagar a imagem paternalista do programa.

Desse modo, o grupo de trabalho, composto pelo coordenador regional do Ceará e vice-reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC), dr. Eduardo Saboia de Carvalho, o capitão do exército, René Gouveia de Miranda, e os universitários Joaquim da Silva Maia, de Economia, Hamilcar Arruda Coelho, Direito e Emanuel José Cabral, Educação. A composição da equipe revela que havia jovens exercendo importante papel no planejamento das operações.

Na Operação – III no Ceará, além do apoio das forças armadas, a coordenação regional contou com o suporte de técnicos do Banco do Nordeste do Brasil e de órgãos da UFC, que foram para o interior e instalaram escritórios volantes para coordenar as equipes. Esses técnicos, juntos aos rondonistas, realizaram levantamentos socioeconômicos da mão de obra e de pequenas e médias empresas no interior do Ceará. Além disso, os técnicos também treinaram os universitários para a execução de diversos projetos.<sup>367</sup>

A partir de 1969, a ideia era tornar as ações realizadas pelos rondonistas mais *duradouras*. No documento com as diretrizes gerais para a Operação – V, programada para janeiro de 1970, a principal orientação era dar continuidades as Operações III e IV, pois

O volume de informações obtidas sobre as áreas de atuação e as experiências adquiridas pelos universitários, nas referidas operações foram de tal ordem,

---

<sup>366</sup> Relatório de atividade: Coordenação Regional do Ceará. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100005058SOS, identificador: 00251495 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1969.

<sup>367</sup> Idem.

que ao iniciarmos o Planejamento do PR/5, devemos montar um esquema de atuação que ultrapasse o que foi realizado até agora, e que tenha uma repercussão mais profunda na infra-estrutura das áreas visitadas.<sup>368</sup>

Aprofundar as ações do Projeto Rondon nas localidades visitadas perpassava também por aprimorar o treinamento dos rondonistas para prepará-los para os novos trabalhos. O tema foi abordado no manual produzido pela Coordenação Estadual de Minas Gerais, produzido com o intuito de facilitar a preparação e o planejamento da Operação – V.

Foi exigido que os inscritos participassem de reuniões cujos temas abordados seriam: a discussão sobre o planejamento, palestras sobre matemática, estudos sociais e linguagem na escola primária, alfabetização de adultos e educação alimentar e higiene. Os estudantes também teriam a oportunidade de assistir palestras com ex-participantes que fariam relatos sobre suas experiências nas Operações.

Após a divisão dos grupos de atuação, foram programadas palestras específicas com o objetivo de fornecer maiores informações. Foi o caso da equipe responsável pelo setor socioeconômico que participou de cursos e palestras abordando três temáticas: o sindicalismo, o cooperativismo e administração pública e municipal.

A orientação era que os estudantes aprendessem conhecimentos específicos sobre o sindicalismo rural desde o processo de fundação de sindicatos rurais até as eleições sindicais. Essas informações seriam importantes para propor ações que gerassem proximidade entre o Projeto Rondon e o Sindicalismo Rural.

O grupo também recebeu noções sobre o cooperativismo com o objetivo de incentivar essa doutrina aos moradores dos locais visitados. A ideia era que eles apresentassem as vantagens do cooperativismo e ensinassem como fundar cooperativas desde a criação do estatuto, a eleição de cargos ao processo de registro, além de ter conhecimentos sobre administração pública municipal e sobre a questão criminal.

Esse aprimoramento também resultou em relatórios mais detalhados produzidos pelas equipes de atuação. O relatório geral apresentado pela equipe que atuou em Chaval, no Ceará, na Operação – V, reflete esta nova perspectiva do Projeto Rondon. Na seção

---

<sup>368</sup> Manual da Coordenação Estadual de Minas Gerais: Operação Regional: diretrizes PRo V. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100007399SOS, identificador: 00664917 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1970.

que consta os dados levantados na região consta informações bem detalhadas sobre a história, área, clima, fauna e flora, economia, política, população e costumes locais.

No que diz respeito aos aspectos socioculturais, os universitários apresentaram dados específicos sobre o tamanho médio das famílias, as religiões e seitas predominantes na cidade, as missões católicas existentes, as principais lideranças locais e meios de comunicação. No entanto, além de relatar, os universitários também faziam comentários que expressavam suas opiniões.<sup>369</sup>

Foi o caso em relação aos costumes da população. Para os universitários, a existência de muitos curandeiros e benzedoras refletia “[...] traços residuais de crenças pagãs, que ensinam práticas medicinais de perigo para o paciente a ponto de apresentar risco de morte.” Na avaliação da equipe, “As doenças são tratadas por métodos primitivos que apresentam mais perigo para o paciente do que a própria doença”<sup>370</sup>.

Esta é uma análise que reflete a presença do pensamento conservador no universo juvenil, que deslegitima as crenças e práticas de curandeiros e benzedoras com base em preceitos cristãos. Ademais, reforça a ideia de superioridade dos saberes acadêmicos em relação aos conhecimentos culturais.

O levantamento feito pelo setor educacional demonstrou a quantidade de escolas do ensino primário e secundário que existiam na região rural e urbana, a quantidade de alunos matriculados, as taxas de aprovação, os materiais utilizados em sala, as condições dos prédios e instalações, dentre outras informações. A interpretação feita pelos universitários era que a população não valorizava a educação, “[...] pois não existe a compreensão do valor, do significado e dos reais objetivos da escola.”<sup>371</sup>

De acordo com a análise, deveria ocorrer maior investimento nos cursos técnicos em agronomia, pecuária e artesanato. Para a equipe, esses cursos seriam os ideais para atender as necessidades da região. Ou seja, a orientação era que a educação fosse voltada exclusivamente para atender as demandas do mercado de trabalho.

Com relação ao aperfeiçoamento dos professores, a avaliação da equipe era que

Possibilidades há, entretanto não há interesse por parte dos professores que não vem necessidade alguma de se aperfeiçoarem, alegando desculpas pouco

---

<sup>369</sup> Este tema será analisado no capítulo 8.

<sup>370</sup> Relatório de atuação em Chaval: Operação Regional PRO V. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014331SOS, identificador: 00707312 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1970.

<sup>371</sup> Idem.

plausíveis, como não ter tempo, pois devem cuidar da casa; seria muito custosa a viagem para manter um curso fora da cidade, etc...<sup>372</sup>

No diagnóstico feito pela equipe, as deficiências em relação ao setor educacional não eram causadas apenas por falta de infraestrutura e investimento público. Esse cenário também era resultado da não valorização da educação por parte da população e da falta de interesse dos professores em se aprimorar. Essa perspectiva *ameniza* o peso da responsabilidade do Estado, pois coloca nos indivíduos uma parcela significativa de culpa pelos problemas relacionados à educação no país. É importante destacar que esse pensamento era compartilhado pelos estudantes que elaboraram o relatório.

A ampliação do Projeto Rondon também representou o aumento de responsabilidades dos rondonistas nas operações. Isso pode ser constatado nas atividades realizadas pelos estudantes de direito. Na Operação VII, a equipe que atuou em Molungu, no Ceará, além do levantamento de dados sobre o registro civil e eleitorais, atuou na solução de problemas de caráter pessoal e familiar.

Em relação às eleições da cidade, a equipe alertou para o nível significativo de abstenções e concluiu que isto era resultado da “[...] ignorância dos eleitores quanto aos direitos políticos e ao direito de votar.”<sup>373</sup> Houve também avaliação sobre a atuação da polícia, considerada eficiente, e as condições da cadeia local, descritas como péssimas, pois “[...] só tem uma cela com capacidade para mais ou menos 10 presos, não tem sanitários e as paredes estão esburacadas e riscadas.”<sup>374</sup>

O setor de Direito foi consultado para resolver problemas jurídicos de alguns moradores da localidade, como casos de reintegração de posse, transmissão de herança, extravio e falta de escrituras e a venda de terras de menores.<sup>375</sup> Desse modo, os estudantes auxiliavam moradores, orientando-os como proceder neste tipo de problema.

Na cidade de Aratuba, no Ceará, o setor de Direito realizou uma série de palestras, dos mais variados assuntos, como propriedade, casamento, desquite, alimentos, inventário, testamento e partilha. Outros temas abordados foram “[...] direitos e garantias

---

<sup>372</sup> Idem.

<sup>373</sup> Relatório de atuação em Molungu: Operação Regional PRO VII. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014921SOS, identificador: 00675158 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1971.

<sup>374</sup> Idem

<sup>375</sup> Idem.

individuais assegurados pela Constituição, sobre o Serviço Militar [...] e sobre direitos e deveres dos trabalhadores rurais e Sindicalização.”<sup>376</sup>

No setor educacional, além das ações comumente realizadas desde o início de Projeto Rondon, foram incorporadas novas atividades. Uma delas foi a recreação infantil que, geralmente, era realizada por estudantes de educação física. A equipe que atuou em Capistrano, no Ceará, na Operação VII realizou, além das atividades voltadas às crianças, palestras para a população local para explicar a importância da recreação infantil, definida como “[...] aproveitamento das horas de lazer, em atividades alegres e saudáveis, que cooperam para a formação integral do ser.”<sup>377</sup>

Para os estudantes, a experiência promoveu o intercâmbio folclórico entre as populações da região norte e sul a partir da troca de conhecimentos sobre cantigas de roda, além da sociabilidade das crianças locais. A recomendação da equipe era que esse tipo de atividade se tornasse uma prática na comunidade. No entanto, havia o reconhecimento de que para isso acontecer era necessário o apoio do governo e das famílias.<sup>378</sup>

Outra iniciativa da equipe foi criar um grupo composto por jovens entre 14 e 18 anos para prepará-los para o voluntariado na área médica, odontológica e engenharia. A ideia contou com a adesão de 16 jovens da localidade. Os jovens foram treinados para auxiliar médicos e dentistas na elaboração de fichas de pacientes e na organização de materiais doados.

Na área de engenharia, eles foram treinados para fazer uma pesquisa para localizar nas residências se havia fossas. A pesquisa feita pelos jovens locais foi utilizada como base de dados da equipe do Projeto Rondon, pois “[...] o nosso objetivo era de que esse mesmo grupo de jovens continuasse nossa atuação na cidade após a nossa ida.”<sup>379</sup>

Os rondonistas também tiveram papel importante na implantação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em diversas regiões do país, pois este trabalho foi incorporado nas operações realizadas por diversas coordenações do Projeto Rondon. Além do trabalho de alfabetização, os universitários realizaram cursos de treinamento aos

---

<sup>376</sup> Relatório de atuação em Aratuba: Operação Regional PRO VII. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014921SOS, identificador: 01100562 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1971.

<sup>377</sup> Relatório de atuação em Capistrano: Operação Regional PRO VII. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014921SOS, identificador: 01100561 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1971.

<sup>378</sup> Idem.

<sup>379</sup> Idem.

monitores<sup>380</sup>, além de mobilizar os “[...] recursos humanos, financeiros e materiais dos habitantes, o recrutamento de analfabetos e de monitores e o levantamento de locais disponíveis para o funcionamento dos postos.”<sup>381</sup>

A partir de 1972, os estudantes que estivessem diretamente ligados às ações relativas ao MOBRAL, deveriam identificar todos os empecilhos ao sucesso do programa. A orientação era que os rondonistas produzissem relatórios detalhados, que deveriam ser entregues imediatamente após o fim das operações. Os relatórios não deveriam ser expositivos, mas organizados de forma que os dados obtidos fossem quantificados.

No final do documento, na seção reservada para “observações”, os universitários poderiam fazer suas considerações, inclusive sobre a funcionalidade das orientações dadas pela coordenação do Projeto Rondon e MOBRAL. Outra orientação dada aos participantes é que evitassem “[...] opiniões sobre o equacionamento de problemas internos do MOBRAL em vista do desconhecimento, assim como evitar assumir compromissos em nome do MOBRAL, sem prévia consulta.”<sup>382</sup>

A preocupação em relação aos adolescentes e jovens locais também esteve presente nos trabalhos realizados pela equipe que atuou no Amapá, na Operação – VII. Para ter maior acesso aos adolescentes e jovens da região, a estratégia utilizada foi manter um estreito contato com o comissário regional da União dos Escoteiros do Brasil (UEB) e a visita aos diversos grupos da região.

Segundo a equipe, no Amapá, “[...] os moços permanecem no Movimento por muito mais tempo do que nos centro maiores e que ser Chefe Escoteiro representa conquista de um ótimo ‘status’, pelo respeito e consideração popular e oficial.”<sup>383</sup> De acordo com a avaliação feita, o escotismo praticado na região era

[...] bastante puro, no que diz respeito às atividades de campo, sendo que as excursões e acampamentos não tem qualquer artificialismo, praticando os Escoteiros recursos de sobrevivência, devendo caçar e pescar, pois nunca levam rancho para o campo.<sup>384</sup>

---

<sup>380</sup> Relatório de atuação em Aratuba: Operação Regional PPro VII. Ibid.

<sup>381</sup> “Turma do Projeto Rondon ajudará Mobral fluminense a recrutar analfabetos.” In: Jornal do Brasil, 17 jun. 1972, p. 14.

<sup>382</sup> Treinamento de universitários para o PPro XI. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014484SOS, identificador: 00452470 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1972.

<sup>383</sup> Relatório de atuação no Amapá: Operação Regional PPro VII. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014755SOS, identificador: 00652610 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1971.

<sup>384</sup> Idem.

A orientação dada pela equipe era garantir melhor formação para os chefes dos setores existentes no escotismo, visto que na região não havia cursos que garantissem o preparo adequado. Por isso, os estudantes destacaram a importância de se dar o apoio para uma iniciativa que eles acreditavam ser muito importante para a formação dos jovens do Amapá.

A questão juvenil também foi um tema presente na Operação-VIII, realizada em julho de 1971. A equipe que atuou em São Luiz do Paraitinga, em São Paulo, buscou contato com a equipe local de escoteiros e verificou o mau funcionamento da entidade, inclusive em relação à sede que ficava no porão da casa do prefeito, sem condições para o seu funcionamento. A iniciativa da equipe foi recorrer à central de escoteiros em São Paulo, através de um ofício, para pedir auxílio.

A avaliação feita pela equipe sobre a questão juvenil era que ocorria na cidade um grande conflito geracional, visto que

[...] quem manda nos jovens da cidade são os mais velhos, pois até no clube as ideias são dos mais velhos. Sentimos este problema de perto quando fomos convidados para irmos ao clube e o único neste setor na cidade. A juventude não tem direito de ser espontânea, pois se alguém fizer algo de anormal é visto na cidade e tachado de mau elemento.<sup>385</sup>

Para a equipe, o principal fator para a rejeição inicial dos jovens locais era a baixa autoestima em relação aos rondonistas. Por isso, a equipe buscou a aproximação através de conversas “[...] com alguns jovens do local e convencê-los de que não eram diferentes de nós, pois lutávamos pelos mesmos ideais e que a única diferença era que nós somos mais livres em nossas ações.”<sup>386</sup>

O Projeto Rondon também passou a ser solicitado para atuar em atividades de naturezas diversas. Em 1973, houve o estabelecimento de um convênio com a Secretaria do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul com o objetivo de realizar um levantamento de dados sobre a realidade econômica, social, cultural e física dos detentos do estado.

Os universitários foram divididos em pequenas equipes destinadas às penitenciárias existentes no estado. O trabalho consistiu na aplicação de um questionário de quase cinquenta perguntas que deveria ser respondido pelos presidiários e outro que deveria ser preenchido pelos rondonistas com os dados sobre as condições da instituição visitada.

---

<sup>385</sup> Idem.

<sup>386</sup> Idem.

Outra iniciativa de natureza diversa que surgiu entre os estudantes do Rio Grande do Sul foi a formação do Grupo Folclórico. A iniciativa surgiu do interesse dos

universitários gaúchos, que atuaram em diversas Operações Nacionais do Projeto Rondon, sobre a necessidade de se divulgar as tradições de nosso Estado, satisfazendo, assim, inúmeras solicitações a respeito do folclore gaúcho em outras áreas [...].<sup>387</sup>

O grupo surgiu em 1972, sendo incorporado ao Centro de Tradições Gaúchas, mas as primeiras apresentações só ocorreram em 1973, em diversos estados do Nordeste. Durante este período, o grupo, composto por 12 universitários aprendeu sobre aspectos físicos e geográficos da região, folclores, músicas, danças, literatura regional e fundamentos da tradição gaúcha. Houve também aulas sobre a vida campeira, através de excursões para fazendas, e arte dramática.

Em janeiro e fevereiro de 1974, durante a Operação Nacional – XIII, o grupo folclórico realizou uma série de apresentações no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais. As apresentações consistiam em danças, cantos e poesias com todos os participantes utilizando roupas típicas.

Segundo o relatório produzido pela equipe, a atuação do grupo folclórico seria importante para “Desenvolver, despertar e cultivar o gosto artístico do universitário brasileiro às tradições folclóricas.”, além de promover a integração nacional através da arte e “Desenvolver o folclore como sentimento de civismo e amor à terra nativa”<sup>388</sup>. O discurso desses estudantes revela a aproximação com os ideais e valores defendidos pela ditadura.

A ampliação das atividades do Projeto Rondon coincidiu com um período marcado pela intensificação da repressão política. No entanto, cabe destacar que esse aumento ocorreu, principalmente, devido ao grande interesse de universitários em participar das atividades desenvolvidas pelo programa. O relatório produzido pelo grupo folclórico demonstra como a filosofia e as propostas do Projeto Rondon convergiam com os princípios defendidos por parcelas estudantis.

---

<sup>387</sup> Relatório do grupo folclórico gaúcho. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100006559SOS, identificador: 00450563 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1972.

<sup>388</sup> Relatório do grupo folclórico gaúcho. Ibid.

#### 4.4) As Operações Especiais

A partir de 1972, teve início um novo tipo de atividade desenvolvida pelo Projeto Rondon, denominada “Operação Especial”. A criação de uma nova modalidade de operação coincidiu com os 150 anos da independência do Brasil. Para comemorar a data, foi propagado que festas grandiosas seriam realizadas para comemorar o sesquicentenário da independência e exaltar os feitos relacionados ao projeto de integração nacional do governo Médici.<sup>389</sup>

O meio universitário não passou ileso a este contexto. Os Jogos Universitários Brasileiros (JUBs), competição nacional que contava com estudantes de várias universidades do país, buscou também participar da festa do Sesquicentenário da Independência. Alinhado ao discurso do governo, adotou-se o lema “Esporte faz o Brasil Unido” para divulgar o evento, que ocorreu no dia 18 a 30 de julho de 1972, em Fortaleza.<sup>390</sup> A cerimônia de abertura dos JUBs foi televisionada e contou com a participação do presidente Médici que ficou com a incumbência de abrir o evento.<sup>391</sup>

O Projeto Rondon também se inseriu nesta conjuntura de festividade, principalmente, através das Operações Especiais, visto que era um programa intimamente ligado ao projeto ideológico da ditadura civil-militar. Os principais objetivos das Operações Especiais eram promover atividades dos universitários em outros períodos do ano, embora algumas tenham coincidido com as Operações Nacionais e Regionais, além de ampliar o leque de ações do programa.

Contudo, as Operações Especiais não ocorreram apenas em 1972, mas se tornaram um projeto a longo prazo. O período de duração desta modalidade de atividade variada poderia durar quinze dias, um mês, seis meses, um ano, dois anos, quatro anos ou por tempo indeterminado. Em 1972, foram realizadas 132 Operações Especiais: 96 destinadas ao âmbito social, 24 ao âmbito cultural e 12 ao âmbito econômico.<sup>392</sup>

Diferente das demais operações, as Operações Especiais possuíam objetivos mais específicos, pois eram organizadas para realizar uma única atividade ou um conjunto

---

<sup>389</sup> Sobre as comemorações do sesquicentenário da Independência do Brasil, cf.: CORDEIRO, Janaína Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

<sup>390</sup> “Os universitários vão suar a camisa em Fortaleza.” *Jornal do Brasil*, 17 jul. 1972, p. 48.

<sup>391</sup> “Médici abre XXII JUB em Fortaleza.” *Idem*, 20 jul. 1972, p. 46.

<sup>392</sup> Ofício nº 222. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/d, identificador: 00732347 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1972.

restrito de atividades. Outra especificidade das Operações Especiais era que, na maioria das vezes, elas ocorriam “[...] mediante convênios com órgãos públicos ou entidades privadas reconhecidos como interesse público.”<sup>393</sup>

Um exemplo de Operação Especial, de longo prazo, foram as “Entradas e Bandeiras”, realizadas entre 1971 e 1974 no Mato Grosso e Sudoeste goiano. A referência à ação dos bandeirantes demonstra o objetivo de estabelecer raízes históricas do Projeto Rondon, buscando construir uma ligação entre passado e presente e associando seus participantes a figura dos bandeirantes.

Essas regiões foram escolhidas por serem dotadas de grandes recursos naturais e terem muito potencial para a agropecuária e o turismo. No entanto, apresentavam uma infraestrutura considerada deficiente, o que prejudicava o desenvolvimento.

Havia também uma outra razão para as “Entradas e Bandeiras” ocorrerem em uma localidade específica. Era esperado que a região escolhida se tornasse, “[...] em curto espaço de tempo como celeiro para a região amazônica, da qual é uma das portas de entrada.”<sup>394</sup> Ou seja, para garantir o sucesso do projeto de desenvolvimento e integração nacional defendido pela ditadura civil-militar, era necessário promover o desenvolvimento de regiões próximas à Amazônia.

O Plano de atuação das “Entradas e Bandeiras” foi organizado em cinco setores: saúde, agropecuário, econômico, técnico e educação. No setor de saúde, seriam empregadas as medicinas curativa e preventiva, além da realização de palestras e cursos. No setor agropecuário, seriam ensinadas técnicas de plantio e a distribuição de sementes. Além da realização de cursos e palestras sobre olericultura, e a prática das medicinas curativa e medicina em animais.

No setor econômico foi determinado que seriam realizados levantamentos sociais e municipais, assistência social, e palestras e cursos de culinária e corte costura para a população. No setor técnico, os estudantes deveriam realizar o levantamento de dados sobre as construções, estradas, rede elétrica e saneamento das regiões.

Os rondonistas que atuassem nesse setor também ficaram responsáveis por ministrar cursos de eletricista, pedreiro e instalador de água e esgoto aos moradores locais.

---

<sup>393</sup> Relatório das Operações Especiais realizadas em 1972 pela Coordenação de Área Região Sul. Ibid.

<sup>394</sup> Plano de atuação da Operação “Entradas e Bandeiras” da Coordenação Estadual de Goiás. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/d, identificador: 00448193 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1971.

No setor educacional, estavam programados cursos de aperfeiçoamento para professores, administração escolar e a alfabetização de adolescentes e adultos.

Foi acordado que, durante os quatro anos, a operação contaria com o apoio de órgãos municipais, estaduais e federais, mas de acordo com o estudo realizado o saldo das “Entradas e Bandeiras” seria extremamente positivo. Segundo os dados, os investimentos feitos em nível municipal, estadual e federal seriam de Cr\$ 413.200,00. Em contrapartida, se o poder público pagasse os profissionais que atuavam no Projeto Rondon a despesa seria de Cr\$ 1.200.419,00. Desse modo, investir na atuação de estudantes geraria uma economia de Cr\$ 787.219, 00.

Outra Operação Especial que ocorreu nesse mesmo período, na região Centro-Oeste, foi a Operação Transamazônica Goiana. O objetivo era fazer um detalhado levantamento de dados dos municípios, área considerada prioritária para as futuras operações. A realização de duas Operações Especiais em uma região importante para o sucesso do projeto de integração nacional, demonstra o papel de destaque desempenhado pelo Projeto Rondon na ditadura civil-militar.

Os objetivos da Operação Transamazônica Goiana eram realizar pesquisas sobre os recursos humanos e materiais, e observar as condições para o desenvolvimento da região. A Operação contou com a participação de 32 universitários que atuaram em um período de 30 dias em 6 municípios goianos. O trabalho consistiu em visitas domiciliares e entrevistas com a população para a obtenção dos dados. Os estudantes precisavam preencher os questionários previamente produzidos.

Além da atividade prevista, em alguns municípios, os prefeitos solicitaram que os universitários realizassem trabalhos extras. Desse modo, houve cursos para a preparação de monitores do Mobral, orientação pedagógica para professores do curso primário e para organização de bibliotecas, e aulas para os alunos do curso de admissão ao ginásio. Os estudantes também promoveram palestras sobre educação sanitária e deram orientações para a construção de fossas.<sup>395</sup>

No Rio Grande do Sul, a Coordenação de Área optou por realizar pequenas Operações Especiais no estado. Em diversos municípios, foram enviados grupos, de no máximo 10 estudantes, para realizar uma determinada atividade. Algumas dessas operações foram resultado de convênios com empresas privadas ou órgãos públicos.

---

<sup>395</sup> Relatório da Operação Especial Transamazônica Goiana. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014286SOS, identificador: 00675305 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1972.

Em parceria com a empresa de agricultura e pecuária Coronel Pedro Osório, rondonistas realizaram um levantamento social sobre a população de Pelotas. O trabalho consistiu em uma pesquisa sobre as condições sociais, no âmbito da saúde, alimentação. Os dados seriam utilizados para elaborar planos de atuação para a cidade com o objetivo de garantir uma melhoria no nível de vida da população.

Outra atividade de destaque foi a parceria estabelecida com a Universidade Católica de Pelotas (UCPel) para realizar um levantamento epidemiológico da doença de Chagas na região sul do Estado. Os universitários de medicina realizaram exames médicos e recolheram amostras sanguíneas para a obtenção desses dados sobre a população local.

No entanto, uma das Operações Especiais que ganhou grande notoriedade, em 1972, foi a Operação Arquivo - I, uma iniciativa da Comissão de História do Exército, que buscava realizar uma pesquisa das condições e da localização de todos os arquivos públicos e privados em âmbito nacional. A principal justificativa para o empreendimento era:

O interesse em se fazer no Brasil uma História realmente científica, metodologicamente enfocada, partindo das partes para o todo, tem encontrado barreiras nos problemas criados pela necessidade de pesquisa documental e conhecimento dos arquivos. Uma História do Brasil, partindo de municípios, passando ao Estado, à região, para se chegar à síntese Nacional, torna-se cada dia necessária.<sup>396</sup>

A iniciativa era reflexo do projeto ideológico da ditadura civil-militar que também pretendia criar as bases para uma produção historiográfica de acordo com os seus interesses por meio da “formação de uma mentalidade em nossa juventude, voltada para a pesquisa histórica.”<sup>397</sup> Os militares alegavam que a História do Brasil se baseava em princípios marxistas. Por isso, acreditavam ser também sua função elaborar uma nova narrativa para a História do país.

A Comissão de História do Exército buscou o apoio do Projeto Rondon, pois, além de poder utilizar os universitários como mão de obra, era uma forma de aproximá-los dos seus ideais. A primeira etapa do projeto foi a realização de um curso de pesquisa histórica para professores universitários de História e Biblioteconomia de quatorze estados, que

---

<sup>396</sup> Levantamento da situação atual da Operação Arquivo – I. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/d, identificador: 00574842 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1972.

<sup>397</sup> Relatório da 1ª fase da Operação Arquivo- I. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014286SOS, identificador: 00714330 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1972.

seriam os orientadores da pesquisa que seria feita pelos universitários. Desse modo, a Operação Arquivo ocorreu de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Comissão de História do Exército.

A primeira fase da Operação Arquivo, que teve início em janeiro de 1972, consistiu na produção de um inventário das fontes que poderiam ser utilizadas para a pesquisa da História nacional. Os universitários deveriam realizar um levantamento de dados com a localização e a natureza do acervo, além de descrever as condições locais e o estado de conservação das fontes. Além disso, os rondonistas tinham a tarefa de conscientizar os responsáveis dos arquivos da importância de organização, recuperar e conservar os acervos.

Os primeiros resultados do trabalho foram divulgados em outubro de 1972. Até aquele momento, tinham sido inventariados 544 arquivos em mais de 200 municípios, localizados em 14 estados e o Distrito Federal. Em 1975, os rondonistas já tinham catalogado 5.540 arquivos em 702 municípios. Os três anos da Operação Arquivo contou com a participação de 1.395 universitários.<sup>398</sup>

Inicialmente, o trabalho contou com a participação de estudantes de História e Biblioteconomia, áreas marginalizadas nas operações do Projeto Rondon. Com a extensão da Operação Arquivo, universitários de outras áreas foram inseridos. Desse modo, era possível aproveitar a atuação de participantes de Operações Nacionais ou Regionais na busca de acervos em diversos lugares do país.

A ideia de se produzir uma nova História nacional logo gerou desdobramentos. Ainda em 1972, ocorreu a Operação Pirajá, na Bahia. O objetivo foi realizar uma pesquisa bibliográfica sobre o processo de independência do Brasil, com ênfase na Bahia, e a memória da população local sobre o papel de Pirajá neste processo histórico.

Após o trabalho realizado, a equipe constatou que a população conhecia pouco sobre a história de Pirajá na guerra pela independência do Brasil, que ocorreu na Bahia. Além disso, foram encontrados poucas fontes e estudos bibliográficos sobre esse tema. Por isso, o relatório entregue à Coordenação Estadual apresenta um relato histórico sobre o processo de independência do Brasil, com ênfase nos acontecimentos que ocorreram na Bahia.

Foi em Pirajá que ocorreu a batalha decisiva entre as forças portuguesas e o Exército Pacificador, no dia 8 de novembro de 1823, pois resultou na vitória do projeto

---

<sup>398</sup> Idem.

de independência do Brasil. Para a equipe, esse episódio “[...] constitui-se num marco da nacionalidade brasileira.”<sup>399</sup> O argumento apresentado pelos estudantes foi

[...] que, em Pirajá, os interesses divergentes, as separações étnicas, as distinções sociais e, os contrastes políticos, apequenam-se em função de um ponto em comum: expulsão do dominador estrangeiro do solo pátrio. Não afirmariamos aqui, que a nacionalidade brasileira nasceu em Pirajá, isso seria ir de encontro ao processo histórico nacional, mas inegável é, que, em Pirajá mais um passo foi dado no caminho da brasilidade nacional. Em Pirajá, é o povo brasileiro que luta, são brancos, índios, pretos e pardos, diferentes entre si, mas iguais no sentido do nacional, ‘na intransigência, na perseverante e destemerosa defesa da soberania brasileira.’<sup>400</sup>

De acordo com a equipe, a Batalha de Pirajá possuía uma grande importância histórica na conquista definitiva da independência do Brasil. Além disso, esse episódio foi considerado um importante marco na construção da identidade nacional, visto que contou com a participação de diferentes grupos étnicos e sociais, que teriam “superado” as diferenças para lutar por um bem maior: a libertação do Brasil da dominação de Portugal.

Essa narrativa foi ao encontro dos interesses militares que propunham a construção de uma nova História do Brasil, em que dominasse o discurso de unidade social em prol dos interesses da nação. Essa perspectiva representava o projeto ideológico da ditadura civil-militar que, desde 1964, buscou eliminar o dissenso no meio social, principalmente, por meio da repressão e perseguição aos opositores do regime.

Para os universitários, a Batalha de Pirajá era um divisor de águas na História do Brasil, pois contribuiu para a “[...] formação das forças armadas brasileiras e na formação do espírito de nacionalidade, na integração racial, na integridade territorial e unidade espiritual.”<sup>401</sup> Por isso, a proposta da equipe era transformar o local em Parque Histórico Nacional.

Ainda no contexto das comemorações do Sesquicentenário da Independência, o Projeto Rondon em parceria com a Universidade Federal Rural de Pernambuco lançou a Operação Especial Tiradentes, que ocorreu entre os dias 17 e 21 de abril. A Operação contou com a participação de 75 universitários de diversas especialidades das universidades de Recife.

---

<sup>399</sup> Relatório da Operação Especial Pirajá. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014286SOS, identificador: 00666984 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1972.

<sup>400</sup> Idem.

<sup>401</sup> Idem.

Na Operação Tiradentes, os universitários da área médico-odontológica realizaram consultas, abreuografias, extrações e obturações dentárias. No que diz respeito às atividades educacionais, estudantes de outras especialidades realizaram “[...] palestras cívicas cujos temas versaram sobre Independência do Brasil, Uso de Drogas e Entorpecentes, entre outros.”<sup>402</sup>

O nome da Operação fazia alusão a Tiradentes, um dos participantes da Conjuração Mineira (1789), movimento que refletiu a insatisfação das elites de Vila Rica em relação ao aumento da exploração colonial e que propunha a independência de Minas Gerais e de regiões próximas. Tiradentes foi o único dos conspiradores/conjurados a receber a pena capital, os demais participantes tiveram a punição alterada para o degredo na África.

A figura de Tiradentes foi resgatada pelo movimento republicano, que surgiu na segunda metade do século XIX. No entanto, sua figura foi ressignificada, passando a ser considerado um herói cívico que lutou pela independência, não apenas de uma única região, mas de todo o Brasil, e em defesa da República. Desse modo, Tiradentes se tornou um dos símbolos republicanos no Brasil.

Durante as comemorações do Sesquicentenário, houve a associação entre as figuras de Tiradentes e D. Pedro I, com base na ideia de que ambos lutaram pelo mesmo ideal: a independência do Brasil. O objetivo era

[...] realçar os aspectos comuns entre as figuras históricas e fazer disso a base das comemorações, silenciando a respeito dos contrastes. Tiradentes era, portanto, de acordo com a *história oficial* que se rememorava, um precursor. Sua luta inspiraria os que viriam depois dele, até que chegaria d. Pedro., o português, capaz de fazer a independência à brasileira, em grandes rupturas, preservando os laços com a antiga metrópole.<sup>403</sup>

Para incentivar a continuidade das Operações Especiais a coordenação geral elaborou um documento com diretrizes gerais. Qualquer nível de coordenação poderia executá-las, mas as normas estabelecidas deveriam ser atendidas. Nos convênios estabelecidos, deveria ser acrescida uma taxa administrativa de, no mínimo 10 %, dada a natureza do programa.

---

<sup>402</sup>Relatório Operação Especial Tiradentes. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014286SOS, identificador: 00659729 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1972.

<sup>403</sup> CORDEIRO, Janaína Martins. Ibid, p. 108.

Era necessário também buscar maior participação dos professores universitários para orientar as Operações Especiais. Essa medida visava garantir mais profissionalização do trabalho que seria realizado. Com relação à inscrição, a orientação era a elaboração de um fichário especial com a lista de nomes de estudantes interessados em participar, sempre que possível.

Contudo, embora a coordenação geral tenha incentivado esta modalidade de operações, houve o alerta para evitar o seu excesso. O temor era que a realização de inúmeras Operações Especiais gerasse a saturação e o desgaste do Projeto Rondon tanto para as populações e localidades assistidas quanto para os parceiros públicos e privados que forneciam recursos.

As Coordenações Regionais, Estaduais e Subcoordenações possuíam autonomia para escolher o tipo de trabalho que seria realizado, mas, a Coordenação Geral estabeleceu algumas sugestões de ações que poderiam ser executadas. Como essa modalidade visava obter a participação de estudantes das áreas “marginalizadas” pelo Projeto Rondon, as sugestões, em geral, foram direcionadas à pesquisa.

Os estudantes poderiam realizar a pesquisa sobre bibliotecas, fortes brasileiros, integração nacional, ritmos brasileiros, culinária, bebidas, arte e artesanato. Foi sugerido também que houvesse estudos sobre os “tipos brasileiros”, com o gaúcho, o seringueiro, o garimpeiro, o jangadeiro, o plantador de cacau, fumo ou cana de açúcar, o boiadeiro e o reideiro do nordeste, além de pesquisas antropológicas e etnológicas em relação aos indígenas.<sup>404</sup>

O documento também orientou a realização de um trabalho com maior profundidade em relação à área de educação física. Para a Coordenação Geral, era necessário levar essa atividade ao interior do país. E, por isso, além do incentivo, também apresentou um plano de atuação para uma possível operação especial exclusivamente da área de educação física.

A grande receptividade em relação às Operações Especiais contribuiu para torná-las atividades permanentes nos anos seguintes. Essa modalidade de ação permitia que estudantes de áreas do conhecimento que não eram muito contempladas nas operações nacionais e regionais, como história, sociologia, museologia e biblioteconomia, tivessem a oportunidade de participar do Projeto Rondon.

---

<sup>404</sup> Diretrizes para a Operação Especial. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014287SOS, identificador: 00601223 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1972.

## Capítulo 5 – A extensão da viagem

*O estudante que passa as férias no Projeto Rondon adquire uma bagagem de conhecimentos que poderá ser útil para toda sua vida. Seria bom que o Projeto pudesse atuar o ano inteiro, com os estudantes fazendo rodízio, a fim de que todos tivessem essa oportunidade fantástica.*<sup>405</sup>

*O Projeto Rondon participa da Integração Nacional, levando às mais diversas regiões do Brasil, a mensagem do dinamismo jovem, o embasamento cultural científico para a aplicação nas comunidades menos desenvolvidas, a fim de promovê-las a um mesmo denominador comum de desenvolvimento. [...]Projeto Rondon identificou-se com os interesses da Integração Nacional, que é parte integrante da política governamental.*<sup>406</sup>

A integração nacional foi um dos pilares do projeto ideológico defendido pela ditadura civil-militar. Contudo, esta ideia não era nova, visto que desde o século XIX, principalmente após a ameaça de fragmentação territorial que ocorreu durante o Período Regencial (1831-1840), grupos políticos defenderam a construção de uma identidade nacional pautada no discurso de integrar as regiões para garantir o desenvolvimento e progresso da nação.

Integrar o Brasil representava ocupar regiões caracterizadas por uma grande ausência do poder público e menor densidade populacional. Nesse sentido, a preocupação com relação à Amazônia tinha a sua origem em tempos mais remotos, precisamente no período colonial, quando a Coroa portuguesa passou incentivar expedições que desbravassem e garantissem a ocupação da região.

Por isso, vários governos ao longo dos séculos elaboraram diferentes projetos com o objetivo de ocupar e integrar a região aos seus interesses. A grande preocupação para vários governos foi que “[...]havia riscos de o Brasil perder este vasto território ou não

---

<sup>405</sup> “As férias nem tão vazias”. In: Jornal do Brasil, 26 fev. 1969, reportagem de capa.

<sup>406</sup> Treinamento de universitários para o PRo XI. Ibid.

conseguir explorar adequadamente as riquezas que se acreditava estarem presentes de modo incontável na região.”<sup>407</sup>

A primeira iniciativa em relação ao projeto de integração nacional que ocorreu durante o Brasil Republicano foi durante a Era Vargas (1930-1945). Em 1940, o governo Vargas lançou a chamada “Marcha para o Oeste” com o intuito de promover integração territorial do país durante a festa de inauguração da cidade de Goiânia.

Neste mesmo ano foi publicado o livro “Marcha para o Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil”, de Cassiano Ricardo. Segundo Luciana Silva e Giuslane Silva, a obra teve como proposta

[...] apresentar um projeto de nação e os caminhos para a execução deste projeto, tendo a frente um governo forte, liderado por um chefe dotado de qualidades semelhantes as dos “cabos-de-tropas” que comandavam as bandeiras [...].<sup>408</sup>

O livro de Cassiano Ricardo teve um papel importante na validação do projeto “Marcha para o Oeste”, pois possuía um discurso nacionalista e defensor da construção de uma identidade nacional, além de atestar a centralização política do governo Vargas. O autor também buscou ressignificar a figura do bandeirante, alçando-o ao papel de desbravador do Brasil e responsável pela integração nacional.

Segundo Cassiano Ricardo, o sucesso das bandeiras foi a capacidade de unificar a atuação de três raças, branco, negro e índio, em prol do bem comum. Defensor do mito da democracia racial, o autor propunha que esta aliança ocorreu de forma relativamente pacífica, sem confrontos ou ódio.<sup>409</sup> De acordo com essa perspectiva, esta união resultou na figura do brasileiro.

A “Marcha para o Oeste” foi caracterizada pelo incentivo governamental à migração para a ocupação de terras no sul do Mato Grosso, Goiás e a região Amazônica, a criação ou extensão de ferroviárias, e colônias agrícolas. Houve a formação dos territórios federais denominados, inicialmente, de Amapá, Rio Branco, Guaporé, Iguazu e Ponta Porã, em 1943. Isso demonstra que o projeto de integração nacional estava vinculado às políticas de povoamento e ao mito de democracia racial.

---

<sup>407</sup> SOUZA, César Augusto Martins de. A estrada invisível: memórias da Transamazônica. Tese de Doutorado em História. Niterói-RJ: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2009, p. 34.

<sup>408</sup> SILVA, Luciana Coelho Gama da; SILVA, Giuslane Francisca. Cassiano Ricardo – Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil. In: Humanidades em Contexto, 2014, Cuiabá-MT. Humanidades em contexto: saberes e interpretações, 2014.

<sup>409</sup> Idem.

Dessa forma, a integração do país era um elemento fundamental no projeto ideológico do governo Vargas. No discurso proferido em 1940, Vargas defendeu que

[...] *o verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao Oeste*. Para bem esclarecer a ideia, devo dizer-vos que o Brasil, politicamente, é uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa do seu território. Considerando- a uma unidade indivisível, nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo desta terra, que é o sangue e a carne do seu corpo. [...]  
Deste modo, o programa de “Rumo ao Oeste” é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes, e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover esta arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas.<sup>410</sup>

Em seu discurso, Vargas também defendeu a ideia da existência de “vazios demográficos” no país como mais uma justificativa para o programa de integração. No entanto, essas áreas possuíam populações. Ou seja, não estavam vazias. Na perspectiva do governo, no entanto, como aponta Maria Veronica Secreto,

O campo deveria atender às necessidades que a nova regulação econômica exigia. Planejou-se a consolidação de uma ampla base urbana e fabril. A partir das cidades, se conquistaria o campo. O litoral marcharia para o sertão.<sup>411</sup>

Desse modo, diante do processo de modernização e industrialização, o campo seria incorporado de acordo com os interesses da ditadura do Estado Novo. Os homens e as mulheres do campo passaram a ocupar “[...] um espaço nobre, não como agente participativo, mas como imagem a ser construída e apropriada pelo conjunto da nação.”<sup>412</sup> Esse projeto deu origem a uma *incorporação imaginária* do trabalhador rural.<sup>413</sup>

A “Marcha para o Oeste” era um processo que para ser bem-sucedido deveria mobilizar um grande contingente populacional. Por isso, a ditadura do Estado Novo buscou criar uma série de mecanismos, como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) com o intuito de difundir na opinião pública os valores e os ideais do regime.

---

<sup>410</sup> Discurso de Getúlio Vargas. In: VELHO, OG. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. 243 p. ISBN: 978- 85-99662-92-2. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>, p. 138.

<sup>411</sup> SECRETO, Maria Verônica. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 40, julho-dezembro de 2007, p. 117.

<sup>412</sup> LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 124.

<sup>413</sup> Idem.

Para o projeto político- ideológico da ditadura do Estado Novo,

[...] o campo, com o seu homem tradicional, passa a ser visto como um problema, uma questão, a do obstáculo ao pleno desenvolvimento do conjunto do país. Para os homens que assumem o poder na década de 1930, o desenvolvimento é sinônimo de indústria, de população bem alimentada, saudável e de erradicação do analfabetismo e de endemias. [...] Ora, neste contexto surge uma *questão*: como fazer o campo brasileiro ajudar e participar do desenvolvimento nacional?<sup>414</sup>

Na década de 1950, a ampliação do processo de industrialização e o grande êxodo rural aprofundaram as transformações nas relações entre o campo e a cidade. Nesse contexto houve a retomada do tema da transferência da capital para o interior<sup>415</sup>, visto como uma medida extremamente necessária para a integração do país e a “ocupação efetiva do território”.

Foi no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) que este projeto se consolidou, a partir da criação de Brasília. A construção da capital do país simbolizava, para além da integração, a modernização do país. Simultaneamente a este processo, houve o grande incentivo à criação de inúmeras rodovias, que teriam o papel de ligar a nova capital a outras regiões do país.

A construção de Brasília também tinha o objetivo de levar o desenvolvimento para o interior do país e possibilitar a fixação da mão de obra, visto que o grande êxodo rural gerava problemas para as cidades e para o campo. Afinal, as cidades não possuíam uma infraestrutura para continuar recebendo um grande contingente populacional e, no campo, o esvaziamento poderia gerar falta de mão de obra.

Contudo, o projeto de integração nacional do governo Juscelino Kubitschek não foi bem-sucedido, visto que este período foi marcado pelo aprofundamento dos problemas econômicos e sociais, inclusive no que diz respeito à desigualdade regional. Desse modo, o início da década de 1960 no Brasil foi marcado por uma grave crise econômica e por grandes embates políticos-ideológicos em relação aos projetos de desenvolvimento do país, defendido pelas esquerdas e direitas.

Com o golpe civil-militar de 1964, o novo regime buscou legitimidade em um discurso caracterizado pelo nacionalismo ufanista, especialmente, no governo Médici.

---

<sup>414</sup> Idem, p. 126.

<sup>415</sup> A Constituição de 1891 no artigo 3º, que estabeleceu uma área de 14.400 quilômetro, no planalto central, para a construção da nova capital federal. BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Diário Oficial da União, Brasília, 24 fev. 1891. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm) . Acesso em 2 abr. 2021.

Nessa conjuntura houve uma espécie de resgate da identidade brasileira construída no período da ditadura do Estado Novo (1937-1945). Muitos elementos desta concepção de nação foram utilizados pela propaganda política dos governos pós-1964. Conforme explica Carlos Fico,

[...] a valorização da mistura racial, a crença no caráter benevolente do povo, o enaltecimento do trabalho, uma certa ideia de nação – baseada nos princípios da coesão e da cooperação. Pode-se dizer, então, que essas matrizes ideológicas do Estado Novo seriam retrabalhadas pela ditadura militar.<sup>416</sup>

Esse discurso era baseado na ideia de *novo*. A ditadura civil-militar seria, dessa forma, o regime capaz de garantir o *futuro da nação*. Uma das primeiras iniciativas da ditadura, neste sentido, foi por meio da criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, uma autarquia que tinha como “objetivo principal planejar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia.”<sup>417</sup> A criação da SUDAM fazia parte do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.<sup>418</sup>

Esse plano possuía inúmeras orientações para assegurar o seu desenvolvimento, dentre os quais: a promoção de programas de pesquisa e levantamento do potencial econômico da região com o objetivo de elaborar planos de ação a longo prazo e a adoção de políticas de fixação populacional. Além da criação de polos econômicos para provocar o desenvolvimento de outras áreas.

Nessa conjuntura, a construção da rodovia Transamazônica foi uma forma de demonstrar a concretização do desse projeto de integração nacional que

[...] pretendia transferir populações do Nordeste para a Amazônia e ser o maior projeto de reassentamento já elaborado no mundo, com a transferência de cerca de cem mil famílias de uma região para outra do país, se tornando a expressão de uma suposta grandeza nacional.<sup>419</sup>

Desde sua origem, o Projeto Rondon exerceu um importante papel no projeto de integração da ditadura. Os universitários enviados para o interior do país, principalmente,

---

<sup>416</sup> FICO, Carlos. *Ibid.*, p. 34.

<sup>417</sup> BRASIL, Lei nº 5.173 de 27 out. 1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 31 out. 1966. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15173.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15173.htm)

<sup>418</sup> De acordo com a Lei nº 5.173, compreende-se a Amazônia a área abrangente dos estados do Acre, Pará, Amazonas, e partes do Mato Grosso, Goiás e Maranhão, além dos antigos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia.

<sup>419</sup> SOUZA, César Augusto Martins de. *Ibid.*

para região Amazônica não realizaram apenas ações assistencialistas, mas vários levantamentos e estudos que comprovavam o potencial econômico. Além disso, alertaram para a *ameaça* que a presença estrangeira nessas áreas representava para a soberania do país<sup>420</sup>.

Os estudantes também fizeram inúmeras críticas em relação à efemeridade das Operações, que ocorriam apenas em julho e janeiro. Para os rondonistas, era fundamental elaborar estratégias que garantissem maior durabilidade e aprofundamento das ações do Projeto Rondon. Ou seja, eram muito favoráveis à *extensão das viagens*.

### 5.1) A criação dos *Campi Avançados*

Nos diversos relatos publicados em jornais e presentes nos relatórios de atuação feitos pelos universitários que participaram das Operações I e II uma questão em comum foi a crítica ao caráter efêmero das atividades. Para os rondonistas, ações realizadas apenas nos períodos das férias não seriam capazes de solucionar os inúmeros problemas socioeconômicos enfrentados pela população brasileira.

Na visão de Gustavo Zanelli, estudante de medicina que atuou na Operação – I, ainda em 1968,

O Projeto Rondon não deve e não pode resumir-se em uma única expedição. Todos que puderem dar um pouco de seu tempo, um pouco de sua atenção para os imensos problemas daquela região, devem fazê-lo. São problemas tão grandes que não serão resolvidos em uma ou duas gerações, mas sim em várias. Se cada geração do nosso povo puder auxiliar e lutar para solucioná-los, com fatos e não com palavras, com persistência e dedicação, então uma boa parte do trabalho terá sido cumprido.<sup>421</sup>

Helio Cimino, que também participou da Operação – I, refletiu sobre a curta duração das atividades propostas pelo Projeto Rondon. Sua proposta foi a criação de programas de assistência social nas regiões visitadas, pois só o trabalho realizado nas operações configurava ações paliativas. Para ele, era

[...] necessário incrementar a assistência contínua, a fim de dar certeza, aos habitantes desassistidos, de uma nova volta, maior força de esperança para as

---

<sup>420</sup> Este tema será analisado no capítulo 7.

<sup>421</sup> “Projeto Rondon mostrou pequena dimensão da vida humana na Amazônia.” *Jornal do Brasil*, 10 mar. 1968, p. 26.

populações do interior brasileiro, que não possuem condições mínimas de sobrevivência<sup>422</sup>.

O estudante de veterinária, Donard Beno Diefenbach, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que atuou em Tabatinga, no Amazonas, reconheceu que o trabalho iniciado na Operação – I seria longo e deveria contar com a persistência dos estudantes, “para modificar a mentalidade daquele povo, para que ele possa atingir o progresso e, inclusive, os princípios básicos de condições de vida [...]”<sup>423</sup>

Uma das equipes que atuou em Rondônia na Operação – II alertou para a

[...] necessidade de que essa obra seja continuada permanentemente para se introduzir hábitos sadios e munir o homem nortista de energias suficientes para lutar contra as dificuldades da região e assim vencer, não sucumbindo, como é na maior parte dos casos.<sup>424</sup>

Para ratificar esta posição, a equipe ainda argumentou que não adiantava ensinar os habitantes a aproveitar os recursos da localidade se eles não tinham acesso aos mesmos. Desse modo, a orientação era que o trabalho realizado pelos rondonistas não deveria ser uma ação isolada. Era necessário também “[...] prover o nortista de recursos para a sua subsistência, melhorar suas condições de saúde e procurar com que ele estenda esse melhoramento para que a obra educacional encontre eco.”<sup>425</sup>

As equipes que atuaram em Cáceres, no Mato Grosso, na Operação – III relataram inúmeros desafios para a realização da viagem e encontraram inúmeros problemas nas localidades visitadas. No relatório de atuação, alertaram que era fundamental

[...] dar atendimento contínuo à população necessitada que de fato produza frutos com a eliminação gradativa das moléstias que ora afligem permitindo assim um desenvolvimento racional da região em questão.<sup>426</sup>

Por isso, declararam que “Todos concordamos que é ponto passivo de discussão que o Projeto Rondon nunca conseguirá sanear uma região pelo modo intermitente com que funciona, modo este devido unicamente ao calendário escolar.”<sup>427</sup> Além disso,

---

<sup>422</sup> Idem.

<sup>423</sup> “Gaúchos encontraram forte disposição para o progresso.” *Jornal do Brasil*, 10 mar. 1968, p. 27.

<sup>424</sup> Relatório de atuação em Rondônia: Operação Regional PRo II. *Ibid.*

<sup>425</sup> Idem.

<sup>426</sup> Relatório de atuação em Cáceres: Operação Regional PRo III. *Ibid.*

<sup>427</sup> Idem.

defendiam que o programa não ocorresse apenas no período de férias escolares, mas ao longo de todo ano.

Dessa forma,

Em relatórios dos participantes surgiram críticas sobre a atuação, apontando como os dois maiores defeitos, a descontinuidade e a falta de um desempenho técnico de maior alcance. A atuação interrompida e paliativa não mais satisfazia às expectativas dos universitários. Foi sugerida uma forma de atuação permanente.<sup>428</sup>

Para a equipe de educação de Ribeirão Preto que atuou em Cuiabá, nos meses de janeiro e fevereiro de 1969, o Projeto Rondon valia muito a pena, pois levou “[...] auxílio, assistência e socorro às populações de lugares longínquos do Brasil.” Contudo, ressaltou que do modo como as atividades estavam sendo conduzidas não trariam efeitos reais e de longo prazo visto que o tempo de duração da viagem era curto. De acordo com esta perspectiva

Seria necessário um espaço de tempo maior para se conseguir êxito. Uma medida certa do Governo seria convocar todo Universitário que se forma em Medicina, Farmácia, Odontologia, Agronomia, Engenharia, etc, em fim de todas as profissões, esparramá-los por estes vastos rincões de nossa terra por um período de 12 a 24 meses ou mais. Com essa medida, muita coisa seria feita em prol de nossos irmãos menos favorecidos e poderíamos começar a dizer: Estamos acabando com as doenças, o analfabetismo, a fome e tornando esse vasto território no futuro do mundo.<sup>429</sup>

As críticas dos rondonistas à efemeridade das ações realizadas nas operações ocorreram em um momento marcado pela retomada da discussão sobre a reforma universitária no Brasil. Em julho de 1968, o governo instituiu a criação de um grupo de trabalho (GT) para discutir a reforma nas universidades.<sup>430</sup> O grupo seria composto por 11 membros que foram designados pelo presidente Costa e Silva. Pelo decreto, o Congresso tinha o direito de indicar um representante para integrar o GT.

---

<sup>428</sup> Dossiê para a implantação de *Campi* Avançado. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB000210000096SOS, identificador: 00403472 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1969.

<sup>429</sup> Relatório de atuação do grupo de Ribeirão Preto: Operação Regional P<sup>RO</sup> III. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014203SOS, identificador: 00571215 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1969.

<sup>430</sup>BRASIL, Decreto nº 62.937 de 02 jul. 1968. Dispõe sobre a instituição de grupo de trabalho para promover a reforma universitária e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 jul. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62937-2-julho-1968-404810-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 29 mar. 2021.

O grupo, composto de forma heterogênea<sup>431</sup>, reuniu “[...] pessoas de formação filosófica idealista e economistas tecnicistas”, o que contribuiu para o surgimento de uma “concepção dual de universidade”<sup>432</sup>. Desse modo, de um lado, a universidade foi definida como “uma obra de espírito”, sendo considerada a “expressão da racionalidade criadora e crítica”<sup>433</sup>.

Por outro lado, foi definida como elemento essencial para o processo de desenvolvimento do país ao promover a formação de universitários capazes de atender cada vez mais as demandas do mercado de trabalho.<sup>434</sup> Desse modo, para conciliar o idealismo e o tecnicismo, os membros do GT definiram que a função da universidade seria impulsionar o desenvolvimento ao ser considerada a “liderança espiritual” desse processo.

A lei que instituiu a reforma universitária estabeleceu o vínculo indissociável entre o ensino, a pesquisa e a extensão. No que diz respeito a este último tópico, a lei determinou que “As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes.”<sup>435</sup>

Atividades de extensão universitária já eram realizadas, no Brasil, por meio de projetos de integração das universidades nas comunidades, como o Projeto Rondon e os CRUTACs, que estavam passando por um processo de ampliação no início da década de 1970.<sup>436</sup> Nesse mesmo período, foi criado o Projeto Integração Escola-Empresa – Governo como programa prioritário, visto que

---

<sup>431</sup> O GT responsável por discutir a reforma universitária foi composto pelo Ministro da Educação, Tarso Dutra; pelo professor da UFRJ e presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, Padre Fernando Bastos D’Ávila, pelo vice-reitor da PUC/RJ e assessor da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas; pelo reitor da UEG, João Lyra Filho; pelo João Paulo dos Reis Velloso, que meses depois se tornou Ministro do Planejamento; pelo representante do Ministro da Fazenda, Fernando Ribeiro do Val; pelo catedrático da Universidade de São Paulo, Roque Spencer Maciel de Barros; pelos membros do Conselho Federal de Educação, Newton Sucupira e Valnir Chagas; pelo deputado federal Paraná Haroldo Leon Perez, pelo presidente do DCE da PUC/RJ, João Carlos Moreira Bessa e pelo aluno da Escola de Engenharia da URFJ, Paulo Bessa. Contudo, os estudantes se recusaram a participar do grupo, pois houve grandes críticas em relação à escolha dos nomes.

<sup>432</sup> CUNHA, Luiz Antônio. *Ibid.*, p. 242.

<sup>433</sup> *Idem.*

<sup>434</sup> *Idem.*

<sup>435</sup> BRASIL, Lei nº 5.540 de 28 nov. 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 29 nov. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 29 mar. 2021.

<sup>436</sup> Plano de trabalho de extensão universitária. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100011496SOS, identificador: 00347304 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1968.

O Projeto nasceu como consequência do crescimento rápido da economia, que se traduz por uma demanda acirrada de pessoal qualificado, tendo em vista o crescente desenvolvimento tecnológico que, aliado à aceleração da mobilidade social, está a exigir a expansão do ensino. Desencadeado este processo de novas demandas sociais, caberá à Universidade satisfazê-las sob a orientação do Governo, e às empresas, sua execução, para que o processo leve a um real desenvolvimento social e tecnológico.<sup>437</sup>

Diante desse cenário, marcado pelo interesse em ampliar as atividades do Projeto Rondon e a extensão universitária, surgiu a ideia do *campus* avançado. Esse novo programa foi definido como extensão

[...] das Universidade brasileiras destinadas a, através da prestação orientada de serviços, propiciar aos universitários do Brasil um aprendizado direto, em contato com a realidade nacional em seus múltiplos e complexos problemas, interiorizando o ensino universitário e a tecnologia.<sup>438</sup>

A proposta foi que a implantação do *campus* avançado ocorresse sob forma de convênios estabelecidos entre as universidades e o Ministério do Interior, por meio da mediação do Projeto Rondon. Desse modo, as universidades seriam responsáveis por dirigir e orientar o *campus*, mas a coordenação seria realizada pelo Projeto Rondon.

A presença do Projeto Rondon seria relativamente momentânea, pois na medida em que a iniciativa gerasse resultados positivos, progressivamente, haveria a diminuição da atuação dos rondonistas. Depois, a universidade se tornaria totalmente responsável pelo funcionamento do *campus*.

Foi estabelecido que os únicos membros permanentes seriam o diretor, o administrador e o adjunto, todos vinculados à universidade sede. Um dos três membros permanentes deveria constituir, junto com seu cônjuge, o “casal líder” que tinha o papel de garantir o estreito convívio com os estagiários. Desse modo, a ideia era criar uma relação séria pautada no sentido de família.

Os demais membros que atuariam na parte administrativa e deveriam ser escolhidos na região em que fosse estabelecido o *campus* avançado. A orientação era que só fossem admitidos funcionários estritamente indispensáveis ao funcionamento do programa. Desse modo, a maior parte do trabalho seria realizado por grupos que, mensalmente, se revezariam para atuar no *campus*.

---

<sup>437</sup> TOMELIN, Mário. Identificação do Projeto Integração Escola/Empresa/ Governo. In: Escola / Empresa A qualificação pelo estágio. Publicação do DAU em convênio com o Instituto Euvaldo Lodi/ PR. Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Assuntos Universitários, 1979, p. 7.

<sup>438</sup> Dossiê para a implantação de *Campi* Avançado. Ibid.

O trabalho desenvolvido deveria estar alinhado às diretrizes governamentais e autoridades locais. Através da pesquisa, do planejamento e da execução de projetos, os *campi* se tornariam “[...] verdadeiras assessorias técnicas e administrativas, acelerando o processo local de desenvolvimento integrado.”<sup>439</sup> Por isso, o *campus* avançado deveria se integrar às organizações governamentais e privadas existentes na localidade, sem promover serviços paralelos ou concorrentes.

Os primeiros *campi* avançados foram implantados em agosto de 1969. A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) estabeleceu um *campus* em Roraima; a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em Tefé e a Universidade Estadual da Guanabara (UEG) em Parintins, ambas cidades localizadas no Amazonas. Os três primeiros meses foram considerados uma fase experimental. Os resultados desse período seriam avaliados e, caso fossem considerados positivos, teria início, em 1970, o funcionamento normal.

Desse modo, no período experimental, os *campi* avançados funcionaram em instalações provisórias e apenas depois foram construídas sedes definitivas em locais que foram doados pelas prefeituras ou pelo governo ao Projeto Rondon. Era esperado que as prefeituras das localidades que recebessem um *campus* avançado contribuíssem para o bom funcionamento, inclusive ajudando financeiramente. No entanto, a meta do Projeto Rondon era possibilitar que os *campi* avançados se tornassem “[...]praticamente autossustentáveis por meio da rentabilidade material adquirida durante o aprendizado. O combate ao paternalismo, um dos fatores de entrave ao progresso da área será, assim por ele desenvolvido.”<sup>440</sup>

Cada *campus* desenvolveu programas de trabalho de acordo com as principais deficiências existentes na região. Em Roraima, UFSM promoveu pesquisas agropecuárias com o objetivo de melhorar a produção do gado. Para isso, o *campus* contava com uma fazenda cedida pelo governo para realizar também experimentos na agricultura.

Já a UFJF concentrou sua atuação no desenvolvimento comunitário em Tefé, através do trabalho em conjunto de estudantes de diversas especialidades. O objetivo foi unir as populações vizinhas, estabelecendo uma cooperativa mista de produção e consumo. Os estudantes também participaram da elaboração de diversos projetos de engenharia da prefeitura local.

---

<sup>439</sup> Idem.

<sup>440</sup> Idem.

Em Parintins, a atuação das equipes de estudantes da UEG se concentrou em promover a educação de base não apenas na cidade, mas em localidades vizinhas. Houve também a fundação de associações comunitárias, como o Clube de Mães e outro voltado aos jovens da região.<sup>441</sup>

Esses trabalhos iniciais realizados durante o período experimental foram considerados bem-sucedidos, o que contribuiu para a consolidação do projeto. Em 1973, já tinham sido implantados 21 *campi avançados* no país, todos localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, exceto o *campus* estabelecido na cidade de Jequitinhonha, em Minas Gerais. Em 4 anos de funcionamento, os *campi* avançados contaram com a atuação de 6.974 universitários.<sup>442</sup>

O sucesso do programa levou o MEC a incluí-lo no planejamento para o período de 1970 a 1973 no projeto denominado “Integração das Universidades nas Comunidades.” A orientação era que os *campi* avançados fossem instalados em áreas distantes das universidades e em regiões menos desenvolvidas do país. A ideia era que, inicialmente, o programa se tornasse “[...] polo de atração para o desenvolvimento de sua área sede, cujos efeitos sejam sempre os de transformá-los em polos de irradiação.”<sup>443</sup>

Nos dois primeiros anos, os locais escolhidos para a implantação dos *campi* avançados deveriam ser áreas de atuação da SUDAM, SUDENE e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro- Oeste (SUDECO), e em microrregiões relacionadas ao Programa de Ação Concentrada (PAC) do Ministério do Interior. O grande interesse em relação ao programa levou à Coordenação Geral do Projeto Rondon a criar um órgão para cuidar de todos os assuntos relativos aos *campi*, denominado de Divisão de *Campi* Avançados (DICAMPI)<sup>444</sup>. A DICAMPI ficou responsável por orientar a escolha das localidades, embora a orientação do MEC fosse que os levantamentos de dados preliminares ficassem ao encargo das universidades, sempre que possível.

Houve também a criação de um conjunto de etapas que deveriam ser seguidas para a implantação de novos *campi*. Inicialmente, seriam feitos estudos preliminares sobre a possível área de implantação. Em seguida, deveria ser realizado um diagnóstico que apresentasse os elementos necessários para a execução do programa. Nessa fase, uma

---

<sup>441</sup> Idem.

<sup>442</sup> Quadro com o número de participantes nos *campi* avançados (1969-1973). Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/d, identificador: 01029956 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1973.

<sup>443</sup> Dossiê para a implantação de *Campi* Avançado. Ibid.

<sup>444</sup> Resolução nº 1 que trata da criação da Divisão dos *Campi* Avançados. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/d, identificador: 00235819 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1970.

equipe composta por membros da universidade responsável e da DICAMPI visitaria a localidade.

Uma vez definitiva a área de implantação do *campus*, era assinado uma série de convênios para iniciar o período experimental. Ao final desse período, caso a avaliação dos trabalhos realizados fosse positiva, teria início a última etapa, caracterizada pela instalação definitiva do *campus*. Nessa fase, a DICAMPI teria o papel de auxiliar no suprimento de recursos materiais, no transporte das equipes e na supervisão dos trabalhos.<sup>445</sup>

Com relação aos universitários que fossem atuar nos *campi avançados*, a ideia era que o trabalho realizado fosse considerado um estágio curricular, inicialmente, optativo, mas prevendo que se tornasse obrigatório. As equipes eram compostas por cerca de vinte e um membros entre professores e alunos selecionados pelo grupo de trabalho da universidade. O GT também ficava responsável por elaborar o planejamento da atuação das equipes dos trabalhos que seriam realizados ao longo do ano.

O número de participantes de cada especialidade poderia variar, pois a escolha dos componentes do grupo ocorria conforme a necessidade da atuação. No entanto, havia uma regra que determinava que era indispensável a participação de, no mínimo, um estagiário de uma especialidade considerada fundamental para os interesses da população local. Dessa forma, estudantes de diversas áreas teriam a oportunidade de vivenciar esta experiência.

Era responsabilidade do GT preparar a equipe que seria enviada ao campus avançado. A primeira etapa da preparação consistia em informar aos estudantes a origem e os objetivos do programa, e a forma como os trabalhos deveriam ser conduzidos, de acordo com as particularidades de cada região. Na segunda etapa, a equipe era dividida por especialidade e, depois, eram apresentados o programa e os trabalhos em andamento.

Para garantir a continuidade do trabalho realizado, mesmo com a alternância de equipes, era fundamental a orientação dos professores e o contato com as equipes que já tinham estagiado no campus. Após o término do estágio, os universitários precisavam apresentar um relatório à universidade.

Os relatórios produzidos pelos estagiários possuíam diferenças em relação aos demais produzidos pelos participantes das operações do Projeto Rondon. Os documentos relatavam com detalhes o cotidiano, com a descrição das atividades realizadas em cada

---

<sup>445</sup> Idem.

dia de trabalho. Outro aspecto que chama atenção é com relação à ausência de críticas ou sugestões. A seção confidencial<sup>446</sup> que, em geral, esteve presente nos relatórios produzidos nas primeiras operações também não está presente nos relatórios analisados.

Uma explicação para a produção de relatórios tão detalhados reside na busca de garantir o sucesso do programa. Afinal, apresentar o registro do intenso trabalho realizado pelas equipes era uma forma de demonstrar que valia a pena investir na implantação dos *campi* avançados. Essa iniciativa renderia inúmeros resultados nas localidades e propiciaria aulas práticas para os futuros profissionais do país.

Cada universitário faria um relatório que deveria ser entregue em três vias. Uma cópia era destinada à universidade responsável pelo *campus*, pois era necessário informar o trabalho realizado para a próxima equipe continuá-lo. A segunda cópia permaneceria no arquivo organizado no *campus* e a terceira era enviada à Coordenação Geral.

Com poucos meses de funcionamento, o *Campus* Avançado de Roraima reuniu todos os relatórios produzidos em 1969 e 1979, formando uma grande coletânea. Os estudantes fizeram o registro diário das atividades realizadas na região. Além de descrever o trabalho que realizavam, alguns fizeram sugestões pontuais com o objetivo de trazer contribuições.

No relatório produzido pela equipe, composta por estudantes de serviço social da UnB, que atuou em maio de 1972, no *campus* avançado de Aragarças, há uma descrição detalhada do trabalho executado. A função principal desta equipe consistiu em visitas domiciliares e hospitalares, além da realização de uma série de reuniões com os moradores locais.

O estágio teve duração de vinte dias e, devido ao pouco tempo de duração e ao grande volume de atividades, o horário de trabalho começava às 08:00 h e se estendia até 23:00 h. O principal objetivo das reuniões era conscientizar a população da importância da vida comunitária e do trabalho em grupo para a superação dos principais problemas que assolavam a localidade.

Essa perspectiva esteve muito presente nos trabalhos realizados pelas equipes que atuavam tanto nas operações tradicionais do Projeto Rondon quanto nos *campi* avançados. O objetivo era envolver a comunidade nas atividades de modo que não parecesse que fosse um programa assistencialista.

---

<sup>446</sup> Este tema será tratado no capítulo 6.

Além disso, havia uma perspectiva de inculcar na mentalidade da população que não era função do Estado resolver todos os problemas existentes na localidade. E, por isso, caberia também aos moradores agir em prol de seus interesses. Esta era uma concepção da ditadura civil-militar e que o Projeto Rondon compactuava ao buscar disseminar este valor através das ações realizadas pelos estudantes em diversas regiões do país.

As primeiras reuniões realizadas pela equipe em Aragarças tiveram o intuito de “Selecionar a partir da percepção do grupo as situações-problemas mais significativas da população [...]” e “Esboçar com as lideranças os primeiros planos de ação para a mobilização da população local para o trabalho comunitário.”<sup>447</sup> A primeira reunião contou apenas com a participação de cinco líderes locais. As demais tiveram a participação de outros membros da comunidade.

As reuniões foram marcadas por vários momentos de tensão e discussão, pois os moradores, juntos com os membros da equipe, deveriam determinar o problema que possuía prioridade para ser solucionado. A ideia era exercitar na comunidade a prática da ação social. Depois de alguns encontros, foi encaminhado que a questão prioritária era a construção de poços comunitários.

Logo após a tomada de decisão, os rondonistas orientaram que era necessário identificar as casas que já possuíam poços completos e incompletos, e quantos moradores não possuíam poços. Depois desse levantamento, foi traçado um plano de ação junto à comunidade. O objetivo era que a partir dessa experiência a população tomasse a iniciativa para solucionar os demais problemas que existiam na região.

Outra ação realizada pela equipe foi se reunir com os alunos do MOBREAL para obter maior entrosamento com a população. Por isso, esse encontro foi caracterizado pela tentativa de maior aproximação com os estudantes através do diálogo e da escuta empática, pois houve espaços para a discussão dos problemas que mais os afligiam. Segundo o relatório, os problemas que mais preocupavam os alunos eram a falta de água potável, recreação, praça, luz e asfalto.<sup>448</sup>

Essa aproximação com os jovens tinha o objetivo de mobilizá-los para que eles pudessem atuar na localidade, incentivando a integração da população e a ação social. De

---

<sup>447</sup> Relatório de estágio da equipe de serviço social que atuou em Aragarças – Goiás. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100004343SOS, identificador: 00035232 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1972.

<sup>448</sup> Idem.

acordo com a equipe, “A vivência grupal proporcionará aos jovens maior desenvolvimento de suas potencialidades.”<sup>449</sup>

Na perspectiva da equipe, o estágio não visou apenas

[...] uma capacitação das alunas de Serviço Social, mas também um Desenvolvimento Comunitário em Aragarças – GO, isto é, estimular a população na organização individual, grupal e comunitária, como também melhorar as condições de saúde da população na medida do possível através de programas de educação alimentar.<sup>450</sup>

No que diz respeito à autoavaliação da equipe, houve uma impressão positiva, ainda que o estágio tenha durado pouco tempo. Para os estudantes, a experiência abriu portas para o trabalho que seria realizado pelas equipes posteriores e iniciou a conscientização da população sobre a importância da ação comunitária.

Na avaliação feita por uma das componentes da equipe, o

[...] o trabalho deu-me uma gratificação imensa, pois através dele pude sentir-me como um verdadeiro profissional, o mesmo exigia de nós sempre o melhor e sendo assim tínhamos que raciocinar bastante, pois também tínhamos em mente que jamais poderíamos fracassar e sendo assim tínhamos que lutar até o fim. Com isso não estou querendo dizer que a luta acabou, mas para mim tenho que aguardar a minha nova oportunidade para entrar na batalha.<sup>451</sup>

A criação dos *campi* avançados colocava as universidades e os estudantes em um papel de destaque no projeto de desenvolvimento e integração nacional defendido pela ditadura civil-militar. Afinal, a instalação de um campus deveria ocorrer, a princípio, em um local carente de infraestrutura, visto que sua função principal era garantir os meios necessários, que garantisse “[...] à área meios de ampliar a condição de polo natural de atração de recursos humanos, técnicos e financeiros, para em seguida, torná-la polo irradiador desses mesmos recursos.”<sup>452</sup>

As atividades promovidas pelo campus também tinham o intuito de engajar a população local com o objetivo de inseri-la no processo de desenvolvimento por meio da atuação dos habitantes. Além disso, criar lideranças locais que se tornassem responsáveis por propagar esses ideais, garantindo a perenidade do projeto. Dessa forma, a

---

<sup>449</sup> Idem.

<sup>450</sup> Idem.

<sup>451</sup> Idem.

<sup>452</sup> Resolução nº 1 que trata da criação da Divisão dos Campi Avançados. Ibid.

universidade adotava uma parcela de responsabilidade no desenvolvimento nacional e propiciava a oportunidade de um ensino prático, por meio do contato dos estudantes com a realidade socioeconômica do país.

## **5.2) Convênios e recursos para o Projeto Rondon**

O aumento do interesse dos universitários levou ao crescimento do programa. Como foi visto, novas modalidades de operações foram criadas para atender a demanda dos estudantes e para o aproveitamento da mão de obra. Contudo, para realizar inúmeras atividades em diversas regiões do país era necessário deslocar um grande contingente de universitários em pouco tempo. Além disso, era fundamental garantir os recursos necessários para a realização das atividades, bem como os alojamentos e a alimentação para os rondonistas.

Desse modo, a expansão das ações do Projeto Rondon ocorreu, principalmente, através do estabelecimento de convênios e parcerias com poder público, como prefeituras e órgãos, além do setor privado. Com o passar dos anos, isso levou os universitários a realizarem atividades de outras naturezas, para além das ações sociais.

Como já foi mencionado, as primeiras operações foram marcadas pelo assistencialismo. As ações médico-odontológicas foram consideradas prioritárias, mas faltavam materiais essenciais para esses atendimentos, como remédios e vacinas. Em vários relatórios produzidos pelos estudantes, esta questão foi levantada, inclusive com base em relatos dramáticos de inúmeras experiências vividas nas operações.

Para solucionar este problema, a curto prazo, uma estratégia adotada foi a busca de doações. Na Operação I, realizada em janeiro de 1968, milhares de medicamentos utilizados por equipes que atuaram na Amazônia, como vacinas e antibióticos, foram obtidos em laboratórios particulares.<sup>453</sup>

No entanto, mesmo com a falta de recursos, houve aumento da participação de universitários. Mais universitários participando das operações representava maiores possibilidades de realização de ações que atendessem às necessidades básicas da população, como os atendimentos médico-odontológicos. Por isso, era fundamental obter recursos necessários para a realização do trabalho das equipes.

---

<sup>453</sup> “Projeto Rondon prepara-se para distribuir na Amazônia outros 389 universitários.” *Jornal do Brasil*, 12 jan. 1968, p. 17.

As prefeituras também passaram a ter um papel importante no processo de ampliação das atividades do Projeto Rondon. Devido à grande procura de estudantes para participar da Operação – II, prefeituras de estados da região Sudeste mobilizaram recursos para garantir a atuação dos rondonistas em suas localidades. No estado do Rio de Janeiro, vinte e oito prefeitos “[...] colocaram recursos municipais e de instituições particulares à disposição dos universitários [...], comprometendo-se a fornecer-lhes alimentação, hospedagem e transporte.”<sup>454</sup>

Outra forma utilizada para obter recursos foi obter o apoio de empresários ao programa. Em 1972, sete grupos de empresários paulistas doaram ao FUNRONDON a quantia de Cr\$ 727.132,00. A ação foi considerada uma expressão do “espírito público e patriotismo”. Para o ministro do Interior, Costa Cavalcanti, a ajuda dos empresários representava “um interesse mais ou menos recíproco porque o trabalho dos estudantes irá refletir-se na abertura de novos mercados para a indústria nacional.”<sup>455</sup>

Além do pedido de doações de empresas, a Coordenação Geral do Projeto Rondon colocou à disposição dos setores público e privado os “serviços” realizados pelos universitários.<sup>456</sup> Isso contribuiu para o surgimento de convênios caracterizados pela prestação de serviços de estudantes por meio da tutela do Projeto Rondon.

Foi determinado que os convênios estabelecidos deveriam atender o objetivo do programa de “[...] engajar os universitários na elaboração ou execução de tarefas que exijam a utilização de sua capacidade profissional, oferecendo, ao mesmo tempo, a oportunidade de travarem conhecimento com os diferentes órgãos federais, estaduais e municipais.”<sup>457</sup>

Desse modo, os convênios deveriam ser compatíveis com os objetivos do Projeto Rondon, visto que era fundamental “[...] não perder de vista o melhor e mais eficaz emprego de mão de obra universitária durante as operações de férias em favor da obtenção de recursos provenientes dos órgãos convenientes.”<sup>458</sup> Para garantir que essa diretriz fosse cumprida foi estabelecido que a coordenação geral avaliaria todas as propostas de convênios que deveriam ser enviadas pelas coordenações regionais.

---

<sup>454</sup> “Projeto Rondon obtém de 28 prefeitos do Estado do Rio recursos para sua campanha.” *Jornal do Brasil*, 15 jun. 1968, p. 14.

<sup>455</sup> “S. Paulo arrecada entre os empresários Cr\$ 727 mil de ajuda ao Projeto Rondon.” In: *Jornal do Brasil*, 11 jan. 1972, p. 28.

<sup>456</sup> “Estado do Rio leva Rondon ao interior”. *Jornal do Brasil*, 14 jul. 1968, p. 14.

<sup>457</sup> Relatório do II Encontro dos coordenadores regionais: Diretrizes gerais para o PRO – X. *Ibid.*

<sup>458</sup> *Idem.*

Os convênios se tornaram uma prática muito comum a partir de 1969, pois traziam benefícios para o Projeto Rondon, que conseguia mobilizar mais estudantes, e para os órgãos ou empresas conveniadas, que adquiriam mão de obra qualificada sem muitos gastos. Nesse mesmo ano, o Serviço Nacional de Municípios de Goiás assinou um acordo com o programa que deveria selecionar participantes para um curso intensivo para monitores.

O objetivo era que os monitores fossem responsáveis para “orientar a preparação dos universitários de Economia, Administração, direitos e Estatística, que atuarão nos municípios brasileiros a serem atingidos pelas próximas operações do PROJETO RONDON /5 [...]”<sup>459</sup> A orientação era que o curso fosse simples e objetivo, pois

[...] não se trata de preparar técnicos em administração municipal e sim de levar às prefeituras municipais as informações necessárias para a melhoria de seus serviços, e, sobretudo, indicando-lhes: os meios e apoios que os órgãos dos governos estaduais e federal poderão lhes dar; divulgando as atividades que o Serviço Nacional dos Municípios (SENAM) desenvolve, fornecendo-lhes documentos básicos de uma Administração Municipal, tais como a legislação vigente, modelos de códigos, estatutos, etc., e prestando os esclarecimentos necessários sobre eles.<sup>460</sup>

Além da seleção dos candidatos, caberia ao Projeto Rondon a hospedagem e alimentação dos monitores em Goiânia, e o transporte até o município de Inhumas. O Serviço Nacional de Municípios, ficaria responsável por coordenar e executar o curso, “[...] providenciando local de trabalho, material necessário, arregimentação e pagamento dos professores, elaboração das apostilas das aulas ministradas, [...]”<sup>461</sup>

Além de possibilitar novas atividades para atrair os estudantes ao Projeto Rondon, eles passaram também a realizar tarefas extremamente específicas, o que atendia aos interesses de alunos que cursavam graduações que eram mais difíceis de serem escolhidas nas seleções. Muitos municípios buscaram assinar convênios com o Projeto Rondon para tentar sanar deficiências específicas através da utilização da mão de obra universitária.

Essa foi uma estratégia também utilizada para garantir o sucesso dos *campi* avançados. A constatação de graves problemas de infraestrutura nas áreas escolhidas para a implantação dos *campi* contribuiu para que o Projeto Rondon estabelecesse convênios

---

<sup>459</sup> Termo de acordo entre o Serviço Nacional dos Municípios e o Grupo de Trabalho Projeto Rondon. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/d, identificador: 00203188 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1969.

<sup>460</sup> Idem.

<sup>461</sup> Idem.

com órgãos federais com o intuito de garantir o plano de integração e desenvolvimento estabelecido pela ditadura civil-militar.

Logo após o estabelecimento dos três primeiros *campi* avançados, foi estabelecido o convênio de trabalho entre o Projeto Rondon e a SUDAM. No acordo, foi determinado que a SUDAM participaria no funcionamento dos campi avançados que já tinham sido criados na região Amazônica e que sua atuação também ocorreria nos próximos a serem implantados.

O papel da SUDAM no acordo era garantir

[...] o levantamento dos recursos necessários à implantação do campus, auxílio financeiro [...] destinados a conclusão de obras, aquisição de equipamentos, manutenção dos *Campi* Avançados, Base de remanejamento de Manaus e transportes necessários.<sup>462</sup>

Ao Projeto Rondon era exigido o cumprimento integral do plano de aplicação de recursos que tinha sido apresentado. As alterações só seriam permitidas com a aprovação do Ministério do Interior e deveria ocorrer a prestação de contas dos recursos aplicados no campus. Além disso, os campi avançados também teriam o papel de colaboração nas atividades exercidas pela SUDAM na área Amazônica.

A adesão dos setores público e privado ao Projeto Rondon demonstra os esforços para dar continuidade ao programa e garantir, cada vez mais, que os universitários tivessem a chance de participar. Por outro lado, a criação desses convênios gerou novas atividades que contribuíram para despertar o interesse de universitários de diversas áreas do conhecimento.

### **5.3) Os estágios e a fixação de mão de obra**

O trabalho realizado por meio dos campi avançados revelou novos problemas e desafios à execução dos programas elaborados pelo Projeto Rondon. Afinal, não bastava o engajamento dos jovens e a elaboração de um plano de atuação, era necessário também ter mão de obra qualificada para realizar outras atividades relacionadas ao campus, extremamente necessárias ao seu funcionamento.

---

<sup>462</sup> Termo de convênio estabelecido entre o Ministério do Interior, através do Grupo de Trabalho Projeto Rondon e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia- SUDAM. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/d, identificador: 00203208 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1970.

Essa necessidade contribuiu para o surgimento dos estágios remunerados. Diferente dos estágios realizados pelas equipes de universitários que eram enviadas mensalmente ao campus, esta nova modalidade de serviço, além de ser remunerada, teria a duração de um ano, podendo ser renovada a critério das chefias referentes às coordenações geral, regional ou estadual do Projeto Rondon.

Os estagiários foram divididos em dois níveis de atuação. O nível A correspondia aos estudantes que estavam cursando os primeiros anos da graduação e o nível B aos que estavam no penúltimo ou último anos. Era exigido do candidato ao estágio o “bom aproveitamento e regularidade de frequência” da disciplina que cursava na universidade.

A jornada de trabalho seria de quatro horas diárias, mas, em casos excepcionais, mediante aprovação do coordenador, o regime de trabalho poderia se estender até oito horas.<sup>463</sup> De acordo com a norma estabelecida, o estágio remunerado não representava a existência de vínculo empregatício e, o estagiário, poderia ser dispensado a qualquer momento, de acordo com a decisão do coordenador, principalmente, se não estivesse desempenhando as funções do modo esperado.<sup>464</sup>

O programa estágio remunerado foi considerado uma medida importante para o desenvolvimento dos programas estabelecidos e para propiciar ao estudante a oportunidade de ganhar maior experiência profissional. Era também uma outra forma de manter os estudantes ligados ao Projeto Rondon. A estimativa era que até 1973 houvesse mais de sete mil universitários participando através dos estágios remunerados.<sup>465</sup>

Com o crescimento dessa modalidade, o Projeto Rondon, por meio de convênios, passou a fornecer mão de obra para órgãos públicos e iniciativa privada. Isso levou ao surgimento de mais critérios para a seleção, bem como a realização de treinamentos para os estudantes selecionados.

No convênio estabelecido entre o Projeto Rondon e o Instituto Nacional de Previdência Social (INSP), em 1974, os principais critérios estabelecidos para a seleção dos estagiários era ter participado de alguma Operação do Projeto Rondon e ter feito cursos de extensão diretamente relacionados com a área de atuação do estudante. Após a

---

<sup>463</sup> Norma interna nº 1 que regula os critérios adotados para estagiários oriundos de Escolas Superiores. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/d, identificador: 01057487 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1972.

<sup>464</sup> Portaria nº 240 de 6 de setembro de 1972 que estabelece os critérios para admissão de estagiários. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/d, identificador: 00026386 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1972.

<sup>465</sup> Relatório de atividades do Projeto Rondon (1969-1973). Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100005809SOS, identificador: 00527332 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1973.

seleção, os estagiários participar de um treinamento em que seria abordada a filosofia do Projeto Rondon e as atividades que seriam realizadas no INPS.

De acordo com as diretrizes estabelecidas, os estudantes que realizassem estágio no INPS deveriam realizar uma série de atividades desde serviços administrativos, como atendimento de beneficiários e levantamentos de dados estatísticos, até orientação aos segurados sobre exames necessários e a separação de laudos médicos para a perícia médica.<sup>466</sup> Para os estudantes, o estágio era uma maneira de ganhar experiência não apenas na área médica, mas conhecimento sobre outros processos que envolvem a atuação de um profissional, além do recebimento de remuneração.

Para os conveniados ao Projeto Rondon, os estágios remunerados possibilitariam ter acesso aos estudantes que estavam cursando as universidades em um período caracterizado pela modernização. Esta iniciativa coincidiu com um período de expansão intensa no número de matrículas das graduações universitárias, conforme demonstra Motta, que ocorreu entre 1968 e 1975, período marcado pelo início da reforma universitária e pelo “Milagre” econômico.<sup>467</sup>

A expansão da mão de obra qualificada, associada ao projeto de integração e desenvolvimento, contribuiu para o surgimento de uma outra modalidade de atividade. O programa foi denominado de interiorização e fixação de mão de obra, caracterizado pelo envio de técnicos de diversas áreas para o interior do país. O objetivo era incentivar técnicos de nível superior e médio, recém-formados, a migrarem para locais marcados pela ausência de profissionais.

Dessa forma, o Programa de Interiorização e Fixação de Mão de Obra (PROFIX), além de contribuir para o estabelecimento de profissionais em áreas caracterizadas por grande falta de infraestrutura, possibilitou que ex-rondonistas pudessem retornar às áreas em que tinham atuado. Além disso, caso a experiência fosse bem-sucedida, o objetivo era

[...]no futuro, interiorizar somente os técnicos de nível superior e formar os de nível médio dentro da população do município, para que os habitantes não se sintam marginalizados.<sup>468</sup>

---

<sup>466</sup> Diretrizes para inscrição, seleção e treinamento dos estagiários. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/d, identificador: 00150950 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1972.

<sup>467</sup> MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Ibid*, p. 249.

<sup>468</sup> Relatório do IV Encontro de Coordenadores Regionais e Estaduais do PRO. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/d, identificador: 00527328 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1973.

Essa iniciativa teve início com a assinatura do convênio entre o Projeto Rondon e o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL)<sup>469</sup>. O convênio, estabelecido em julho de 1972, determinou a “Prestação de assistência médico-social aos trabalhadores rurais e seus dependentes na área de influência do *Campus* Avançado de Aragarças/Barra do Garças.”<sup>470</sup> As funções do Projeto Rondon eram fornecer ao FUNRURAL boletim estatístico dos atendimentos efetuados e fazer o levantamento trimestral dos números dos serviços prestados, bem como de seus custos.

Ao FUNRURAL caberia a instalação de um consultório odontológico no hospital da região e outros recursos necessários ao atendimento, além de fornecer subsídio mensal de Cr\$15.000,00. O acordo não possuía prazo determinado para a sua duração. Em menos de um ano, a iniciativa promoveu a interiorização de 42 técnicos e foi considerada uma experiência positiva em relação ao projeto de fixação de mão de obra no interior do país.<sup>471</sup> Com o aumento do interesse juvenil em relação ao programa, as coordenações regionais e estaduais passaram a promover treinamentos para os interessados.

O objetivo era “Fornecer subsídios para que o candidato se esclareça e possa tomar a decisão de se interiorizar de forma mais realística” e, além disso, “formar uma reserva técnica de candidatos devidamente informados sobre o PROFIX que possam ser aproveitados a curto prazo face aos novos acordos a serem firmados [...]”<sup>472</sup>

Ou seja, embora muitos recém-formados tivessem interesse no programa, era necessário esperar o estabelecimento de novos convênios. Em 1974, só a Coordenação Regional Sul já tinha recrutado 435 técnicos de nível superior e médio, interessados em se estabelecer no interior do país.

Foi o caso de Evaldo Adão Kaster, formado em administração de empresas, e Ilma Souza Kaster, formada em Letras que solicitaram à Coordenação Regional Sul adesão ao PROFIX. O casal desejava a contratação para atuar em Aragarças, mas, cientes da necessidade de novos convênios, buscou, por meios próprios, contato com as autoridades da localidade, que mostraram interesse de recebê-los como mão de obra.

---

<sup>469</sup>O FUNRURAL foi criado para custear a prestação de assistência médico-social ao trabalhador rural e seus dependentes. Cf.: BRASIL, Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. Dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”. Diário Oficial da União, Brasília, 18 mar. de 1963. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L4214.htm#art158](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4214.htm#art158). Acesso em 10 abr. 2021.

<sup>470</sup> Súmula dos convênios estabelecidos em 1972. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/d, identificador: 00016500 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1972.

<sup>471</sup> Relatório de atividades do Projeto Rondon (1969-1973). Ibid.

<sup>472</sup> Treinamento básico do Programa de Interiorização da Coordenação Regional Sul. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/d, identificador: 00327659 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1974.

Por isso, ao solicitar o pedido de integração ao Programa de Interiorização, o casal, além de relatar que já tinha entrado em contato com a prefeitura de Aragarças, também apresentou os possíveis lugares que eles poderiam ser alocados. Segundo o levantamento de informações feitos pelo casal, Evaldo Adão poderia ser aproveitado pela prefeitura da cidade, “[...] que carece de estruturação e criação de quase todos os órgãos administrativos [...]”. Com relação à Ilma Souza, havia espaço de atuação, pois “A carência de professores é muito grande e o índice cultural do corpo docente terá obrigatoriamente de ser elevado.”<sup>473</sup>

Os estágios remunerados e a fixação e interiorização da mão de obra demonstram novas iniciativas do Projeto Rondon para tentar *suprir* os interesses dos jovens, principalmente, daqueles recém-formados, que, muitas vezes, enfrentavam dificuldades para se inserir no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, era uma forma de mantê-los próximos à filosofia do programa, levando-os para ocupar diferentes áreas do país.

---

<sup>473</sup> Ofício 1921/398 – CPO/CRS/PRO. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/d, identificador: 00327733 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1974.

## Capítulo 6 – Os desafios

*Tudo aqui é enorme. Os problemas são maiores do que a região; a tarefa é difícil, mas empolgante.*<sup>474</sup>

*Esta crítica dos medicamentos é antiga. Colegas nossos que foram à Cáceres o ano passado tiveram problemas semelhantes e no seu relatório pediam que todo material fosse enviado com bastante antecedência [...].*<sup>475</sup>

Embora os universitários recebessem informações prévias e orientações para atuar nas áreas destinadas, eles enfrentaram inúmeras adversidades. Por isso, a preparação se tornou uma questão primordial para o bom funcionamento do Projeto Rondon. No entanto, por mais preparados que estivessem, a imprevisibilidade era algo constante nas viagens realizadas pelos rondonistas.

As primeiras operações foram marcadas por grandes desafios. Houve vários relatos de estudantes insatisfeitos com a desorganização do Projeto Rondon, principalmente no que diz respeito ao longo período da viagem e das informações incorretas em relação aos destinos dos estudantes.

Segundo Benedito Florêncio Duarte, estudante da Faculdade de Medicina da Universidade do Maranhão, que participou da Operação – II em São Paulo, “[...] fomos obrigados a permanecer no aeroporto de São Luís, por mais de vinte e quatro horas, aguardando a chegada do avião da Força Aérea Brasileira (FAB).”<sup>476</sup>

Outro problema relatado pelo universitário foi a demora na formação das equipes. Segundo Benedito Florêncio Duarte, “Ficamos no estádio do Pacaembú, esperando cerca de quarenta e oito horas para sermos distribuídos em equipes e conseqüentemente, designados para os hospitais.”<sup>477</sup>

---

<sup>474</sup> “Amazônia empolga futuros médicos”. Jornal do Brasil, 17 jan. 1968, p. 14

<sup>475</sup> Relatório de atuação em Cáceres: Operação Regional PRO III. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014223SOS, identificador: 00571214 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1970.

<sup>476</sup> Relatório de atividades: operação médico-odontológica Pro II, São Paulo. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador :CB0002100005058SOS, identificador: 00610325 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1968.

<sup>477</sup> Idem.

Para Marione Cortez Pessoa, estudante de medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Norte este foi o único ponto negativo do Projeto Rondon. Desse modo, ela defendeu que o universitário antes de sair de sua cidade deveria saber o lugar para onde seria destinado a atuar. A estudante relatou que após o embarque, “[...] ficamos três dias sem saber onde iríamos ficar”<sup>478</sup>.

Contudo, este ponto negativo não anulava os benefícios que a experiência trouxe para a estudante. Além disso, ela reconhecia que esse problema estava relacionado à origem recente do Projeto Rondon e, por isso, compreendia esse tipo de falha, mas destacou a necessidade de se criar mecanismos para organizá-lo para evitar a desorganização nas operações seguintes.

As viagens poderiam também gerar situações de perigo aos estudantes. Além de estarem expostos a inúmeras doenças, a falta de infraestrutura e a necessidade de deslocamento, às vezes diário, para a realização dos trabalhos eram situações que colocavam em risco à integridade física dos estudantes. Na Operação – I houve a morte do estudante de medicina-veterinária da USP, Augusto Tortolero, que caiu de uma embarcação que transportava a equipe e morreu afogado no Rio Acre<sup>479</sup>.

Dessa forma, era fundamental tornar as viagens realizadas pelo Projeto Rondon o mais seguras possíveis para os jovens. Afinal, a insegurança em relação às operações poderia se tornar um fator de desânimo para os futuros participantes.

Os relatos publicados em jornais e presentes nos documentos produzidos pelos estudantes contribuíram para um diagnóstico dos principais problemas enfrentados desde o início da viagem ao cotidiano das operações, bem como o retorno dos rondonistas aos seus estados de origem.

### **6.1) Os desafios no cotidiano das Operações**

No relatório produzido pela equipe que atuou em Içana, região localizada no Amazonas, na Operação – I, a falta de a divisão e o embalagem prévio do material médico que seria utilizado por cada grupo que atuaria nas diversas localidades foi prejudicial ao desenvolvimento dos trabalhos, pois limitou ainda mais o pouco tempo disponível. Além

---

<sup>478</sup> Idem.

<sup>479</sup> “Estudante do Projeto Rondon cai do barco e morre no Acre. Jornal do Brasil, 30 jan. 1968, p. 14.

disso, vários medicamentos tinham sido danificados devido à falta de embalagem adequada. Outros não puderam ser distribuídos por terem chegado embalados a granel, não tendo meios para reparti-los para as equipes.

Por isso, a equipe de Içana apresentou uma proposta de procedimento a ser adotado para evitar esse tipo de problema nas próximas operações. Para eles,

- 1) Os medicamentos e outros equipamentos deveriam ser separados e embalados no Rio e posteriormente enviados para às áreas de atuação de cada grupo. Caso esta medida não fosse possível, pelo menos deveria ser tentada a remessa para Manus, onde cada grupo encontraria seu material já pronto.
- 2) Fornecer a cada chefe do grupo uma relação do que foi enviado. Com isto, caso houvesse falta de algum item, ou mesmo insuficiência na quantidade de outros, haveria tempo para se providenciar a respeito.<sup>480</sup>

Outra dificuldade enfrentada foi realizar a pesquisa sobre as características sociais e culturais com os indígenas da região, pois na perspectiva da equipe eram “desconfiados em relação aos brancos.” Por isso, os rondonistas apresentaram ideias para facilitar a abordagem que os próximos participantes fariam com esses grupos.

Segundo essas orientações, para que as próximas equipes tivessem êxito, era necessário ter noções “sobre o comportamento e a psicologia do indígena.” Durante as entrevistas, os participantes deveriam ter cuidado e não fazer perguntas diretas, como no caso da mortalidade infantil. Perguntas mais complexas deveriam ser intercaladas com outras relacionadas ao cotidiano, como caça, pesca e agricultura.

Em caso de incertezas em relação às respostas, a orientação era procurar o curandeiro ou pajé da tribo, adotando o seguinte procedimento

O interrogatório ou a anamnese deve ser feito a portas fechadas – mesmo as perguntas mais inocentes, tais como “Qual é a sua idade?” devem ser feitas sigilosamente, pois em caso contrário é certo se obter uma resposta dúbia ou negativa. isto é explicável, pois para os índios, dados pessoais são sagrados; nenhum vizinho ou parente deve tomar conhecimento dos mesmos<sup>481</sup>.

Os indígenas também procuravam o pajé, em caso de doenças. Por isso, a recomendação da equipe era descobrir uma forma de manter contato com o pajé para obter informações sobre as doenças que assolavam a região e para garantir a aproximação

---

<sup>480</sup> Relatório das atividades do grupo Içana no estado do Amazonas. Levantamento de dados para o perfil de municípios- PPro -I. Ibid.

<sup>481</sup> Idem.

entre os demais moradores e a equipe. A ideia era criar um elo de “profissional para profissional”. Para isso, a sugestão era que alguns atendimentos e vacinações fossem realizadas “em um local indicado pelo pajé com o intuito de forçar um senso de ‘coleguismo’.”

A desconfiança em relação aos significados e intenções do Projeto Rondon foi uma questão que esteve presente em algumas localidades visitadas pelos estudantes. A equipe que atuou em Colônia Salto do Céu, no Mato Grosso, em janeiro de 1970, enfrentou uma situação difícil, logo no primeiro contato com a comunidade. Uma prática comum nas operações era realizar uma palestra com a população local, no primeiro dia de trabalho, para apresentar os objetivos do programa e os membros da equipe.

A reação da população da Colônia Salto do Céu surpreendeu os estudantes, que enfrentaram uma explosão de queixas. Aqueles que não conseguiram falar, entregavam bilhetes. As principais reclamações apresentadas pelos moradores consistiam na falta de roupas, posto médico, medicamentos, médico, ambulâncias, ações contra a malária, professores e um ginásio.<sup>482</sup> Com o intuito de registrar o ocorrido, a equipe anexou alguns dos bilhetes ao relatório de atuação. Isso mostra que nem sempre a receptividade da comunidade em relação aos rondonistas era positiva.

Em 1971, a equipe que atuou em Itapiuna, no Ceará, na Operação – VII, destacou no relatório geral que durante os primeiros dias após a chegada na localidade houve certa dificuldade no relacionamento com a população. Segundo a equipe, isso era

[...] consequência direta da falta de informações detalhadas sobre a realidade local, que seja com respeito às suas necessidades, quer seja quanto às suas possibilidades atuais, quer seja ainda relativa à própria receptividade da população para com a equipe, circunstâncias que fizeram com que esta chegasse ao local de atuação com juízo preconcebido, que exigiu algum tempo para ser modificado, prejudicando assim o bom relacionamento inicial.<sup>483</sup>

Contudo, a equipe destacou que o problema de receptividade não era apenas pela falta de informações locais. Havia certa reserva de uma parcela da população com a chegada dos rondonistas que, mesmo após o início da operação, não mudou de postura. Foi o caso, inclusive, do prefeito da cidade que se colocou contra a ida do grupo à Itapiuna

---

<sup>482</sup> Relatório de atuação em Cáceres: Operação Regional PRo III. Ibid.

<sup>483</sup> Relatório de atuação em Itapiuna: Operação Regional PRo VII. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014921SOS, identificador: 01100559 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1971.

“sob a alegação que a prefeitura não tinha condições de arcar com as despesas de alojamento e alimentação de seus membros.”<sup>484</sup>

Isso levou a um grande desinteresse da população em relação às palestras promovidas pelos estudantes, pois houve uma grande diminuição do número de moradores nas reuniões ao longo da Operação. No entanto, é interessante notar que mesmo enfrentando uma certa resistência da população, alguns membros da equipe conseguiram influenciar os jovens locais a formar um clube de jovens que, em homenagem aos rondonistas, deram o nome de “Clube de Jovens Super – Rondon VII”.

Os estudantes não incentivaram apenas a criação do clube como também auxiliaram a sua organização ao deixar

[...] com eles um esquema ou organograma de estatuto, além de incumbi-los ainda da tarefa de serem os nossos continuadores no trabalho de conscientização e educação da população, declarando-os, ainda os principais colaboradores dos próximos grupos do Projeto Rondon que visitarão a cidade.<sup>485</sup>

Esta iniciativa gerou aproximação entre os estudantes e os jovens da localidade. Desse modo, os rondonistas conseguiram realizar palestras sobre temáticas propostas pelos membros do Clube de Jovens que, segundo o relatório, tinham interesse em saber mais sobre namoro, casamento e sexo.

Embora o relatório tenha apresentado ações realizadas pelos estudantes para o sucesso da Operação mesmo diante de inúmeros desafios, além da falta de receptividade local, a equipe reconhecia que o resultado esperado não tinha sido alcançado. Por isso, os estudantes solicitaram

[...] desde já nossa inclusão dentre os convocados para a próxima operação, oportunidade em que levaremos todo o material que possuímos e que podem ser usados para a ilustração.<sup>486</sup>

Outro desafio diário que os estudantes enfrentavam eram doenças graves ou acidentes que ocorriam com os moradores da localidade de trabalho. Para muitas comunidades, que nunca tiveram acesso à atendimentos médico-odontológicos e de outras naturezas, a chegada dos estudantes era considerada um alento. Desse modo,

---

<sup>484</sup> Idem.

<sup>485</sup> Idem.

<sup>486</sup> Idem.

durante a presença dos universitários, era comum que eles fossem procurados para solucionar inúmeros problemas que ocorriam no cotidiano da comunidade.

Nas Operações I e II, houve dois relatos dramáticos que, inclusive, foram publicados pelo *Jornal do Brasil*. O primeiro foi de uma criança de um ano de idade que se engasgou com um osso e, “[...] graças à iniciativa da estudante de Medicina Rebeca Zetuni, integrante do Projeto Rondon, que não largou o rádio enquanto não conseguiu um avião da FAB para transportar a vítima a um hospital”, a criança foi salva<sup>487</sup>.

No segundo, estudantes de medicina precisaram realizar uma ariscada operação em uma mulher, habitante da cidade de Xavantina, Mato Grosso, sem os recursos necessários, como o medicamento para aplicar a anestesia geral e a falta de luz. Poucos minutos após o início da cirurgia,

[...] o gerador, que vinha dando sinais de defeito, paralisa definitivamente. [...] a acadêmica Hiaeno Hirata, da Faculdade de medicina da Universidade Federal de Goiânia, acende um fósforo, retira uma vela do bolso e ilumina a sala. Uma lanterna é encontrada e trazida para junto do estudante Luís Iwasse, também de Goiânia, que, ladeado pelos colegas Otacílio Gonçalves e Paulo César Martins, realiza a operação. Sob à luz da lanterna e de duas velas, os quatro acadêmicos de medicina, auxiliados pelas estudantes de enfermagem Luzia da Silva e Gláucia Rodrigues Dantas, trabalham por mais de 15 minutos. Às 23h15min a paciente já estava de repouso na sala vizinha.<sup>488</sup>

Houve destaque também para a ajuda dada por repórteres do *Jornal do Brasil* que auxiliavam os médicos e dentistas da equipe e “[...]substituíam o gerador de força, pedalando para que o dentista pudesse fazer as obturações e tratamentos de dentes, por vezes manhã inteiras.”<sup>489</sup>

Esses tipos de relatos também foram registrados nos relatórios produzidos pelos estudantes, que demonstravam, além da falta de infraestrutura em diversos locais do país, o empenho dos estudantes em realizar ao máximo as atividades previstas, mesmo diante das circunstâncias difíceis.

Outro relato dramático também ocorreu na Operação – II com a equipe, composta por estudantes de botânica, etnologia, parasitologia, história e folclore que ficou responsável por coletar material e dados para análise da região de Areões.

Segundo o relatório, o grupo percorreu 1.076 kms e contabilizou 375 horas de viagem e pesquisa, em 19 pontos e 11 lugares diferentes. No entanto,

---

<sup>487</sup> *Jornal do Brasil*, 25 jan. 1968, p.19.

<sup>488</sup> “Acadêmicos fazem operação a frio e sob a luz de vela”. In: *Jornal do Brasil*, 30 jul. 1968, p. 19.

<sup>489</sup> Relatório de atuação: Operação Regional Pro II. Ibid.

O momento mais difícil foi a noite passada ao relento, no mato, ao pé da fogueira, fazendo turno de suas horas de vigilância. Com Jeep quebrado a 42 quilômetros da cidade mais próxima, abriram estradas no cerrado para poder passar. Com princípio de insolação e esgotamento físico, mal alimentados, tiveram que empurrar o Jeep no areão, descendo e subindo ladeiras, num total de 34 horas.<sup>490</sup>

As equipes também enfrentaram a falta de medicamento. Embora os estudantes tivessem a função de realizar assistência social, alguns moradores os procuraram acreditando que eles realizariam atendimentos médicos. Para dar o mínimo de assistência aos moradores que vinham de longe, os rondonistas solicitaram remédios, mas só conseguiram algumas amostras grátis. Para os casos mais difíceis, compravam remédios com seu próprio dinheiro para evitar que voltassem sem a medicação.

Desse modo, além da falta de recursos, muitas vezes os estudantes tinham que realizar procedimentos que não eram de sua especialidade para dar conta minimamente das necessidades das localidades visitadas. A equipe que atuou em Colônia Salto do Céu relatou uma situação que marcou sua experiência na região.

De acordo com o relatório, uma certa manhã uma senhora chegou “[...] desesperada, chorando e pedindo pelo amor de Deus que fossemos até sua residência medicar sua irmã que estava morrendo.”<sup>491</sup> O grupo imediatamente se colocou à disposição para atendê-la. Ao chegar à residência, ficaram preocupados com seu estado de saúde e foram à farmácia mais próxima para comprar novalgina para medicá-la. Após 30 minutos, a mulher tinha recobrado a consciência.

No dia seguinte, os rondonistas foram visitá-la e ficaram surpresos

[...], pois estava sentada na cama. Perguntamos-lhe se queria ir para Cáceres para uma consulta médica, a qual nos respondeu que nós éramos sua médica e que estava boa.

Entramos em entendimentos com um elemento da CODEMAT<sup>492</sup>, que nos acompanhava, no sentido que nos arranjasse uma condução para levar tal senhora para Cáceres, pois a mesma não tinha condições para tanto.

Até hoje está a mesma esperando condução para levá-la.<sup>493</sup>

---

<sup>490</sup> Idem.

<sup>491</sup> Relatório de atuação em Cáceres: Operação Regional PRO III. Ibid.

<sup>492</sup> A Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (CODEMAT) foi criada pelo Decreto nº64.919, de 31 de julho de 1969, que determinou a concessão de uma faixa de terra de aproximadamente 7.000 metros de extensão por 30 metros de largura no município de Dourados, Mato Grosso, para a construção de um trecho da rede elétrica Campo Grande – Dourados.

<sup>493</sup> Relatório de atuação em Cáceres: Operação Regional PRO III. Ibid.

Para a equipe, este episódio foi visto com orgulho e satisfação, pois devido à sua atuação

Concluimos que com boa vontade, somos capazes de fazer tudo o que queremos, pois com o nosso pouco conhecimento, deixamos a doente em condições de conversar e querendo ir ajudar seu pai velhinho, colher arroz que estava na época.<sup>494</sup>

No final da viagem, os estudantes ainda passaram por um outro desafio quando foram solicitados a ajudar no recolhimento de moradores de regiões próximas à Cáceres que estavam com fogo selvagem.

Depois de várias horas, percorrendo as localidades, os estudantes conseguiram

[...] encontrar os doentes deitados no chão, cobertos por sacos de estopa, embaixo de um caramanchão sujo, gelado e descoberto.

Havia uma criança de 8 anos de idade com o corpo todo em chagas e que gemia barbaramente, deitada no chão, também envolta em saco de estopa e com seu pai chorando ao lado.

Logo mais adiante, 4 rapazes que já haviam sido internados por duas vezes, e a pós indagarmos-lhe porque a doença voltava novamente, nos disseram ‘saímos do Hospital curados, mas precisávamos continuar com o tratamento, como não tínhamos dinheiro para adquirir o remédio, a doença voltou novamente.’<sup>495</sup>

Mesmo diante deste cenário, os estudantes continuaram procurando outros doentes, “batendo de porta em porta alta hora da madrugada”, eles encontraram uma senhora que, também atacada pelo fogo selvagem, dormia no chão. O corpo da senhora estava repleto de chagas e, por causa das dores, ela estava com dificuldade para dormir no colchão. Segundo os estudantes,

Diante de tão doloroso quadro, sentimos que devíamos fazer algo por aquela que estava sofrendo horrivelmente, e esquecendo do perigo que a doença nos oferece, pegamos a senhora pelas mãos para levantá-la, pois, com o seu corpo todo em chagas, não conseguia ficar em pé sozinha.<sup>496</sup>

O tema da educação também foi muito abordado nos relatórios produzidos pelos estudantes. Os relatos descrevem inúmeros desafios em relação ao setor em diversos locais do país, como a ausência de escolas, professores e materiais. A equipe de educação que atuou em Cuiabá, Mato Grosso, na Operação – III, frisou a existência de um baixo

---

<sup>494</sup> Idem.

<sup>495</sup> Idem.

<sup>496</sup> Idem.

nível educacional associado às péssimas condições de vida. Para a equipe, além da falta de recursos e de preparo dos professores, havia o “conformismo” da população local.

A falta de infraestrutura nos locais visitados foi o tema mais abordado nos relatórios relacionados às operações que ocorreram em 1968. Houve uma grande preocupação dos estudantes em relatar em detalhes os inúmeros problemas causados por isso e os desafios que eles enfrentavam no cotidiano das viagens. Uma das equipes médicas que atuaram na Operação II chegou a produzir os “Dez mandamentos da situação médico-social no Acre”, sintetizando os principais problemas da região.

- I – Falta de água potável, distribuída à população (servem-se da água do Rio).
- II – Falta de redes de esgoto nas cidades e vilas.
- III – Famílias constituídas de 2 a 14 membros habitam em ‘casas’ de um só cômodo (Promiscuidade).
- IV – Falta de higiene corporal.
- V – Falta de uso de calçados.
- VI – Fossas construídas a 1 m da fonte de água (quando existem).
- VII – Falta de legumes na alimentação.
- IV- Falta de assistência médica.
- X- Falta de E S C O L A S.<sup>497</sup>

Os relatos presentes nos relatórios ou publicados em jornais possibilitam uma noção dos inúmeros desafios diários que os estudantes enfrentaram. As operações realizadas em 1968 foram caracterizadas pela ausência de recursos que possibilitassem mais o aproveitamento do trabalho realizado pelos rondonistas. Além disso, a falta de infraestrutura para recebê-los também era um grande problema, visto que, em muitas das localidades visitadas, o alojamento, a alimentação e o local de trabalho eram precários.

É importante destacar que as informações sobre as condições difíceis, enfrentadas pelos universitários, não eram acobertadas pelos jornais nem pelo Projeto Rondon. Ao contrário, foi notória a intenção de divulgá-las para mostrar a iniciativa dos rondonistas como uma espécie de heroísmo. Afinal, mesmo diante de circunstâncias tão adversas, houve a realização do trabalho. Essas reportagens destacaram, principalmente, os atendimentos médicos-odontológicos. Para muitos moradores, era a primeira vez que recebiam este tipo de assistência.

Nos relatos, os estudantes também tiveram a preocupação de salientar que os desafios não tinham anulado a importante experiência que viveram. Desse modo, a viagem teria garantido ganhos tanto nos âmbitos profissional e pessoal. Essa imagem

---

<sup>497</sup> Relatório de atuação no Acre: Operação Regional Pro II. Ibid.

positiva contribuiu para um aumento significativo de interessados em participar do Projeto Rondon, visto que o número de inscritos foi quatro vezes maior.<sup>498</sup>

## **6.2) A permanência de problemas estruturais no Projeto Rondon**

Mesmo com vários esforços para criar uma infraestrutura que garantisse a consolidação do Projeto Rondon, alguns problemas que ocorreram nas primeiras operações não foram resolvidos. A falta de organização ainda foi alvo de críticas dos participantes nas operações programadas para 1969. Em alguns dos relatórios produzidos neste período, há descrições detalhadas dos principais problemas enfrentados pelos rondonistas.

O tom empregado nesses relatos demonstra uma grande insatisfação, porém, é interessante notar que as críticas tinham o intuito de melhorar o Projeto Rondon para garantir sua consolidação no meio universitário. Ou seja, embora esses rondonistas tenham enfrentado uma série de dificuldades, eles continuavam acreditando na importância do programa para o país.

O relatório de atuação das equipes que atuaram em Cáceres, em janeiro de 1969, é um exemplo dessa situação de grande insatisfação dos estudantes principalmente em relação à falta de organização do Projeto Rondon. Além dos desafios diários, desde a falta de medicamentos e outros recursos básicos a situações graves que ocorriam no cotidiano, muitas vezes, os estudantes precisavam lidar com os problemas internos, que prejudicavam a relação com os demais membros da equipe.

Algumas equipes optaram por descrever essas situações nos relatórios produzidos, utilizando a justificativa segundo a qual o objetivo do relato era contribuir para o aprimoramento das operações, evitando problemas que geravam desgastes no cotidiano dos rondonistas. A equipe que atuou em Cáceres, Goiás, na Operação -V, destacou os problemas que enfrentou com o chefe da equipe.

Segundo a equipe, o chefe demonstrava desinteresse na Operação, pois ele “[...] saiu de Bauru com o objetivo de ficar na Coordenação em Campo Grande, mas por esse ou por aquele motivo, designou-se chefe da equipe que atuaria em Cáceres [...]”. Desse

---

<sup>498</sup> Participação efetiva em operações nacionais e regionais (PRo 0/PRo XIII). Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/d, identificador: 01029955 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1974.

modo, a falta de interesse refletiu em um descaso em relação à condução dos trabalhos e às necessidades básicas da equipe.

Uma das ocasiões que os estudantes fizeram questão de relatar foi, ao retornarem de um dia de trabalho para o hotel, não encontraram o chefe da equipe “[...] que havia saído de Rio Branco duas horas antes da turma, com a namorada de jipe [...]” e, por isso, não puderam entrar no hotel, pois a chave estava com ele. Depois de horas de espera, os estudantes resolveram sair para jantar. Ao regressarem ao hotel,

[...] em uma das ruas, deparamo-nos com umas luzes vermelhas, e quisemos saber do motorista o que significava aquilo, ao que fomos informados que aquele quarteirão é o que vivem as mulheres de vida irregular. Estávamos em 5 moças na cabine e 2 rondonianos na carroceria. Por curiosidade o motorista passou por aquele quarteirão. Quando chegamos em casa, levamos aquele susto, pois o chefe da equipe estava como um leão nos esperando no portão, e antes que alguém dissesse alguma palavra, saiu com uma gritaria, chamando os elementos da equipe de bando de cretinos, e uma porção de coisas que não devem ser ditas em relatório<sup>499</sup>.

Episódios como este contribuíram para desgastar a relação dos estudantes com o chefe de equipe. Além dos desafios diários que os estudantes enfrentaram devido às péssimas condições de vida e saúde da população e a falta de recursos que limitavam a sua atuação, eles tiveram problemas para retornar para casa. Situações que poderiam provocar o desânimo dos jovens e, até mesmo, gerar uma imagem negativa, o que dificultaria a adesão de outros ao programa.

No retorno, os estudantes também enfrentaram problemas, pois receberam a informação da Coordenação Estadual, através de um rádio, que eles deveriam retornar para Campo Grande para pegar o trem que os levaria à Bauru. O chefe da equipe já tinha retornado a São Paulo e não deixou nenhuma orientação a respeito do retorno da viagem. A mensagem dizia que eles seriam responsáveis pelo pagamento das passagens e que depois seriam ressarcidos.

No entanto, os estudantes não tinham dinheiro e ficaram desesperados, pois o chefe da equipe partiu para Bauru, sem deixar nenhuma orientação sobre as passagens. Diante disso, os estudantes procuraram o capitão do batalhão do exército e o prefeito da cidade para buscar uma solução para o problema. Segundo o relato, essas autoridades os auxiliaram e eles conseguiram embarcar em um avião para Campo Grande. A equipe

---

<sup>499</sup> Idem.

ainda enfrentou obstáculos para embarcar no trem para Bauru e teve, novamente, que buscar auxílio com as autoridades locais.

As grandes adversidades não foram motivos para o desânimo, visto que a experiência foi considerada “[...] excelente, pois deixamos um pouco de nós, de nossos conhecimentos.”<sup>500</sup> Para a equipe esse resultado só possível porque houve a união dos rondonistas que, mesmo sem a presença do líder, conseguiram realizar uma série de atividades.

Por isso, houve propostas para aperfeiçoar o Projeto Rondon. Segundo os estudantes, era necessário alertar aos próximos rondonistas que participar de uma operação

[...] não é limitar-se a sua especialidade e nem dar um passeio para conhecer terras diferentes, mas sim fazer pelo menos o seu trabalho e ajudar os colegas em suas tarefas difíceis, não medindo sacrifícios para assistirem aqueles que depositam em nós toda sua confiança.<sup>501</sup>

Além disso, reivindicavam que os organizadores utilizassem critérios mais específicos para a escolha do líder para garantir mais harmonia entre os membros da equipe e o desenvolvimento das atividades. Desse modo, era necessário que fosse alguém reconhecido por sua capacidade de liderança pela coordenação, e que fosse responsável pela seleção e divisão das equipes.

Estas deveriam ser formadas antes do início da viagem e seus componentes deveriam conhecer de antemão o chefe. Outra sugestão era que fossem compostas por universitários de diferentes regiões do país, o que contribuía para a integração dos jovens. Por último, orientaram que o trabalho iniciado deveria ser continuado por grupos bem formados “[...] com chefe capacitado, medicamentos, material didático e que essa equipe siga o lema do Projeto Rondon ‘Integrar para não entregar’.”<sup>502</sup>

A equipe de engenharia que atuou em Cáceres também enfrentou muitos desafios e buscou enumerá-los no relatório, bem como demonstrar sua opinião em relação a forma como o Projeto Rondon estava sendo conduzido. Na parte da engenharia civil, houve pouca atuação, principalmente, em virtude da falta de recursos. Diante da dificuldade da

---

<sup>500</sup> Idem.

<sup>501</sup> Idem.

<sup>502</sup> Idem.

execução de atividades relacionadas à engenharia, optou-se por fazer um levantamento de dados sobre os aspectos físicos da cidade e o sistema elétrico.

A segunda parte do relatório foi dedicada às críticas e sugestões ao Projeto Rondon sob a justificativa de sanar os erros. A primeira crítica foi em relação a falta dos medicamentos que tinham sido prometidos, mas que não chegaram durante a operação. Os estudantes tiveram que buscar a solução para amenizar a situação e garantir, pelo menos, um atendimento mínimo à população.

A solução só foi obtida

[...] graças ao espírito altamente idealista dos srs. Comandante do 2º Batalhão de Fronteira, médicos e dentistas em geral de Cáceres que nos entregaram todo o material de saúde que possuíam, como: anestésico, amostras de remédios, instrumental odontológico do Batalhão, etc.<sup>503</sup>

Mesmo diante da obtenção dos medicamentos, os estudantes continuaram enviando diariamente radiogramas para as coordenações de São Paulo e Mato Grosso relatando a situação que enfrentavam. Embora recebessem promessas de auxílio, elas não foram cumpridas, o que gerou grande insatisfação aos jovens.

Após o relato de inúmeros problemas, a conclusão apresentada no relatório era que se a Coordenação do Projeto Rondon não possuía condições suficientes de garantir os recursos necessários para a atuação dos universitários no interior do Brasil, era melhor diminuir a quantidade de participantes. Dessa forma, o sucesso efetivo seria alcançado.

Para esses rondonistas, era necessário

Que a Coordenação do Projeto Rondon tenha coragem de reduzir esses números que aparecem em jornais para efeito propagandístico puro, pois nos parece que a Coordenação parece não compreender que o que se deu conosco serve apenas para fortalecer a posição daqueles que são contra a ideia do Projeto Rondon. Ora se oposição destes últimos se fortalece o Projeto Rondon corre o risco de ter um fim bastante triste, fato este que queremos evitar a todo custo.<sup>504</sup>

Para não deixar dúvidas em relação às motivações das duras críticas, os estudantes buscaram reafirmar no relatório que

Queremos esclarecer que não somos contra o Projeto Rondon, somos frontalmente contra o modo pelo qual o mesmo vem sendo desenvolvido,

---

<sup>503</sup> Idem.

<sup>504</sup> Relatório de atuação em Cáceres: Operação Regional PRo III. Ibid.

contra toda essa fachada imensa que encobre as falhas que surgem desde a primeira Operação Rondon, [...].

Não é admissível que enquanto o nosso Grupo lutava para conseguir a doação de medicamentos em Cáceres, em São Paulo, colegas nossos que com certeza não conheciam nossa situação compareceriam a programas de TV (Hebe Camargo – oferecendo-lhe aquilo que não recebêramos da Coordenação, como maletas etc.), como se tudo estivesse correndo às mil maravilhas.<sup>505</sup>

Os estudantes lembraram que essa era uma situação que tinha se repetido duas vezes e equipes anteriores alertaram para a necessidade de se enviar os medicamentos antes da chegada dos rondonistas às áreas de atuação. A falta de medicamentos, além de prejudicar a atuação dos grupos, criava “[...] um ambiente de tensão, devido a falta de trabalho, que provoca um ressentimento mútuo entre os próprios colegas do grupo bem como com todos aqueles que os cercam.”<sup>506</sup>

Segundo o relatório, as brigas internas e ressentimentos tinham sido elevadas e, em certos casos, a liderança do grupo não foi capaz de solucionar. Esse cenário difícil poderia ter comprometido o trabalho desenvolvido pelo grupo. Por isso, o apelo dos rondonistas era de que na próxima operação para a região, a questão da falta de medicamento e outros problemas, como a composição das equipes, fossem solucionados para garantir a permanência do Projeto Rondon.

Para os estudantes, os problemas de convivência na equipe foram graves, ao ponto de ter ocorrido ofensas entre os componentes. Por isso, a equipe sugeriu que na seleção dos candidatos fosse realizado um exame psicológico, visto que não bastava os rondonistas serem qualificados; era “[...] preciso que tenham um mínimo de experiência de convivência em grupo sabendo respeitar opiniões frontalmente opostas às suas.”<sup>507</sup>

Outra sugestão feita pela equipe era o estabelecimento de um posto médico permanente para que o atendimento à população fosse contínuo. A forma como ocorria o Projeto Rondon, ou seja, apenas em períodos de férias, era insuficiente para efetivamente melhorar as condições de saúde das populações de várias regiões do país. Ainda, segundo a equipe,

Achamos, pois que se os alunos da medicina, odontologia, agronomia, etc, fizessem seu estágio numa região como a de Cáceres, em vez de o realizarem nos Hospitais de Ribeirão Preto ou outras cidades em nada perderiam, contribuindo por outro lado para o desenvolvimento efetivo de certas regiões nacionais, justamente devido ao processo contínuo que seria assim desenvolvido. Sabemos que este tipo de sugestão já foi apresentado

---

<sup>505</sup> Idem.

<sup>506</sup> Idem.

<sup>507</sup> Idem.

anteriormente por colegas nossos, mas voltamos a insistir nela pois achamos que seria o único modo pelo qual atualmente se faria uma integração de fato verdadeira. Sabemos também que inúmeros serão os problemas burocráticos que este tipo de sugestão virá encontrar, porém gostaríamos que os mesmos fossem superados permitindo assim a verdadeira participação estudantil no desenvolvimento brasileiro.<sup>508</sup>

Em 1970, a Coordenação Estadual do Rio Grande do Norte alertou para um outro grave problema que prejudicava as operações: a desistência de inscritos. Um dos motivos que levou muitos estudantes a desistir da participação foi não ter conseguido liberação de seus trabalhos.

Embora a coordenação estadual tenha destacado que a maioria das repartições públicas e empresas privadas liberassem os jovens empregados para participar do Projeto Rondon, sem prejuízo de seus cargos e salários, houve alguns locais de trabalho que não concederam a permissão. Uma das justificativas utilizadas era que não existia uma lei que obrigasse esta liberação.

Outro fator que contribuiu para a desistência foi o desejo de alguns estudantes de sair de seu estado e poder visitar outra região. No entanto, às vezes, essa opção não era possível e o inscrito era alocado para atuar em seu estado de origem. Isso levou alguns estudantes a desistirem de participar da operação.

Quando a desistência ocorria um certo tempo antes do início da operação, havia tempo para buscar um substituto para a vaga disponível. No entanto, quando se dava às vésperas da viagem, não havia tempo hábil de se obter um substituto. Isso acarretava em menor de número de participantes na viagem.

Houve falhas também de outras coordenações que não enviaram o número de participantes combinado e, em alguns casos, alunos das especialidades solicitadas pelos prefeitos dos municípios que receberiam o Projeto Rondon. A solução adotada pela Coordenação Estadual do Rio Grande do Norte, por exemplo, para diminuir o impacto foi:

[...] nas equipes enviadas por esta Coordenação para outros Estados, tentar complementá-las com voluntários até praticamente à hora do embarque, o que ajudou bastante a suprir as faltas causadas por desistências, e, segundo, nas equipes que para aqui vieram, remaneja-las, complementando-as com elementos as vezes em duplicidade na mesma equipe, e as vezes com

---

<sup>508</sup> Idem.

estudantes locais que conseguíamos, ou então, especialmente nos casos do Setor de Saúde, fazer que atendessem a mais de um município.<sup>509</sup>

Outro problema enfrentado nos preparativos para a Operação Regional – V foi a falta de medicamentos. Devido aos poucos medicamentos recebidos da Coordenação Geral, foi realizada uma campanha intensa, liderada pelos estudantes da área de saúde, para mobilizar médicos, representantes farmacêuticos. O resultado foi a obtenção de dez mil amostras grátis de remédios variados.

No que diz respeito a este tema, o coordenador estadual afirmou ser contrário

[...] a doação pura e simples dos remédios, que vicia o povo e amortece o seu desejo de trabalhar para viver. Por essa razão, como não tínhamos instruções definitivas a respeito, nossa orientação foi no sentido de ser exigido um trabalho qualquer dos beneficiários, que poderia ser a limpeza do prédio, varrer um quintal do Posto de Saúde, ou trazer água [...].<sup>510</sup>

Para os casos de pacientes que trabalhavam e não tinham tempo, o coordenador sugeriu que fossem cobrado um pagamento “simbólico” pelos remédios, como forma de representar o “esforço” de quem era “beneficiado”. Outra sugestão era também cobrar uma taxa mínima pelo atendimento médico sob o argumento de que isso valorizaria o trabalho realizado pelos estudantes.

Essa não foi uma ideia colocada em prática no Projeto Rondon, mas reflete uma forte compreensão entre os participantes do programa de que era necessário conscientizar as populações da necessidade da luta em prol de seus interesses. Desse modo, era papel dos indivíduos buscar meios para a sua sobrevivência e seu desenvolvimento.

A existência de inúmeros problemas aliados a falta de recursos levou o coordenador estadual a refletir sobre a contínua busca pela “cooperação”. Em sua concepção, embora tenha existido auxílio para a realização da Operação Regional, no final, foi notório o “cansaço” daqueles que sempre ajudavam. Por isso, não era possível

[...] procurar colaboração dos mesmos órgãos muitas vezes seguidas, ou das mesmas pessoas, pois além de esgotar os seus recursos, nos deixam sem condições de voltarmos a pedir-lhes algo, pelo excesso de solicitações que já lhes fizemos.<sup>511</sup>

---

<sup>509</sup> Relatório de atuação da Coordenação Estadual do Rio Grande do Norte: Operação Nacional PRO- V. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014630SOS, identificador: 00473563 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1970.

<sup>510</sup> Idem.

<sup>511</sup> Idem.

A visão do coordenador era de que seria necessário esperar, pelo menos um ano, para a realização de uma nova Operação Regional em virtude desses problemas. Para ele, a solução era a institucionalização do Projeto Rondon, o que permitiria ao programa maior independência financeira.

A Coordenação Geral do Projeto Rondon buscou solucionar os principais problemas que prejudicavam o trabalho dos rondonistas. Uma das diretrizes foi determinar que as coordenações regionais e estaduais fossem mais criteriosas na seleção dos participantes. A crença era que estudantes mais preparados estariam mais aptos a superar as adversidades do cotidiano através, principalmente, da criatividade. Afinal, a limitação ou, até mesmo, a falta de recursos era recorrente nas Operações.

A diretriz foi incentivar o aprimoramento dos planos de atuação. Para a Coordenação Geral quanto mais detalhado fosse o planejamento das atividades que seriam realizadas nas Operações, seria possível se precaver de problemas que ocorriam no cotidiano.

Os convênios estabelecidos com as prefeituras, órgãos públicos ou empresas privadas também serviam para amenizar os problemas causados pela limitação do acesso aos recursos, pois representavam uma espécie de divisão de responsabilidades. Os contratos tinham a obrigação de fornecer uma certa parte dos meios necessários para a realização das atividades dos rondonistas.

No entanto, mesmo com o aprimoramento dos planejamentos e de outros preparativos, problemas estruturais graves continuaram a ocorrer no Projeto Rondon. Em 1973, uma das equipes provenientes do Rio Grande do Norte que atuou no município Novo Aripuanã, no Amazona, produziu um relatório confidencial para informar as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes.

Desde a chegada à cidade, a equipe relatou uma série de descasos da prefeitura. O alojamento destinado aos estudantes não possuía “[...] mínimas condições de higiene, conforto e segurança.” Essa foi uma situação que gerou grande insatisfação e, por isso,

Evadindo-se o prefeito, deixando-nos em situação tão grave, decidimos regressar no primeiro motor que baixasse para Manaus. Contudo, o chefe da equipe, julgando que o prefeito voltasse logo, tentou contornar a situação, no que toda a equipe aquiesceu para livrar de outros transtornos a Coordenação Regional.<sup>512</sup>

---

<sup>512</sup> Relatório confidencial para a Coordenação Regional da Amazônia Ocidental: Operação Regional PRO XII. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100006771SOS, identificador: 00483814 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1973.

Contudo, a situação se agravou poucos dias depois porque, além das privações iniciais, os estudantes passaram “[...] da condição de mal alimentados ou de pouco alimento para a sua total inexistência.” O descaso do prefeito e da coordenação locais levou os estudantes a recorrerem a suas próprias economias “[...] para não perecermos. O chefe da equipe arcou com pesadas despesas para manter o equilíbrio do grupo.”<sup>513</sup>

Além das dificuldades em relação ao alojamento e a alimentação, os estudantes também enfrentaram a falta de medicamentos e, por conta própria, percorreram mais de 100 quilômetros até a cidade de Manicoré para obtê-los. No entanto, a equipe destacou que, mesmo com os inúmeros desafios, “[...] a dureza da vida não logrou fazer ruir a nossa capacidade de luta e o desejo de trabalhar e, vencendo os obstáculos, chegamos até o final dos cursos promovidos, dos medicamentos e anestésicos dentários.”<sup>514</sup>

Desse modo, mesmo com inúmeras adversidades que causaram grande descontentamento e desânimo, eles buscaram afirmar que realizaram as atividades planejadas. É importante destacar que este foi um posicionamento constante nos diversos relatórios que descreveram as dificuldades enfrentadas pelos estudantes no cotidiano das Operações.

As equipes tiveram a preocupação de ressaltar que, mesmo diante de circunstância difíceis, o trabalho foi realizado. Essa necessidade de afirmação em relação à execução das atividades programadas pode ser explicada pelo temor de algum tipo de retaliação devido ao investimento público ou privado que foi feito para a viagem do estudante.

No último dia da Operação, a equipe foi acusada de roubar materiais médicos do hospital local e foi levada à delegacia para prestar depoimentos. Segundo o relato, o vigia do hospital que fez a denúncia, desde o início, “[...] passou a alimentar certa ojeriza pela turma do projeto.” Dessa forma, a acusação seria uma forma de vingança, pois

[...] por sugestão nossa, fomos até nossas bagagens já arrumadas e tivemos a baixeza de expô-las à sanha daquele que nos dardejara com tão grande calúnia, e também do Delegado; decorrida às observações nada foi encontrado em nosso poder que viesse desabonar nossa idoneidade ou manchar a nossa honra com objetos tão fúteis e sem uso aparente [...].<sup>515</sup>

---

<sup>513</sup> Idem.

<sup>514</sup> Idem.

<sup>515</sup> Idem.

Inicialmente, os estudantes foram impedidos de retornar porque deveriam acompanhar a abertura do inquérito. Foi a própria equipe que se mobilizou para garantir a volta para casa ao elaborar uma carta para o coordenador regional da Amazônia ocidental, relatando o ocorrido e pedindo sua interferência “[...] a fim de salvaguardar nossa reputação e o bom nome do Projeto Rondon.”<sup>516</sup>

Os alunos conseguiram a liberação para o retorno, embora o caso não tenha sido solucionado. No relatório, ficou explícita a mágoa e o questionamento

Como poderemos arrancar de nós tão grande mácula? Esse foi o preço que pagamos por tão grande e exaustivo sacrifício, mas não ficaremos de braços cruzados, estáticos às acusações unilaterais, pois lutaremos por condições de dar-lhes uma resposta, por mais baixa e humilde que seja, mas que será o suficiente para ser ouvida pelo grande juiz do tribunal celeste<sup>517</sup>.

Os estudantes relataram a falta de apoio das autoridades locais, principalmente, em relação ao prefeito que, desde o início da Operação, teve desconsideração com a equipe. Para eles, a explicação mais plausível para a acusação de furto aos materiais era

[...] que as autoridades locais alimentam uma certa desconfiança pelo Programa Rondon, temendo um relatório real de fatos pouco recomendáveis e que venham incriminá-los posteriormente.<sup>518</sup>

No relatório, a equipe recomendou que a Coordenação Regional da Amazônia Ocidental realizasse uma sindicância para apurar os fatos. Esta era uma iniciativa considerada fundamental para “limpar” a imagem da equipe que “[...] realizou um trabalho digno e honesto, bem como o do Projeto Rondon, muitas vezes atacado por elementos corruptos.”<sup>519</sup> Como prova de que o trabalho foi realizado, a equipe apresentou um relatório de atuação detalhado, com os números de atendimentos médico-odontológicos e a descrição dos cursos e palestras ministrados.

---

<sup>516</sup> Idem.

<sup>517</sup> Idem.

<sup>518</sup> Idem.

<sup>519</sup> Idem.

### 6.3) A falta de infraestrutura nos Campi Avançados

Em 1970 foi realizado o I Encontro de direções de *Campi* Avançados. Nesse período, além dos *campi* em Roraima, Tefé e Parintins, havia sido estabelecido o campus em Aragarças. Sob a direção da UnB, o campus em Aragarças estava em fase experimental. Embora os representantes das universidades fossem unânimes em reconhecer a validade deste projeto de extensão universitária, eles destacaram os principais desafios para o seu sucesso. Um dos problemas enfrentados era a dificuldade de recrutar participantes para o *campus*, principalmente, em relação aos docentes. A alegação não era falta de interessados, mas a ausência de garantia a manutenção dos direitos dos servidores públicos.

Por isso, a orientação era a criação de uma lei que garantisse o abono de faltas e a manutenção dos salários para todos aqueles que atuassem nos *campi* avançados. Outro problema que dificultava o recrutamento de pessoas era a precariedade em relação aos transportes. Os servidores públicos e autárquicos tinham dificuldade de obter dispensa que ultrapasse trinta dias.

Devido à pequena disponibilidade de transporte aéreo a ida e o retorno do *campus* significavam uma longa viagem, o que contribuía, muitas vezes, para exceder o número de dias da licença recebida pelo participante. Desse modo, era fundamental garantir a melhoria dos transportes para facilitar o deslocamento das equipes de suas cidades de origem aos *campi* e nos trabalhos desenvolvidos nas regiões durante o estágio.

Era necessário também estabelecer um sistema de comunicação eficiente entre os *campi*, as universidades e as coordenações do Projeto Rondon. A rotatividade mensal das equipes e a longa distância em relação às universidades dificultavam a discussão cotidiana dos mais variados assuntos relacionados aos *campi* avançados. Por isso, facilitar a comunicação era um importante fator para o sucesso do programa.

Por último, havia a questão do apoio deficiente dos órgãos do governo. De acordo com os representantes, as universidades, executoras do programa que “objetivava o desenvolvimento e segurança nacional” precisavam do apoio integral dos órgãos públicos que atuavam em parceria. A crítica foi direcionada ao Grupo de Trabalho de Projeto Rondon que não estaria obtendo apoio integral desses órgãos, pois os recursos necessários ao desenvolvimento do programa não estavam suficientes.

No encontro, os representantes destacaram o importante papel desempenhado pelas universidades, que

[...] se comprometeram, em nome do Governo, a executar seus programas. A maioria das comunidades percebe pela primeira vez a presença e o interesse do Governo. Não podemos desapontá-las. Para que a atuação dos *Campi* se realize é necessário instruir os Governos Municipais, Estaduais e Territoriais, atingidos pelas áreas programadas, no sentido de darem apoio integral à assessoria técnica dada pelas Universidades aos programas destas comunidades.<sup>520</sup>

Embora os *campi* avançados fossem estruturas resultantes de convênios estabelecidos entre diversos órgãos públicos, havia grandes obstáculos diários para garantir o seu funcionamento. Após um ano e da fundação do *campus* avançado de Roraima, sob a responsabilidade da UFSM, foi elaborado um diagnóstico sobre os principais desafios existentes. No documento, produzido pelo coordenador do *campus*, major Alexandre M. Amendola, há um alerta em relação a falta de mão de obra qualificada na região, o que dificultava a operação no dia a dia, pois

Encontrar um electricista, um pedreiro, lavadeira, datilógrafo, cozinheira, bombeiro, carpinteiro, motorista, costureira... transforma-se em um problema muitas vezes insolúvel. Assim, o pessoal do CAMPUS, que do Corpo Permanente, quer das equipes de estagiários (principalmente o primeiro) deve estar em condições de funcionar como operadores de 'sete instrumentos', atendendo à necessidade da ocasião com verdadeiro espírito de pioneirismo. Às vezes, a universidade terá que incluir nas equipes algum de seus funcionários, capaz de realizar trabalhos que, por nós, são do 'dia a dia', mas que na área de atuação adquirem um significado taxativo.<sup>521</sup>

Outra dificuldade relatada era a falta de equipamentos e materiais básicos devido ao isolamento e à distância, como “Um simples parafuso, meio dúzia de pregos, uma máquina de escrever, uma peça simples para viatura, automóvel, gasolina, óleo, e até mesmo sal ou açúcar”<sup>522</sup>. Esse era um problema desgastante no dia a dia da vida no campus, visto que o acúmulo da falta de materiais básicos impactava o trabalho que deveria ser realizado.

Na avaliação do coordenador, era fundamental ter paciência e noção de que o plano de trabalho ocorreria de forma lenta, podendo durar meses ou até anos. Desse modo, a orientação era não elaborar planos “audaciosos” e nem esperar resultados imediatos do campus, dadas as dificuldades existentes no cotidiano.

---

<sup>520</sup> Relatório do I Encontro de direções de *Campi* Avançados. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100011150SOS, identificador: 00790654 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1970.

<sup>521</sup> Observações sobre o funcionamento de um campus avançado. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/d, identificador: 00235826 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1971.

<sup>522</sup> Idem.

Segundo o coordenador, uma das soluções era obter a cooperação local. Para isso, era necessário conseguir a simpatia da população por meio da demonstração de “[...] que viemos ‘cooperar’. É perigoso falar em ‘planejar’, ou em ‘planejamento’, o que geralmente acarreta desconfianças, nunca adotar tom professoral ou doutrinário. Ouvir muito. Dar cautelosamente ‘prescrições’ e fazer cautelosamente ‘afirmações’”<sup>523</sup>.

Os participantes do campus também deveriam estar atentos ao comportamento diário para evitar a “antipatia e má vontade” da população, evitando desmerecer as condições, os hábitos e costumes locais. Além disso, não

[...] assediar as moças insistentemente, adotar atitudes muito liberais, menosprezar fatos locais, partir para o comportamento moral discutível. [...] Andar de ‘biquini’ em Copacabana não constitui grande significado; mas fazê-lo em um dos ‘banhos de rio’ de uma cidadezinha do interior amazônico pode ter sérias consequências negativas. Por fim: não tomar partido em querelas locais; cuidado com os aspectos de religião e de política, que podem tornar-se perigosos e contraproducentes.<sup>524</sup>

As informações revelam os inúmeros desafios diários que os estudantes, os professores e demais membros das equipes que atuavam no *campus* enfrentavam. Desse modo, o documento alerta para a necessidade de um mínimo de conforto para diminuir a baixa produtividade e a falta de motivação que ocorriam durante a realização do estágio.

Para o coordenador, era fundamental garantir luz elétrica e água encanada no *campus*; mosquiteiros e ventiladores; alimentação razoável; transporte disponível e sistema de rádio para garantir o contato com a universidade e o Projeto Rondon para, dessa forma, garantir uma operação eficaz do campus.

Ainda de acordo com o coordenador, a execução do planejamento de trabalho das equipes estava ocorrendo de forma muito lenta, visto que os estagiários estavam sendo absorvidos na prestação direta de serviços devido a falta de estrutura nas áreas. Afinal, não era possível realizar o planejamento sem as condições necessárias para a realização das atividades.

Outro alerta era para a necessidade de atender as “necessidades primárias” da população local. Por isso, orientou que todas as equipes se deslocassem com algum estudante da área de saúde. A segunda área que deveria ser prioritária era educação e, em terceiro lugar, os setores que possibilitassem o aumento da capacidade econômica da região. No caso de Roraima, essas áreas prioritárias eram a pecuária e a agricultura.

---

<sup>523</sup> Idem.

<sup>524</sup> Idem.

Após quase dois anos da existência do *campus* avançado em Roraima, o coordenador descreveu um conjunto de considerações que deveriam ser seguidas para a composição das equipes de estagiários. Além de incentivar a ida de estudantes das áreas consideradas prioritárias, todas as equipes deveriam se deslocar com pelo menos um professor, que se tornaria o chefe.

De acordo com o parecer, a presença do professor proporcionava segurança e disciplina, além de ser capaz de ser o responsável pela coesão do trabalho. As equipes também deveriam ser compostas de acordo com as necessidades das áreas, com base nas solicitações dos órgãos locais. Por isso, também, a importância de um sistema de rádio para facilitar a comunicação.

Outra orientação era incluir um subgrupo, denominado “Grupo de Ação Concentrada”, composto por um professor e três ou quatro estudantes. Esse grupo teria a função de se deslocar para uma área para realizar uma tarefa extremamente específica, por exemplo, um grupo formado por estudantes de economia que deveria produzir um orçamento anual de um município.

Para o coordenador, a quantidade de mulheres para compor as equipes deveria ser pequena, pois devido às “[...] condições que a área de atuação poderá provavelmente oferecer, será difícil alojar e proporcionar acomodação para um grande número de moças.”<sup>525</sup> Além disso, defendeu que era conveniente, se possível, destinar uma professora para liderar as mulheres, caso elas estivessem em uma equipe.

Esse receio com relação à participação excessiva de universitárias pode ser explicado pela preocupação com algum tipo de mácula na imagem do Projeto Rondon, caso a moral e os bons costumes não fossem garantidos nos *campi* avançados. Nesse contexto, caso as mulheres apresentassem atitudes ou comportamentos considerados “inapropriados” eram alvo de críticas nos relatórios.

Foi o que aconteceu com as estudantes de Serviço Social da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) que atuaram no *campus* avançado de Cruzeiro do Sul no Acre. Segundo o diretor, Plínio Felício de Souza, as estudantes eram “[...]amadurecidas na idade, porém carregadas de frustrações trazidas de suas origens.” Desse modo, considerou que, embora tivessem a intenção de auxiliar a comunidade, ao tomar conhecimento da

---

<sup>525</sup> Idem.

situação de vida dos moradores, suas “frustrações” aumentavam. Ou seja, para Plínio Felício, elas não tinham condições emocionais para realizar o trabalho.<sup>526</sup>

De acordo com Michelle Perrot, esse antigo discurso, revigorado no século XIX com a medicina e a biologia, se pautou no naturalismo,

[...] que insiste na existência de duas ‘espécies’ com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos<sup>527</sup>.

Nesse sentido, Rachel Soihet destacou como os filósofos iluministas, defensores da razão, reafirmaram a “inferioridade feminina” em relação às faculdades intelectuais. Para a maioria desses filósofos, as mulheres eram constituídas a partir da *paixão*, não sendo “[...] capazes de invenção e, mesmo quando passíveis de ter acesso à literatura e a determinadas ciências, estariam excluídas da genialidade”<sup>528</sup>.

Além disso, o diretor destacou que essas estudantes adotavam um

[...] comportamento incompatível com a moral, em aventuras amorosas com companheiros de equipes ou jovens solteiros da comunidade e, em alguns casos, com homens casados. Nesse comportamento, arrastam por vezes companheiras de outras especialidades. Acabam provocando o retraimento da comunidade em relação ao Campus, conduzindo-nos a um relacionamento protocolar e oficial.<sup>529</sup>

Embora o coordenador do campus tenha elaborado um relatório com inúmeras críticas às posturas dos universitários de diversas equipes, com relação às mulheres, as reclamações foram mais graves, afirmando que não possuíam condições para realizar o trabalho. Outro grupo que também foi criticada em relação ao comportamento foi a equipe de agronomia.

---

<sup>526</sup> Relatório de atividades no Campus Avançado de Cruzeiro do Sul. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100005805SOS, identificador: 01023477 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1974.

<sup>527</sup> PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. 7ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, p. 186.

<sup>528</sup> SOIHET, Rachel. Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas. In: Revista Estudos Feministas. Vol.5, Nº 1, 1º semestre de 1997. Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS, p. 3.

<sup>529</sup> Idem.

Segundo a avaliação, atuação dos universitários era contínua, porém, apresentaram um planejamento “utópico”, sem noção das condições reais da localidade. No que diz respeito aos momentos de lazer, os universitários “[...] criam dificuldades ao Campus pelo seu comportamento ora voltando das noitadas alegres com jovens locais, ora alcoolizando-se, distorcendo a imagem do Campus, elevando-o à categoria de Hotel de Turismo.”<sup>530</sup>

A equipe de medicina também foi alvo de uma avaliação negativa. Na visão de Plínio Felício, a atuação era “esporádica, contando com total desinteresse do participante e falta absoluta de planejamento.” Desse modo, realizavam um trabalho considerado insatisfatório, mas eram exigentes quanto às condições de transporte, alojamento e alimentação. De acordo com o relatório, eram “[...] Mercantilistas, ansiosos por regressar e assumir funções remuneradas, dificilmente se ajustam às condições locais de trabalho, tecendo críticas aos profissionais radicados na área. Desligam-se da equipe em total desprezo pelo trabalho dos demais.”<sup>531</sup>

Por isso, houve a elaboração de um regime interno com o intuito de “disciplinar o funcionamento do *campus* e o comportamento dos universitários.” Segundo o coordenador, seu objetivo era promover um “ambiente familiar austero”. Desse modo, era fundamental também rever o processo de seleção e treinamento dos rondonistas para melhorar a imagem do programa na região, pois

[...] reconhecemos que os candidatos ainda se constituem daqueles que procuram, no Campus, um refúgio para seus problemas pessoais. São, em sua maioria, jovens frustrados, em choque com os familiares, revoltados com a sociedade em que vivem, a procura de aventuras amorosas, em luta íntima, indecisos ou aventureiros em especulação comercial com produtos da Zona Franca de Manaus.<sup>532</sup>

Os rondonistas pertencentes ao programa de interiorização de mão de obra também receberam críticas em relação ao trabalho e postura no campus. No relatório, foram retratados como “acomodados” e “desinteressados” em contribuir com o trabalho do campus. Além disso, “Não se entendem uns com os outros, vivendo em disputas pessoais que exigem a intervenção do Diretor para acalmar os ânimos. Constituem um ônus pesado e desnecessário para o Campus.”

---

<sup>530</sup> Idem.

<sup>531</sup> Idem.

<sup>532</sup> Idem.

Para a superação deste cenário, a solução proposta era aprimorar toda a estrutura do Projeto Rondon através de novos treinamentos aos universitários e outros grupos que atuavam, como a equipe de transportes, e a elaboração de normas comportamentais mais rígidas para garantir a disciplina. Dessa forma, seria possível superar as dificuldades para promover a consolidação do programa.

## Capítulo 7- A imersão no Projeto Rondon

*Como Estudante Universitário, confesso-me chocado com os informes recebidos. Mas na qualidade de Cidadão Brasileiro, em dia com minhas obrigações para com o meu país, sinto-me obrigado a constituir-me em porta-voz dos infelizes habitantes daquela região, miseravelmente explorados e maltratados por elementos de péssimo caráter, no seu brado de auxílio e alerta.*<sup>533</sup>

*A vivência que tivemos dos problemas do Piauí, durante os trinta e dois dias em que se desenvolveu a Operação PR VIII, [...], ainda mais nos convenceu do acerto da Política do Governo Federal: política moralizadora, que tem procurado eliminar os males que conflagram o desenvolvimento deste grande país*<sup>534</sup>.

Os ganhos do Projeto Rondon para a ditadura civil- militar não se resumiram a canalizar a contestação juvenil para os graves problemas de caráter socioeconômico. Os jovens também foram utilizados como mão de obra na realização de atividades de diversas naturezas para suprir a ausência do Estado em diversos locais do país. Outro benefício da atuação dos jovens nas Operações foi o monitoramento da situação política, econômica e social a partir do incentivo das delações.

O incentivo às delações não foi algo exclusivo da ditadura civil-militar brasileira. Os regimes autoritários que ocorreram no século XX incentivaram tal prática como forma de controle social<sup>535</sup>. Contudo, a prática da denúncia ocorre em todas as sociedades

---

<sup>533</sup> Relatório das atividades do grupo Içana no estado do Amazonas. Levantamento de dados para o perfil de municípios- PPro -I. Ibid.

<sup>534</sup> Relatórios confidenciais do PPro – VII: Operação Regional PPro VII. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014741SOS, identificador: 00580880 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1971.

<sup>535</sup> Sobre este tema, cf.: CORDEIRO, Janaina Martins. Delações e vida cotidiana no Brasil durante a ditadura civil-militar. Locus - Revista de história, Juiz de Fora, v.25, n. 2, p.223-238, 2019 E-ISSN: 2594-8296 - ISSN-L: 1413-3024; GELLATELY, Robert. *Apoiando Hitler: consentimento e coerção na Alemanha nazista*. Rio de Janeiro: Record, 2011; LVOVICH, Daniel. "Sospechar, delatar, incriminar: una aproximación al fenómeno de las denuncias contra el enemigo político en la última dictadura militar argentina". Ayer. Revista de Historia Contemporánea; Lugar: Madrid; Año: 2017; MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. "A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil" Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881997000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011&lng=en&nrm=iso). Acesso em 07 mar. 2021.

organizadas, mesmo as democráticas, embora em escalas diferentes, pois esse processo é resultado de uma série de fatores que envolvem desde a cultura política e o estímulo do Estado.<sup>536</sup>

Uma das formas de expressão do consentimento pode ser por meio das delações. Em regimes autoritários, essa prática foi incentivada tendo em vista identificar os “inimigos do Estado”. No entanto, é importante destacar que a motivação dos indivíduos em delatar não ocorria apenas por questões políticas, mas envolvia uma série de outros aspectos sociais e antropológicos<sup>537</sup>. Desse modo, em muitos desses regimes foram criados mecanismos para “filtrar” e garantir a idoneidade e veracidade das informações.

No Brasil, como já visto, logo após o golpe civil-militar a repressão foi estabelecida e foi criado o Sistema Nacional de Informações (SNI), que subordinou os órgãos de repressão existentes, como os centros de informações das forças armadas, e “[...] pretendeu consolidar uma estrutura única e coesa, como uma rede inextricável, cujas ações eram coordenadas a partir de um núcleo central, [...]”<sup>538</sup>.

As reações sociais contrárias à ditadura, principalmente as inúmeras manifestações que ocorreram em 1968, tiveram como resposta a intensificação da repressão por meio do aperfeiçoamento do aparelho de repressão. Desse modo, além de estimular as delações, a ditadura civil-militar, segundo Cordeiro, “[...] colocou à disposição da sociedade os meios a partir dos quais poderiam recorrer a tais expedientes.”<sup>539</sup>

Assim, os órgãos de repressão criaram uma classificação para atestar o grau de veracidade das informações. Desse modo, havia os agentes que recebiam o treinamento específico para realizar a busca informações e os informantes “[...] *espontâneos*, vale dizer, pessoas que possuíam certa cumplicidade com o regime e que voluntariamente se dispunham a cooperar, fosse por convicção, fosse para receber algum apoio de caráter pessoal”<sup>540</sup>.

Desde a Operação – I, a coordenação do Projeto Rondon incentivou os participantes a fazer delações de qualquer natureza nos relatórios, na seção confidencial. Esta seção não está presente em todos os relatórios produzidos. No entanto, houve

---

<sup>536</sup> CORDEIRO, Janaina Martins. *Idem*.

<sup>537</sup> *Idem*. Delações e vida cotidiana no Brasil durante a ditadura civil-militar. *Locus -Revista de história*, Juiz de Fora, v.25, n. 2, p.223-238, 2019 E-ISSN: 2594-8296 -ISSN-L: 1413-3024.

<sup>538</sup> MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. *Ibid*.

<sup>539</sup> CORDEIRO, Janaina Martins. *Ibid*.

<sup>540</sup> MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. *Ibid*.

delações de várias naturezas feitas por rondonistas. Embora não seja possível afirmar se essas delações provocaram ações concretas por parte da ditadura, esses relatos são importante material de análise para compreender as razões que levavam os jovens a delatar, que poderiam incluir “[...] desde impulsos de preservação da ordem social e das *conquistas* materiais e simbólicas trazidas pelo regime, bem como o medo do aumento de uma *escala terrorista* ou mesmo tentativas de solucionar pequenos conflitos cotidianos.”<sup>541</sup>

Por outro lado, a ausência desta seção em vários relatórios pode ser explicada por muitas razões, entre as quais a falta de informações suficientes para fazer a denúncia, o medo de algum tipo de retaliação por parte do denunciado ou a adoção de uma postura de abstenção de questões políticas. Isso demonstra que nem todos os jovens que participaram do Projeto Rondon estavam completamente alinhados ao projeto ideológico do regime. Muitos participaram por interesses pessoais. Por isso, a importância de levar em consideração a pluralidade de juventudes que participaram do programa.

### **7.1) Denúncias de corrupção, exploração e presença estrangeira**

O relatório produzido pela equipe que atuou em Içana, no Amazonas, revelou irregularidades cometidas por representantes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). No que diz respeito ao IBGE, a denúncia dizia que os dados da área apresentados pelo instituto sobre população, número de casas existentes e estabelecimentos industriais não eram compatíveis com as informações coletadas pela equipe.

Os números divulgados pelo IBGE estavam bem acima da realidade da localidade e a conclusão feita pelos universitários foi que isso era resultado de um esquema de corrupção que visava o recebimento de verbas maiores por parte dos governos estaduais e federais. No relatório, era apresentado o nome do agente de estatística responsável pelo levantamento de dados da região, Sebastião Teixeira Mota. Outra revelação feita foi que

---

<sup>541</sup> CORDEIRO, Janaina Martins. Delações e vida cotidiana no Brasil durante a ditadura civil-militar. *Locus -Revista de história, Juiz de Fora*, v.25, n. 2, p.223-238, 2019 E-ISSN: 2594-8296 -ISSN-L: 1413-3024.

“A população local não só desconhece a existência do IBGE, como também não confirmaram a passagem de nenhum agente recenseador nos últimos anos.”<sup>542</sup>

Já a denúncia relativa ao inspetor do SPI, Ataíde Cardoso, apresentava informações mais graves. Segundo o relato, “gêneros alimentícios, utensílios domésticos, roupas, etc, que deveriam ser distribuídos aos índios, foram vendidos pelo citado elemento a comerciantes da região, que os revendia aos indígenas”<sup>543</sup>. Além disso, o relatório dava conta de que o inspetor recebia propinas para facilitar o tráfico de índios para a Colômbia e utilizava verbas do SPI para interesses pessoais, como compra de terras e imóveis.

Segundo a equipe, Cardoso possuía acordo com as autoridades policiais da região para impedir a divulgação das reclamações dos indígenas. Desse modo a situação era preocupante, pois

As atividades repressoras chegaram a tal grau de eficácia, que só a muito custo conseguimos estas informações. Os índios que, audaciosamente, fizessem alguma denúncia, eram discreta e rapidamente reduzidos ao silêncio<sup>544</sup>.

Sobre a corrupção praticada pela polícia local, os universitários relataram a cobrança de taxas para a realização de festas nas terras dos moradores, extorsão de farinha de mandioca produzida pelos indígenas e estupro de mulheres e crianças indígenas. Houve também denúncia ao comandante do Pelotão do Exército que recebia “[...] rádios, bebidas, etc de contrabandistas colombianos para deixar passar as coisas.”<sup>545</sup>

A equipe de universitários também alertou para a intensa propaganda feita por Cuba através do rádio. Enquanto frequências de rádios brasileiras não eram captadas, uma emissora de rádio cubana tinha alcance na região e transmitia propaganda política. A recomendação da equipe era que os governos estadual e federal tomassem providências imediatas

[...] para sanar ou, pelos menos, tentar de algum modo resolver tal problema, de grande gravidade, se considerarmos a intensa propaganda a que estão submetidos os nativos, bem como o fato de que a maioria se expressa – e muito bem- na única língua civilizada ouvida com grande frequência– o espanhol.

---

<sup>542</sup> Relatório das atividades do grupo Içana no estado do Amazonas. Levantamento de dados para o perfil de municípios- PRo -I. Ibid.

<sup>543</sup> Idem.

<sup>544</sup> Idem.

<sup>545</sup> Idem.

Uma ideia viável seria a instalação de um transmissor de grande potência em Manaus<sup>546</sup>.

Segundo Gustavo Zanelli, chefe da equipe que atuou em Içana, era fundamental que providências fossem tomadas para melhorar a condição política, social e econômica da localidade visitada. E, por isso, produziu um relato emocionado de sua experiência, inclusive evocando a memória do universitário paulista, Augusto Tortorello de Araújo, que morreu afogado no rio Acre ao cair de uma embarcação em que viajava junto com a sua equipe de trabalho.<sup>547</sup>

Para o estudante,

Nenhum cidadão, amante de seu país deve permanecer insensível ao desespero e à miséria do gentio. Fomos, em diversas ocasiões, obrigados a ouvir com lágrimas nos olhos [...] pedidos, feitos em voz entrecortada de emoção, de providências por parte do Governo. [...] jamais poderei esquecer todo o quadro dantesco de exploração e miséria, fome e desespero, reinantes em algumas partes daquela região. E acima de tudo isto, um coro de vozes que não tem forças para se fazer ouvir nos grandes centros, vozes que não berravam nem gritavam, mas urravam por misericórdia e socorro. Compete agora aos nossos dirigentes decidir se farão agora o que faziam até a pouco: ouvir em silêncio e aguardar a extinção pura e simples daqueles desgraçados, como solução ideal para o problema<sup>548</sup>.

Com resultado da atuação das equipes de universitários na Operação – I, foi elaborado um extenso relatório com informações consideradas confidenciais sobre a situação dos municípios da Amazônia visitados pelos estudantes. O documento, estruturado em cidades, apresenta informações gerais, como características geográficas da área, população estimada, principais atividades econômicas praticadas, recursos naturais, e meios de comunicação e transportes existentes, aspectos culturais, a situação das áreas de saúde e educação.

A equipe de universitários que atuou em Uapés alertou para a ausência do prefeito da cidade, Augusto Lopes Gonçalves, que

[...], desde o início de sua gestão não vem cumprindo sua função condignamente, como um representante eleito pelo povo. Desde setembro que o mesmo sem encontra em Manaus, ficando em seu lugar o presidente da Câmara, Sr. Chagas. Este último só é prefeito no nome, pois não pode executar

---

<sup>546</sup> Idem.

<sup>547</sup> “Estudante do Projeto Rondon cai do barco e morre no Acre.” *Jornal do Brasil*, 20 jan. 1968, p. 14.

<sup>548</sup> Relatório das atividades do grupo Içana no estado do Amazonas. Levantamento de dados para o perfil de municípios- PRo -I. Ibid.

nenhum compromisso de âmbito municipal porque é impedido pelo irmão do prefeito, que alega ser esse último quem tem direito de dar ordens<sup>549</sup>.

Outra questão abordada no relatório foram os problemas ocasionados pela falta de fiscalização efetiva das fronteiras no município. Segundo o relato, fazendeiros colombianos entravam no país, através do rio Içana, com o objetivo de convencer indígenas a trabalharem em suas fazendas. Esses fazendeiros traziam presentes para oferecer aos indígenas e prometiam que o trabalho na Colômbia seria por apenas um período.

No entanto, quando finalizava o período de trabalho e os indígenas mostravam interesse em retornar para os seus locais de origem eram impedidos e obrigados a permanecer na Colômbia, trabalhando sob regime de escravidão. Desse modo, a ausência de fiscalização efetiva do Estado deixava a população local à mercê dos interesses estrangeiros.

Houve outros relatos da equipe sobre este assunto, o que demonstrou que essa era uma questão importante e que incomodava os alunos. No relatório, há descrição da chegada de um venezuelano à região no dia 5 de fevereiro de 1968.

[...] chegou um senhor gordo, alto, cheio de autoridade em suas palavras, olhos verdes cabelos iniciando a ficarem cãs. Dizia-se ser do Centro de Inteligência da Venezuela. Conforme informações, seguidamente passa por Uaupés e para na Missão. Tinha vindo a Manaus para saber do destino de alguns guerrilheiros venezuelanos presos em Manaus e que foram levados a Belém. Dizia que o seu nome era Bepe<sup>550</sup>.

Também houve denúncia relacionada à entrada clandestina de estadunidenses na região. Segundo o relato,

[...] tive conhecimento de uma série de rumores sobre a presença de campo de pouso clandestinos, localizados ao norte de Uaupés, com frequência regular de aparelhos, operado por elementos de nacionalidade norte-americana. Tais indivíduos, que evitam entrar em contato com os nativos, estariam realizando pesquisas geológicas na região, visando a exploração comercial de jazidas de diversos minerais, sem o conhecimento das autoridades governamentais<sup>551</sup>.

---

<sup>549</sup> Relatório confidencial da atuação nos municípios da Amazônia: levantamento de dados para o perfil de municípios. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100006347SOS, identificador: 00615980 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1968.

<sup>550</sup> Idem.

<sup>551</sup> Idem.

A equipe que atuou em Barcelos também relatou uma situação política parecida com a que estava ocorrendo em Uaupés. O prefeito, Antônio Leite, não se encontrava morando na cidade e teria “transferido” a administração para Manaus. Outra denúncia feita em relação a atuação do prefeito era a existência de um esquema de desvio de verba. De acordo com as informações,

A verba recebida para o pagamento dos funcionários e para a melhoria da cidade é de cerca de 14 milhões; entretanto, esse dinheiro é desviado para uso particular do Prefeito que, associado com seu filho, é dono de um comércio local. O pagamento dos funcionários, por esse motivo, é feito em mercadorias e gêneros perecíveis. Na eventualidade de existência de saldo a favor do funcionário, o preço das mercadorias é aumentado, a fim de cobrir a diferença<sup>552</sup>.

Em consequência disso, havia um indivíduo, denominado Chamin pelos moradores da região, que tinha a função de emitir documentos falsos para provar, caso fosse solicitado, que a verba destinada a município de Barcelos tinha sido empregada. Além disso, segundo o relato, ele era o “elemento que resolve os ‘problemas’ dos prefeitos do Amazonas.

A queixa também se estendia ao substituto do prefeito, Francisco Moreira, que acumulava a função de vereador e de comerciante, e do delegado local, que também se transferiu para Manaus. Desse modo, o progresso da cidade ficava comprometido pela “inércia das autoridades locais.” Para a equipe era “mister que se elimine esta ‘erva daninha’.”

Outro problema apresentado era a grande exploração enfrentada por grupos de caboclos que eram contratados por “elementos inescrupulosos” para trabalhar em seringais, piaçabais e castanhais. Eles forneciam diversos mantimentos para os caboclos e criavam contas individuais para registrar o quanto cada um já devia antes mesmo de iniciar o trabalho. Além disso, os preços desses mantimentos eram inflacionados.

O acordo previa que o trabalhador ficaria afastado de seu local de origem por um período de 6 meses a 3 anos. No entanto, seu retorno estava condicionado ao pagamento da dívida que possuía com quem o contratava. Caso ficasse doente, era obrigado a permanecer trabalhando até o pagamento de sua dívida.

Havia também mulheres e crianças que realizavam este trabalho análogo à escravidão e, por isso, a equipe destacou a necessidade de “intervenção governamental

---

<sup>552</sup> Idem.

no sentido de construir cooperativas de trabalhos, para evitar a tremenda exploração descrita.”<sup>553</sup> Problemas semelhantes também foram relatados por rondonistas que atuaram em Roraima na Operação – I.

No entanto, a principal queixa feita pelos moradores foi a respeito do modo que vinha ocorrendo o arrendamento de terras por grupos estadunidenses. Segundo a denúncia, “[...] essas terras nada produzem, muito pelo contrário, todo o gado e plantação que nela existia foi destruído e morto.”<sup>554</sup> Este modelo de arrendamento prejudicava os habitantes da região que acabavam sendo expulsos e ficavam sem recursos para a sobrevivência.

O estudante David Nuta Zisman, após ter realizado uma análise do mapa da região, chegou à conclusão de que

[...] todas as localidades arrendadas, quando não estão localizadas em zonas onde já foi constatada a presença de cassiterita e tantalita (metal usado para estruturas que vão resistir a grandes impactos, tais como: aviões supersônicos e foguetes) estão localizadas em zonas de ouro e diamante. Não estou fazendo acusação direta. Isto é apenas um alarme a ser investigado.<sup>555</sup>

O estudante ainda afirmou que o escoamento desses produtos ocorreria através dos

[...] 72 campos de pouso clandestinos, relação dos quais se encontra em poder do prefeito de Boa Vista. Eu mesmo tive a oportunidade de ver um, localizado a apenas 25 km da capital do território em direção oeste<sup>556</sup>.

Para o estudante, a grande insatisfação dos moradores em relação a essa situação, demonstrava que eles possuíam “[...] um sentimento de brasilidade muito maior que nós do sul, que sabemos e não tomamos providências.”<sup>557</sup>

A grande presença de estrangeiros na região amazônica também foi alvo das delações de estudantes. A Amazônia era considerada uma região estratégica e definida como área de segurança nacional. Desse modo, a presença de estrangeiros era percebida e denunciada como ameaça à soberania do país. Em relato publicado em jornal, uma das

---

<sup>553</sup> Idem.

<sup>554</sup> Relatório de atuação em Roraima – PPro I. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100000134SOS, identificador: 00514828 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1968.

<sup>555</sup> Idem.

<sup>556</sup> Idem.

<sup>557</sup> Idem.

equipes, composta por estudantes de medicina que atuou no local na Operação – I, destacou que

[...] de Manaus a Fonte Boa não se encontrou um médico ou sequer um padre brasileiro, e sabia-se que o quadro era assim até o Município de Benjamim Constant, a três mil quilômetros do oceano<sup>558</sup>.

Na perspectiva dos “[...] estudantes, que, de brincadeira, durante a viagem, pegavam os binóculos para ‘procurar americanos disfarçados [...]’<sup>559</sup> as organizações religiosas estrangeiras que atuavam próximo ao Rio Solimões possuíam um papel importante na vida da população. No município de Fonte Boa, o consultório dentário, a enfermaria e os remédios utilizados para casos de emergência estavam localizados na casa de um pastor, chamado Edward Blakslec.

Segundo o relato, na casa do pastor, havia “[...] um aparelho de fonia que, a qualquer hora, pode acionar um hidroavião baseado em Letícia, Colômbia, enquanto a estação do DCT nacional permanece muda há mais de dois anos.”<sup>560</sup> O pastor também atuava no campo educacional, dividindo a função com dois outros sacerdotes europeus que falavam fluentemente o português.

Em outro município, chamado Codajás, a equipe também verificou a forte presença estrangeira. O médico da região era australiano e havia a atuação de voluntários dos Corpos da Paz. Em outras localidades próximas, a assistência era realizada por sacerdotes holandeses da Congregação do Espírito Santo. Desse modo, a constatação feita pela equipe foi que

[...] a não ser na linha de fronteira, onde o Exército tem sediada suas unidades, e em Benjamim Constant, onde a Fundação SESP mantém um hospital, não se encontra um único profissional do Brasil na região do Solimões. Todos são estrangeiros e trabalham como missionário de Fonte Boa<sup>561</sup>.

Equipes de agronomia e de veterinária também denunciaram os malefícios causados pela influência estrangeira no país. O estudante de veterinária da UFMG, Fernando Antônio Araújo Campos, que atuou na Operação – II, em São Paulo, destacou em seu relatório que a venda do gado da raça Santa Gertrudis era resultado da “expansão

---

<sup>558</sup> “Amazônia empolga futuros médicos.” *Jornal do Brasil*, 17 jan. 1968, p. 14.

<sup>559</sup> *Idem*.

<sup>560</sup> *Idem*.

<sup>561</sup> *Idem*.

de organizações estrangeiras no Brasil e a propaganda para subordinação feita pelo americano.”<sup>562</sup>

De acordo com o estudante, essa raça era um tipo mestiço, resultado do cruzamento do gado Santa Gertrudiz com o gado Nelore. Porém, era vendida em leilões para criadores brasileiros por um preço bastante elevado. Para Fernando Antônio, “O gado pode ser bom, mas suas características de mestiçagem podem acarretar graves prejuízos à pecuária nacional”, visto que o gado comprado era semelhante à raça canchim, produzida no Brasil.

Para o estudante, isso era resultado do poder da propaganda e também do fato de os moradores da região se sentirem

psicologicamente inferiorizados em relação ao estrangeiro. Dizendo que o brasileiro é um incapaz. Incapaz o será, se não tiver a necessária confiança em si e na nação, e viver dependendo de outros quando tem ao alcance de suas mãos um dos países mais ricos do globo<sup>563</sup>.

Nessa mesma operação, o estudante de agronomia da UFMG, Carlos Roberto Unes Ticle, visitou fazendas pertencentes a empresas estrangeiras no município de Rancharia e relatou assombro em relação à influência estadunidense na região. Segundo o estudante, o Brasil importava carne bovina em detrimento da valorização da pecuária nacional e justificou sua colocação

[...] para que possam me responder o porque da importação de reprodutores estrangeiros para companhias estrangeiras que remetem todo seu rebanho para a industrialização, e industrialização esta também da mesma Cia. Será necessário ainda a importação de carne bovina sendo que muita que é industrializada não serve para o consumo natural. Pela carta da ONU, todo ser humano não pode passar fome, ou melhor ‘o homem tem o direito de não passar fome.’ Eu pergunto aos Srs. Se a carne industrializada é mais acessível ao consumo popular<sup>564</sup>.

A equipe que atuou em Itaituba, no Pará, também na Operação – I relatou preocupação e fez um pedido de atenção “dos que vierem a ter conhecimento desse relatório” em relação à exploração das riquezas, visto que no local havia jazidas de ouro,

---

<sup>562</sup> Relatório de atuação em São Paulo: Operação Regional – II. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100005058SOS, identificador: 00610325 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1968.

<sup>563</sup> Idem.

<sup>564</sup> Idem.

cassiterita, calcáreo e tantalita. Não havia o controle estatal ou privado na exploração do ouro, que ocorria livremente. Os estudantes destacaram que a administração local já tinha entrado em contato com “às autoridades competentes e continuam batalhando para que o governo venha tomar, com urgências, as medidas cabíveis e necessárias.”<sup>565</sup>De acordo com as informações obtidas pela equipe, parte do ouro era destinado à Santarém e a outra parte “[...] tem-se suspeita (quase certeza) de que é contrabandeado”.

A equipe também buscou-se informar acerca da quantidade de garimpos na região e declarou a existência de quatro garimpos grandes e vários menores ou recém-descobertos. Com relação à presença estrangeira na mineração, os estudantes relataram não ter conhecimento sobre a existência de alguma empresa ou indivíduos estrangeiros, mas não confirmou a informação, visto que a equipe não chegou a ir a nenhum desses garimpos por serem em áreas distantes e consideradas perigosas.

No que diz respeito ao quesito perigo, a equipe buscou explicar que

Além do perigo de se contrair doenças há também perigo de vida, pois tivemos conhecimento dos bárbaros crimes que por lá ocorreram. Assim sendo, todas essas informações recebidas foram coletadas em contatos mantidos com as autoridades e população locais. Acredito, todavia, na veracidade das mesmas pois nos foram fornecidas por pessoas sinceras e idôneas<sup>566</sup>.

Outro alerta feito pela equipe foi com relação à possível presença de petróleo na região. Segundo o relatório, um dos ex-prefeitos da cidade possuía registros feitos por técnicos que apresentaram fortes evidências da existência de petróleo. A equipe destacou que, além dos recursos minerais, a cidade também possuía muitos recursos naturais, como mogno, jacarandá, maçaranduba e pau-rosa, mas esses recursos eram “pouco explorados”.

Para a equipe, era necessário criar meios para garantir maior exploração desses recursos considerados “altamente rentosos” para solucionar os problemas financeiros da prefeitura local. Outro argumento apresentado em defesa da exploração econômica da região era a pouca disponibilidade de emprego em comparação à crescente mão de obra. Este cenário gerava apenas quatro possibilidades para os habitantes

- 1) Trabalhar na extração de borracha que está praticamente abandonada e receber um salário irrisório.
- 2) Trabalhar no garimpo sujeitando-se às doenças e ao perigo de vida.

---

<sup>565</sup> Relatório de atuação em Itaituba PPro – I. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100006255SOS, identificador: 00537064 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1968.

<sup>566</sup> Idem.

- 3) Trabalhar na extração de madeiras cuja exploração está em fase inicial e com poucas probabilidades de expansão.
- 4) Trabalhar na Prefeitura local que devido ao pequeno capital disponível não pode dar emprego a muita gente<sup>567</sup>.

Os relatos feitos pelos estudantes demonstram como a corrupção praticada por autoridades e indivíduos das localidades visitadas era uma questão considerada uma das causas principais dos problemas relacionados à falta de infraestrutura. Em alguns documentos, eles destacaram que as verbas eram destinadas às regiões. Ou seja, de acordo com os estudantes, o problema não era falta de recursos governamentais, mas a má gestão, em decorrência dos interesses privados que se sobreponham aos interesses públicos.

Os estudantes também alertaram para inúmeras riquezas existentes nas regiões que eram “mal aproveitadas” ou exploradas por grupos nacionais ou estrangeiros que buscavam atender aos seus interesses e não promoviam o desenvolvimento das regiões. Essa situação, além de gerar impactos econômicos negativos, contribuía para a exploração da mão de obra local. Por isso, as denúncias foram feitas com a expectativa de que o governo buscasse solucionar a grave situação enfrentada por diversas populações. No entanto, em nenhuma das seções confidenciais analisadas houve uma crítica a ausência de políticas públicas que de fato produzissem transformações socioeconômica desses locais.

Isso pode ser explicado pelo medo de punição ao se fazer críticas explícitas à ditadura, mas é preciso levar em consideração também a existência de uma mentalidade que credita nas ações individuais a solução para problemas de caráter coletivo e estrutural. Desse modo, o governo, ao enviar verbas já estaria exercendo sua função. Caberia então às autoridades locais a responsabilidade completa em solucionar os problemas.

## **7.2) As delações durante o Governo Médici**

Nos preparativos para a primeira Operação, houve o incentivo da coordenação de que os estudantes, na seção confidencial, fizessem delações, de qualquer natureza, caso encontrassem irregularidades nas localidades visitadas. A partir de 1969, no entanto, houve uma mudança significativa em relação aos relatórios de atuação produzidos pelos

---

<sup>567</sup> Idem.

participantes das Operações e das demais atividades realizadas pelo Projeto Rondon, visto que questões políticas ganharam maior destaque.

A equipe que atuou em Pojuca, na Bahia, destacou que uma cidade próxima, chamada São Sebastião, recebia impostos da Petrobrás devido à exploração do petróleo na região, mas o dinheiro era mau investido. Para a equipe esta situação era resultado da má administração do prefeito, Januário Ribeiro, que

Faz festas para a população, contratando músicas; reforma a praça, instalando uma fantástica fonte luminosa com controle eletrônico de sonoridade (murmúrios), segundo as mais modernas e dispendiosas técnicas (preço: NCr\$ 100.000,00); constrói um imenso mercado que não funciona porque não há quem o ocupe; [...]. Ao lado disso, soube-se que o senhor JANUÁRIO havia vendido terrenos da Prefeitura em benefício próprio.<sup>568</sup>

Contudo, a administração pública de Pojuca, de maneira mais ampla, também foi alvo de críticas e denúncias por parte da equipe. Mesmo sendo uma cidade que recebia grande verba não havia água encanada – nesse aspecto, não há explicação se era um problema em algumas áreas ou em toda cidade. E, de acordo com a denúncia da equipe “[...] o Senhor Prefeito, segundo informações, dá-se ao luxo de gastar 57 milhões na campanha eleitoral, além de promover uma ‘campanha de moralização do trânsito’, com colocação de plaquinhas.”<sup>569</sup>

No relato houve o informe que a má conduta administrativa era um problema antigo, pois há pouco tempo tinha ocorrido a deposição do prefeito porque foi encontrado uma grande soma de dinheiro nos cofres da prefeitura, porém sem explicação de sua origem. Desse modo, “Embora as irregularidades tenham diminuído sensivelmente nos últimos anos, há, ainda, setores que ‘ainda não entraram bem nos eixos’. Há uns 3 ou 4 anos atrás, os desmandos e excessos, eram tantos, que poder-se-ia escrever um livro sobre eles.

A equipe também apresentou uma série de problemas envolvendo à Petrobrás. De acordo com as informações, havia gastos excessivos com materiais até o descaso em relação aos equipamentos, que estavam estragando devido ao mau uso. Houve críticas também em relação ao “[...] pessoal administrativo e de assessoria, principalmente do Rio, não entende nada de petróleo, dando conselhos e soluções totalmente desligados da

---

<sup>568</sup> Relatório confidencial do PRO – III em Pojuca. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014686SOS, identificador: 00459883 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1969.

<sup>569</sup> Idem.

realidade.”<sup>570</sup> Além disso, afirmaram que ocorria desvio de dinheiro para “festas e banquetes” quando a chefia visitava o local para a inspeção.

Houve acusação também em relação à exploração da Petrobrás por parte de muitos empregados, empreiteiros, as prefeituras dos municípios e até o governo estadual. Segundo a equipe, isso ocorria devido à existência de uma “[...] mentalidade de que a Petrobrás é de todos e, que sua posição é de servir e beneficiar a todos, podendo, portanto, ser explorada à vontade, servindo de ‘repasto’ aos ‘gaviões’.”<sup>571</sup>

No que diz respeito à origem das informações, a equipe revelou que “[...] a maioria das denúncias aqui citadas, não foram verificadas ‘in loco’ e, sim, relatadas por terceiros em conversas informais, incluindo em conversa com os Sindicatos, não estando confirmada absolutamente sua veracidade.” Outra grave acusação feita em relação ao “[...] ‘escândalo de POJUCA’, que envolve de maneira geral a total corrupção que reina nos municípios, o Exército, tomou conhecimento, por ocasião da visita de um grupo de oficiais à Petrobrás e, nada foi feito.”<sup>572</sup>

Nesse relatório há uma grave denúncia em relação à postura do Exército, que teria conhecimento do que estava acontecendo, mas teria optado por não delatar os inúmeros problemas na região. Este apontamento feito pela equipe demonstra que, mesmo com a existência de um regime ditatorial, esses jovens não se furtaram de apontar a convivência de militares com a corrupção local.

Outro problema apontado foi sobre a relação conflituosa entre os sindicatos e a Petrobrás. Na visão da equipe, os problemas eram resultado de erros cometidos por ambas as partes, pois

De um lado, um radicalismo injustificado por parte de um grupo dos Sindicatos, que em muitos casos beira a demagogia e, por outro lado, o ‘arrocho sindical’, reprimindo a liberdade sindical numa atitude injustificável e arbitrária<sup>573</sup>.

Em relação à política de arrocho sindical adotada pela Petrobrás, a equipe destacou “que em muitos aspectos têm características tipicamente ditatoriais.” Para justificar essa afirmação, houve a elaboração de uma lista com oito itens relatados pelos

---

<sup>570</sup> Idem.

<sup>571</sup> Idem.

<sup>572</sup> Idem.

<sup>573</sup> Idem.

sindicatos locais. Segundo os dados coletados, era proibido qualquer tipo de manifestação dos sindicatos, inclusive “convocações de assembleias e outros avisos meramente burocráticos.” Caso algum empregado fizesse uma reivindicação, era ameaçado de demissão. Os funcionários que atuassem politicamente também eram alvo de demissões.

Esses foram alguns problemas elencados. Todavia, o que mais mereceu destaque para os universitários foi

[...] existir, por parte da Petrobrás, uma tentativa para reprimir qualquer manifestação dos Sindicatos, seja ela JUSTA ou INJUSTA, o que é INADMISSÍVEL, INJUSTIFICÁVEL e INQUALIFICÁVEL, por parte de qualquer regime que se denomine DEMOCRÁTICO (grifos do autor)<sup>574</sup>.

Embora a Petrobrás não tivesse plena autonomia devido à grande influência governamental, a crítica dos universitários não foi diretamente à ditadura, mas à repressão aos trabalhadores e sindicatos feita pela empresa estatal. A justificativa com base no receio de algum tipo de punição não dá conta de explicar essa postura, visto que nesse mesmo relatório houve uma grave crítica explícita ao Exército.

De todo modo, uma possível razão para isso, é a crença de que esses casos de repressão e corrupção tinham origem em ações individuais ou de grupos. Ou seja, de que não eram da responsabilidade do governo federal.

Em um dos relatórios individuais da equipe que atuou em Careiro na Operação V, que ocorreu em janeiro de 1970, a estudante Nelma Torres Padilha, de Alagoas, expressou sua indignação em relação aos inúmeros problemas enfrentados pela população local. Segundo a universitária, a população estava “[...] subordinada aos mandos e desmandos dos interesses pessoais, que falam mais alto do que todo e qualquer apelo de justiça.”<sup>575</sup>

Logo no início de seu relatório, Nelma Padilha explica que sua intenção, ao relatar todas as informações que ela teve acesso, foi “[...] alertar a quem de direito, no sentido de não mais se permitir que o jogo político e a ambição humana continuem fabricando grilhões e mordanças.”<sup>576</sup> Desse modo, com o seu relato, a universitária esperava que a ditadura coibisse essa situação.

---

<sup>574</sup> Idem.

<sup>575</sup> Relatório de atuação em Careiro: Operação Nacional PRO V. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100000134SOS, identificador: 00514823 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1970.

<sup>576</sup> Idem.

A universitária nomeou Careiro como “cidade marginalizada” em decorrência da falta de infraestrutura, tais quais, escolas, postos médicos e saneamento. Outro fator que levou o estabelecimento dessa definição foi o descaso de todos os prefeitos que a cidade teve desde sua função, em 1956, até não teriam se empenhado em melhorar as condições de vida da população.

No relatório consta as informações sobre as receitas e despesas da cidade no período de 1964 a 1968. Ao comparar esses dados com a situação local, Nelma Padilha chegou à conclusão de que parte do dinheiro não foi de fato implantada para a melhoria da cidade, pois havia grande carência de infraestrutura.

Foram apresentadas também informações relativas à administração e legislação municipais, a origem da receita, projetos executados, dentre outras informações. Essa série de dados releva o engajamento no trabalho para obtê-los. Além do comprometimento da estudante com os objetivos do Projeto Rondon.

Nas considerações finais, Nelma Padilha, destaca a gravidade das denúncias apresentadas e que seu objetivo foi de “não faltar com a verdade” e, por isso, o relato das irregularidades constatadas. A universitária afirmou sua crença de que alguma providência seria tomada por meio da “implantação de um novo ‘status quo’.”

Para finalizar seu relato, utilizou como argumento palavras que teriam sido proferidas pelo presidente Médici

“Não me deixarei iludir, nem iludir o povo. Chegou a hora de fazermos o jogo da verdade”. Assim se pronunciou o Presidente Emílio Garrastazu Médici. Damos, nesse instante, o nosso crédito de confiança. É a hora da AÇÃO. Já chega de omissão criminoso!<sup>577</sup>

A questão social também esteve presente no relatório confidencial do sub-coordenador de Mogi das Cruzes, em São Paulo, Lurdevam Barbosa de Toledo, da Operação – VII realizada no Piauí. O sub-coordenador alertou para grande disparidade social existente no estado. Enquanto a classe alta possuía “[...] casas luxuosas, com piscinas e com todos os confortos e requintes das Metrôpoles, carros de luxo (último modelo) e só bebem whisky estrangeiro”, a classe popular vivia “[...] um nível de vida muito próximo da mendicância.”<sup>578</sup>

---

<sup>577</sup> Idem.

<sup>578</sup> Relatórios confidenciais do PRO – VII: Operação Regional PRO VII. Ibid.

Outro alerta feito pelo sub-coordenador foi em relação à classe médica do Piauí. Segundo o relato, existia no estado “[...] completa comercialização da Medicina. Os médicos, principalmente os que residem nas cidades mais importantes (Teresina, Parnaíba, Picos) são quase todos, estranhamente, ricos.”<sup>579</sup> Para justificar esta afirmativa, Lurdevam Barbosa citou o caso de um médico, que exercia apenas a medicina, que possuía três aviões particulares que, inclusive, tinham sido alugados pelos rondonistas.

Desse modo, buscou chamar atenção para que as autoridades federais realizassem um exame atento, alegando que esse era um padrão de vida comum aos médicos do Piauí, inclusive de

Médicos novos, formados há dois ou três anos, logo enriquecem no exercício da Medicina – pública e particular. Diante da pobreza geral da população, é de presumir-se que causas nascidas da falta de escrúpulo e da desonestidade tenham determinado essas riquezas.<sup>580</sup>

Ainda no relatório, Lurdevam Barbosa destacou que este cenário, caracterizado pela grande desigualdade social, era um obstáculo dos mais relevantes para a inserção das juventudes no mercado de trabalho e contribuía para os jovens se corromperem “[...] em vícios, tais como a prostituição e o alcoolismo, a que se entregam os milhares de jovens desempregados do Piauí.”<sup>581</sup>

Com relação à população que habitava o interior do estado, o sub-coordenador comparou a relação entre os trabalhadores e os proprietários de terra ao sistema feudal que ocorreu na Europa durante a Idade Média (V-XV). De acordo com a descrição feita,

O regime socioeconômico, exclusivo do Interior, é semelhante ao feudalismo medieval, o proprietário recebe em suas terras, algumas famílias de roceiros, que a cultivam com instrumentos e técnicas verdadeiramente medievais, sob a condição de dar ao proprietário, quando da ceifa, a metade do que produzir. [...] Essa multidão de explorados habita em casebres de palha e barro que não atendem aos mínimos requisitos da Higiene. São subnutridos, analfabetos, doentes, enfim possuem todos os caracteres do mais extremo subdesenvolvimento<sup>582</sup>.

O âmbito da política local, de forma mais estrita, também foi alvo de denúncias. De acordo com o que foi apurado por Lurdevam Barbosa ocorria um mal emprego e

---

<sup>579</sup> Idem.

<sup>580</sup> Idem.

<sup>581</sup> Idem.

<sup>582</sup> Idem.

desvio de verba pública no estado devido ao superfaturamento de obras, muitas delas apresentando vários problemas de execução. Outro argumento apresentando foi a aprovação de lei pela Assembleia Legislativa que concedia uma pensão vitalícia no valor de Cr\$ 3.000,00 a todos os governadores do Piauí, inclusive para os que já tinham ocupado o cargo.

Houve denúncia também em relação à permanência do coronelismo no estado, visto que em cada região havia uma família tradicional que controlava a política e explorava economicamente a população. Além disso, afirmou que o processo eleitoral era caracterizado pela compra de votos, principalmente por meio da assistência médica-odontológica organizada por políticos “[...] que mandam extrair milhões de dentes para obterem votos.”

Desse modo, concluiu que os políticos locais tinham interesse em manter o analfabetismo e o subdesenvolvimento da região para garantir o controle da população. Como argumento, destacou a ausência de propaganda do MOBREAL.

Percorre-se todo o Piauí e não se vê um só cartaz alusivo a esse Movimento de alfabetização. Quase ninguém, no Piauí, sabe o que é o MOBREAL. Outro que nos parece um exemplo da pretensão dos políticos piauienses em manter o Piauí como está, encontra-se na falta de apoio efetivo por eles dado ao Projeto Rondon: não querem que os universitários conheçam a realidade tal qual é, mesmo assim, fomos a São Luís, no Maranhão, e trouxemos material e propagamos o MOBREAL.

Diante das inúmeras denúncias apresentadas, o sub-coordenador destacou o seu constrangimento e tristeza em relação ao relato sobre as condições políticas, econômicas e sociais do Piauí. Desse modo, procurou justificar sua ação como algo necessário,

[...] com o objetivo de levar ao conhecimento das autoridades superiores do Brasil, um quadro objetivo e real do sub-desenvolvimento do Piauí, sobretudo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da república, General Emílio Garrastazu Médici, este extraordinário brasileiro, com cuja Política, de humanitária democracia, perfeitamente nos identificamos.

Na Operação XI, realizada em janeiro de 1973, a equipe que atuou no município de Cruzeiro do sul, no Acre, alertou para o descaso do governo federal em relação à não exploração de riquezas minerais da região, inclusive petróleo. Segundo a seção confidencial do relatório produzido pela equipe, essas informações já tinham sido enviadas ao Ministério da Agricultura desde a década de 1930, a partir de estudos realizados pelo engenheiro Vitor Oppenheim que tinha chegado à região em 1934.

A equipe alertou para o potencial que a exploração do petróleo poderia trazer ao Acre e relatou que

[...] o referido engenheiro que é de origem alemã, deu conta dos seus trabalhos àquele Ministério, que não tomou muito interesse pela exploração, embora tenha mandado aqui algum engenheiro tentar as pesquisas, estes vieram com maquinários antiquados e apenas fizeram, com muito dispêndio de dinheiro, duas pequenas perfurações, abandonando-se os trabalhos, julgamos, por se encontrar petróleo as zonas mais perto do litoral, como sejam, na Bahia<sup>583</sup>.

O estudo realizado pelo engenheiro também revelou a existência de outras riquezas, como várias fontes de águas minerais bicarbonadas e ferruginosas, além de carvão vegetal. Com relação à existência de ouro, o relatório destacava que já tinha sido encontrado nos rios Juruá- Mirim e das Minas.

Outra questão abordada foi em relação às fronteiras brasileiras. Para a equipe, enquanto os países vizinhos protegiam suas fronteiras, o mesmo não acontecia no Brasil. Esta denúncia se referiu, principalmente, a fronteira Brasil – Peru e de acordo com o relato

[...] os peruanos sem documentos nenhum já chegaram a Cruzeiro do Sul fizeram o que quiseram e as autoridades locais não tomaram qualquer iniciativa ao passo que quando um brasileiro queira cruzar a fronteira eles exigem documentos e, se porventura, tiverem qualquer objeto tomam e não devolvem. Boatos aqui que atualmente estão apanhando madeiras em nosso território. Solicito às autoridades competentes que procurem pelo menos fazer cumprir os Tratados Internacionais.<sup>584</sup>

O relatório apresentou também denúncia em relação ao Exército que teria tomado terras, pertencentes ao educandário para filhos de leprosos, para construir casas que eram destinadas aos militares alocados na região. Desse modo, mais uma vez aparece em um relatório produzido por estudantes uma crítica explícita ao Exército devido a ações corruptas.

No documento, há indicações de que as denúncias seriam apuradas, visto que há anotações em forma de questionamentos em relação a cada questão apresentada. Com relação à existência de riquezas naturais, a orientação era verificar a veracidade das informações referente a presença do engenheiro Vitor Oppenheim na região e a extensão

---

<sup>583</sup> Relatório de atuação do grupo Cruzeiro do Sul: Operação Regional PRO XI. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100006255SOS, identificador: 00537070 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1968.

<sup>584</sup> Idem.

de sua pesquisa. Além disso, investigar se de fato havia as riquezas minerais descritas no relatório.

Quanto a denúncia em relação ao Exército, a orientação era verificar quando foi realizada a tomada das terras e quais dados a instituição possuía sobre as mesmas. Outros questionamentos eram quais os documentos que provavam que as terras realmente pertenciam ao educandário e se elas eram aproveitadas ou estavam abandonadas.

A diretriz quanto à questão do abandono das fronteiras era fazer fotografias do posto de alfândega peruano durante a revista ou quando estivesse sendo apreendido algum material. A orientação também consistiu em deixar intencionalmente algum objeto sem valor para “[...] caracterizar (sob a forma de fotografias ou documentos) a má vontade e o péssimo atendimento por parte dos peruanos. Aproveitar para se possível fazer uma gravação da conversa com os fiscais alfandegários”<sup>585</sup>.

### **7.3) A presença das esquerdas no Projeto Rondon**

A presença estrangeira no interior do país, principalmente, na região Amazônica não era novidade. No entanto, desde o golpe civil-militar a questão da segurança nacional passou a ser um tema de suma importância, visto que a base ideológica da ditadura foi a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Sua origem remonta ao período marcado pela final da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, caracterizado pela nova ordem mundial bipolar entre Estados Unidos e União Soviética.

Nesse contexto, o bloco capitalista, capitaneado pelos Estados Unidos, buscou estabelecer estratégias para conter a expansão do socialismo. Na visão das forças armadas estadunidenses o pós-1945 iniciara um novo tipo de guerra, que não se configurava mais na luta entre exércitos profissionais. Desse modo, a nova ameaça a ser combatida era o “inimigo interno”, indivíduos e grupos que defendiam ideias cujo objetivo era *subverter* a ordem estabelecida <sup>586</sup>.

Essa ideologia teve origem em escolas de formação de militares estadunidenses e francesas, que também buscaram influenciar militares latino-americanos por meio de

---

<sup>585</sup> Idem.

<sup>586</sup> QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 28, n° 47, jan./jun. 2012, p. 21.

cursois realizados em intercâmbios.<sup>587</sup> No Brasil, a disseminação da Doutrina de Segurança Nacional no meio militar esteve fortemente ligada à Escola Superior de Guerra (ESG) criada em 1948.

A DSN rejeitava a ideia de “luta de classes”, pois isso representava uma ameaça a unidade política de um país. Dessa forma, a identidade de classe não deve ser reafirmada, mas a “[...] consciência de pertencimento a uma comunidade nacional coesa que potencializa o ser humano e viabiliza a satisfação das suas demandas”<sup>588</sup>. Nesse sentido, a presença de questionamentos ou antagonismos sociais era considerado extremamente nocivo aos “interesses da nação”. Todo o indivíduo que expressasse descontentamento com a ordem social, política e econômica vigente poderia ser considerado *subversivo* e não apenas aqueles que possuíam ligação com o comunismo.

#### O comunismo era associado

[...] à tirania, à opressão e à barbárie, procurou-se de desenvolver, junto à população latino-americana, a ideia de que o socialismo e democracia eram incompatíveis. Outra associação identificou as organizações revolucionárias e os partidos políticos de esquerda com o fenômeno terrorista. Conseqüentemente, a constante ampliação do guarda-chuva do anticomunismo fez com que aumentasse o espectro dos suspeitos de tentar agredir o ‘mundo livre’<sup>589</sup>.

Após o golpe de 1964, essa perspectiva foi extremamente ampliada pela ditadura civil-militar, que buscou fomentar na opinião pública a ideia de que era necessário garantir a *segurança* do país através da perseguição aos *inimigos*. Dessa forma, a repressão foi uma prática largamente empregada. O Projeto Rondon também foi alvo de preocupação, pois havia o temor da “infiltração comunista” por meio da participação de estudantes de esquerda.

#### O SNI buscou alertar para a presença de

[...] elementos esquerdistas no Projeto Rondon, o que, pode ser constatado não só pelos antecedentes dos elementos envolvidos como também pela mudança

---

<sup>587</sup> Cf.: FERREIRA, Luciano Vaz. Os preceitos da Doutrina da Segurança Nacional e a sua implementação no Brasil. FADERGS, v. 4, nº 2, ago.-dez., 2012; QUADRAT, Samantha Viz. Ibid.

<sup>588</sup> PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In FICO, Carlos et al (orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 144.

<sup>589</sup> Idem, p. 146.

de atitude das organizações do PCB em relação ao projeto, marcada pela ausência de críticas a partir de fins de 1969<sup>590</sup>.

Segundo o SNI, grupos de esquerda estavam se aproveitando das viagens promovidas pelo Projeto Rondon para disseminar seus ideais para o interior do país. A orientação dada era que se verificasse os antecedentes dos candidatos, junto aos órgãos de informações, para evitar a “[...] infiltração de esquerdistas ou simpatizantes nessa meritória obra governamental”<sup>591</sup>.

Pery Tadeu de Oliveira, militante do Partido Operário Comunista (POC), preso em julho de 1969, relatou que havia um interesse de organizações de esquerda de usufruir do Projeto Rondon. Embora, inicialmente, o posicionamento das esquerdas tenha sido o de denunciar o programa como uma tentativa de angariar o apoio estudantil à ditadura diversas organizações de esquerda resolveram utilizá-lo para seu benefício.

De acordo com o documento, Pery Tadeu de Oliveira declarou que, diante do crescimento do Projeto Rondon, essas organizações perceberam as vantagens de participar das operações. Além de ser um meio de contato entre vários estudantes, o que possibilitaria a divulgação dos ideais dessas organizações, era uma forma de fazer levantamentos de diversas áreas nos âmbitos político, social e econômico, bem como ter maior noção das estruturas militares nessas regiões. O relatório ainda aponta que no depoimento teria sido revelado a participação de militantes da Ação Popular (AP) e de estudantes ligados à Ação Libertadora Nacional (ALN) na estrutura do Projeto Rondon.<sup>592</sup>

No entanto, a posição adotada pela liderança foi de não coibir a participação desses estudantes. Segundo o cel. Dalton de Melo Andrade, coordenador regional do estado do Rio de Janeiro, em 1971, as instruções do Coordenador Geral era advertir os estudantes ligados às esquerdas que, em suas tarefas, não poderiam mencionar assuntos políticos. Para ele, a participação desses estudantes contribuiria para “[...] a recuperação de jovens que, muitas vezes, estariam sofrendo influências de elementos contrários ao atual regime vigente no País”<sup>593</sup>

Na Operação – III, o coordenador regional de Santa Catarina teve que prestar esclarecimentos sobre a participação do estudante, Markian Kalinoski, da faculdade de

---

<sup>590</sup> SNI/AC. PB.267/71 – AC, 26 de julho de 1971.

<sup>591</sup> Idem.

<sup>592</sup> SNI/AC. Informação nº 235, 12 nov.1969.

<sup>593</sup> SNI/AC. Relatório periódico de Informações nº 20, de 30 março de 1971.

direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), considerado *subversivo* pelo governo. Segundo o coordenador, a participação do estudante ocorreu de forma voluntária. Além disso, argumentou que a orientação recebida pela Coordenação Geral do Projeto Rondon era que não deveria ocorrer impedimento com base em critérios raciais, sociais ou políticos. A única regra explícita era evitar agrupar em uma equipe estudantes, considerados uma “minoría subversiva”, para neutralizar suas ações e dificultar o contato com participantes de outras tendências políticas.

Em sua defesa, o coordenador afirmou que esse procedimento foi realizado. Para ele,

Embora com o passado político estudantil em sindicância procedida, foi o candidato recuperável uma vez que o seu idealismo de jovem é que estava sendo utilizado em direção à esquerda, mas que, se lhe fosse dada uma oportunidade de desenvolver seu potencial, em outra atividades, poderíamos recuperá-lo.<sup>594</sup>

Ou seja, em sua concepção, era necessário dar a oportunidade a esses jovens de se recuperar da influência da esquerda, que teria se aproveitado de uma característica inerente às juventudes, o idealismo. Dessa forma, o Projeto Rondon seria a oportunidade ideal para reaver e canalizar esse idealismo para os interesses da ditadura. Para provar seu ponto de vista, o coordenador entregou o relatório individual produzido pelo estudante.

O relatório produzido por Markian Kalinoski, apresentou o resultado de sua pesquisa na cidade de Santo Antônio do Içá, localizada em Amazonas. O tema abordado no documento foi o âmbito do direito. Desse modo, o estudante fez um extenso levantamento sobre o sistema judiciário, o registro civil, a justiça eleitoral, o poder de polícia, o direito trabalhista, agrário e fiscal.

Além de fornecer informações sobre algumas atividades realizadas junto à população, Markian Kalinoski também fez sugestões para a superação dos principais problemas apresentados no relatório, como melhoria no transporte para casos de emergência médica e o envio de medicamentos, um cirurgião e um dentista, que deveriam acompanhar as próximas equipes.

O estudante também fez críticas à coordenação geral do Projeto Rondon, apontando a desorganização como o principal problema. Para ele, não houve critério lógico na seleção dos rondonistas, que não receberam um preparo satisfatório. Além disso, criticou a falta de medicamentos, a ausência de membros programados para compor a

---

<sup>594</sup> SNI/AC. Ofício nº 389, 25 maio 1969.

equipe e sugeriu que a escolha do chefe da equipe fosse feita por seus membros e não pela coordenação.

No documento, houve também denúncias sobre o contrabando praticado na região. Na visão do estudante, era um “mal necessário”, visto que os alimentos e combustíveis oriundos de Manaus não supriam a demanda local. Além da participação de comerciantes e indígenas, havia a participação de peruanos e colombianos.

Outra grave denúncia feita pelo participante foi a respeito do prefeito da cidade, Zenith Ramos, que terminara seu mandato em janeiro de 1969

[...] enriqueceu com o dinheiro público. Seus direitos políticos foram cassados pela Câmara de Vereadores, mas foi acobertado pelo deputado estadual Sérgio Pessoa Neto (espécie de coronel do Alto Solimões)”.

Acreditamos que os senhores não farão nada a esse respeito pois denúncias sobre estas irregularidades foram feitas aos seguintes órgãos:

SNI (Serviço Nacional de Informação)

Comandante do 2º pelotão de Fronteira (Ipiranga)

Comandante da 7ª Cia. De Fronteira (Tabatinga)

Comandante do GEF (Grupamento de Elementos de Fronteira sediado em Manaus)

Assembleia Legislativa de Amazonas

Governador do Estado do Amazonas

Ministro da Justiça

Não seria o caso de usar o ato nº 5?<sup>595</sup>

O conteúdo do relatório, com ênfase na delação<sup>596</sup>, demonstra uma afinidade do estudante ao que era esperado dos participantes do Projeto Rondon. O que levou o coordenador regional de Santa Catarina a justificar a participação do estudante e se colocar em uma posição de defesa do mesmo, alegando que sua atuação na Operação – III promoveu a recuperação da influência da esquerda.

Em 1973, o SNI elaborou uma avaliação sobre o Projeto Rondon. No âmbito político, o órgão reconhecia que o programa atendia “às políticas nacionais de desenvolvimento, de Integração e Segurança”, mas que estava aberto às sugestões e interesses do meio universitário. Desse modo, “Esse binário permitiu resultados excepcionais para um movimento que nasceu espontaneamente, sem nenhuma estrutura e sem nenhuma outra experiência que lhe servisse de modelo”<sup>597</sup>.

Para o SNI, o saldo do Projeto Rondon era extremamente positivo e compensador, visto que os relatórios produzidos pelos estudantes propiciavam “[...] ensinamentos a

---

<sup>595</sup> Idem.

<sup>596</sup> Este tema será analisado no capítulo 5.

<sup>597</sup> SNI/AC. Informação nº 22/669, de 30 de maio de 1973.

diversas esferas de atuação do Governo Federal”. Desse modo, o SNI confirmou a importância das informações registradas pelos rondonistas, proporcionando subsídios para as ações da ditadura.

## Capítulo 8 – O retorno das viagens

*Guardo até hoje uma forte lembrança dessa experiência que talvez tenha marcado minha vida para sempre. Por essa minha participação nessa viagem, me considero um privilegiado, eterno devedor aos que conceberam o Projeto Rondon.*<sup>598</sup>

Em março de 1968, o *Jornal do Brasil* publicou relatos de doze rondonistas – quatro universitários do Rio de Janeiro, três de São Paulo e cinco do Rio Grande do Sul – que participaram da Operação – I. Além dos desafios enfrentados, os rondonistas também registraram suas impressões em relação à viagem e aos locais visitados. Estas impressões refletem muitas concepções e visões de mundo existentes no universo juvenil.

Segundo Celso Gomes, estudante de geologia da UFRJ, a viagem proporcionou uma mudança de percepção, pois

Antes da partida para a Amazônia, tinha uma ideia diferente do tão falado e mal conhecido Inferno Verde. Esta palavra ‘inferno’ faz nos sentir como se aquela terra fosse um mundo proibido para os homens da cidade. Todavia, isto não é verdade e quem as proferiu por certo não é um brasileiro. Acredito que esta expressão tenha partido de outras pessoas que têm interesse em que o brasileiro não venha conhecer o que realmente é a Amazônia e o que ela possui de riquezas.<sup>599</sup>

Na visão do estudante, era papel da juventude defender a Amazônia para evitar a perda deste território para os interesses estrangeiros. Com base em um ideal salvacionista, Celso Gomes acreditava que levou esperança aos habitantes locais:

Vi nos olhares das criancinhas, na angústia do caboclo, a esperança que a minha pessoa trazia. Por certo estariam pensando: ‘Graças a Deus chegou o dia em que os irmãos da cidade se lembraram de nós’. E com eles murmurei para mim mesmo: ‘Meu Deus, fazei com que eles estejam certos e dias melhores haverão de vir.’<sup>600</sup>

---

<sup>598</sup> DREAUX, Ronald Dória. Projeto Rondon. In: MAYR LIU, Letícia Maria (org.). *Aventura na Amazônia: uma lição de vida no Projeto Rondon*. Porto Alegre, 2008, p. 151.

<sup>599</sup> “Projeto Rondon mostrou pequena dimensão da vida humana na Amazônia.” *Ibid.*

<sup>600</sup> *Idem.*

Para Lúdia Protzenko, estudante de odontologia da UFF, a oportunidade de viajar ao interior do país para conhecer a realidade de vida da população local e prestar auxílio foi uma experiência gratificante, “[...] pois ajudei ao próximo, ao irmão sertanejo”. A estudante também relatou que “[...] ficava emocionada quando ouvia estas frases: ‘Dona Menina, estou fervendo a água como a senhora ensinou. [...] Dona Menina, a senhora trouxe uma esperança para nossa gente’”.<sup>601</sup>

Nos relatos, alguns jovens também expressaram a sensação de “dever cumprido” por ter participado da experiência tanto no que diz respeito ao atendimento da população, quanto à expectativa da ditadura em relação ao trabalho que seria realizado pelos universitários. De acordo com Ibanor Anghinoni, estudante de agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e chefe da equipe que atuou em Cucuí, no Amazonas,

Se fomos com ‘Deus na alma e o Brasil no coração’, segundo as palavras do Presidente da República no discurso de despedida no Rio, voltamos cientes do dever cumprido e de termos colaborado para a integração nacional. Voltamos cientes das dificuldades que os irmãos do Norte e Nordeste passam. Os diferentes aspectos foram analisados pelos estudantes, soluções possíveis de serem postas em prática num futuro próximo serão apresentadas. Temos a certeza de que o Governo federal, dado o interesse que despertou o Projeto Rondon, terá um material valioso para se basear no trabalho de desenvolvimento da Amazônia. Trabalho de jovens universitários para o Brasil de amanhã, para o Brasil integrado em toda a sua extensão<sup>602</sup>.

O relato de Ibanor Anghinoni expressa o comportamento de adesão à ditadura, ao defender valores cristãos e nacionalistas, por meio da reprodução de palavras proferidas por Médici. Seu posicionamento revela que, para além dos interesses pessoais, houve parcelas juvenis que se identificavam com o projeto ideológico do governo.

Os estudantes também expressaram uma ideia de superioridade em relação à população do interior, ao considerarem que estavam *levando conhecimento* com base em um. Esta é uma perspectiva que se baseia na ideia de que esses indivíduos, além de *ignorantes*, eram *atrasados*. Além disso, se colocaram em uma posição de grande importância, pois descreveram que houve grande contentamento e esperança da população após a chegada às localidades.

Os relatos das experiências vividas pelos rondonistas não possuem apenas caráter descritivo ao apresentar os dados obtidos na pesquisa local e as atividades realizadas

---

<sup>601</sup> Idem.

<sup>602</sup> “Gaúchos encontraram forte disposição para o progresso.” Ibid.

durante as Operações, mas revelam impressões dos jovens em relação a inúmeros aspectos.

### 8.1) As impressões

Os indígenas também foram alvo das ações do Projeto Rondon. Às vésperas do início da Operação – I parecia haver um grande expectativa e entusiasmo por parte de alguns jovens. Era o caso de Lucia Filgueiras, que fazia parte de um grupo de 70 mulheres pioneiras no Projeto Rondon.

A estudante buscou se preparar para evitar surpresas ou decepções em relação ao que encontraria no Oiapoque, região fronteira do Brasil. Por isso, esteve em contato com estudantes que já conheciam a região e elaborou um plano de trabalho baseado em palestras sobre higiene, puericultura e farmácia, e na realização de um levantamento socioeconômico da região. Em seu plano de trabalho, incluiu um questionário para fazer um levantamento socioeconômico da região que buscava analisar desde o sistema de alimentação, a vida social e os tipos de doenças mais comuns que afetavam a população local.

Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, afirmou que não pretendia “demonstrar minha superioridade cultural aos índios. E até isso a gente vai treinando aos poucos”. Sua fala demonstra o grande preconceito e a ideia de superioridade das populações urbanas em detrimento das rurais, compartilhados entre muitos dos jovens participantes do projeto. A ideologia do projeto Rondon também era permeada por essa visão, visto que o desejo pela integração do Brasil tinha como objetivo final submeter as regiões mais distantes dos grandes centros urbanos aos diversos interesses e costumes das populações do litoral.

Embora tentasse afirmar que sua ideia era respeitar as tradições e costumes dos povos locais, a estudante declarou que:

[...] não vai ser fácil tirar do índio ou do caboclo todas as suas tradições e não queremos isso, nem poderíamos fazê-lo em um mês apenas. E depois, se a gente antes de fazer as coisas começar a achar que não vai dar certo, porque índio é assim mesmo, nada irá para frente. Vou ensinar, mas vou apreender também.<sup>603</sup>

---

<sup>603</sup> “Lucia Filgueiras seguirá para o Oiapoque disposta a ajudar a educar os índios”. *Jornal do Brasil*, 28 dez. 1967, p.15.

Lucia também foi indagada sobre temas políticos, mas se recusou a falar sobre esses assuntos, exceto sobre a atuação dos Corpos da Paz no Brasil, o qual considerava desnecessário, pois

Acho que quando a gente sabe fazer as coisas não precisa pedir ao vizinho para fazê-las por nós. É muito mais fácil das ordens na nossa casa do que na dos outros. E depois, a diferença entre eles e nós é que fazemos o levantamento e entregamos o resultado às nossas autoridades, enquanto eles entregam às deles<sup>604</sup>.

Na Operação – I, o grupo de universitários que atuou em Içana relatou as dificuldades de se obter informações sobre o modo de vida dos indígenas e, por isso, apresentaram estratégias para realizar entrevistas com êxito. Contudo, no relatório é possível perceber a existência de uma visão homogeneizada e preconceituosa em relação às tribos indígenas.

Para a equipe, a busca por informações dos indígenas deveria ser feita de forma discreta, pois

A inveja entre as famílias e mesmo em seu seio, é um problema social bastante grave e que por vezes acarreta consequências trágicas. Justifica-se aqui a necessidade de extrema discrição no interrogatório familiar<sup>605</sup>.

Outro prejulgamento feito pela equipe foi a afirmação de que o senso de comunidade era um aspecto ausente. Segundo o relato “[...] cada família, excetuando dias de festas ou solenidades religiosas, vive socialmente isolada, embora residindo bem próximo uma das outras”<sup>606</sup>.

Nessa perspectiva, a equipe finalizou a seção do relatório sobre este tema, afirmando que

Os índios, apesar de bastante inteligentes e dotados de uma capacidade de assimilação super-desenvolvida, são essencialmente conservadores: um hábito novo só será aceito se vier precedido por explicações lógicas e convincentes. Não é suficiente dizer ao índio que determinada atividade (tomar água do rio, sem tratamento, por exemplo) lhe é prejudicial – é necessário provar as afirmações. Aquilo que não é visto geralmente não é aceito.

---

<sup>604</sup> Idem, Ibid.

<sup>605</sup> Relatório das atividades do grupo Içana no estado do Amazonas. Levantamento de dados para o perfil de municípios- PRo -I. Ibid.

<sup>606</sup> Idem.

É interessante a capacidade de imitação indígena, em relação aos brancos. É importante, pois que cada membro da equipe seja cuidado ao falar e em suas maneiras para não influenciar os silvícolas.<sup>607</sup>

Na Operação Regional Aragarças, realizada em julho de 1968, foi enviado um grupo à Merure, na época, um núcleo xavante e bororo. O registro de atendimentos feitos pelo grupo, composto por onze universitários de diversas especialidades, demonstra um trabalho intenso, pois apresenta um elevado número de ações realizadas. No relatório também foi descrito as principais dificuldades enfrentadas, como local de difícil acesso e ausência de escolas e hospitais.

A equipe também atuou no núcleo indígena de São Marcos, composto por índios xavantes. Essa experiência foi registrada de forma diferente no relatório, visto que houve maior destaque para as impressões da equipe em relação aos hábitos e costumes dos indígenas do que a menção às principais dificuldades enfrentadas pela tribo. Para os universitários, os xavantes possuíam

[...] valores de civilização muito pura e adiantada. São por natureza agrícolas, com excelentes qualidades para a mecânica e indústria; nível intelectual elevado, cultivam os estudos, a música, o esporte e a dança; são mecânicos, motoristas e eletrotécnicos; meigos, inteligentes e carinhosos. Não aceitam em absoluto vício algum, nem de álcool ou violência ou sexo. A um motorista de FNM que lhes ofereceu um litro de pinga, quebraram-lhe o recipiente, deixando – o apavorado. Não aceitam cigarros. O xavante é um capítulo à parte na história do nosso indígena e merece um estudo especial. Eis uma sugestão pedagógica para a Fundação Nacional do Índio.<sup>608</sup>

É um relato etnocêntrico que revela a existência de uma visão preconceituosa em relação aos indígenas ao considerá-los “civilizados” com base nos parâmetros comportamentais de uma sociedade urbana. Além disso, denota extrema surpresa pelos xavantes possuírem “nível intelectual elevado” e terem o conhecimento para atuar em diversas áreas, como mecânica e eletrotécnica.

A imagem do indígena “passivo” e “bondoso”, que no Brasil remonta ao Romantismo no século XIX, permeava a visão desses jovens. Eles esperavam encontrar indivíduos completamente acessíveis e extremamente gratos, porém demonstraram surpresa diante de comportamento diverso. Para eles, “apesar de manter uma atitude de subserviência com o civilizado, não lhe quer bem de modo absoluto e incondicionado.”<sup>609</sup>

---

<sup>607</sup> Idem.

<sup>608</sup> Relatório da Operação Regional Aragarças Pro- II. Idem.

<sup>609</sup> Idem.

Para justificar essa perspectiva, o grupo relatou que

Uma gravação feita por pesquisadores do Projeto Rondon, em língua xavante, de dois elementos da tribo, revelou que nutrem uma profunda antipatia pelos visitantes que procuram apenas fotografias e troca de bugigangas por objetos de fabricação difícil, como esteiras, e cocares (uairós) e arcos. Outra reserva que mantém é quanto a fotografar crianças. A mãe índia não permite e esconde sigilosamente o seu ‘pequeníssimo’ tesouro em cesta coberta e retira-se quando o turista tenta ver a criança.<sup>610</sup>

A equipe que atuou na Missão Salesiana de Sangradouro, Mato Grosso, descreveu os indígenas da etnia Xavantes como possuidores de “quociente intelectual elevado”, além de destacar que falavam “um português correto” e que trabalhavam, na lavoura e na pequena indústria, e possuíam uma pecuária “bem desenvolvida”. Os estudantes buscaram tecer outras impressões em relação aos Xavantes. Embora os indígenas estivessem em contato com a “civilização moderna”, eles mantinham os hábitos e costumes. No entanto,

[...] com a preocupação de melhorar na higiene das malocas e limpeza pessoal, em particular da Índia, que, contra todas as premissas femininas, não tem gosto estético e nem higiênico. Talvez seja pela total servidão em que vive, tornando-se, dentro da praxe indígena, uma verdadeira “coisa”, sem direito nem para escolher o noivo, que é o pai deste que designa com quem necessariamente vai casar. Foi difícil introduzir o costume de o índio trabalhar, pois, este só se dedicava à caça e pesca e guerra, [...].<sup>611</sup>

O contato com tribos indígenas levou um grupo de participantes da Operação - II a lançar uma “Campanha Pró-Índio Brasileiro, a fim de prestar assistência aos índios, com a distribuição de medicamentos, ferramentas e objetos de uso pessoal, além de aulas sobre noções de valor.”<sup>612</sup> O objetivo era transformar o assistencialismo em ações duradouras através da criação de escolas e ambulatórios, “sem que a cultura indígena seja deturpada de forma violenta”. Além disso, os universitários pretendiam realizar pesquisas sobre as tribos indígenas para encaminhá-las à Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

A FUNAI foi criada pela lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça e veio para substituir o Serviço de Proteção aos Índios, criado em 1910. Esta iniciativa foi resultado das denúncias presentes no Relatório Figueiredo<sup>613</sup>,

---

<sup>610</sup> Idem.

<sup>611</sup> Idem.

<sup>612</sup> Jornal do Brasil, 29 ago. 1968, p. 4

<sup>613</sup> O Relatório Figueiredo ficou desaparecido por 45 anos e só foi descoberto em 2012 em decorrência dos trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade.

produzido pela Comissão de Investigação do Ministério do Interior, que revelou inúmeras violações de direitos indígenas.<sup>614</sup>

Após a investigação foram descobertos inúmeros crimes cometidos contra os indígenas com a participação direta ou o aval de funcionários do SPI. De acordo com o relatório, a natureza dos crimes variou desde assassinatos de indígenas e tribos inteiras, estupro, trabalho escravo, tortura, repressão a organizações a apropriação de riquezas de territórios indígenas. O relatório buscou dar bastante ênfase à violação dos direitos indígenas ao afirmar que

O índio, razão de ser do SPI, tornou-se vítima de verdadeiros celerados, que lhe impuseram um regime de escravidão e lhe negaram um mínimo de condições de vida compatível com a dignidade da pessoa humana.

É espantoso que existe na estrutura administrativa do país repartição que haja descido a tão baixos padrões de decência. E que haja funcionários públicos, cuja bestialidade tenha atingido tais requintes de perversidade. Venderam-se crianças indefesas para servir aos instintos de indivíduos desumanos. Torturas contra crianças e adultos, em monstruosos e lentos suplícios, a título de ministrar justiça.<sup>615</sup>

Dessa forma, a questão indígena estava em pauta no cenário político brasileiro, contribuindo para despertar o interesse juvenil em relação a esses grupos. A proposta da “Campanha Pró-Índio Brasileiro” era arrecadar doações do comércio e da indústria para serem enviadas aos indígenas desde que conservassem suas tradições e repudiassem “bebidas alcoólicas, fumo e outros vícios adquiridos dos brancos”.<sup>616</sup>

Ou seja, o auxílio era condicionado às tribos que, na concepção desses jovens, mantivessem hábitos “corretos”, vinculados ao conservadorismo. Isso demonstra como a visão conservadora fazia parte do universo juvenil, tendo seus adeptos nesse meio. Segundo a notícia, a iniciativa contou com o apoio da FUNAI que inclusive ofereceu aos interessados a chefia de postos indígenas, após o término de suas graduações.<sup>617</sup>

Nas Operações se tornou praxe, principalmente, pelas equipes destinadas a fazer levantamentos de dados, descrever o número de famílias existentes nas localidades visitadas. Contudo, em alguns relatórios, os universitários exprimiram suas opiniões acerca dos hábitos e costumes desses moradores.

---

<sup>614</sup> Cf.: EVANGELISTA, Breno Luiz Tommasi. Entusiastas do desenvolvimento: a Fundação Nacional do Índio e o projeto modernizador da ditadura (1969-1974). 1ª ed. Curitiba: Editora Appris, 2021. No prelo.

<sup>615</sup> MINISTÉRIO DO INTERIOR, Relatório Figueiredo. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/violacao-dos-direitos-dos-povos-indigenas-e-registro-militar/docs-1/relatorio-figueiredo/relatorio-figueiredo.pdf/view> . Acesso em 21 nov. 2020

<sup>616</sup> Jornal do Brasil. Idem.

<sup>617</sup> Idem.

No relatório produzido pela equipe que atuou em Vitoriana, em julho de 1968, o fato da maioria dos casais não serem casados no civil e no religioso foi considerado pela aluna Adelina Amalia Tossi uma situação intolerável. “Ficamos horrorizadas ante tal situação e lançamos a pergunta: como vive, ou poderá viver uma sociedade assim?”<sup>618</sup>

As condições das mulheres também foram observadas pelos rondonistas, que expressaram suas impressões em alguns relatórios produzidos. A equipe de Vitoriana relatou que a maioria das jovens trabalhavam na roça. As demais, permaneciam em casa e cuidavam dos afazeres domésticos. O relatório também apresentou que um dos problemas mais graves encontrados foi a baixa escolarização das mulheres da região. Na perspectiva dos estudantes,

As mocinhas não possuem nenhum ideal de educação, conformam-se com o mínimo de educação primária que possuem e não continuam os estudos. Talvez algumas delas nem saibam que após o primário pode-se continuar estudando, talvez queiram, mas as condições econômicas dos pais não permitem<sup>619</sup>.

Quanto à questão da educação sexual, não há uma descrição exata de como o tema era tratado pela população local. O único comentário expresso no relatório foi “[...] devemos deixar de lado os comentários, pois, por mais que falássemos, não relataríamos o quanto as pessoas do local estão atrasadas nesse assunto.”<sup>620</sup>

Nos relatórios analisados, quando as mulheres são mencionadas, foi comum culpá-las de algum tipo de problema existente nos locais visitadas. Para o estudante de filosofia da UFSM, Francisco Alba, que atuou no Campus Avançado de Roraima, a existência de uma maior número de mulheres do que homens na região era um

[...] fator desfavorável à formação de bons hábitos e de uma vida mais séria. As jovens vivem sob a tensão de não encontrarem um esposo para o seu futuro, favorecendo à uma certa leviandade, procurando situações que possam satisfazê-las ao menos momentaneamente.<sup>621</sup>

Segundo o estudante, além dos problemas relacionados ao setor educacional, havia outros tipos de problemas socioeconômicos, como o comportamento das mulheres

---

<sup>618</sup> Relatório de atuação em vitoriana: Operação Regional PRO II. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014201SOS, identificador: 00709636 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1968.

<sup>619</sup> Idem.

<sup>620</sup> Relatório de atuação em Vitoriana: Operação Regional PRO II. Ibid.

<sup>621</sup> Coletânea de relatórios de atuação no Campus Avançado de Roraima. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100010389SOS, identificador: 00444128 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1969-1974.

e a falta de mercado de trabalho, o que dificultavam a melhoria da educação. Além disso, havia o desinteresse dos jovens locais que não vislumbravam um futuro promissor, de modo que faltavam “[...] ideais de vida, faltando uma vida de prestígio e honestidade, vivendo numa simples e quase pura superficialidade.”<sup>622</sup>

Na análise feita por Francisco Alba, outro problema que agravava a situação do setor educacional em Roraima era a predominância de uma mentalidade “paternalista” por parte da população local, visto que “O Governo sempre atendeu, está atendendo e tem que ajudar em tudo. Assim pensa e está na mentalidade deste povo, omitindo-o das iniciativas.”<sup>623</sup> Ou seja, na visão do estudante, faltava interesse da população em querer melhorar as condições de vida locais.

As informações e impressões presentes nos relatórios revelam o quanto o conservadorismo permeava o universo juvenil, inclusive com relação ao comportamento que era esperado das mulheres que participavam das operações. Ajuda, nesse sentido, a problematizar uma visão, não raro cristalizada, em particular quando se fala na chamada geração 1968, de acordo com a qual os jovens tendem “por natureza”, a comportamentos progressistas ou mesmo revolucionários.

Na Operação - I, uma das equipes enviadas à Rondônia foi composta por nove mulheres, estudantes de pedagogia. No relatório produzido por uma das mulheres, houve queixa de que algumas das componentes “[...] apresentaram problemas de ordem moral, a ponto de conseguirem envergonhar todo o grupo em Porto Velho e em Guajará-Mirim [...]”.<sup>624</sup>

O embasamento da denúncia foi de que, no hotel em que os estudantes estavam instalados, houve comentários das “moças do Rondon” que teriam saído com hóspedes casados e frequentado lugares considerados “pouco recomendáveis”. Além disso, em uma festa oferecida aos rondonistas, no clube da cidade de Guajará, algumas estudantes apresentaram modos “inadequados”, o que “[...], exigiu que se parasse a festa, digo, a orquestra e se pedisse um comportamento decente às mesmas, alegando ser aquele um clube familiar”<sup>625</sup>.

---

<sup>622</sup> Idem.

<sup>623</sup> Idem.

<sup>624</sup> Relatório do grupo de Didática em Rondônia: Operação Regional PRO II. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014201SOS, identificador: 00709633 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1968.

<sup>625</sup> Idem.

Ainda segundo o relatório, um capitão de Porto Velho repreendeu o grupo, pedindo que as mulheres não frequentassem determinadas casas noturnas consideradas de “péssima fama”. A alegação era que em cidades pequenas os boatos se espalhavam com facilidade. Por isso,

[...] devido a esses fatos as ‘moças do Projeto Rondon’ estavam de certa forma conhecidas na cidade.

Diante de tais acontecimentos as pessoas envolvidas neste caso, as cinco moças acima mencionadas, foram consideradas pelos participantes do Projeto como pessoas ‘inconvenientes’, para uma próxima participação, pois desvirtuam os objetivos grandiosos inerentes a tal movimento universitário<sup>626</sup>.

O relatório foi escrito por uma das mulheres que formavam a equipe, mas as queixas contaram com o aval dos demais membros que se colocaram à disposição para esclarecimentos. Embora reconhecessem que este era um tema “extremamente delicado e sigiloso”, o argumento utilizado para a denúncia foi “impedir que os próximos grupos não enfrentem a situação vexatória por nós enfrentada.”<sup>627</sup>

A questão matrimonial também era alvo de preocupação dos rondonistas. Além de se tornar comum nas Operações fazer levantamento sobre os casamentos e casais que viviam maritalmente, os participantes buscaram realizar ações no sentido de incentivar o matrimônio das localidades. Foi o caso da equipe que atuou no setor Direito em Mulungu, no Ceará, na operação VII.

A equipe realizou palestras para explicar a importância do casamento e apresentou como um dos argumentos a concepção de filhos legítimos e os direitos hereditários. Nessas palestras, a equipe também informou sobre o processo de habilitação, os regimes de bens e os motivos aceitos para a dissolução de casamentos<sup>628</sup>.

Em uma das consultas realizadas para resolver um caso de separação de um casal, é possível constatar o juízo de valor a em relação a existência de casais que viviam juntos, sem terem casado no civil. De acordo com o relatório,

A lei só protege quem age dentro dela; portanto, se José e Maria não se casaram no civil não terá a proteção da lei, pois perante esta nem casados são, Maria é uma mulher solteira, que se concubinou-se [sic] com José, com ele teve 2 filhos e depois separou-se do mesmo. Os filhos existem pela natureza, mas para a lei são incógnitos, pois não foram registrados. Orientei- a para que registrasse em

---

<sup>626</sup> Idem.

<sup>627</sup> Idem.

<sup>628</sup> Relatório de atuação em Molungu: Operação Regional PPro VII. Ibid.

seu nome os referidos filhos e estes seriam mais dois filhos ilegítimos naturais que entram para o grande quadro dos mesmos<sup>629</sup>.

Em outra cidade do Ceará, Aratuba, o setor de Direito destacou o desconhecimento geral da população local em relação aos seus direitos e deveres e do que eles consideravam “assentamentos públicos indispensáveis”, como o casamento. Desse modo, houve relatos de que a maioria dos casais da região só se casam na igreja católica e os filhos eram batizados, no máximo. Na perspectiva da equipe, a possível razão para isso acontecer era porque o vigário local não cobrava a realização dessas ações da população<sup>630</sup>.

O papel exercido pelas religiões nas comunidades do interior do país também foi uma questão que chamou atenção dos estudantes, que buscaram registrar informações e impressões em seus relatórios. Na Operação – I, esse aspecto foi muito abordado e, por isso, a coordenação do Projeto Rondon reuniu, em um único documento, os dados obtidos.

De acordo com o levantamento realizado, havia missões religiosas atuando em diversas localidades da Amazônia, além de estados no Nordeste e no Mato Grosso. As informações descritas são breves, mas extremamente importantes para compreender as inúmeras funções desempenhas por religiosos nas comunidades. Além disso, contribuiu para revelar outras formas em que ocorreu a presença estrangeira, principalmente, na região Amazônica.

Em Tefé, no Amazonas, havia a presença de padres holandeses que “[...] além de melhorarem o nível dos moradores locais, mantêm assistência por conta própria, inclusive com um pequeno consultório dentário.” Em Guajará – Mirim, Rondônia, um “[...] padre médico construiu tudo o que há em SAGARANA com o seu próprio dinheiro em apenas dois anos.”<sup>631</sup>

Em Benjamin Constant, no Amazonas, “Existe também um pastor protestante norte-americano, excelente mecânico e profundo conhecedor da região. Presta muitos serviços à região, distribuindo remédios, curando e transportando doentes em seu avião.” Em Pari-Cachoeira, também no Amazonas, a Missão Salesiana possuía uma escola e promovia cursos de tecelagem e bordados para os moradores. Além disso, possuía um

---

<sup>629</sup> Idem.

<sup>630</sup> Relatório de atuação em Aratuba: Operação Regional PRO VII. Ibid.

<sup>631</sup> Relatório sobre missões. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100005058SOS, identificador: 00450410 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1968.

[...] serviço de meteorologia, uma oficina mecânica, um trator com acessórios agrícolas, um caminhão, um gerador elétrico, serviço de água encanada e parte sanitária. Dispõe ainda de uma serraria manual, uma farmácia gratuita e uma Santa Casa com 65 leitos<sup>632</sup>.

No documento, também foi abordado diferenças e conflitos entre católicos e protestantes. Na descrição feita pela equipe que atuou em Içana, no Amazonas, houve um nítido posicionamento favorável à atuação dos protestantes em detrimento dos católicos. Enquanto a missão Salesiana foi considerada “decadente”, o trabalho realizado pelos protestantes “[...] é bem mais eficaz do que o dos católicos. As verdadeiras catequizações são feitas pelos protestantes; o pastor vai aos índios.”<sup>633</sup>

Enquanto o padre da região foi retratado como alguém desleixado em relação às necessidades básicas dos indígenas, já que “[...] raras vezes viaja ao longo do rio com o intuito de ministrar princípios sanitários ou outro [...]”, o trabalho realizado pelo pastor americano foi elogiado. De acordo com o relato,

Ele percorre constantemente os rios, formando pequenos grupos populacionais organizados. Instruem 2 ou mais índios na prática da pregação, ensinando-os inicialmente a ler idioma local. Um de seus magníficos trabalhos é a tradução da Bíblia para Baniua\*. O pastor não recebe ajuda de espécie alguma, sendo notória a dificuldade com que suas requisições são atendidas pelos órgãos competentes de Manaus. A obra do pastor é sem dúvida de maior resultado social<sup>634</sup>.

Segundo a equipe, os indígenas que recorriam à missão Salesiana possuíam interesse material, não sendo alvos de uma “verdadeira conversão”. Por outro lado, a catequese realizada pelos protestantes seria “autêntica, desprovida de segundas intenções”. Desse modo, o indígena era “invadido pela bondade espiritual e consentimento de uma nova vida, sem coações supersticiosas.” Ainda, como argumento, a equipe declarou que “O índio protestante não rouba suas aldeias, ao passo que na zona Salesiana os objetos devem ser trancados a chave. Na missão Salesiana a população se revolta contra abusos que lhe são impostos”<sup>635</sup>.

A população que habita o núcleo católico é descrita como possuidora de comportamento desvirtuoso, com uma “vida desregrada” e com alto índice de alcoolismo. O oposto ocorria na área protestante, descrita como um local em que a população

---

<sup>632</sup> Idem.

<sup>633</sup> Idem.

\* Língua falada pelo povo Baniwa, que se localiza

“desconhece” essas práticas. E, por isso, na visão da equipe, havia uma “luta religiosa aberta e declarada entre os padres e pastores, ministros de um mesmo Deus”<sup>636</sup>.

O relatório de atuação da equipe que atuou em Uaupés, no Amazonas, apresentou também uma visão parecida em relação à questão religiosa ao afirmar que a missão Salesiana “só quer arranjar adeptos”. Além disso, afirmou que havia desavenças com os protestantes e que a missão Salesiana não buscava melhorar as condições socioeconômicas da população, mesmo possuindo uma área de cultivo grande.

Ainda, segundo os estudantes, o padre diretor da missão “não deixou que o grupo do Projeto Rondon se aproximasse dele, pois jamais entendeu sua função em Uaupés.” A impressão da equipe foi de que “Os padres consideravam a população de Uaupés quase seres inferiores e não se misturavam com eles.”<sup>637</sup>

Uma das equipes que atuaram em Pontes e Lacerda, no Mato Grosso, na Operação – III, em 1969, destacou a existência de uma grande animosidade entre católicos e protestantes. No local existiam três igrejas protestantes, com seus respectivos pastores, e uma católica visitada por um padre a cada dois meses.

Segundo o relato,

A luta dos protestantes é constante e cansativa, na intenção de converter católicos; segundo depoimento das famílias visitadas fato curioso e digno de nota é a separação existente entre estas duas religiões. A família uma vez convertida para o protestantismo constrói sua choupana para o lado deles; há como uma espécie de cerca dividindo a cidade ao meio<sup>638</sup>.

## 8.2) Os ganhos das viagens

Nos relatórios produzidos pelos universitários oriundos do Nordeste, que atuaram na Operação Regional II em São Paulo, denominada Operação Esperança, além de descrição das atividades realizadas, houve também a preocupação de registrar a opinião em relação aos ganhos do Projeto Rondon.

Embora essa não tenha sido uma iniciativa espontânea, visto que eles foram convidados a responder um questionário composto por uma série de perguntas, esses são

---

aliza às  
margens  
do rio Içana, região próxima à fronteira entre Brasil, Colômbia e Ve

importantes registros para compreender algumas das perspectivas em relação ao que a experiência teria trazido de positivo ao universitário, à comunidade e ao país.

A proposta do questionário era que os participantes apresentassem suas opiniões e sugestões para as próximas operações. No documento recebido, a coordenação frisou que a chamada “pergunta aberta” foi criada com o intuito de que os rondonistas tivessem “liberdades nas respostas” para a obtenção de um maior número de informações possíveis. A orientação era que as respostas fossem mais “objetivas, claras e verdadeiras” para ter maior noção sobre a situação do programa.

Para o estudante de odontologia do Pará, Homero Kang Tourinho, a pergunta “Quais ganhos que o Projeto Rondon possibilita?” foi considerada “confusa e mau formulada”. No entanto, não deixou de respondê-la

[...] todos ganham. Bastaria o país ganhar de qualquer modo e todos estariam ganhando. Atualmente, o Projeto Rondon se amplia e organiza, deste modo os ganhos vêm a longo prazo [...]. Os universitários ganham de imediato, qualquer coisa que aconteça é sempre uma coisa nova [...] <sup>639</sup>.

A resposta do estudante foi muito genérica, mas é possível observar o caráter nacionalista presente em seu discurso ao afirmar que todos ganham quando o país ganha. Contudo, este ponto de vista não levou em consideração as profundas desigualdades sociais e regionais existentes no Brasil. No que diz respeito aos ganhos obtidos pelos universitários, não apresenta uma resposta elucidativa que demonstre de fato os benefícios adquiridos pela experiência vivida.

A equipe de engenharia que atuou na Operação Regional – II, em São José do Rio Preto, São Paulo, destacou que se não “[...] fosse a Operação Rondon não teríamos, sinceramente, esta visão da terra prometida, com algumas áreas querendo ser internacionalizadas.” <sup>640</sup> Para a equipe, foi por meio dessa experiência que eles tomaram noção da importância de se valorizar regiões do país que sofriam com o descaso do poder público. Essa postura também poderia levar a perda da soberania brasileira nesses locais devido aos interesses estrangeiros, principalmente, em relação à região Amazônica.

Desse modo, os estudantes

---

nezuela.

o da Operação Esperança: Operação Regional PRO – II. Ibid.

<sup>640</sup> Relatório de atuação em São José do Rio Preto: Operação Regional PRO II. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100014201SOS, identificador: 00709643 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1968.

Tiveram a oportunidade de ver e sentir o quanto os homens são capazes de fazer quando se unem para desempenhar um trabalho, contribuindo assim para ampliar os horizontes do imenso Brasil. Se algum dia realizarmos alguma coisa para o nosso país e não sentirmos forças, basta apenas olhar para a nossa bandeira, que um espírito patriótico invade nossa consciência e com ele ficará a energia da frase “Ordem e Progresso”<sup>641</sup>.

Segundo o estudante Osmar José Schlosser da Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, o Projeto Rondon promovia uma grande experiência, pois

[...] vem pôr em ação o sonho de muitos estudantes, (dos verdadeiramente autênticos) qual seja, o de conhecer o Brasil, ver in loco; as dificuldades que enfrenta esta grande nação, as dificuldades que enfrentam os dirigentes em governá-la, os problemas das comunidades interioranas e dos marginais das grandes cidades a necessidade de estar preparado para desempenhar um cargo de chefia, além disso entrar em contato com o meio que futuramente poderá ser seu ambiente de trabalho. Por proporcionar isso o projeto deve ser mantido e se tornar permanente.<sup>642</sup>

O relato de Osmar José Schlosser revela uma breve opinião sobre os estudantes do país. A expressão “verdadeiramente autênticos” remete ao posicionamento da ditadura civil-militar com relação aos estudantes que não eram envolvidos no movimento estudantil. Era uma forma de desqualificar os estudantes que possuíam maior engajamento político principalmente aqueles que eram ligados às esquerdas.

Alinhado a este pensamento, Maurício Oliveira, estudante de economia também da mesma universidade, apresentou sua posição em relação ao que acreditava ser o papel dos estudantes brasileiros. De acordo com ele,

Não basta apenas protestar. É preciso muito mais. É preciso a coragem e a determinação de enfrentar essa realidade, participando, estudando, trabalhando e dando de si, sugerindo soluções e assumindo responsabilidades. Não se constrói uma grande nação sem a participação e a integração de todo seu povo.<sup>643</sup>

Nos registros feitos por estes universitários, é notório a presença de um ideal nacionalista alinhado ao projeto ideológico da ditadura civil-militar. Para eles, os “verdadeiros” estudantes eram aqueles que se dispunham a *desvendar* o país e conhecer a realidade socioeconômica da população. No entanto, o objetivo não era apenas perceber

---

<sup>641</sup> Idem.

<sup>642</sup> Relatório de atividades da operação médico-odontológica em São Paulo – PRO - II . Ibid.

<sup>643</sup> Idem.

essas condições, mas *atuar* para transformá-las e garantir o desenvolvimento do país. Desse modo, seria por meio do Projeto Rondon que os jovens tomariam consciência do que era necessário fazer para a construção de uma “grande nação”.

Isso não significa afirmar que todos os jovens que aderiram ao programa eram favoráveis à ditadura civil-militar, mas que existiam grupos juvenis que possuíam ideais semelhantes às do regime militar e sentiam-se à vontade para expressá-las.

Os relatórios eram produzidos pelos estudantes após o retorno da viagem. Desse modo, eles possuíam certa liberdade para registrar o que consideravam importante, além dos apontamentos sobre as atividades realizadas e suas impressões sobre a localidade visitada. Como já foi visto, muitos, inclusive, fizeram críticas à organização do Projeto Rondon e à condução das Operações. Ou seja, não era necessário tentar *agradar* o governo para conseguir ser selecionado.

O que nos leva a concluir que muitos destes jovens exprimiram os ideais nacionalistas e patrióticos em seus relatórios por de fato acreditarem e defenderem este projeto ideológico para o país. Por isso, a crença de que o Projeto Rondon era um *ganho* para o Brasil, pois seria uma forma de concretizar esse projeto de nação. Contudo, para esses estudantes participar do programa também se tornou uma forma de realização pessoal devido ao auxílio às populações “desassistidas”.

Em muitos relatos, os rondonistas também apontaram os benefícios relacionados ao âmbito profissional. Afinal, os estudantes tiveram a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos nas universidades, o que possibilitou o benefício de certa experiência relacionada às suas profissões.

As operações do Projeto Rondon não se resumiram ao envio de estudantes do Sul e do Sudeste para outras regiões do país. O intercâmbio também foi uma prática muito realizada, o que possibilitou que estudantes de regiões como Norte e Nordeste tivessem a oportunidade de vivenciar uma experiência profissional em estados do Sul e Sudeste. Esses intercâmbios proporcionavam muitos ganhos para os estudantes, além de possibilitar a chance de trocas de conhecimentos e práticas.

A circulação de estudantes possibilitou também que muitos tivessem maior compreensão do meio universitário brasileiro e comparassem a qualidade das universidades. Foi o caso de Antônio Diniz Bezerra, estudante de medicina da Universidade Federal de Pernambuco, que na Operação – II teve a oportunidade de atuar no Hospital São Paulo, da Escola Paulista de Medicina.

Em seu relato, o estudante se impressionou com o trabalho de equipe e os grandes recursos existentes em São Paulo. Para Antônio Bezerra,

A facilidade e rapidez em se conseguir os exames complementares para pacientes é impressionante; assim como a organização do Hospital através do corpo de residentes. São eles a estrutura do Hospital. Coisa que, infelizmente, na nossa Universidade não funciona.<sup>644</sup>

Contudo, Maria José de Aguiar, estudante de medicina do 4º ano do Rio Grande do Norte que também atuou na Operação – II, teve uma outra perspectiva. O rondonista trabalhou no Hospital Emílio Ribas em São Paulo. Segundo o seu relato,

Apesar do curto espaço de tempo de que dispunha tive o ensejo de lidar com estudantes de várias partes do sul, principalmente de São Paulo, observando de perto a igualdade do estudante de medicina pertencente ao maior centro médico do país, com o estudo nordestino. Isto foi motivo de grande satisfação para mim encorajando-me a empenhar-me na luta e corresponder ao encargo que a mim foi confiado.<sup>645</sup>

Na avaliação feita pelo estudante de medicina da Universidade Federal de Pernambuco, Antônio Diniz Bezerra, a receptividade dos estudantes de São Paulo tinha sido excelente e destacou que a experiência proporcionou novas amizades. Contudo, fez uma ressalva ao afirmar que

Senti que sabemos muito mais das condições deles, do que eles das nossas. Acredito que melhores condições materiais e uma Faculdade menos individualista (a nossa), no que diz respeito ao pessoal docente, nos colocaria, a nós estudantes, em um plano de igualdade.<sup>646</sup>

Na opinião de Benedito Florêncio Duarte, estudante da Faculdade de Medicina da Universidade do Maranhão, que também atuou em São Paulo na Operação – II, a experiência proporcionou o aumento do seu conhecimento e de técnicas importantes para a sua formação médica. Em seu relato, declarou que

[...] depois que participei do Projeto Rondon, tenho feito várias palestras para os médicos e colegas de São Luís, inclusive para as autoridades que dirigem o setor da Saúde Pública em nosso Estado. Como também tenho empregado os meus conhecimentos recebidos no Hospital das Clínicas, nos hospitais da

---

<sup>644</sup> Relatório de atividades da operação médico-odontológica em São Paulo – PRO - II. Ibid.

<sup>645</sup> Idem.

<sup>646</sup> Idem.

capital e a população do interior, onde visito a serviço da Saúde Pública do Maranhão.<sup>647</sup>

Para o estudante João Batista Costa de Holanda, a Operação – II, além de proporcionar uma experiência profissional no Hospital de Clínicas em São Paulo, possibilitou que ele participasse do XX Congresso Brasileiro de Gastroenterologia, que ocorreu na Cidade Universitária. O estudante almejava conseguir uma bolsa de estudos nos Estados Unidos, porém, a experiência proporcionada pelo Projeto Rondon mostrou que “tais conhecimentos estão muito mais próximos.” Ou seja, no próprio país.

João Batista destacou seu ganho pessoal com o Projeto Rondon, que possibilitou que ele tivesse contato com “[..] modernos recursos que a medicina dispõe para melhor enfrentar a luta diária na manutenção da saúde.” No entanto, os benefícios do programa aos universitários variavam, pois dependia do tipo de operação que cada um participava.

Por exemplo, o estudante considerou que seu trabalho não trouxe muitos benefícios à comunidade visitada, pois acreditava que possuía “conhecimentos médicos ínfimos” em comparação aos médicos da localidade. Desse modo, para ele, a sua comunidade de origem que receberia os maiores benefícios com os conhecimentos e a prática adquiridas por ele e seus colegas. Para o país, a “Operação Rondon é a grande chama de esperança na grandiosidade do futuro de nossa pátria”.<sup>648</sup>

Para além da vantagem pessoal e do “país”, era fundamental também garantir ganhos às comunidades visitadas pelos rondonistas. Desse modo, se tornou praxe os universitários registrarem a quantidade de atendimentos médico-odontológicos e veterinários, visitas domiciliares e às fazendas locais, palestras e cursos, entre outros tipos de atividades realizadas nas operações. Tais números expressavam o desempenho das equipes e, conseqüentemente, os benefícios que as comunidades adquiriam através do programa.

Contudo, garantir uma grande quantidade de ações às comunidades não era o suficiente. Era necessário também assegurar qualidade do trabalho realizado pelos rondonistas. Por isso, com o passar do tempo, houve a ampliação das atividades pelo Brasil e o treinamento dos universitários. Essas iniciativas tinham o objetivo de aprimorar o Projeto Rondon.

---

<sup>647</sup> Idem.

<sup>648</sup> Idem.

No âmbito universitário, um ganho adquirido foi a concessão de créditos na disciplina Educação Moral e Cívica<sup>649</sup> para os estudantes que participassem de alguma atividade do Projeto Rondon. A disciplina era obrigatória para todas as escolas e todos os segmentos de ensino do país<sup>650</sup>. Para o coordenador-geral do Projeto Rondon, Tenente Coronel Sérgio Mário Pasquali, o programa atendia às finalidades da disciplina, pois possibilitava a participação de estudantes em atividades extraclasse de “caráter patriótico e solidário”, ao levar aos “estudantes a tomarem consciência dos problemas nacionais e a se interessarem na busca por soluções.”

Além disso, o Projeto Rondon promovia ações relacionadas às campanhas específicas, como “a alfabetização de adultos, a assistência aos favelados, a campanha para a doação de sangue, o combate às endemias rurais, etc.” Desse modo, incentivava aos jovens a promover o desenvolvimento do país e, por isso, atendia aos objetivos da Educação Moral e Cívica.

### **8.3) O papel desempenhado pelos jovens na divulgação do Projeto Rondon**

Após o retorno da viagem, era esperado que os estudantes elaborassem relatórios individuais e de equipe, contendo as informações obtidas, as experiências e os desafios vividos, e sugestões para a melhoria das próximas operações. Contudo, este não era o único papel esperado para os jovens. A coordenação geral e coordenações estaduais contavam com o apoio e participação dos ex-rondonistas na divulgação do Projeto Rondon.

A crença era que a propaganda feita pelos ex-participantes era mais eficaz para garantir a adesão de novos estudantes. Afinal, era um jovem falando para outro jovem sobre a experiência vivida, os benefícios e desafios enfrentados nas Operações. No entanto, a participação dos ex-rondonistas, após as viagens, não se resumiu à divulgação

---

<sup>649</sup> A disciplina tinha o objetivo de inculcar nas crianças, adolescentes e jovens os valores defendidos pela ditadura civil-militar. Desse modo, a Educação Moral e Cívica tinha como finalidade consolidar o nacionalismo e patriotismo com base nas ideias de culto à nação e aos seus símbolos, além dos valores tradicionais, como a família e a religião.

<sup>650</sup> BRASIL, Decreto nº 869 de 12 set. 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas e ensino no País, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 15 set. 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 30/03/2019.

do Projeto Rondon para outros universitários. Houve jovens que ocuparam cargos nos setores administrativos.

A sub-coordenação do Rio Grande do Norte, visando a preparação para Operação – V, programada para janeiro de 1970, convidou os estudantes José Maria Pinheiro e Joaquim Francisco de Assis a assumirem, respectivamente, os cargos de chefes dos setores de planejamento e administração. Além disso, houve a participação de outros estudantes no trabalho de preparação da operação que seria realizada pela sub-coordenação no mesmo ano.

Dentre os jovens, houve destaque para “Roberto Villar de Sena, Josinilson Josino, Antônio Carlos Dantas de Meirelles. Armando China Bezerra, Vera Lúcia Vilar, Maria do Socorro Lopes, José Luciano G. de Araújo, Maria das Graças F. de Melo e Francisco das Chagas Pinheiro.”<sup>651</sup>

A sub-coordenação conseguiu estabelecer como local de trabalho a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Com o aval do reitor, foram utilizadas as instalações do Programa Universitário de Desenvolvimento (PRUDERN). Dessa forma, houve o contato direto com os estudantes.

Foi estabelecido uma série de ações com o propósito de mobilizar os estudantes. Além das visitas oficiais feitas pelo Coordenador Geral, Cel. Mauro da Costa Rodrigues, e pelo Coordenador Regional, Prof. Estanislau Oliveira, houve o uso de diversos veículos de imprensa, como o rádio, os Clubes de Serviço e outros meios de divulgação para formar na opinião pública uma mentalidade positiva em relação ao Projeto Rondon.

A sub-coordenação argumentou que esta ação era

[...] necessária especialmente em nosso Estado, dado ao pouco conhecimento aqui existente a respeito, por ser esta a 1ª vez em que nossos estudantes iriam participar, em um maior número, de uma operação, e também mais necessária ainda por ser esta a 1ª vez em que nosso Estado iria receber estudantes visitantes.<sup>652</sup>

Outra iniciativa promovida pela sub-coordenação foi levar grupo de ex-rondonistas para visitar escolas e faculdades com o objetivo de informar os estudantes sobre o Projeto Rondon. Essas eram oportunidades para relatar com detalhes as

---

<sup>651</sup> Relatório de atuação da Coordenação Estadual do Rio Grande do Norte: Operação Nacional PRO V. Ibid.

<sup>652</sup> Idem.

experiências vividas nas Operações. Além das palestras realizadas, eram levados cartazes e distribuídos folhetos.

Era esperado que os ex-rondonistas, fiéis ao programa, estabelecessem contato com outros estudantes para “[...] formar uma ‘reação em cadeia’, que levasse ao conhecimento de todos [...], o que era o ‘Projeto Rondon’ e a próxima operação.”<sup>653</sup> O objetivo era convencê-los a continuar o trabalho realizado e se ligar diretamente à sub-coordenação. Ao líder, caberia a responsabilidade de estabelecer contatos com outros professores para explicar o programa e para convidá-los a participar das Operações seguintes.

Os ex-participantes também eram convidados a participarem de encontros para que eles pudessem compartilhar a experiência vivida, relatando os desafios e ganhos de participar do Projeto Rondon. Esses eram espaços também para críticas e sugestões. No segundo semestre de 1969 o Projeto Rondon preparou uma série de debates locais, simpósios estaduais e o I Seminário Nacional com o intuito de promover um “retorno às bases, uma maior identificação com a maneira de ser, pensar e agir dos universitários”<sup>654</sup>.

A ideia de manter o apoio não era apenas com o objetivo de coletar sugestões para o aperfeiçoamento do Projeto Rondon, visto que isso já ocorria nos relatórios produzidos pelos universitários. Promover encontros demonstrava que as coordenações reconheciam a importância desses jovens para a continuidade do programa, dando visibilidade às suas opiniões e sugestões.

Nesses encontros seriam formadas comissões e as propostas feitas seriam debatidas no Seminário Nacional. A proposta era que os Simpósios e o Seminário Nacional acontecessem de dois em dois anos. De acordo com as orientações estabelecidas para a realização dos eventos, além de dar oportunidade aos ex-rondonistas de “conhecer e avaliar experiências mútuas”, os objetivos eram

2 – Debater sobre a filosofia do Projeto Rondon; suas implicações na complementação prática do ensino e aprendizado universitário; no conhecimento da realidade nacional; na integração da Universidade na problemática do desenvolvimento econômico- social.

3 – Registrar experiências, visando o estabelecimento de diretrizes, que possibilitem a formação da mentalidade nacional capaz de conduzir o país para uma geopolítica e uma ideologia de desenvolvimento genuinamente nossas, e ajustadas à realidade brasileira.

---

<sup>653</sup> Idem.

<sup>654</sup> Instruções para o Simpósio Estadual. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100005664SOS, identificador: 00078887 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1969.

4 – Apresentar sugestões capazes de corrigir distorções observadas, e de dar maior dinâmica ao Projeto Rondon. [...]

5 – Propor medidas que propiciem uma maior irradiação do Projeto Rondon, inclusive na esfera internacional, sugerindo normas para suas relações com outros movimentos congêneres (nacionais ou não).<sup>655</sup>

A ideia era promover uma grande imersão e gerar engajamento para além da participação nas operações, mas na filosofia e na formulação de um regulamento para o Projeto Rondon. Todos os ex- participantes eram considerados membros efetivos e, por isso, teriam direito à voz e voto nos encontros. Os chamados “convidados especiais”, como ministros, governadores, prefeitos, comandantes de unidades militares, reitores etc. não teriam direito ao voto e a se manifestar nos debates.

A programação dos simpósios estaduais consistia na formação de doze comissões. Cada comissão ficaria responsável por debater um tema previamente definido. Desse modo, os ex-rondonistas discutiriam sobre normas e diretrizes para o Projeto Rondon; a convivência entre os participantes e com os coordenadores e chefes de grupo; avaliação das experiências adquiridas com as operações; aperfeiçoamento do plano de atuação; avaliação da repercussão das operações e do trabalho efetuado; processo de seleção de participantes; preparação dos chefes de equipe; avaliação das possibilidades da permanência dos integrantes nas áreas visitadas e os *campi* avançados. Além disso, houve a formação de uma comissão para discutir a criação de uma associação de ex-participantes e outra para debater sobre a ligação do Projeto Rondon com outros programas nacionais e internacionais<sup>656</sup>.

No Simpósio Estadual realizado em Santa Catarina a comissão que ficou responsável por debater sobre a criação de uma associação elaborou sugestões para a estrutura organizacional. De acordo com a comissão, deveria ser formada uma diretoria, composta por ex-rondonistas, com sede na cidade em que esteja localizada uma das coordenações do programa.

A principal função da diretoria seria a divulgação e a preparação de novos participantes com base nos resultados obtidos nas operações anteriores. Para a comissão,

A troca de informações por parte dos ex-participantes, que através das experiências obtidas fornecerão dados que possam ser aplicados em futuros projetos; seria outro objetivo dessa associação, bem como o fornecimento de dados aos novos participantes no sentido de informar o que foi feito e o que se

---

<sup>655</sup> Diretrizes para o I Conclave de Simpósios Estaduais. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100005664SOS, identificador: 00251522 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1969.

<sup>656</sup> Idem.

deixou de fazer, na área em que ele irá atuar e o estreitamento dos laços de amizade entre os participantes dos diversos projetos nas diferentes áreas de atuação.<sup>657</sup>

A proposta era que fosse formada uma associação em, pelo menos, cada estado, estando diretamente ligada à sua coordenação. Cada associação produziria o seu próprio estatuto, mas todas deveriam ter comum o propósito de prestar assistência aos rondonistas dos mais diversos aspectos.

No estatuto da Associação dos Rondonistas, fundada em 1970 na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, além da função de colaborar com a coordenação estadual, constava o dever de “promover maior integração entre seus associados”, através da realização de “reuniões, festas e conclave de caráter social, recreativo, cultural, cívico e sempre que possível, estimular movimento de caráter educativo”. A associação também deveria “desenvolver a educação física e a prática dos desportos.”<sup>658</sup>

É interessante notar que o objetivo da criação de uma associação extrapolou a ideia de auxílio às coordenações do programa. De acordo com o estatuto, a organização também seria um espaço de socialização para os estudantes e suas famílias. A ampliação do escopo revela a intenção em garantir a manutenção do Projeto Rondon e a disseminação de seus ideais para outras gerações.

No encontro, promovido pela Coordenação Estadual de Minas Gerais, em maio de 1972, os temas discutidos foram a validade do assistencialismo do Projeto Rondon nas comunidades, programas de preparação dos futuros participantes, dinamização do relacionamento Projeto Rondon-Universidade, ação integrada da equipe na comunidade e a avaliação da repercussão das Operações<sup>659</sup>. Isso demonstra que os ex-rondonistas também estavam alinhados ao processo de transformação e aperfeiçoamento do Projeto Rondon.

O encontro também tinha o objetivo de incentivar que eles se inscrevessem novamente no Projeto Rondon e convidá-los para participar de uma comemoração em homenagem ao dia do Marechal Cândido Rondon, que ocorria no dia 5 de maio. Desse modo, o encontro possuía, para além de ouvir as sugestões, o objetivo de manter os laços com o Projeto Rondon.

---

<sup>657</sup> Relatório do Simpósio Estadual em Santa Catarina. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100005664SOS, identificador: 00675507 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1969.

<sup>658</sup> Estatuto da Associação de Rondonistas em Natal – RN. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/d, identificador: 00347746 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1970.

<sup>659</sup> Relatório de avaliação da Coordenação Estadual de Minas Gerais: Operação Regional: avaliação de participantes. Ibid.

Na avaliação feita pela Coordenação Geral em relação à Operação-XI, realizada em janeiro de 1973, 51% dos participantes relataram na pesquisa realizada que foram motivados a participar do Projeto Rondon por ex-participantes<sup>660</sup>. Isso revela a importância de manter os universitários ligados ao programa, mesmo após o retorno da Operação. Para a Coordenação Geral, uma operação bem-sucedida, “resulta em motivação dos melhores dentro da Universidade para futuras operações por meio da divulgação espontânea realizada entre colegas pelo ex-participante”<sup>661</sup>.

Em 1973, a Coordenação Estadual do Espírito Santo selecionou um seleto grupo para participar de uma reunião para colaborar na construção de uma nova metodologia para o treinamento dos próximos participantes. Desse modo, o objetivo do encontro era avaliar o treinamento ministrado aos universitários da PRO - XI, realizada em julho, e aprofundar a política de treinamento do Projeto Rondon. Isso tudo a partir das críticas e sugestões apresentadas pelos estudantes.<sup>662</sup>

A atuação de ex-rondonistas também ocorreu de outras maneiras. Uma prática adotada foi a criação de uma série de concursos de fotografias, reportagens e estudos, com o intuito principal de divulgar o programa. Em 1972, o Concurso Rondon de Estudos Regionais (CRER) se tornou permanente pela Coordenação Geral. O objetivo era

[...] aproveitar a experiência recolhida pelos universitários durante o seu período de atuação, incentivando-os a elaborar estudos sobre a região em que tiverem atuado, ou sobre aspecto (s) da mesma; objetiva ainda ir ao encontro dos anseios da classe universitária brasileira, financiando e apoiando trabalhos acadêmicos de pesquisa<sup>663</sup>.

O trabalho deveria apresentar “caráter de pesquisa científica” e era obrigatório que fosse resultado da participação de uma das operações do Projeto Rondon. Os três primeiros lugares receberiam prêmios em dinheiro, além de um diploma. O primeiro lugar teria o seu trabalho publicado.

Outra ação criada, também em 1972, foi o Prêmio Rondon de Reportagem, instituído pelo Ministério do Interior, com o objetivo de “premiar as melhores reportagens

---

<sup>660</sup> Relatório de avaliação da Operação Nacional PRO – XI. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100006107SOS, identificador: 00498886 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1973.

<sup>661</sup> Idem.

<sup>662</sup> Relatório de atividades da Coordenação Estadual do Espírito Santo. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100005805SOS, identificador: 00731269 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1973.

<sup>663</sup> Edital do Concurso Rondon de Estudos Regionais. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/d, identificador: 00690455 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1972.

publicadas no Brasil ou no exterior sobre o Projeto Rondon”. A proposta era “não só valorizar o trabalho jornalístico, como também, levar a todos que se interessam pelo PROJETO RONDON, uma verdadeira imagem desse movimento sem similar em todo mundo”<sup>664</sup>. Esse era um concurso em que era permitido a participação de ex-rondonistas, além de jornalistas nacionais e estrangeiros.

Uma das reportagens vencedoras, em 1974, foi a do estudante de Engenharia Florestal da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, José Orlando Bazzarella. Intitulada “Pensei fazer turismo, fizemos estrada”, a reportagem retratou os desafios do jovem, sexto de sete filhos de uma família do interior do Espírito Santo.

Segundo o estudante, o fato de estar longe de casa, a quantidade de matérias que precisava cursar na universidade e o “bolso vazio” contribuíram para deixar a cabeça “cheia de angústias”. Diante dos vários desafios que ocorreram no primeiro semestre de 1973, José Orlando resolveu realizar um estágio em uma grande empresa no período das férias de julho. Ele também tinha se inscrito para participar da Operação – XII e foi selecionado para

[...] atuar em Araruama – balneário situado na região dos lagos fluminense- desisti do estágio pensando exclusivamente no bem-estar pessoal, pois havia sido informado por colegas de que no PRo Regional tinha-se apenas o dever de comer bem, dormir, apreciar as belezas da região e comparecer sempre às reuniões sociais a que for convidado<sup>665</sup>.

Contudo, para “surpresa” do estudante, o que parecia ser um período de “férias gratuitas” se tornou uma experiência de intenso trabalho. A equipe com que atuou ficou responsável por analisar a viabilidade para a construção de uma rodovia próxima à área das praias e a remodelação de uma das praças da cidade. Para isso, tiveram que fazer levantamentos topográficos e a criação de um projeto para a execução da obra. Segundo José Orlando,

Aquela tarefa foi árdua, em compensação não poderia ser mais aproveitável. Houve tudo, inclusive uma desmedida força de vontade e uma surpreendente dose de responsabilidade para cumprir a missão. E, acima de tudo, cumprir bem.

No momento da entrega dos projetos todos estavam apreensivos. Não era para menos, tínhamos feito despesas e queríamos deixar alguma coisa. Esta ‘coisa’

---

<sup>664</sup> Edital para o Prêmio Rondon de Reportagem. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: s/d, identificador: 00689400 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1972.

<sup>665</sup> Concurso Rondon de Reportagem. Fundo da Fundação Projeto Rondon, localizador: CB0002100001986SOS, identificador: 00678776 (Fundação Nacional do Índio - Brasília), 1972.

era nossos projetos. Quando o prefeito os aprovou nós nos sentimos úteis à comunidade que tão bem nos acolheu.<sup>666</sup>

Para o estudante, participar do Projeto Rondon foi uma grande lição de vida. Embora seu objetivo inicial tenha sido “férias gratuitas”, seus dias de viagem foram repletos de trabalho, que transformou seu “desejo imperioso em fazer turismo” em uma “febre ardente em servir à comunidade”. Desse modo,

Recebi meu castigo por não julgar bem o Rondon, porém no fundo creio que saí engrandecido, pois contribuí com uma parcela de meus esforços para que a mística do Rondon se perpetue, já que só com muita dedicação poderemos ajudar o Brasil a se integrar num desenvolvimento harmônico, contínuo e democrático.<sup>667</sup>

Essas informações demonstram o grande esforço, mesmo após as Operações, de manter o elo dos universitários com o Projeto Rondon. Para muitos desses jovens, este programa representou, para além de *viagens* que proporcionaram o conhecimento da realidade socioeconômica do interior do país e experiência profissional, uma forma de atuar em prol de seus ideais de vida.

---

<sup>666</sup> Idem.

<sup>667</sup> Idem.

## Considerações finais

A atuação das juventudes no Projeto Rondon (1967-1974) demonstra a pluralidade de comportamentos e visões de mundo existentes no universo juvenil. Contudo, várias análises historiográficas, além da memorialística, que se propuseram a compreender o papel desempenhado por jovens neste período, destacaram apenas os grupos juvenis que possuíam ideais progressistas ou alinhados às esquerdas.

Isso levou a uma predominância de trabalhos na historiografia sobre uma juventude específica, contribuindo para o imaginário de que todos os jovens são, por natureza, rebeldes e revolucionários. Desse modo, houve o *apagamento* de outros valores, percepções de mundo, formas de atuação e projeções de futuro que compuseram também os horizontes de uma geração muito mais plural do que a permanência de uma memória, não raro idealizada, da “geração de 1968” faz parecer.

Embora tenha ocorrido em 1968 as grandes manifestações de rua contrárias ao autoritarismo e a favor da reforma universitária, entre 1964 e 1967 houve inúmeras manifestações estudantis, caracterizadas pela contestação ao projeto da ditadura civil-militar de controlar o movimento estudantil. Isso ocorreu, principalmente, devido à Lei Suplicy e às tentativas de impor a cobrança de anuidades nas universidades.

As manifestações estudantis que ocorreram entre 1964-1966 demonstram a importância de se observar e analisar o movimento estudantil a partir de uma perspectiva heterogênea, visto que havia grupos contrários ao predomínio da esquerda na UNE, mas não objetivavam a extinção da entidade. Havia grupos que apoiaram o golpe civil-militar, mas se colocaram contrários às tentativas da ditadura em impor seu projeto dentro das universidades. Desse modo, os comportamentos dos grupos juvenis variavam, sendo possível encontrar apoios, indiferenças e contestações, de acordo com as circunstâncias políticas deste período.

Para além de compreender a diversidade no universo juvenil, esta tese também buscou analisar os principais interesses e motivações que levaram milhares de jovens a participar de um programa criado pela ditadura civil-militar, em um contexto caracterizado pelo recrudescimento da repressão. A participação no Projeto Rondon não significa necessariamente apoio à ditadura.

Embora a participação não signifique necessariamente apoio à ditadura, afinal, houve a adesão de jovens de esquerdas por motivações pessoais ou políticas, e outras

juventudes por questões diversas, esta análise demonstrou que o Projeto Rondon atendeu aos interesses de variados grupos juvenis. Ainda que indiretamente, esses jovens contribuíram para a consolidação do projeto de desenvolvimento e integração nacional defendido pela ditadura.

Por meio da análise da documentação Projeto Rondon, e, principalmente, pelos relatórios de atividades e planos de atuação produzidos pelos estudantes, foi possível compreender o alto grau de engajamento desses jovens. Nos relatórios produzidos nas primeiras operações, houve o destaque para a indignação dos estudantes em relação às condições de vida das populações que habitavam o interior do país. Em vários desses documentos, houve relatos dramáticos das situações vivenciadas pelos rondonistas e a constatação dos graves problemas enfrentados por essas populações devido à falta de infraestrutura. Somado a isso, houve denúncias de corrupção e de outras naturezas nas localidades visitadas.

Houve também um grande detalhamento do levantamento de dados de diversas naturezas das regiões visitadas e descrição das atividades realizadas nas viagens que, geralmente, duravam menos de um mês. Isso mostra como o cotidiano dos rondonistas era repleto de trabalho, sobrando pouco espaço para diversão e lazer. Essa constatação contribuiu para questionar a ideia, muito difundida pelas esquerdas, de que a grande adesão de estudantes ao Projeto Rondon foi exclusivamente pela “facilidade” de viajar para outros locais do país.

Afinal, havia uma série de critérios para a escolha dos candidatos, que também deveriam passar por etapas preparatórias para, finalmente, serem selecionados. Com o aprimoramento do Projeto Rondon uma das exigências era que o candidato apresentasse um plano de trabalho, que, conseqüentemente, envolvia uma etapa de pesquisa. Além disso, a análise das fontes demonstrou o intenso trabalho realizado nas Operações, além dos inúmeros desafios diários. Desse modo, houve outras motivações que contribuíram para a grande adesão do meio universitário.

O crescimento do Projeto Rondon foi um processo relativamente rápido, que ocorreu devido ao aumento da adesão estudantil ao programa. Isso é constatável no número de participantes por meio das Operações Nacionais. O aumento do interesse dos estudantes em participar levou ao surgimento de outras modalidades de operações, como as regionais e especiais. Essas foram alternativas para garantir que os interessados tivessem a oportunidade de participar do programa. Houve também casos de alunos que participaram mais de uma vez.

No entanto, isso não significou a ausência de críticas ao caráter assistencialista e à necessidade de melhor organização do Projeto Rondon. Os rondonistas por meio dos relatórios e de relatos publicados em jornais chamaram atenção para a importância de se desenvolver novas diretrizes que garantissem que as ações realizadas fossem mais duradouras e que promovessem de fato mudanças na realidade socioeconômica de diversas localidades no país.

Isso demonstra que, apesar do programa ser dirigido por militares e professores, os estudantes também tiveram participação no processo de construção do Projeto Rondon, principalmente, por meio de críticas e sugestões para o seu aprimoramento. A forte crítica à efemeridade do trabalho, realizado apenas em períodos de férias escolares, contribuiu para a criação dos *Campi Avançados*, que se tornaram uma forma de promover a extensão universitária e garantir a manutenção do trabalho realizado pelos rondonistas ao longo do ano.

Mesmo com a criação de uma estrutura e o estabelecimento de medidas para o aprimoramento do Projeto Rondon, os universitários enfrentaram muitos desafios, principalmente, para colocar em prática seus planos de atuação. Além da falta de infraestrutura de diversos tipos, havia a falta de recursos. Contudo, mesmo diante de circunstâncias difíceis, os rondonistas buscavam soluções para realizar as atividades previstas e contribuir para a melhoria das localidades visitadas.

Ainda que fossem inúmeros desafios, os números relacionados à participação demonstram uma grande adesão dos universitários ao programa. Os graus de adesão foram extremamente variados. Houve àqueles que participaram para aproveitar a *viagem* e, dessa forma, conhecer lugares no país. Outros que, preocupados com sua formação profissional, viram a oportunidade de praticar seus conhecimentos pela primeira vez. Ainda houve os que buscaram aplacar a “culpa cristã”, realizando ações de caráter assistencialista com o intuito de “ajudar o próximo”.

Houve grupos ligados às esquerdas que buscaram usufruir do Projeto Rondon para realizar suas atividades, principalmente, no que diz respeito à divulgação de seus ideais tanto para as populações do interior do país quanto para estudantes de outras regiões. Afinal, o programa promovia intercâmbios entre universitários de diversos locais.

Contudo, houve também grupos que participaram porque compartilhavam com a filosofia do programa e com os ideais da ditadura civil-militar. Em muitos relatórios analisados, foi possível perceber a defesa do projeto ideológico do governo, especialmente, nas seções confidenciais, que apresentaram denúncias de diversas

naturezas. Para esses estudantes, era necessário à intervenção governamental para *solucionar* os problemas que dificultavam o *crescimento* e o *desenvolvimento* do Brasil.

Embora as motivações e os interesses fossem múltiplos, o fato é que o Projeto Rondon só conseguiu se consolidar e se perpetuar por tanto tempo no Brasil graças à atuação de diferentes juventudes.

## **Fontes e bibliografia**

### **1. Fontes**

#### **1.1) Jornais e revistas:**

*Correio da Manhã*

*Jornal do Brasil*

*O Globo*

*O Estado de São Paulo*

*Manchete*

#### **1.2) Fontes documentais:**

Fundo da Fundação Projeto Rondon

### **2. Bibliografia**

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Editora Scritta, 1994.

AZEVEDO, Cecília. *Em Nome da América: Os Corpos da Paz no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.

AMATO, Gabriel. "*Aula prática de Brasil*": ditadura, estudantes universitários e imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985). 2015. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

AARÃO REIS, Daniel. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe militar e a ditadura: quarenta anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004.

ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: FICO, Carlos; et al. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

\_\_\_\_\_. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BOTELHO, Willian Marcos. A História da Comissão Parlamentar de Inquérito da União Nacional dos Estudantes – CPI da UNE (1964). Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CASTRO, Cláudio de Moura; et. al. *Como anda o Projeto Rondon?* Instituto de Estudos Avançados em Educação. [S.I.]; Fundação Getúlio Vargas, 1975.

CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

\_\_\_\_\_. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

\_\_\_\_\_. *Delações e vida cotidiana no Brasil durante a ditadura civil-militar*. Locus -Revista de história, Juiz de Fora, v.25, n. 2, p.223-238, 2019 E-ISSN: 2594-8296 -ISSN-L: 1413-3024.

CORBISIER, Roland. *Reforma ou Revolução?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

CUNHA, Luiz Antônio. A universidade reformada. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1988, p. 56.

\_\_\_\_\_. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 3. ed., São Paulo: UNESP, 2007.

DICK, Hilário. Gritos silenciados, mas evidentes: Jovens construindo juventude na História. São Paulo, EDIÇÕES LOYOLA, 2003.

DOGLIANI, Patrizia. “Consenso e organização do consenso na Itália fascista. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. (orgs). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Vol.1: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 7ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

EISENSTADT, S. N. *De geração a geração*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

EVANGELISTA, Breno Luiz Tommasi. Entusiastas do desenvolvimento: a Fundação Nacional do Índio e o projeto modernizador da ditadura (1969-1974). 1ª ed. Curitiba: Editora Appris, 2021. No prelo.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

FERREIRA, Luciano Vaz. Os preceitos da Doutrina da Segurança Nacional e a sua implementação no Brasil. FADERGS, v. 4, nº 2, ago.-dez., 2012.

FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GARCIA, Nicole Regine. Prorural: uma política previdenciária para o campo no governo Médici (1969-1973). Dissertação (Mestrado em História). Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

GAUDIO, Maria Ordalia Magro del. O Projeto Rondon: a face ideológica do poder, frente a ordem instituída: 1968-1986. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

GELLATELY, Robert. *Apoiando Hitler: consentimento e coerção na Alemanha nazista*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 2000.

GRYNSZPAN, Mário. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.4, 2003, pp.315-348.

GROPPO, Luís Antonio. *Juventude: ensaios sobre a sociologia e a história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

\_\_\_\_\_. *Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis de 1968*. Piracicaba, Editora UNIMEP, 2005.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Sociologia da Juventude*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

HALBWACKS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

KAMINSKI, Leon Frederico. *A Revolução das Mochilas: contracultura e viagens no Brasil ditatorial*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

KURLANSKY, Mark. *1968: o ano que abalou o mundo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

LABORIE, Pierre. 1940-1944. Os franceses do pensar-duplo. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários: Europa, volume 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean- Claude. Introdução. In: \_\_\_\_\_ (orgs.) *História dos jovens: Da Antiguidade à Era Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. *Movimento Estudantil e Ditadura Civil-Militar em Santa Maria (1964 – 1968)*. Dissertação de Mestrado - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2013.

\_\_\_\_\_. A direita estudantil no Rio Grande do Sul: entre a democracia e a ditadura (1961-1968). Tese (Doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-graduação em História, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2017.

LVOVICH, Daniel. “A questão do consenso durante a ditadura militar argentina: problemas metodológicos e contextos historiográficos (1976-1983)”. In: BEIRED, JLB.; BARBOSA, Cas. (orgs.) *Política e identidade cultural na América Latina*. São Paulo, Editora UNESP. Cultura Acadêmica, 2010.

\_\_\_\_\_. "Sospechar, delatar, incriminar: una aproximación al fenómeno de las denuncias contra el enemigo político en la última dictadura militar argentina". Ayer. *Revista de Historia Contemporánea*; Lugar: Madrid; Año: 2017.

LOPES, Gustavo Esteves. “Ensaio de Terrorismo”: *História Oral do Comando de Caça aos Comunistas*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. “A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil” *Revista Brasileira de História*, São

Paulo, v. 17, n. 34, p. 203-220,1997. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881997000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011&lng=en&nrm=iso).

MANNHEIM, Karl. *Diagnóstico de nosso tempo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964 -1968*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1987.

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. *Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

\_\_\_\_\_. Entre o comunismo e o anticomunismo: a União Nacional dos Estudantes entre os anos de 1950 e 1956. In: *Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro*, 5, Londrina, 2013. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina. Londrina: GEPAL, 2013, p. 1-17.

MAYR LIU, Leticia Maria et. al. *Aventura na Amazônia: uma lição de vida no Projeto Rondon*. Porto Alegre, 2008.

MEC, Instituto Nacional do Livro. *O jovem deve saber tudo sobre o Projeto Rondon*. Coleção Brasil Hoje no 9, Rio de Janeiro: Bloch, 1972.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. *Projeto Rondon e sua dimensão atual*. Brasília: [s.n.]. Jul. 1974.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução*. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucilia. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização em 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 241-272.

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord.). *História oral do Projeto Rondon*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917 -1964)*. São Paulo: Editora Perspectiva. FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MUSIEDLAK, Didier. “O fascismo italiano: entre consentimento e consenso”. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (orgs). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Vol.1: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ORIENTE, Esther Barbosa. *Projeto Rondon: integrar para não entregar*. Goiânia: Kelps, 2004.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In FICO, Carlos et al (orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PÀMPOLS, Carlos Feixa. A construção histórica da juventude. In: CACCIA - Bava, Augusto; CANGAS, Yanko Gonzáles; PÀMPOLS, Carlos Feixa. *Jovens na América Latina*. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

PEREIRA, Daline Vinhal. *Um olhar sobre o Projeto Rondon e a dimensão ambiental*. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento sustentável), Universidade de Brasília, Brasília.

POERNER, Arthur. *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

PRAVATO, Camila. M. *Projeto Rondon e Ensino no Brasil: construção de uma aliança entre o conhecimento empírico e científico*. Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil, 2011.

QUADRAT, Samantha Viz. A repressão sem fronteiras: perseguição políticas e colaboração entre as ditaduras do Conde Sul. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade federal Fluminense, 2005.

\_\_\_\_\_. A Oposição juvenil à Unidade Popular. In: Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat (orgs.). *A Construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. v.2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. P.526.

\_\_\_\_\_. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 28, n° 47, jan./jun. 2012.

REIS, Daniel Aarão; MORAES, Pedro. *1968: a paixão de uma utopia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ROLLAND, Denis. 1968 do Rio a Paris, história e memória: registros de sentido e amnésias locais da história comparada. In: AZEVEDO, C.; ROLLEMBEG, D.; BICALHO, M.; KNAUSS, P.; QUADRAT, S. (Orgs.) *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

RONDON NOTÍCIAS. *Informativo da Associação Nacional dos Rondonistas*. Edição Especial – 40 anos de História, 1967/2007.

SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*, Maceió, EDUFAL, 2005.

SANI, Giacomo. Consenso. In: BOBBIO, Norberto.; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfraco. *Dicionário de política*. 4 ed. Brasília: UnB, 1992, v. 1.

SANTANA, Flavia de Angelis. Movimento estudantil e ensino superior no Brasil: A reforma universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.

SCHITTINO, Renata Torres. *Terrorismo: a violência política como espetáculo*. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2004.

SERRA, José. A UNE e o Golpe de 1964. In: *História da UNE -volume 1: depoimentos de ex-dirigentes*. Editorial Livramento, São Paulo, 1980.

SILVA, Justina Iva de Araújo. *Estudantes e política: estudo de um movimento (RN-1960 – 1969)*. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

SILVA, Luciana Coelho Gama da; SILVA, Giuslane Francisca. Cassiano Ricardo – *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*. In: *Humanidades em Contexto*, 2014, Cuiabá-MT. *Humanidades em contexto: saberes e interpretações*, 2014.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996, p. 131-137.

SOUZA, César Augusto Martins de. *A estrada invisível: memórias da Transamazônica*. Tese de Doutorado em História. Niterói-RJ: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2009.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 1986.

TOMELIN, Mário. Identificação do Projeto Integração Escola/Empresa/ Governo. In: *Escola / Empresa A qualificação pelo estágio*. Publicação do DAU em convênio com o Instituto Euvaldo Lodi/ PR. Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Assuntos Universitários, 1979.

TRASSI, Maria de Lourdes. MALVASI, Paulo Arthur. *Violentamente pacíficos: desconstruindo a associação juventude e violência*. São Paulo: Cortez, 2013.

VENTURA, Zuenir. *1968, o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VITAL, João Carlos (Coord.). *Diagnóstico institucional do Projeto Rondon*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Convênio Projeto Rondon/FGV, 1974.

VIVEIROS, Esther. *Rondon conta a sua vida*. Rio de Janeiro: Cooperativa Cultural dos Sertanistas, 1969.

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. *1968: eles só queriam mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.